



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Política Social

Marco Antonio Baratto Ribeiro da Silva

**Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de
Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno**

Brasília

Março de 2017

Marco Antonio Baratto Ribeiro da Silva

**Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de
Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Perci Coelho de Souza

Brasília

Março de 2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BSI586 Baratto Ribeiro da Silva, Marco Antonio
q Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação
dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no
Distrito Federal e Entorno / Marco Antonio Baratto
Ribeiro da Silva; orientador Perci Coelho de Souza.
-- Brasília, 2017.
265 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Questão Agrária. 2. Reforma Agrária. 3. Luta
pela Terra. 4. MST. 5. Assentamentos. I. Coelho de
Souza, Perci , orient. II. Título.

Marco Antonio Baratto Ribeiro da Silva

**Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de
Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Perci Coelho de Souza

Data da Defesa: 31/03/2017.

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza (Orientador)

Prof. Dr. Luis Antonio Pasquetti (UnB/FUP)

Prof (a). Dra. Silvia Cristina Yannoulas (PPGPS/UnB)

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses (FE/UnB)

Prof (a). Dra. Maristela Dal Moro (ESS/UFRJ)

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas (UnB/FUP) - Suplente

Dedicatória

A toda família sem terra, em especial a coordenação estadual do MST do Distrito Federal e Entorno, em nome dos companheiros Augusto e Janderson e da companheira Adriana Fernandes, sujeitos construtores desta pesquisa;

À minha família, minha grande e amorosa companheira, militante Juliana e minha pequena sem terrinha Anita, pelos muitos momentos de tensão, de reconhecimento, de compartilhamento, de amor e por suportar meu mau humor;

A todos (as) militantes do MST que tombaram na luta. Aos que estão exilados e/ou presos políticos. Verdadeiros lutadores que não desperdiçam um dia de suas vidas, senão para lutar pela transformação social e pela democratização da terra nesse país.

*Em especial ao companheiro exilado Sebastião (Tião), militante muito importante para minha formação. Não descansaremos um minuto para continuar sua luta.**

“Se calarmos, as pedras gritarão”

Agradecimentos

Agradeço a todas e todos que de alguma forma acompanharam esta caminhada. A meus pais, Shirlei e Milton, por sempre acreditar no poder do estudo e da apropriação do conhecimento. Mesmo com pouco estudo, nunca se privaram em investir e apontar o caminho da educação, como forma de emancipação. Aos companheiros e companheiras Luiz Zarref, Tiago Manginni, Juliana Amoretti, Rafael Villas Bôas, Paola Masiero, Maria Lucimar, Adriana Fernandes, Barbara Loureiro, Nei Zavaski, Geraldo Gasparin, Rosmeri Witcel, Antonia Vanderlúcia, Rascunho (Milton Fornazieri), Janderson Barros, Edineide Rocha, Edmar Tavares, Adriana Gomes, Edemir Batista (Dema), Augusto Targino, Felipe Canova e todas e todos militantes e dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, frutos da inspiração deste trabalho e desta jornada. Aos professores e professoras Luis Antonio Pasquetti, Monica Molina, Maria Luiza Pinho Pereira, Erlando Reses, Silvia Yannoulas, Newton Gomes, Guilherme Delgado, Manuel Pereira, Maria Osanette, sempre companheiras e companheiros dispostos, cientes e firmes de suas tarefas dentro da Universidade. Ao companheiro José Parente (ABRA) e a companheira Juçara Martins (ABRA/MMC), duas pessoas muito especiais, grandes militantes da Reforma Agrária. Agradeço aos movimentos que compõe a Via Campesina, em especial a companheira Rosangela Piovisan (MMC), Jarbas Vieira (MAM), Anderson Amaro (MPA), Denildo Rodrigues – Bico (CONAQ) representando todas e todos lutadores populares deste país. Um agradecimento especial ao companheiro (e meu orientador) Perci Coelho, que no meio do caminho, não se furtou a tarefa de contribuir, de forma justa e respeitosa, com esta caminhada. Um grande salve.

Resumo

A trajetória da Questão Agrária brasileira é marcada por uma ampla contradição, tendo na Luta pela Terra e na Reforma Agrária duas importantes manifestações políticas. O ponto de partida deste estudo foi compreender a Questão Agrária a partir da consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no Distrito Federal e Entorno. O objetivo central da pesquisa é estudar as categorias “Luta pela Terra” e “Reforma Agrária”, compreendendo quais as principais conquistas de assentamentos no território, a partir do quadro de concentração fundiária no período anterior e posterior a 1994. Os principais avanços em relação às políticas públicas e sociais nas áreas de Reforma Agrária no DF e Entorno, os tipos de Reforma Agrária até o debate atual e a estrutura dos acampamentos e assentamentos do MST na região como alternativa a hegemonia do agronegócio, através da organização política, da produção e do trabalho foram analisados. Ainda assim, analisamos quais assentamentos conseguem responder à demanda de produção de alimentos e de organização da produção a partir de experiências em agroecologia. O enfoque metodológico é o materialismo histórico-dialético, ao resgatar os processos históricos do debate agrário a partir das contradições e da materialidade de origem do MST. Utilizamos como instrumentos de análise e coleta de dados a ampla literatura acerca da Questão Agrária; documentos históricos do MST e dados dos impactos dos assentamentos na região do DF e Entorno e grupo de reflexão com militantes históricos do MST na região.

Palavras chave: Questão Agrária, Reforma Agrária, Luta pela Terra, MST, Assentamentos.

Abstract

The trajectory of the Brazilian Agrarian Question is marked by a wide contradiction, having in the Struggle for Land and Agrarian Reform two important political manifestations. The starting point of this study was to understand the Agrarian Question from the consolidation of the Agrarian Reform settlements of Landless Worker's Movement - MST in the Federal District and Surroundings. The main objective of the research is to study the categories "Struggle for Land " and "Agrarian Reform", understanding the main achievements of settlements in the territory, from the land concentration in the period before and after 1994. The main advances in public and social policies in the areas of Agrarian Reform in the DF and Surroundings, the types of Agrarian Reform up to the current debate and the structure of MST settlements in the region as an alternative to agribusiness hegemony through political organization, production and labor were analyzed. Nevertheless, we analyze which settlements are able to respond to the demand for food production and the organization of production from experiences in agroecology. The methodological approach is historical-dialectical materialism, in historical processes of the agrarian debate from the contradictions and materiality of origin of the MST. We use as instruments of analysis and data collection the wide literature on the Agrarian Question, Historical documents from MST and data on the impacts of settlements in the DF region and Surroundings and reflection group with historical MST militants in the region.

Key words: Agrarian Question, Agrarian Reform, Struggle for Land, MST, Settlements.

Lista de Siglas

- ABA** – Associação Brasileira de Agroecologia
- ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia
- ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- ARARA** – Associação Rural de Assistência à Reforma Agrária
- ASA** – Articulação do Semiárido
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATES** – Assistência Técnica, Social e Ambiental
- CEASA** – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal
- CEB** – Comunidades Eclesiais de Base
- CIAPO** – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
- CODEPLAN** – Companhia de Desenvolvimento e Planejamento
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CNAPO** – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPJR** – Comitê Permanente de Juventude Rural
- CPOrgs** - Comissões de Produção Orgânica das Unidades das Federações
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CTAO** – Câmara Técnica de Agricultura Orgânica
- DF** – Distrito Federal
- DFE** – Distrito Federal e Entorno
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENFF** – Escola Nacional Florestan Fernandes
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
- FETRAF** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEJC – Instituto de Educação Josué de Castro

IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LEDOC – Licenciatura em Educação do Campo

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MBST – Movimento Brasileiro dos Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MEPF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária

MIRAD – Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MRAM – Modelo de Reforma Agrária de Mercado

MRG – Microregião Geográfica

OGM – Organismo Geneticamente Modificado

ONG – Organismos Não Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAD-DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal

PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCC – Partido Comunista Chinês

PCPR – Programa de Combate a Pobreza Rural

PDA – Projeto de Desenvolvimento de Assentamento

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PGPM – Política de Garantia de Preço Mínimo

PIB – Produto Interno Bruto

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNE – Plano Nacional de Educação

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRV – Pastoreio Racional Voisin

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrata

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RA – Região Administrativa

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno

SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SR28 – Superintendência Regional do INCRA 28

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das nações Unidas para a Infância

Lista de Figuras

Figura 1: Estimativa de número de ocupados, segundo setores de atividades. Fonte: Codeplan (2013) – pag. 49

Figura 2: Fonte IBGE – Dados organizados pela Codeplan (2013) – pag. 51

Figura 3: Amostra de alimentos com resíduos de agrotóxicos no Brasil. Fonte: Anvisa (2011) – pag. 101

Figura 4: Mapa da região Geoeconômica do Distrito Federal e Entorno – pag. 121

Figura 5: Mapa da região noroeste do estado de Minas Gerais – pag. 125

Figura 6: Mapa do município de Padre Bernardo, estado de Goiás. Região geoeconômica de Brasília, com amplo número de assentamentos de Reforma Agrária e um amplo território rural (Fonte: IBGE) – pag. 138

Figura 7: Estudo do NEAD relativo à mancha dos assentamentos do Entorno do DF, com ênfase nas regiões do nordeste de GO e noroeste de MG (2004) – pag. 154

Figura 8: Mapa da região de concentração rural no entorno do DF (IBGE, 2016) – pag. 172

Figura 9: Atividade de formação em produção agroecológica. Assentamento Eldorado dos Carajás, Unai – MG (2016) – pag. 237

Figura 10: Atividade de manejo de pastagens organizada pela equipe de ATER da Associação Rural de Assistência à Reforma Agrária, no assentamento Florestan Fernandes – Unai - MG (2016) – pag. 238

Figura 11: Compotas produzidas no assentamento Florestan Fernandes, Unai – MG (2016) – pag. 239

Sumário

Introdução.....	14
Capítulo 1 - A história da luta pela terra e o MST – percurso histórico que define a estratégia da pesquisa.....	27
1.1 O movimento do ser social: a concretude do por que estudar o MST	27
1.2 Será o MST significativo para uma abordagem científica? Limites e contradições do MST como objeto de estudo.....	36
1.3 O MST visto do lado de cá: a contradição da criação do MST e sua materialidade de origem	41
1.4 Breve análise sobre a estrutura política, econômica e fundiária da região do DF e Entorno	45
Capítulo 2 – Questão Agrária e as particularidades de um método – Instrumentalização do debate.....	55
2.1 O Método Aplicado.....	55
Capítulo 3 - A questão agrária e os paradigmas em contradição: quais elementos definem as estruturas históricas e as categorias que compõe o debate de políticas fundiárias no país	65
3.1 Questão Agrária: uma contradição histórica do clássico ao moderno.....	65
3.2 Reforma Agrária e Luta pela Terra: uma análise política contra hegemônica.	71
3.2.1 Luta pela Terra e Reforma Agrária: contextualização do debate político.....	71
3.2.2 Reforma Agrária, Hegemonia e Contra Hegemonia	85
3.3 O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: uma análise a partir da perspectiva dos movimentos sociais	93
3.3.1 Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO: características, necessidades históricas e contradições políticas	96
3.3.2 Caracterizando a política, seus avanços e limites	97
3.3.3 A agroecologia como plano: uma necessidade histórica.....	110
3.3.4 Notas críticas: um plano no seio da contradição política	114
Capítulo 4 - Questão Agrária, Reforma Agrária e Agroecologia: particularidades de uma análise – o MST DF e Entorno.....	119
4.1 A luta pela terra e a conquista de assentamentos: como se estruturam as estratégias das políticas públicas e sociais nas áreas de Reforma Agrária?	119

4.1.1 Uma análise sobre as características dos acampamentos do MST na região	150
4.1.2 A organização dos Assentamentos do MST do Distrito Federal e Entorno	170
4.1.3 O papel das instâncias do MST para a construção das Políticas Públicas e Sociais na Reforma Agrária.	183
4.2 Reforma Agrária é mais que terra: condicionantes políticos que definem a (re) organização produtiva, econômica e social – uma outra matriz é possível!	198
4.2.1 A Estrutura dos Assentamentos do MST no Distrito Federal e Entorno – Abordagens contextualizadas.	199
4.2.2 A organização da produção e do trabalho nos assentamentos de Reforma Agrária – as particularidades no DF e Entorno.....	213
4.2.3 As políticas de produção agroecológica: reforma ou ruptura?	228
Considerações Finais	240
Referencias Bibliográficas	248
Anexos	253
Anexo I - Cartazes dos congressos do MST entre 1985 e 2000.	253
1º Congresso Nacional do MST	253
2º Congresso Nacional do MST	254
3º Congresso Nacional do MST	255
4º Congresso Nacional do MST	256
Anexo II – Documento Final do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – 1985.....	257
Anexo III – Documento Histórico, de 1985, produzido a partir da secretaria da regional sul, relativo a um breve relato da história do MST até aquele período	261
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Augusto Targino	263
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Adriana Fernandes	264
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Janderson Barros	265

Introdução

A luta pela terra no Distrito Federal e Entorno incorpora uma característica peculiar para seu avanço como proposta política de Reforma Agrária e de ocupação produtiva dos espaços socioambientais da região. Tal característica refere-se à forma de enquadramento e divisão territorial seguindo a lógica das superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério de Desenvolvimento Agrário (INCRA/MDA). Em nosso caso específico, observamos uma considerável diversidade política, social e cultural representados por uma organização territorial que contempla três estados, Distrito Federal, nordeste do estado de Goiás e noroeste do estado de Minas Gerais.

Assim, inseridos na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE), estes três territórios vinculam-se a mesma superintendência regional do INCRA, a Superintendência Regional 28 (SR28), que legalmente responde pelo assentamento de famílias e desapropriação de terras federais inseridas no território.

Neste cenário é que há 20 anos se organiza o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, fixando-se na região no intuito de emular a luta pela terra criando condições objetivas a consecução da Reforma Agrária, fim maior dessa luta.

Desde o ponto de vista de um pesquisador / militante orgânico comprometido com o processo de luta e com as metas estabelecidas pelo MST, a presente pesquisa busca definir desde o início princípios, critérios e objetivos coerentes com as diretrizes deste movimento social, a fim de produzir análises que possam contribuir com o desenvolvimento da reforma agrária e com o avanço da organização política e produtiva dos acampamentos e assentamentos ligados ao MST na região, com ênfase nas práticas da agroecologia.

Para o MST entende-se por Reforma Agrária não apenas a conquista da terra para quem nela vive e trabalha, mas um conjunto de situações necessárias para o avanço das diversas dimensões que vinculam a conquista da terra aos processos de organização política, produtiva e do trabalho em uma perspectiva que tenha na agroecologia um de seus referenciais, apontando para a superação da matriz produtiva e social imposta pelo agronegócio. E é justamente este o objeto de estudo para a presente pesquisa.

A partir da compreensão da organização social e popular, a conjuntura política e agrária no Distrito Federal e Entorno impôs ao MST no território a busca de um aprofundamento teórico, prático, tático e estratégico de assimilação do contexto que envolve a questão agrária na região, para que assim possa intensificar a luta pela terra.

A necessidade deste esforço teórico, articulado à prática social, ao arranjo tático e estratégico, por um lado contribui para um melhor entendimento da realidade e por outro lado favorece o avanço seguro das jornadas de luta encabeçadas pelo movimento no DF e Entorno. A consequente necessidade de qualificar a formação dos trabalhadores (as) rurais ligados ao MST nos diversos aspectos, desde a formação política até a organização do trabalho e da produção, tem a característica de identificar na agroecologia a possibilidade real de superação do paradigma agrário atual neste território.

A perspectiva adotada nesta pesquisa compreende que as lutas históricas do MST por Reforma Agrária, Justiça Social e Soberania Popular são mais que lutas por conquistas de territórios rurais.

Essas lutas vinculam-se, sobretudo, a partir de três aspectos: 1) a superação do agronegócio como paradigma produtivo hegemônico; 2) a superação dos processos históricos de concentração de terras a partir dos latifúndios e; 3) o combate à corrupção proferida por setores patronais e empresariais ligados ao setor do agronegócio.

Desta forma, quatro pontos serão centrais para aprofundarmos a análise das lutas históricas do MST. Primeiro, a democratização do acesso a terra pelo

viés da Reforma Agrária; segundo, a (re) significação do trabalho no campo e do trabalhador camponês, como sujeito de cultura e de direitos, dono de sua força de trabalho e detentor de seus meios necessários de produção; terceiro, a luta pela terra, necessidade de (re) conquistar a condição de viver e trabalhar a terra a partir dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária e; quarto, a agroecologia como conhecimento científico e popular de retomada de novas formas de organização da vida produtiva do campo brasileiro, desde a perspectiva da produção de alimentos, da organização do trabalho, em direção à maximização da produção do conhecimento.

Assim, a partir das lutas sociais e dos acúmulos políticos, a presente pesquisa tem como objetivo fortalecer as estratégias que possibilitem repensar a lógica de relação e distribuição da terra bem como sua função social, seus modos de produção agrícola, produção de cultura e de educação, e sua relação com a biodiversidade e com outra forma de produzir alimentos.

Neste contexto, a partir de 1979, ainda em plena ditadura militar, surge o que podemos conceber como o embrião do MST, quando ocorreu a ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Esta e muitas outras lutas no estado do Rio Grande do Sul e em todo o país formaram lideranças políticas e camponesas incrementando a conscientização de trabalhadores rurais pela necessidade de aprofundamento das conquistas delineando um objetivo maior: a Reforma Agrária.

Durante o ano de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, foi realizado o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que contou com a presença de 80 representantes de 13 estados do país. Este fato daria início formal a um dos mais complexos, dinâmicos e inovadores movimentos sociais de massa de trabalhadores rurais já registrados tanto na história do Brasil como na dos demais países da América Latina (Carvalho, 2005).

Dez anos após o 1º Encontro Nacional que formalizou o MST nacionalmente, no ano de 1994, surge na capital do país o MST Distrito

Federal e Entorno. A luta pela terra na região, embora antiga, não se inicia com a presença do MST no território. A presença histórica da maior comunidade quilombola do país, as comunidades Kalunga, e também a marcante presença de comunidades indígenas e de agricultores tradicionais que ocupam este território há séculos atribuem a este contexto uma característica peculiar. Não por acaso o MST consegue se organizar em Brasília na década dos anos 90.

Com o avanço da modernização conservadora em direção ao Centro Oeste do país, a partir da mudança da capital federal para Brasília, a hegemonia¹ política necessitava concretizar um projeto de ocupação do território onde cada vez mais caminhava em direção ao capitalismo de cunho neoliberal. Sobre o impacto do desenvolvimento do capitalismo no campo, Ianni (1986) analisa os efeitos negativos na base da comunidade rural:

O capitalismo pode revolucionar de modo amplo o mundo agrário, o que em geral destrói muitas das bases de condições de vida e trabalho do camponês. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo – compreendendo a acumulação originária, a monopolização da propriedade e da exploração da terra etc. – destrói bastante a comunidade rural. Provoca a proletarianização de muitos. Joga largos contingentes no exército industrial de reserva (Ianni, 1986, p. 140).

Tendo em vista a consolidação do projeto de modernização conservadora como estratégia política para o avanço dos interesses econômicos dominantes, a agricultura em larga escala se torna instrumento essencial que, a partir do governo Collor, ganha uma nova configuração na região, ao que chamamos de agronegócio².

¹ Conceito a ser aprofundado no capítulo 3.2.2.

² O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhada pelos professores norte americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados a agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. Para os introdutores do termo, tratava-se de criar uma proposta de análise sistêmica que superassem os limites da abordagem setorial então predominante. No Brasil, o vocábulo *agribusiness* foi traduzido inicialmente pelas expressões *agroindústria* e *complexo agroindustrial*, que buscavam ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura, que se intensificou nos anos 1970. Outros termos também foram utilizados para destacar o caráter sistêmico e não exclusivamente

Este novo instrumento de acumulação e concentração de terra e de poder inicia, já na década de 90, um brutal avanço sobre o bioma cerrado. Vale lembrar que o avanço da grande agricultura em direção ao cerrado, ao contrário da ocupação de outros biomas do país, se deu de forma tardia. Isso ocorreu por conta de fatores como tipo de solo, por muitos considerado pobre, por seu alto índice de acidez³, de difícil manejo agrícola, mas, sobretudo, pelas condições de exploração capitalista e da renda fundiária.

Neste caso, Graziano (1980) lembra que o monopólio da terra na agricultura carrega consigo dois tipos de renda da terra, a renda diferencial e a renda absoluta.

No caso da ocupação do cerrado pela grande agricultura, a renda diferencial da terra pode trazer elementos importantes. A renda diferencial da terra é gerada em parte, pelo monopólio de sua utilização, da sua exploração. Ela é exatamente o lucro extraordinário, acima do lucro médio, obtido pelos capitais que operam em condições mais favoráveis de produção (Graziano, 1980, p. 10).

É importante ressaltar que não é a própria terra, pelas suas diferenças de qualidades, a causa da renda diferencial, mas sim o fato de que o trabalho aplicado em terras de melhor qualidade tende a ser mais produtivo. O cerrado, portanto, não se enquadra como espaço de ampla qualidade produtiva, não apenas por seu solo, mas também por condições climáticas e geográficas, distante dos centros de comercialização e de consumo naquele período.

setorial da produção agrícola: *sistema agroalimentar, cadeia agroindustrial, filière* etc. (Leite, 1990). Desde os anos 1990, o termo *agribusiness* começou a ganhar espaço, mas, já no início dos anos 2000, a palavra *agronegócio* foi se generalizando, tanto na linguagem acadêmica quanto na jornalística, política e no senso comum, para referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários (Leite; Medeiros, p.79-80, 2012).

³ Os solos do cerrado carregam, como característica química, um alto nível de acidez. O PH destes solos podem variar de menos de 4 a pouco mais de 5. Esta forte acidez é devida a alta taxa de alumínio, que os tornam aluminotóxicos para a maioria das plantas agrícolas (Coutinho, 2003).

Para o agronegócio, agora fortalecido por empresas transnacionais com sedes espalhadas pelos principais países do primeiro escalão da economia mundial e em economias emergentes, o avanço sobre o cerrado era mais que estratégico, pois, consolidava novas fronteiras agrícolas que, para o mercado de terras, se tornavam extremamente lucrativas, principalmente para os setores dos agroquímicos e das OGMs (Organismos Geneticamente Modificados), fortalecendo as patentes sobre o mercado de sementes e tornando pequenos agricultores reféns da lógica dos pacotes que incluem sementes transgênicas e venenos agrícolas.

Dada esta conjuntura, cada vez mais agricultores eram obrigados a deixarem suas terras. Muitos foram automaticamente absorvidos como mão de obra barata pelas grandes empresas do agronegócio na região.

Próximo a Brasília, o então Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal – PAD – DF, criado em 1977, com o objetivo de incorporar aos processos produtivos do Distrito Federal áreas até então não exploradas, da década de 1990 aos dias de hoje, se consolidou como o grande espelho do agronegócio e do uso intensivo de agrotóxicos na região.

Para isso, foi utilizada uma área de 61.000 mil hectares de terra para monocultivos de soja, milho e sorgo, uso de sistemas de irrigação insustentáveis do ponto de vista hídrico, do tipo pivô central, pulverização aérea de agrotóxicos, mecanização pesada e controle da força de trabalho local por empresas multinacionais ali instaladas.

Portanto, o desafio aqui é apontar outra forma de organização, tendo nos assentamentos de Reforma Agrária e na agroecologia alternativas concretas de organização política e produtiva, apresentando outro modo de produção que tenha por objetivo pensar as diversas dimensões do campo brasileiro.

A partir da perspectiva da Reforma Agrária como espaço aglutinador de experiências produtivas, políticas, sociais e alimentares, vários são os desafios da questão agrária na região. Neste contexto, os quatro principais desafios

políticos identificados para a região no âmbito da questão agrária contribuíram para definir a formulação dos **objetivos** de investigação desta Tese.

O primeiro é pensar qual o papel que o MST deve ter, em tempos de hegemonia política do agronegócio, como movimento impulsionador da disputa por outras formas de organização, seja a partir das lutas políticas e sociais, da organização dos acampamentos e assentamentos, pela reconfiguração dos espaços de produção e trabalho, pela disputa por políticas públicas e sociais, que alterem a correlação de forças em direção à ruptura do modelo hegemônico.

Aqui, torna-se importante e necessária à compreensão das relações entre luta política, luta pela terra e política social. Em tempos de crise econômica, os cortes de gastos sociais impactam diretamente os trabalhadores (as) pobres, em especial trabalhadores (as) rurais, sejam pequenos (as) agricultores (as) ou assentados (as) da Reforma Agrária.

Behring e Boschetti (2011) avaliam que a tendência geral, em tempos de hegemonia neoliberal, tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento, atualmente utilizado, da crise fiscal que vive o Estado, transformando as políticas sociais, a depender da correlação de forças entre as classes sociais e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países, em ações pontuais e compensatórias direcionados para os efeitos mais perversos da crise. Para as autoras, as possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização.

As disputas, então, por políticas sociais em âmbito da Reforma Agrária tendem, na atualidade, a concretizar a totalidade do já referido trinômio citado acima. Em particular, o processo de descentralização das políticas sociais em torno à questão agrária (Behring e Boschetti, 2011), vem sendo articulado de forma a direcionar as responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas (como o caso das políticas de ATER/ATES) e novas

modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social.

Um segundo objetivo é compreender a necessidade da afirmação da luta pela terra como movimento político, de trabalho, organização, produção e cultura. Esta análise é essencial para consolidarmos concretamente alternativas à matriz de produção do agronegócio.

Em terceiro lugar, o desafio de compreender o papel dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária do MST como espaço político e de produção, tendo na organização política interna e no aprofundamento das alianças e disputas externas, o campo concreto de ação. Para isto, compreender a estrutura e as características dos acampamentos e assentamentos, a organização do trabalho, as formas de produção agrícola e de produção de cultura, é imprescindível.

Ainda assim, é necessário disputar o campo das políticas públicas e sociais, de forma a potencializar a luta política pela organização da produção, do trabalho, da identidade camponesa e buscar alternativa à produção de vida e de alimentos. É importante compreender a agroecologia como matriz produtiva que estabelece o elo entre o campo da agricultura tradicional, de base camponesa, com a incorporação de tecnologias apropriadas a produção diversificada de alimentos. A ela (agroecologia), implica-se também a necessidade da disputa política, ou seja, pensar outro modelo de produção.

Um quarto e último elemento é perceber qual o papel que o MST no Distrito Federal e Entorno, a partir da luta pela terra, ou pela democratização da terra, vem tendo como impulsionador de práticas de produção agroecológica em seus assentamentos constituídos. Neste ponto, é importante perceber se, após a conquista de um assentamento, o MST consegue impor em sua organização produtiva, processos que dialogam com as dimensionalidades da agroecologia, seja no campo da produção de alimentos, comercialização, organização do trabalho ou de criação de cooperativas de produção.

Assim, tendo clareza que não conseguiremos resolver as questões apontadas acima, nosso anseio é trazer subsídios à análise que envolve a questão agrária e a luta pela terra na região do DF e Entorno, de forma a contribuir com o avanço deste debate na relação direta entre as lutas políticas pela Reforma Agrária, a organização da produção e do trabalho, a produção de alimentos e a agroecologia, tendo como ponto de partida o MST.

No primeiro capítulo, buscamos compreender a história da luta pela terra e o MST. Neste capítulo, abordamos desde a necessidade de estudar o MST como um movimento que se apresenta em diversas dimensões da luta e da organização política, compreendendo os desafios internos, relações com os espaços da Universidade, da pesquisa e da ciência e com o território do Distrito Federal e Entorno, sua estrutura política, econômica e fundiária.

No segundo capítulo, apresentamos as estratégias metodológicas, tendo no materialismo histórico dialético e nos grupos de reflexão a centralidade para as análises e de aprofundamento dos caminhos que definem a estrutura da pesquisa, a partir do debate da questão agrária e das categorias de análise da realidade, Luta pela Terra e Reforma Agrária, e seus respectivos indicadores.

No terceiro capítulo, buscamos aprofundar a leitura e o diálogo com os diversos autores que subsidiaram a pesquisa. Para isso, foi necessário compreender o debate clássico da questão agrária em paralelo aos acúmulos da atualidade deste conceito. Posteriormente, discutimos a Reforma Agrária e a Luta pela Terra a partir das categorias de hegemonia, contextualizando o debate político atual e incorporando elementos da Luta pela Terra e da Reforma Agrária como contra hegemonia.

Por fim, apresentamos uma análise do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, pela perspectiva dos movimentos sociais, caracterizando a política como necessidade para a consolidação da organização política, produtiva e do trabalho, nos assentamentos de Reforma Agrária, bem como suas contradições e limites de implementação.

O capítulo quatro aprofunda as análises das duas principais categorias da pesquisa, Luta pela Terra e Reforma Agrária. Aqui buscamos compreender, em diálogo com os sujeitos principais da pesquisa, a Luta pela Terra e as conquistas dos assentamentos, a partir da estruturação das políticas públicas e sociais em áreas de Reforma Agrária organizados pelo MST no Distrito Federal e Entorno.

Analizamos também as características dos acampamentos de luta pela terra na região e a posterior organização dos assentamentos do MST, com ênfase nos avanços e limites de organização política, produtiva e do trabalho. Ainda assim, foi importante entender o papel das instâncias do MST na busca e construção das políticas públicas e sociais direcionadas aos assentamentos de Reforma Agrária, proporcionando às análises entender as relações entre organização interna do MST na região e qualidade das estruturas políticas e produtivas dos assentamentos.

Por fim, analisamos a categoria Reforma Agrária e as condicionantes políticas que definem a (re) organização produtiva, econômica e social dos assentamentos do MST na região. Nesta categoria, apresentamos uma análise sobre a estrutura dos assentamentos do MST na região e os desafios e acúmulos em torno da organização da produção e do trabalho. A partir deste processo, buscamos apresentar, de forma contextualizada, algumas experiências concretas de produção agroecológica em alguns assentamentos do MST, em especial na região do noroeste do estado de Minas Gerais, confrontando os avanços e limites.

Importante destacar que a escolha deste tema de pesquisa deve-se à necessidade de compreendermos, a partir também de minha trajetória como dirigente do MST, os desafios e limites que a luta pela terra no Distrito Federal e Entorno nos impõe como militante, e também pesquisador, para a consolidação dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária.

Minha trajetória no MST do Distrito Federal e Entorno iniciou no setor de produção, coordenando as equipes de Assistência Técnica, Social e Ambiental

- ATES, em 2003, junto à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil – CONCRAB. Posteriormente, por necessidade de qualificação dos quadros técnicos, fui para o espaço da Universidade, especificamente para a área de Educação do Campo e Educação Popular. A trajetória na Universidade é paralela à de militante orgânico do MST, pois com o passar do tempo, surgiram tarefas internas ao setor de produção na relação direta com os assentamentos e acampamentos do MST do DF e Entorno.

Depois assumi demandas de articulações políticas junto ao coletivo estadual de educação. Este momento é crucial para aprofundar as relações do MST no Distrito Federal e Entorno com os espaços da Universidade, tendo o PRONERA como mediação. Foi um período de construção de cursos em parceria direta, tendo a recente experiência da Licenciatura em Educação do Campo – LEDOC, na Universidade de Brasília, como ponto de partida. Este período foi de criar relações com o Instituto Federal de Brasília – IFB, pelo campus da cidade de Planaltina, na construção de um curso técnico em agropecuária com ênfase em agroecologia. Neste momento, houve uma ampla articulação do IFB e sua área de agroecologia com os processos de desenvolvimento do acampamento Pequeno William, hoje assentamento, muito próximo ao IFB.

Importante destacar que este processo integra uma série de relações estabelecidas com a UnB, professores, estudantes, projetos, núcleos de estudo e grupos de pesquisa. A criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEDOC, sediado no então recente campus da UnB em Planaltina, marca um importante momento de consolidação da Educação do Campo como área do conhecimento que integra os movimentos sociais e populares como sujeitos de direito, do ponto de vista da ocupação da Universidade, da ciência e da pesquisa.

A parceria com o MST e com o Instituto de Educação Josué de Castro, durante sua primeira turma, solidifica a necessária relação da Universidade de Brasília com os acúmulos pedagógicos que o MST vinha construindo, há mais de vinte anos. Espaços como o Grupo de Trabalho e Apoio à Reforma Agrária

– GTRA e o Núcleo de Estudos Agrários da UnB – NEAGRI também foram importantes interlocutores e proponentes de ações de pesquisa junto ao MST e aos diversos assentamentos da região.

No Serviço Social, desde 2007, o MST e a Via Campesina vêm contribuindo diretamente na construção do projeto Quintas Urbanas e junto ao Núcleo de Pesquisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social – LOCUSS, contribuindo no debate em torno da Reforma Agrária e Urbana e consolidando importante parceria a partir da disputa pela Universidade, espaço que reúne suas contradições e necessita ser disputado.

Recentemente, o MST foi proponente de dois projetos que se tornaram cursos formais na UnB, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF. Primeiro, a execução do curso de especialização em Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo, em âmbito do programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – MADER, na UnB de Planaltina. Este se realizou em parceria com o CNPQ/MEC e PRONERA/INCRA, formando em torno de cinquenta militantes / pesquisadores habilitados em agroecologia e organização de assentamentos e em cultura, arte e comunicação.

O segundo foi um curso de extensão em Residência Agrária Jovem, também em âmbito da FUP/UnB, formando em torno de 50 jovens assentados e acampados da Região do Distrito Federal e Entorno, de mais de cinco movimentos sociais distintos, nas áreas de arte/cultura e agroecologia.

Há cerca de três anos, a partir da construção de diversos grupos e núcleos de pesquisa da UnB, em parceria com os movimentos sociais do campo, movimentos estudantis e um amplo conjunto de estudantes e professores, durante o mês de Abril, em solidariedade à luta de Eldorado de Carajás, onde dezenove trabalhadores sem terra foram assassinados pela polícia, se realizam as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária, espaços importantes de demarcação de posição política e repúdio à violência e

criminalização da luta popular e dos movimentos sociais do campo, debatendo temas diversos em torno da pauta da Reforma Agrária.

Portanto, este processo incide em uma reflexão política a respeito da relação entre o espaço acadêmico, a pesquisa popular e a disputa da ciência, a partir das contradições históricas às quais as Universidades se inserem no Brasil. Trata-se de perceber o caráter elitista e socialmente excludente que determina a disputa de espaços públicos, o perfil das Universidades, a produção de conhecimentos, a concepção da ciência. Resulta daí a compreensão sobre a necessidade, a partir da militância e dos dirigentes do MST, neste caso específico, em acumular conhecimento e elevar o nível de consciência política e de classe, bem como assumir a responsabilidade na ocupação dos espaços públicos das Universidades.

Todo este caminho contribui para que eu me estabelecesse organicamente como dirigente estadual do MST do DF e Entorno pelo setor de formação, passando a integrar o coletivo nacional de formação política do MST. Sem dúvida, o aprendizado dialético que incorporei neste conjunto de relações entre o movimento popular e a Universidade Pública também foi, e continua sendo determinante. No atual momento, meu desafio maior é integrar a tarefa como dirigente nacional do MST e a formação de doutor em Política Social, e assim, integrar a teoria política e a formação humana e social à luta e organização concreta dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial junto à nossa base sem terra, contra o latifúndio, o agronegócio, pela democratização da terra e pela Reforma Agrária.

Capítulo 1 - A história da luta pela terra e o MST – percurso histórico que define a estratégia da pesquisa

1.1 O movimento do ser social: a concretude do por que estudar o MST

A recente história democrática brasileira, em seus 515 anos, contados pelo opressor e pela hegemonia ocidental europeia, nos atribuiu não mais de sessenta anos de democracia concreta, anos estes concentrados durante o século XX. Este fato, observando a história mundial, remete à estratégia de dominação colonialista europeia, com o avanço de novas formas de organização e participação política, que se viram fragilizadas e sem condições concretas de dominação de povos e nações por instrumentos políticos que não sustentavam mais velhas formas de cooptação e subjugação.

Esta questão é mais clara quando observamos as dezenas de revoltas e alguns processos revolucionários que eclodiram, durante o século XX, demonstrando que as velhas formas colonialistas chegaram a um patamar insustentável, ocorrendo, em uma parte revoltas e revoluções à esquerda e, em outra, seu estágio superior, o imperialismo capitalista (Lenin, 2012), com suas várias facetas, desde as democracias relativas até suas ditaduras militares, travestidas de pseudo democracias de controle autoritário, uma contradição.

Apenas para situarmos, de forma bem breve, é necessário que tenhamos clareza de quais foram os movimentos revolucionários no mundo durante o século XX e perceber que, em grande parte, estes movimentos se deram em países que sofriam com ampla exploração, sejam por setores das oligarquias internas ou por setores externos associados às oligarquias nacionais.

Entre os anos de 1910 e 1920 tivemos um movimento que ficou conhecido como a revolução mexicana, onde exércitos do norte, comandados por Francisco Pancho Villa e exércitos do sul, comandados por Emiliano

Zapata, derrubam por um dia o governo de Porfírio Díaz. Este movimento tinha o objetivo de fazer a Reforma Agrária, pois Díaz pretendia transformar as terras mexicanas em grandes propriedades nos moldes das agroindústrias europeias e dos Estados Unidos, escancarando as portas do país ao capital estrangeiro e a exploração dos recursos naturais.

Para o movimento revolucionário mexicano, as terras eram, e deveriam continuar sendo, dos povos indígenas que ocupavam historicamente o território, e só uma Reforma Agrária, de caráter indígena e popular, poderia garantir a soberania do país (Morissawa, 2001).

Na Europa, na segunda década do século XX, mais precisamente em 1917, ocorre um dos processos revolucionários mais importantes da história política recente, a Revolução Russa. No começo deste século, a Rússia ainda era um país feudal. Seu território pertencia quase todo à nobreza e cerca de 80% da população vivia no campo (Morissawa, 2001, p. 33).

Havia um enorme abismo social que separava os nobres dos camponeses. Com o cenário desolador que se encontrava o país em 1917, fruto da primeira guerra mundial (1914 – 1918), a insatisfação era geral. Em 8 de março de 1917 uma passeata de operários de São Petesburgo aglutina vários setores da sociedade, mais de 1 milhão de pessoas, pedindo Reforma Agrária, liberdade, salários, que desencadeiam a queda do *tzar* (imperador russo).

A Rússia torna-se uma república democrático-burguesa, dando continuidade aos processos de exploração. Na outra ponta, o partido Bolchevique, comandado por Lênin, Trotski e Stálin organiza a resistência para dar sequência nos processos de mudança. Na madrugada de 6 para 7 de novembro de 1917 as tropas organizadas pelos bolcheviques, de operários e camponeses, tomam a cidade de São Petesburgo e de Moscou, está dada a revolução de 1917.

Outro processo revolucionário muito importante na história recente foi o chinês. É importante ressaltar, neste caso, que a Inglaterra, no início do século

XIX já era responsável por 80% do comércio exterior chinês, e a importação mais importante era o ópio (Morissawa, 2001). A contra gosto do governo chinês, o ópio entrava em contrabando no país com a conivência de funcionários corruptos. O imperador chinês decidiu proibir o tráfico e a resposta inglesa foi uma guerra que durou três anos (1839 – 1842).

Neste período, o imperialismo inglês decidia praticamente tudo na China. Forçavam o governo chinês a estabelecer uma relação de subserviência aos estrangeiros, que ocupavam àquele país. Os estrangeiros acabaram tendo uma situação privilegiada na China, forçando-os a abrir mais de oitenta portos ao comércio exterior. Eles possuíam seus próprios tribunais e zonas separadas de cidades litorâneas importantes eram cedidas às potências estrangeiras em forma de concessão. Em 1900 veio a chamada *revolução dos boxers*, que tinha como lema “Proteger os país, destruir os estrangeiros”.

Além dos problemas com os inimigos externos, o país viveu sérios conflitos internos, que viriam a terminar com a deposição de imperadores manchus em 1912. Massas de camponeses empobrecidos, trabalhadores urbanos e mineiros envolveram-se nestes conflitos. Sun Yat-sen, que comandava o *Kuomintang*, partido nacionalista que pregava o estabelecimento de um Estado democrático, lidera as revoltas que tornam a China uma república. Com a morte de Sun Yat-sen, o *Kuomintang* passa a aproximar-se de países ocidentais para ajudar a garantir seu próprio domínio político.

Surge aí, um novo e forte rival, o Partido Comunista Chinês, comandado por Mao Tse Tung, que lidera a chamada *Longa Marcha*, de batalhas contra o *Kuomintang*. Com o advento da segunda guerra mundial, esfria a batalha em solo chinês, parte dos comunistas chineses entra em conflito contra o Japão e ajudam a derrotá-lo. Com o fim da guerra, os comunistas voltaram com enorme prestígio, e poucos acreditavam ainda no *Kuomintang*.

Os guerrilheiros comunistas formavam então um poderoso exercito de camponeses armados, em 1949, eles tomam Pequim e tornam-se vitoriosos. Na primeira etapa da revolução, o PCC de Mao Tse Tung expropria as grandes

e médias propriedades rurais e distribui-as entre os camponeses. A Reforma Agrária democratiza a terra para milhões de pessoas e as mulheres conquistam a igualdade de direitos com os homens.

Dez anos após a revolução chinesa, em uma pequena ilha caribenha no centro da América, ocorre um dos mais simbólicos processos revolucionários da história recente, a revolução cubana. Em 1940, o então sargento Fulgêncio Batista tomou o poder a partir de um golpe. Estabeleceu fortes relações com a classe dominante dos Estados Unidos. Terminando seu mandato, se retirou para a Flórida, a fim de desfrutar de sua riqueza obtida à custa do povo cubano.

Ele retorna ao poder, novamente a partir de um golpe, em 1952, para governar de forma ditatorial. Em 1953, a ditadura de Batista leva alguns jovens cubanos, contrários ao regime, a tentar tomar o quartel de Moncada. No final, o saldo foi 165 jovens mortos e muitos presos, dentre estes estava Fidel Castro Ruz, advogado e ex-dirigente estudantil.

Fidel e outros foram posteriormente exilados no México. Lá conhece Ernesto Guevara de La Serna, médico argentino. Muito incomodados com a situação que vivia Cuba, um país de economia agroexportadora, de açúcar e tabaco, uma elite formada por latifundiários e grandes comerciantes, tendo como principais investidores setores da elite dos Estados Unidos, que controlavam bancos, hotéis, terras, fábricas, usinas de açúcar e utilizavam a ilha, a partir dos cassinos, bordéis, drogas, prostituição, como propriedade particular e centro preferido do lazer.

Em 1956, Fidel, Che e mais 82 companheiros retornam secretamente a Cuba. Quase todos foram mortos por um destacamento do exército, Fidel, Raul e Che sobrevivem e refugiam-se em Sierra Maestra, onde iniciam a organização de guerrilha. Aos poucos foram conquistando adeptos e aumentando o contingente (Morissawa, 2001).

Em 1958, eclodiu uma greve geral política contra a ditadura de Fulgência, logo em seguida os guerrilheiros comandados por Fidel tomam Havana e impõe derrota a ditadura Batista, que foge da Ilha.

Uma das primeiras medidas do novo governo revolucionário foi uma Reforma Agrária radical. Todas as terras dos latifundiários foram tomadas e distribuídas para as famílias de camponeses pobres. Os bancos e as minas foram nacionalizados e os esforços foram concentrados na educação e na saúde, investindo na formação política, ideológica e profissional.

No Brasil, nas décadas de 50 e início dos 60, abrem-se períodos de participação social e lapsos democráticos. Entre os anos de 1954 e 1964 surgem três grandes organizações camponesas que lutavam pela Reforma Agrária; a ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil); as Ligas Camponesas e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra).

Para que possamos entender a concretude do por que estudar o MST temos também que compreender o papel que cumpre estas organizações, a partir, sobre tudo, das relações com o cenário internacional de revoluções que viemos abordando durante este capítulo.

As ligas camponesas surgem no início da década dos anos de 1950, em Pernambuco. Nesta época, era comum no nordeste os agricultores usarem terras abandonadas por seu donos em troca de um foro, espécie de aluguel. Em 1955, os donos do engenho de Galiléia, em Vitória do Santo Antão, impuseram o aumento do preço do foro e tentaram expulsar os foreiros da terra (Morissawa, 2001), que passaram a se mobilizar.

Entra em cena o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião, que passa a representar os interesses dos foreiros. Ali na Galiléia, os agricultores pobres começaram a reunir-se criaram uma entidade chamada Liga dos Camponeses da Galiléia. Em poucos anos, as ligas começaram a espelhar-se por mais de trinta municípios de Pernambuco e outros estados do Nordeste e de outras regiões do país.

Nesta época eram comuns os conflitos entre agricultores pobres e fazendeiros, onde vários trabalhadores morriam resistindo à sua expulsão da terra. No início dos anos de 1960 vários encontros e congressos foram realizados reunindo representantes das diversas ligas. A essa altura, a consciência dos camponeses estava formada em direção à luta por uma Reforma Agrária radical, e foi neste período histórico que eles iniciavam, como tática de luta, ocupações de terras e resistência em cima dela.

A posição de organizações como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e de setores progressistas da igreja católica era por uma Reforma Agrária por etapas, como indenização aos proprietários (Morissawa, 2001).

Mas inegavelmente, foram com as ligas camponesas que se iniciam os mais importantes processos de lutas e resistência de camponeses no Brasil, que viriam dar origem a outros importantes movimentos de luta pela terra posteriormente.

Em 1954, o Partido Comunista Brasileiro – PCB cria a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas) que tinha por finalidade organizar as diversas associações de camponeses criando assim uma articulação política entre movimentos operários e camponeses. No geral, as lideranças do Ultab eram camponesas com algumas indicações do PCB. A Ultab aos poucos foi sendo criada em todos os estados do Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, onde o MASTER se organizaria, e o Pernambuco, hegemonizado pelas Ligas Camponesas.

Em fins dos anos de 1950, no Rio Grande do Sul, surge o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Esse movimento surge a partir da resistência de 300 famílias de posseiros do município de Encruzilhada do Sul. Ele dissemina-se por todo o estado gaúcho e tinha como base considerada sem terra assalariados rurais, posseiros, pequenos agricultores e seus filhos e peões.

Em 1962 o MASTER inova nas táticas organizativas, criando os acampamentos de resistência sem terra. O diferencial dos outros movimentos,

como os foreiros das Ligas Camponesas, era que a centralidade do MASTER era ocupar terras e nela resistir, nas ligas as lutas eram para que os agricultores não fossem expulsos da terra. O MASTER teve amplo apoio do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, de Loenel Brizola, então governador do estado na época. Com a derrota do PTB nas eleições estaduais de 1962, o MASTER perde força, pois o novo governo estadual lança ofensivas contra os trabalhadores organizados em luta pela terra.

Em 1962, o governo de João Goulart regulariza e regulamenta os processos de sindicalização rural. Os sindicatos rurais já existentes passaram a ser reconhecidos e muitos outros são organizados. Existia então a perspectiva de criar federações estaduais e uma confederação nacional de trabalhadores rurais, que teria a tarefa de organizar todas as federações.

A primeira convenção brasileira dos sindicatos rurais foi em Natal, estado do Rio Grande do Norte, em 1963, com a presença de diversos sindicatos ligados a setores da igreja católica, na maioria dos estados do Nordeste. Assim, surge a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), em 1963.

Com o golpe militar de 1964, o Brasil tomba sob as botas dos militares. As reformas de base, anunciadas por João Goulart dias antes de sua queda, assustam a burguesia e a classe média brasileira. Entre as reformas mais significativas e mais assustadoras para a elite econômica do país, está a Reforma Agrária.

Em 1963, Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul, e aliado maior de Jango, inicia um processo de desapropriação de terras no estado controladas por empresas americanas. Este fato, combinado com a expansão de governos de esquerda na América Latina e América Central e com o comício feito por Jango, na central do Brasil, Rio de Janeiro, em março de 1964, para cem mil trabalhadores, em sua grande maioria rurais, desencadeiam uma ampla articulação de setores militares alinhados com os

Estados Unidos e com a classe dominante colonizada, o resultado foi o que a história já nos mostrou.

Já em 1964, o governo do presidente – marechal Castelo Branco decreta a primeira lei de Reforma Agrária do Brasil, em quase quinhentos anos, que foi denominada Estatuto da Terra. Ela vinha em resposta à necessidade de distribuição de terras como forma de evitar novas revoluções sociais, como a que acabara de ocorrer em Cuba, em 1959.

Embora decretada pelo primeiro governo militar, essa lei, por incrível que pareça, tinha um caráter progressista. Os técnicos que a elaboraram tinham uma mentalidade avançada, com desejo de fazer um projeto decente. Prova disso foi que na época, o jornal o estado de São Paulo e os latifundiários paulistas fizeram grande pressão contra a lei (Morissawa, 2001).

Porém, o Estatuto da Terra jamais foi implementado. Era apenas uma estratégia para acalmar os ânimos no campo e tentar retirar da ordem do dia possíveis revoltas organizadas por movimentos de trabalhadores rurais.

Durante a ditadura militar, as organizações que representavam os trabalhadores rurais foram esmagadas. Porém, as lutas pela terra continuavam, particularmente nas regiões Norte e Centro Oeste. É importante ressaltar que a igreja católica foi, durante a ditadura, a única instituição capaz de fazer frente ao regime, seja nas cidades ou no campo.

Nos anos de 1970, eclodiram algumas lutas camponesas nas regiões Norte e Centro Oeste do país. O mais famoso foi a Guerrilha do Araguaia, ocorrida ao norte do hoje estado de Tocantins, na região conhecida como Bico do Papagaio. Em 1969, um trabalhador vinculado ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB comprou um sítio na região onde iniciaram um processo de treinamento de guerrilha. Eles agiam a partir da linha chinesa, que aderiu as ideias de Mao Tse Tung. O objetivo era estabelecer relações com os camponeses da região e, aos poucos, conscientizá-los da necessidade da luta armada contra o latifúndio e o governo militar. Foram duramente reprimidos e derrotados em 1975, depois de mais de dois anos resistindo.

Como mencionamos anteriormente, a igreja católica cumpre um papel fundamental de resistência em tempos duros da ditadura militar. Era difícil para o regime combater a igreja, pois ali personificava os ideais cristãos, também defendidos durante o golpe militar para combater o comunismo, só que largamente deturpado.

No início dos anos de 1960, a igreja católica criou as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que, já em meados da década de 1970, existiam em todo o país. As CEBs eram baseadas na Teologia da Libertação, e se tornam importantes espaços para os trabalhadores do campo e da cidade se organizarem e lutarem contra as injustiças e por seus direitos.

Os teólogos da libertação fazem uma releitura das sagradas escrituras da perspectiva dos oprimidos e condenam o capitalismo, considerando um sistema anti-humano e anticristão.

Em 1975 surge a CPT (Comissão Pastoral da Terra) vinculada a igreja católica. Ela se organizava a partir de diversas paróquias das periferias das cidades e também em comunidades rurais, dando assistência aos camponeses durante os anos do regime militar.

No início, a CPT volta-se a luta dos posseiros do Centro Oeste e do Norte. Posteriormente, com a eclosão da luta pela terra em todo o país, ela torna-se uma instituição de alcance nacional. A atuação da CPT no sul do país dá origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Inaugura-se aí uma nova situação, uma nova maneira de vivência religiosa, uma nova relação entre a religiosidade popular e as instâncias oficiais da igreja, fé e luta social se unem de outra maneira (Gorgen, 1997).

Desta forma, para compreender a criação do MST e sua forma de organização, como sujeito social e coletivo, a partir de sua materialidade de origem, devemos ter clareza dos percursos históricos que a teoria da organização política, em seus momentos concretos de ação, tendo na teoria revolucionária um dos alicerces, se afirma como definidora de processos

organizativos posteriores, como no caso da criação do MST, que é fruto da junção destas experiências históricas, em sua teoria e prática.

Nos capítulos posteriores, iremos conhecer mais a fundo o MST, só que visto a partir da perspectiva dos trabalhadores, e em sua luta incansável para desmistificar o trato que é dado ao MST pela grande mídia e por setores da burguesia nacional e internacional.

1.2 Será o MST significativo para uma abordagem científica? Limites e contradições do MST como objeto de estudo

Estudar uma organização social como o MST não é tarefa fácil. Do ponto de vista da ciência hegemônica, que nos impõe falsa imparcialidade e desconsidera o movimento histórico, dialético e político dos objetos de pesquisa, estudar um movimento social de característica política e ideológica como o MST, enfrenta barreiras epistemológicas de alto grau de complexidade, ainda assim quando se trata de pesquisas acadêmicas.

Sabendo que o enfoque epistemológico das pesquisas acadêmicas hoje se baseiam na estrutura de um positivismo moderno (Bruhl, 1990), que libera, por um lado, a subjetividade de limitações metodológicas e, de outro, ao mesmo tempo, cria-se também uma “ilusão objetivista” da ciência, que pretende somente atribuir um caráter verdadeiro aos “fatos” comprovados pelo caminho empírico-analítico rejeitando qualquer proposta hermenêutica, analisar um sujeito coletivo em constante movimento, nos obriga a aprofundar o caráter materialista histórico-dialético, de forma a desconstruir certos reducionismos científicos e abordagens rígidas.

Do ponto de vista sociológico, (Ianni, 1991) nos diz que cabe reconhecer que o objeto da pesquisa é a realidade social em movimento, formação e transformação. O objeto e o sujeito de conhecimento distinguem-se e confundem-se. A realidade da pesquisa é um ser ao qual o sujeito participa, em

alguma medida, pelo universo de práticas, valores, ideais. Simultaneamente, é um ser em movimento, modificação, devir, revolução. Desafia todo o tempo o pensamento, como algo conhecido e incógnito, transparente e opaco (Ianni, 1991).

Ainda assim, o desafio da abordagem científica em torno de um objeto de estudo de natureza social e coletiva, deve ter raízes nos impasses, problemas, lutas e ilusões que desafiam os indivíduos, os grupos, classes, movimentos, partidos, setores, regiões e a sociedade como um todo (Ianni, 1991).

Por esta perspectiva, analisar e estudar sujeitos coletivos que se movimentam na realidade social concreta, tem profunda importância, pois, compreender os ciclos históricos, políticos e sociais que definem passos que a sociedade dá em direção as diversas mudanças que ocorrem no seio da política, e assim, interferindo na realidade econômica, cultural, social, educativa, ambiental, dos sujeitos, sejam individuais ou coletivos, nos coloca questões de fundo que dialogam com a realidade da luta entre classes que extrapolam falsas mediações impostas a um possível movimento “natural” das relações sociais, como tentam nos fazer pensar, a partir de determinados focos e abordagens da ciência hegemônica e pós-moderna⁴.

Portanto, estudar o MST demanda compreendermos o lugar da Reforma Agrária como objeto de pesquisa. Inicialmente, é necessário perceber que há relações diretas entre produção científica e projeto histórico, este entendido como projeto de classe. Entender o MST como um movimento que assume um vínculo com o projeto histórico da classe trabalhadora evidencia a necessidade de aprofundar a leitura acerca deste movimento, a partir de produção científica.

⁴ Aqui, entende-se por pós-modernismo a representação de uma nova época, pois reconhece que em sua essência se encontra a marca da lógica do capital. A pós-modernidade é a forma de domínio cultural vigente, reunindo o campo de forças confluentes na ideia de dominação. Ela seria, por fim, o período de transição de dois estágios do capitalismo, transição esta que representa um processo de reestruturação da economia capitalista que avança em escala global, com tendência de controle político, social e cultural.

Caldart (2014) nos lembra de que o momento histórico em que vivemos diminui o espaço dos “intelectuais tradicionais” e pressiona a formação dos “intelectuais orgânicos” das classes fundamentais em confronto. O MST hoje, para além de um movimento de luta pela terra e pela Reforma Agrária, compreende que qualquer movimento social que ouse lutar pela transformação da sociedade, deve ter em seus quadros orgânicos militantes com alto nível de formação política. Porém, é importante que esta formação política se consolide atrelada aos mais amplos processos de estudo.

Assim, uma das linhas fundamentais do MST é a ocupação dos espaços formais de educação. Primeiro, é necessário executar um programa de estudo e pesquisa em torno da alfabetização. É de suma importância desenvolver pesquisas teóricas e práticas que ajudem nos processos de alfabetização dos trabalhadores rurais. O MST, em parceria com a CNBB, a UnB e a UNESCO, durante a década dos anos de 1990, ajudou a criar o PRONERA, com o objetivo de expandir o acesso de trabalhadores e trabalhadoras rurais a todos os níveis de educação, desde a alfabetização até o ensino de pós-graduação.

Foi neste contexto que o MST atrelou suas perspectivas de luta concreta a necessidade de avançar em uma pedagogia de base socialista⁵, desenvolvendo estudos e pesquisas em parcerias com diversas universidades públicas brasileiras e com muitos professores que tinham sua formação acadêmica e seus projetos de pesquisa identificados com um projeto de sociedade.

Pesquisar o MST requer compromisso com a trajetória histórica do movimento. Há muitas linhas nas Universidades que negam o MST como

⁵ A elaboração teórica e prática de uma pedagogia de base socialista sempre esteve organicamente vinculada às experiências de luta social e política, demarcando concepções diferenciadas de formação humana a concepção hegemônica do capital, que impõe aos homens a forma mercadoria como marco de construção da sua subjetividade e materialidade histórica. Portanto, tratar de uma pedagogia socialista, mais do que se ater a princípios metafísicos, é dimensionar dialeticamente as experiências concretas de formação humana no bojo dos processos revolucionários, das organizações políticas e dos movimentos sociais que apontaram, ao longo do século XX, para processos de formação humana nos quais o homem é a medida de todas as coisas (Ciavata; Lobo, 2012, p. 561).

sujeito coletivo e desconsideram sua formação como apta a enquadrar-se no universo das pesquisas acadêmicas. Há quem desconsidere a própria natureza política e social do movimento, tentando vinculá-lo a milícias armadas ou organização terrorista, e assim, sem merecer qualquer espaço como objeto de estudo social ou científico.

Porém, a relação histórica do MST com a Universidade, a partir da complexidade da Reforma Agrária defendida pela construção teórico-prática detalhada em seu programa agrário, demonstra a total necessidade de acumular estudos e pesquisas para aprofundar na construção da Reforma Agrária Popular em suas mais variadas dimensões, desde a democratização da terra até a construção de escolas e processos pedagógicos que atribuam ao trabalhador camponês e aos assentamentos as necessidades educativas e culturais inerentes à sua condição de sujeito histórico e de direitos.

Importante ressaltar que Universidade pública brasileira é um espaço tático necessário de tensionamento e acúmulo para os trabalhadores rurais. O MST compreende este universo como fundamental na disputa das diversas dimensões que envolvem a consciência, desde o ponto de vista da apropriação da ciência e da pesquisa pelos trabalhadores como o espaço de disputa política histórica ao qual se insere a Universidade no Brasil.

Portanto, pela contradição histórica da luta pela terra no Brasil, o MST se inscreve, na atualidade, como sujeito coletivo que avança nas dimensões necessárias para a construção da Reforma Agrária. E esta condição somente se concretizará a partir do momento que a pesquisa social, assim como o acirramento das lutas e da massificação de trabalhadores, tomar parte como instrumento de elevação do nível de consciência dos trabalhadores em direção à construção de um projeto de sociedade. A Universidade e a pesquisa devem tomar parte nisso, o discurso da neutralidade da ciência evidencia seu lado meritocrático e liberal, calçado no discurso da manutenção e da imobilidade social.

Caldart e Alentejano (2014) reforçam que o modelo da agricultura empresarial e capitalista necessita de quadros intelectuais e técnicos que contribuam para sua estruturação. As universidades têm servido historicamente para isso, mas há as que formam os quadros dirigentes do agronegócio (como a Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz – ESALQ) e as que formam o exército de vendedores e sócios menores do sistema. Aparentemente, para a burguesia, não é interessante expandir universidades públicas que integrem trabalhadores pobres e tampouco interessa qualificar os cursos existentes, pois o perfil acadêmico geral, que forma os “vendedores de pacotes tecnológicos”, deve ser estimulado a partir da formação em poucos núcleos de excelência, adaptando sua formação as tecnologias essenciais e necessárias para manutenção do sistema.

Essa lógica entra em contradição com a construção do conhecimento aprofundado pelo MST e pela necessidade da Reforma Agrária, e também em relação ao conhecimento de base agroecológica. Com isso, (re) abre a discussão sobre o papel do campesinato⁶ como produtor e consumidor de conhecimento, tendo na agroecologia uma forma de (re) leitura de Paulo Freire e da Educação Popular, a partir da construção de métodos como o “diálogo de saberes”⁷, feito por técnicos e agricultores em situação de igualdade. Com isso, evidenciam-se contradições entre o centro-periferia da academia

⁶ Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em território, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (Costa; Carvalho, 2012, p. 113).

⁷ O Diálogo de Saberes – DS emergiu no processo de formação dos e das dirigentes e técnicos do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra SPCMA/MST (2005/2007) e simultaneamente foi adequado como disciplina curricular dos cursos técnicos de agroecologia das escolas do MST e CLOC – Via campesina do Paraná. Pretende-se com este proporcionar a formação que supere os fundamentos e as prática anti-dialógica e prescritora do receituário técnico do agronegócio e promotora da invasão cultural (na perspectiva freireana) hegemônicas dentre os profissionais das ciências agrárias escolarizados na educação bancária das escolas técnicas e universidades, para a práxis da e do militante técnico – pedagogo – educador em agroecologia coerentemente engajados nos processos de emancipação humana dos povos do campo (Tardin; Guhur, Rezende, 2015).

brasileira, o que tem aberto oportunidades de avanço em universidades “periféricas” (ou em *campi* periféricos de universidades centrais), sobretudo com o avanço dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e cursos superiores de Agroecologia.

Por este viés, o MST se torna elemento central para diversas pesquisas, pois contribui, a partir “autoridade histórica e moral” com o avanço do conhecimento e criação de novas áreas de pesquisas e cursos formais que são necessários para pensar a sociedade contemporânea, seus conflitos territoriais, ambientais e políticos, expondo à pesquisa e a universidade ao desconforto necessário a partir das contradições da sociedade capitalista e suas formas de controle.

1.3 O MST visto do lado de cá: a contradição da criação do MST e sua materialidade de origem

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST surge a partir da perspectiva das lutas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras em vários cantos do planeta, a fim de libertar-se da opressão imposta pelos regimes autoritários e conservadores, centralizados em impérios, monarquias, estados absolutistas, repúblicas conservadoras, todas com o mesmo objetivo: manter o domínio social, econômico e político para manutenção das relações de subserviência e dominação, de uma classe sobre a outra.

Os movimentos de rupturas políticas históricas, sobretudo durante o século XX, que organizaram a classe trabalhadora em torno do desafio de superar estados e governos opressores, foram e continuam sendo inspiradores para o avanço do MST, como movimento social que busca, para além da Reforma Agrária, a transformação social do país.

Portanto, a criação do MST não ocorre a partir da naturalidade das relações sociais, ou seja, o MST não surge de uma conjuntura rígida, de um determinado momento histórico, mas das relações contraditórias do próprio

sistema político que se hegemonizou em períodos históricos, estruturando-se como sistema com centralidade na acumulação de riquezas, na exploração da força de trabalho, nas relações de dependência política, econômica e social entre países centrais e periféricos, no patriarcalismo e etc. Essa condição imposta gera profundas contradições sociais, de toda a ordem, gerando revoltas, guerras, lutas, novas organizações sociais, movimentos, partidos, que são frutos de processos de resistência e sobrevivência.

Neste contexto, o MST surge através do conjunto histórico de medidas autoritárias e conservadoras, tendo na concentração da terra, na exploração e expulsão de trabalhadores e na violência que trabalhadoras e trabalhadores rurais sofriam (e sofrem) com a escalada sem limites a partir dos interesses do capital e dos capitalistas em dominar por completo a cadeia de produção agrícola, desde o controle da terra e das sementes, passando pela força de trabalho e dos mais diversos meios e modos de produção.

Segundo Morissawa (2001) o primeiro período de evolução histórica do MST se dá entre os anos de 1979 e 1983, período de retomada das lutas massivas pela terra, quando ocorriam ocupações e mobilizações em muitas regiões do país. Este período é a finalização de um processo histórico anterior de mais de vinte anos de governos militares, que construíram uma centralidade na industrialização e modernização capitalista de modelo estado unidense, operando forte desestímulo a agricultura camponesa e familiar ao incorporar um modelo agrícola centrado em três grandes eixos, mecanização pesada, monocultivos de produção, uso intensivo de agrotóxicos e adubação química.

Esse modelo de produção, em grande escala e de caráter agroexportador, difundido e operado por setores da economia militar, mostrou apenas um caminho aos camponeses e pequenos agricultores, sua incorporação às nascentes indústrias das grandes cidades brasileiras, como grande exército industrial de reserva.

Este contexto histórico aprofundou a crise no campo e elevou os índices populacionais nos centros urbanos, ocasionando uma séria crise social e

política, que posteriormente deságua nas grandes manifestações pela redemocratização e no fim do regime militar. É justamente neste tempo histórico, que demarcamos como um segundo período de consolidação do MST, em 1984, com a realização do I Encontro Nacional dos Sem Terra, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, que nasce formalmente o MST, com a representação de dezesseis estados brasileiros.

O MST surgia, assim, com a vocação de ser um movimento de massa, que passou a realizar lutas de massa e utilizar diversos instrumentos de pressão política e tensionamento, como as ocupações de terras, assembleias massivas, caminhadas, marchas, audiências massivas, ocupações de prédios públicos e etc. (Stédile, 1997).

Preocupado com o enorme desafio histórico que teria pela frente, o MST procurou resgatar as experiências de outras organizações e movimentos de luta pela terra em geral. Tinha clareza que as lutas e as formas de organização não eram feitas a partir de manuais ou cartilhas, mas que deveriam aprender fazendo, com sua própria experiência. No entanto, não deixou de buscar as experiências históricas de outros movimentos camponeses do Brasil e ensinamentos acumulados pela classe.

De certa forma, o MST sempre se considerou herdeiro das ligas camponesas, que foi a organização similar mais parecida que existiram décadas anteriores. As lideranças históricas das ligas foram referências, buscando aprender pelos erros e acertos com essa experiência de organização de camponeses que marcou as décadas dos anos 50 e 60.

Da soma das origens com as experiências históricas que o MST internalizou, foi possível desenvolver e aplicar alguns princípios que são base de sustentação e organização do MST, e assim, possibilitaram e ainda possibilita que este movimento siga crescendo, com unidade política nacional, apesar das enormes dificuldades.

Procurou-se, em todos estes anos, aplicar os seguintes princípios organizativos:

- 1) Vinculação permanente com as massas: não é possível organizar um movimento social nacional sem trabalho permanente com sua base social e de enraizamento junto às massas. Assim, jamais se deve perder o vínculo direto com o povo organizado.
- 2) Luta de massa: nunca se deve iludir com as “boas” vontades de governos ou autoridades. A Reforma Agrária somente tem condições de avançar com luta social de massa, pressão política e tensionamento. Não há outro caminho de avanço social senão com o povo organizado e mobilizado em torno de objetivos gerais da luta política, sendo a Reforma Agrária um dos elementos dentro da política geral. As negociações com os governos são importantes, mas fazem parte de uma correlação de forças políticas que somente avançam com pressão social, e se constituem favoráveis na medida em que o povo organizado demonstre força.
- 3) Divisão de tarefas: todas as atividades dentro do MST sempre foram realizadas pelo maior número de pessoas possível. Dividir as tarefas é descentralizar as ações políticas.
- 4) Direção coletiva: no MST, todas as instâncias, desde os núcleos de base dos acampamentos e assentamentos até a direção nacional são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder. O que difere são as tarefas.
- 5) A disciplina: nenhuma organização social, por menor que seja, funciona se não houver um grau de disciplina, que ajude a garantir os encaminhamentos coletivos. No MST a disciplina é princípio fundamental, tanto do ponto de vista a garantia do método de trabalho como no respeito às decisões coletivas.
- 6) Formação de quadros: nenhuma organização terá sucesso se não formar e preparar seus próprios quadros. A formação política é peça fundamental para a elevação do nível de consciência da militância. A disciplina para o estudo é central, luta melhor quem consegue aliar o estudo e a formação com as ações concretas.
- 7) Por último, no MST, sempre se procura exercer a mística. Reforçar os saberes populares, da classe trabalhadora, dos símbolos, da luta, dos

mártires, inovando nas linguagens, incorporando a poesia, a música. A mística é muito mais que alguma apresentação cultural, ela parte do sentimento, e alimenta-se da luta e da esperança, por uma sociedade justa e fraterna.

O MST, em seus trinta e dois anos, sobrevive por ter conseguido manter a disciplina organizativa e a garantia dos princípios políticos como algo central em sua essência como movimento social de massa. Combinando luta popular e trabalho de base, a formação política e o cuidado com sua base social e militância e a conquista de assentamentos e aprofundamento na organização da produção e da vida dos camponeses sem terra, são determinantes para que ainda consiga seguir mobilizando trabalhadores rurais e se mantendo como movimento com grande notoriedade na esquerda brasileira e mundial.

1.4 Breve análise sobre a estrutura política, econômica e fundiária da região do DF e Entorno

No final dos anos 50 e início dos 60, o Brasil vivia uma intensa epopeia política. A conjuntura daquele momento trazia um ar de esperança ao cansado povo brasileiro. Não muito tempo após o planeta ter vivido uma segunda guerra mundial, ele se (bi) polariza a partir do aprofundamento da guerra fria, período histórico da luta travada entre o capitalismo liberal e o sonho do socialismo, este último sendo a cada dia aguçado pelas intensas revoluções que estouravam em determinados países. No caso do Brasil, com o país sendo governado pelo Partido Social Democrático – PSD, que tinha como composição majoritária setores da classe média alta e representantes dos grupos empresariais, destacava-se como figura forte Juscelino Kubitschek e o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra. Esta composição tinha como característica um alinhamento profundo com a política estadunidense, que enxergava o Brasil como nação estratégica para impedir o avanço do “comunismo” que ganhava espaço em parte dos países latino americanos no período.

Esta aliança com os Estados Unidos e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) garantiu ao governo Kubitschek as condições necessárias para ousar politicamente. Esta ousadia se transformou na criação de Brasília e mudança da capital federal para o Centro Oeste brasileiro. Um dos objetivos centrais desta mudança era a possibilidade de explorar novas fronteiras no País, na perspectiva de iniciar um período de moderna industrialização da região criando um novo período para os avanços políticos, econômicos e sociais do País. Por trás desta situação aparente, estavam diversos interesses, em grande parte, internacionais, com a possibilidade real de que os “novos” espaços poderiam gerar novas conformações políticas e econômicas abrindo espaço para empresas estrangeiras de diversos setores se instalarem no país, com o objetivo de “contribuir” para que o Brasil se “desenvolvesse” nos marcos do “sonho” capitalista.

Desta maneira, parte da burguesia industrial da época, que se alimentava do capital financeiro internacional, se deslocava para o Centro Oeste com o intuito de fortalecer as ações do governo federal com vistas a intensificar a ocupação e o “desenvolvimento” político e econômico do que viria a ser o Distrito Federal. Naquele período, um ator até então sempre presente na recente história do Brasil também se apresenta como protagonista da ação política: o velho setor ruralista. Com o avanço da modernização conservadora em direção ao centro, os pactos das elites rurais e industriais se consolidaram como necessárias e deram o tom daquele período. Não podemos esquecer que grande parte da atual burguesia agrária do DF se consolidou no território antes da construção de Brasília. E outra parte determinante desta burguesia surge durante o processo de ocupação e “industrialização”, ainda na atualidade.

Portanto, a aliança entre a nascente burguesia industrial e a velha oligarquia rural se fez necessária para a consolidação da nova capital federal. Mas esta aliança tem outros elementos importantes para analisarmos: grande parte dos membros do executivo e do legislativo era parte integrante ou do setor agrário, ou do setor empresarial/industrial, atrelado a grupos financeiros estadunidenses, todos pertencentes à alta classe média dominante, com raras exceções. Assim, Brasília surge no contexto onde a “potencial” classe

empresarial e industrial urbana ainda seguia os ditames da velha forma coronelista e fisiologista de fazer política da burguesia rural.

Passados cinquenta e seis anos da criação de Brasília, os setores urbano empresarial e do agronegócio, continuam a hegemonizar o domínio político institucional na região do Distrito Federal e Entorno.

O Distrito Federal foi criado quatro anos antes do golpe militar de 1964. Portanto, na maior parte de sua breve história, não teve a possibilidade de conviver com processos democráticos, assim como o restante do país à época, basicamente desde sua origem. A nascente Brasília, que viria a se consolidar como Distrito Federal, compondo seu território a partir de pequenas cidades, em seu entorno, povoadas por candangos que vieram de outras cidades brasileiras trabalharem na construção da capital, inicia seu processo geográfico constituindo um centro (político, administrativo, cultural e dominante), envolto pelas periferias onde se aglomeravam trabalhadores pobres, muitos destes que vieram para o Centro Oeste com o sonho de melhorar de vida.

No entanto, o que encontraram foi a institucionalização da desigualdade social. Brasília não servia aos trabalhadores, mas sim a um funcionalismo público vinculado a setores médios da sociedade, que viriam para “pensar” a política nacional a partir da nova capital.

A concepção de “cidades satélites” parte deste formato de organização geográfica. Muitas cidades são erguidas, no entorno de Brasília, sem as mínimas condições de infraestrutura, sem planejamento, e com muito trabalho e resistência de quem veio construir um sonho, que se tornou outra realidade, da exclusão e da desigualdade. Importante perceber que a luta pelo direito a cidade, em meio à construção de Brasília, ocorre a partir da negação de direitos fundamentais, e consolidam-se através de resistências para além da propaganda de progresso cultuada por Juscelino Kubitschek e Oscar Niemayer.

Com o passar dos anos, o Distrito Federal se organiza, do ponto de vista geográfico e demográfico, mas os problemas se agudizam. Partes destes

problemas surgem pela intensa migração rumo ao Centro Oeste, em maior intensidade para o Distrito Federal. As cidades que compõe o DF, especialmente Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, despontam com índices de população acima da média. As cidades do estado de Goiás, que fazem fronteira com o DF, também são destinos frequentes de quem vem de fora.

Com relação ao mercado de trabalho na região, inicialmente, três setores respondem com mais intensidade, dada a organização histórica: o funcionalismo público, a agricultura (neste caso a incorporação da força de trabalho na grande agricultura e algumas atividades da agricultura familiar, em menor escala), e o setor de comércio e serviços, este, responsável por incorporar a maior parte dos trabalhadores proletarizados, com uma jornada alta de trabalho e baixos salários.

Boito (2012) enumera este setor de trabalhadores pauperizados e incorporados às periferias urbanas como subproletários, entendidos como eleitores e trabalhadores de baixa renda que oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais.

Essa característica, durante muitos anos, e ainda hoje, é comum para grande parte da população do Distrito Federal. Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, pelo Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, de julho de 2016, comparando os últimos 12 meses, entre julho de 2015 e julho de 2016, as taxas totais de desemprego no Distrito Federal tiveram um considerável aumento.

Os dados relativos ao mercado de trabalho do DF mostram uma elevação nos níveis de desemprego que saltaram de 13,6% em julho de 2015 para 18,9% em julho de 2016. No período de análise, o contingente de desempregados apresentou um aumento em 85 mil pessoas, atrelado a redução do número de ocupação (eliminação de 71 mil postos de trabalho, ou – 5,3%) combinado a um aumento da população economicamente ativa (entrada de 14 mil pessoas na força de trabalho ativa na região, ou 0,9%).

Tal desempenho do nível de ocupação em - 5,3%, ou 71 mil postos de trabalho a menos decorre da redução, segundo o estudo da Codeplan⁸, das ocupações em setores do comércio (- 9,8%, ou - 26 mil), de serviços (- 2,7%, ou - 25 mil), e na construção (- 20,5%, ou - 17 mil), somando, no total, quase 70 mil postos de trabalho a menos em três setores do mercado de trabalho local, em um ano.

Tabela 2
Estimativas do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade
Distrito Federal
Julho de 2015 a Julho de 2016

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variação Absoluta (em mil pessoas)		Variação Relativa (%)	
	Julho-15	Junho-16	Julho-16	Julho-16 / Junho-16	Julho-16 / Julho-15	Julho-16 / Junho-16	Julho-16 / Julho-15
Total (1)	1.349	1.281	1.278	-3	-71	-0,2	-5,3
Indústria de transformação (2)	49	48	48	0	-1	0,0	-2,0
Construção (3)	83	64	66	2	-17	3,1	-20,5
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	284	238	238	0	-26	0,0	-9,8
Serviços (5)	935	916	910	-6	-25	-0,7	-2,7
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (6)	193	184	186	2	-7	1,1	-3,6

Fonte: PED-DF. Convênio: SEDEST/MDH-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.
(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); Atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção O da CNAE 2.0 domiciliar. Nota: Adaptação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 02/2012.

Figura 1: Estimativa de número de ocupados, segundo setores de atividades.
Fonte: Codeplan (2013).

Esses dados apontam que, em se tratando de uma pesquisa que cobre todo o território do Distrito Federal, parte desta redução dos índices de emprego afetam diretamente parcelas de trabalhadores que residem nas regiões administrativas do DF. A região que contempla o Plano Piloto, região central de Brasília, embora tenha estabelecimentos nos setores de serviços, de comércio e construção, empregam, em sua maioria, trabalhadores que residem em regiões do entorno. No caso dos serviços e comércios, muitos dos

⁸ CODEPLAN. Boletim PED-DF, julho de 2016. Disponível na internet em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/ped/2016/Boletim_PED-DF_julho2016.pdf . Acessado em 03 de março de 2017.

estabelecimentos se concentram nas regiões mais populosas do DF, como Ceilândia, Taguatinga e Samambaia.

A região geográfica do Distrito Federal é composta por trinta regiões administrativas (RAs) somando uma população, em 2016, de 2.786.684 habitantes, e segundo os dados do IBGE, a estimativa é que sejam mais de três milhões de habitantes no DF até final de 2017.

Segundo dados da Codeplan (2015) a maioria da população economicamente ativa da cidade trabalha no setor de comércio. A cidade de Ceilândia é a que concentra maior número de trabalhadores neste setor (37.316), seguido pela cidade de Taguatinga (22.487), por Brasília (13.036). No setor de serviços Ceilândia segue em primeiro lugar, com (15.395) trabalhadores, seguido pela cidade de Samambaia (8.081), Santa Maria (7.796), Gama (5.555), Taguatinga (4.492) e Brasília (3.985).

Já no setor da construção civil, Ceilândia também tem o maior número de trabalhadores (6.145), seguido por Planaltina (4.263), Samambaia (3.265), Santa Maria (2.000), Gama (1.741) e Taguatinga (1.388). Brasília aparece apenas com 951 residentes que trabalham neste setor.

Já no setor agropecuário, Planaltina é a cidade que mais emprega trabalhadores (1.046), seguido por Ceilândia (768), Brasília (514), Samambaia (354), Brazlândia (339) e Taguatinga (327).

Gráfico 7 – Distribuição dos valores adicionados, a preços correntes (em R\$ 1 milhão), por setor de Atividade, na composição do PIB - DF – 2012

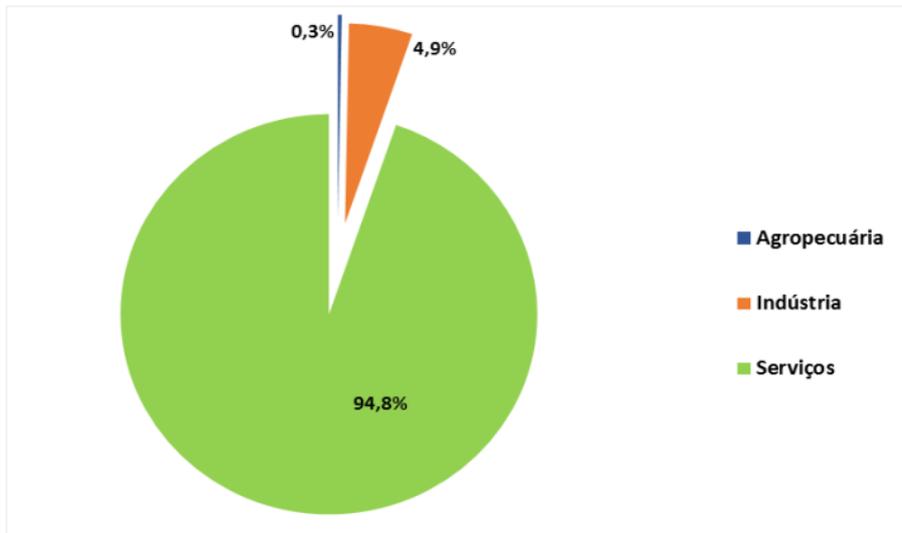


Figura 2: Fonte IBGE – Dados organizados pela Codeplan (2013).

Importante ressaltar que essa baixa participação do setor agropecuário na composição do PIB do Distrito Federal se dá por atender apenas parcialmente a demanda interna do mercado de alimentos. É necessário ter clareza, segundo dados da Codeplan, que esse setor tem se mostrado bastante expressivo em se tratando da pauta da exportação, a coexistir com uma economia centrada no setor de serviços, suscitando medidas que a diversifique e reduza seu grau de vulnerabilidade, na perspectiva de sua estruturação com maior solidez, em termos de geração de mais empregos e oportunidades, consoante a capacidade de suporte do território (Codeplan, 2013).

O mapeamento do mercado de trabalho organizado pela Codeplan demonstra que a elevação do nível de desemprego entre os meses de julho de 2015 e julho de 2016, de 13,6% (2015) para 18,9% (2016), quando observados os setores analisados, atinge prioritariamente trabalhadores residentes nas cidades periféricas do DF, elevando assim o contingente de trabalhadores (as) dispostos a vender sua força de trabalho, no campo ou na cidade, por um valor

que não garanta uma estabilidade de vida em condições normais de trabalho, incorporando-se a uma massa característica de exército industrial de reserva.

A questão agrária do DF também apresenta algumas particularidades. O Distrito Federal possui uma economia essencialmente baseada no setor terciário, representando mais de 93% de seu PIB. A economia agropecuária tem reduzida participação, com menos de 1% do PIB local. Por outro lado, a economia agropecuária das regiões do entorno do DF tem elevada participação, sendo polos consideráveis do agronegócio da região, com impactos nacionais.

Observando as safras 2012/2013, o Brasil alcançou uma produção recorde de grãos, com quase 190 milhões de toneladas, consolidando-se o 4º maior produtor mundial. Desde 1990, em pouco mais de duas décadas, a produção mais que triplicou. Se tal resultado pode ser considerado extraordinário, mais relevante foi o desempenho da produção na região Centro Oeste, onde aumentou em mais de 600% (Codeplan, 2013).

Ocorre que, mais expressivo ainda é a produção de grão integrada à região geoeconômica de Brasília, tendo um aumento em mais de 1000%, somente até 2011, revelando o alto dinamismo da região integrada ao Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Considera-se a região geoeconômica de Brasília e sua região de influência, ou seja, as microrregiões geográficas (MRG) que possui a maioria de seus municípios polarizados por Brasília. São essas regiões, conforme apontadas pelo estudo do IBGE, os municípios que compõe a região da Chapada dos Veadeiros, Vão do Paranã e região entorno sul do DF, Padre Bernardo, Cocalzinho, Pirenópolis, todas no estado do Goiás, em Minas Gerais, os municípios de Unaí, Arinos, Buritis, Paracatu, na Bahia, as microrregiões de Barreiras, Santa Maria da Vitória, Cotegipe e algumas microrregiões do estado de Tocantins.

Segundo dados da Codeplan (2013) o avanço do agronegócio na região geoeconômica de Brasília vem em intensa expansão, entre os anos de 1990 e

2013. A especialidade deste setor abrange a produção de grãos, obtendo, neste período, um crescimento de 1.036,6%, bem mais que o dobro do crescimento observado na região Centro Oeste (417,2%), e quase seis vezes o crescimento do Brasil (184,7%) neste mesmo período.

Da mesma forma que se observa na produção nacional, se considerados os dois principais grãos produzidos no Brasil, soja e milho, a participação somada de ambos correspondeu em 2011 a 78,8% do total de grãos produzidas na região Geoeconômica. No período de 1990 a 2011 a produção de milho cresceu na região em 1.213,4%, saindo de 306 mil toneladas para 4,02 milhões, ao passo que a produção de soja cresceu 922,0% saltando de 614 mil toneladas para 6,28 milhões (Codeplan, 2013).

Desta forma, ainda segundo estudos da Codeplan (2013), a região Geoeconômica de Brasília já se apresenta com destaque na produção nacional de grãos, respondendo por 8,1% do total produzido, percentual semelhante quando observado a produção de soja (8,4%) e a produção de milho (7,2%). Embora na produção de arroz e de trigo sua produção oscile em torno de 1%, na produção de feijão (16,7%), de sorgo (18%) e de algodão (32,2%), sua participação alcança patamares muito elevados.

Quando observamos o quadro de produção do agronegócio nas regiões do Entorno do Distrito Federal, fica clara a estratégia do setor em relação a essa região. Analisando a produtividade de grãos em toda região Geoeconômica de Brasília, que perpassa o Entorno do DF, observamos o aumento de investimentos do setor e a notória estratégia de consolidação da grande produção de grãos em um território que hoje está entre as quatro regiões mais populosas do Brasil, caso específico do Distrito Federal.

Em relação à produção de soja, o Entorno do DF aparece em segundo lugar, levando em conta toda a região Geoeconômica de Brasília, como uma produção de dois milhões de toneladas, ficando atrás apenas da micro região geográfica de Barreiras, no oeste do estado da Bahia, como uma produção de soja em torno de 2,9 milhões de toneladas.

Já em relação à produção de milho, a região do Entorno do DF, somando-se a região de Unaí, no noroeste de Minas Gerais, aparece em primeiro lugar, com uma produção de 1,475 milhões de toneladas, seguida ela MRG de Barreiras, com 1,1 milhão de toneladas.

Já a produção de arroz tem destaque na região do Vão do Paranã, no nordeste do estado de Goiás, e também parte integrante da RIDE (Região Integrada do Distrito Federal e Entorno), com uma produção de 55 mil toneladas, seguida por Barreiras, com 23 mil toneladas.

A produção de feijão tem destaque na região da RIDE, tendo no Entorno do DF e na região de Unaí seus maiores produtores, com 171 e 174 mil toneladas respectivamente.

Portanto, a região geoeconômica de Brasília se consolida como espaço político de controle do capital agrícola e imobiliário. Este controle se dá a partir da geografia (territorial e política) que inscreve Brasília como uma espécie de centro moderno de circulação de capital, através do poder político. A centralidade de seu território é fundamental para a qualificação de operações financeiras nacionais e internacionais, pois no auxílio do Estado o trunfo necessário para a garantia das transações. O pacto entre o agronegócio e a especulação imobiliária é uma característica predominante da região, pois os dois setores necessitam de territórios para se expandir, guardado seus devidos interesses.

Capítulo 2 – Questão Agrária e as particularidades de um método – Instrumentalização do debate

2.1 O Método Aplicado

Para subsidiar metodologicamente a proposta deste trabalho utilizamos como elemento central de análise o materialismo histórico dialético.

Para a definição de nosso caminho de análise e para a compreensão da questão agrária e da luta pela terra identificamos como ponto de partida o debate político do MST no Distrito Federal e Entorno extraindo algumas características centrais que foram operacionalizadas em categorias de análise, definidoras para abordagem do método marxista de análise que utilizamos na pesquisa.

O conjunto de fatos analisados, inicialmente de forma empírica, assim como as contradições e os antagonismos das relações fundiárias no Brasil, especificamente na região do Distrito Federal e Entorno, foram centrais para a identificação dos processos.

Pela determinação marxiana do método, o pensamento parte de um dado fático, e é pelo processo da abstração deste dado factual, da identificação e localização dos processos que esses dados sinalizam que estes operam sua vinculação a outros processos e, posteriormente, retornam ao domínio da empiria, assim, identificando os fatos, os fenômenos e as forma empíricas que sinalizam esses outros processos. Para Marx (Pires, 1996), a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só “depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”.

Isto posto, compreender o método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade, no caso, a realidade agrária da região em questão. O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do

pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir, pelo movimento do pensamento, as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (Pires, 1996).

Para aprofundarmos o método materialista histórico-dialético como eixo estruturante desta pesquisa a partir da complexidade histórica do tema foi observado as categorias determinantes que estruturam a espinha dorsal conceitual e metodológica, tendo na materialidade de origem do debate da questão agrária até a criação do MST e sua consolidação histórica em processo. Para isso, coube extrair as determinações, ou melhor, os traços efetivos, reais, que existem e se expressam no movimento do ser social. Estas categorias expressam os modos e as formas de ser da realidade, se consolidando como um traço constitutivo do objeto.

Desta maneira, para que esta pesquisa se fundamente foi necessário compreender o circuito definidor de sua natureza. Para analisar os impactos do MST na luta pela terra no Distrito Federal e Entorno, observamos dois elementos centrais para a análise: o debate da questão agrária e da luta pela terra.

Utilizamos como acúmulo do debate sobre a questão agrária, autores clássicos como Karl Marx, Karl Kautsky, Lênin, Chayanov, Shanin. Na literatura clássica brasileira sobre tema, a referência utilizada inclui Caio Prado Jr, Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, André Gunder Frank, Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender, Octávio Ianni, Plínio de Arruda Sampaio, Rui Mauro Marini, Celso Furtado.

Em rela o às leituras contemporâneas acerca da questão agrária, utilizamos autores como João Pedro Stédile, Guilherme Delgado, Sergio Leite, José Graziano da Silva, Leonilde Medeiros, Bernardo Man ano, Horácio Martins de Carvalho, Newton Gomes, Lauro Mattei, Beatriz Heredia, Moacir Palmeira, Jan Douwe Van Der Ploeg.

De forma transversal à categoria, utilizamos autores como David Harvey, Vânia Bamber, Thetônio dos Santos, Marcio Pochmann, Potyara Pereira, Ricardo Antunes, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, Ivo Tonet, Sergio Lessa, István Meszáros, Florestan Fernandes, Ademar Bogo, José Carlos Mariátegui.

Para além dos autores e autoras referidos acima, utilizamos documentos básicos que contemplam a história do MST, disponíveis na biblioteca da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, arquivos históricos do MST no Distrito Federal e Entorno, documentos e teses disponíveis na biblioteca virtual da Reforma Agrária e documentos internos públicos do movimento que circulam aos dirigentes a partir da secretaria geral do MST.

A partir do conjunto dos fatos, os referidos autores e documentos citados nos subsidiaram para apontar um resgate histórico das relações fundiárias no Brasil e, sobretudo, direcionando especificamente para a região do Distrito Federal e Entorno, de forma a compreendermos os processos, suas contradições e antagonismos, até o contexto histórico de criação do MST.

Para isso, buscamos o conhecimento das determinações imbricadas nas categorias de análise, envolvendo o debate agrário e implicando ao máximo a saturação das determinações analisadas, para desta forma retornar, então, ao fato que culminou na criação do MST.

Sendo assim, a partir do ponto de partida da criação do MST, dentro de seu tempo histórico, pontuamos abaixo as categorias de análise em torno da questão agrária, que consideramos importantes para delinear nosso percurso metodológico.

A primeira categoria de análise da realidade foi a luta pela terra, a partir da ação concreta delineada pela necessidade histórica de trabalho no campo, colocada ao MST, como necessidade de avançar para a superação da matriz agrária hegemônica. Esta ação decorre da contradição da questão agrária, a partir dos índices de concentração de terras, da necessidade de democratizar o acesso a terra e a produção de alimentos, bem como retomar a centralidade do

trabalho camponês e da função social da terra. Parte-se da compreensão e do acúmulo do debate da questão agrária, que contribui para que o MST possa afirmar e potencializar seus processos constitutivos que operacionalizam a luta pela terra até a atualidade.

Carvalho (2013) contribui afirmando que o trabalhador camponês, pela sua práxis produtiva altamente integrada a natureza, tem atuado como guardião da agrobiodiversidade num contexto histórico em que as classes dominantes e a privatização dos saberes impõem a artificialização da agricultura. Ainda assim, completa o autor, será na dinâmica reprodutiva da unidade camponesa de produção e trabalho, seja individual, coletiva ou comunitária, que se poderá encontrar a maior parte das respostas para superar a unidade de produção capitalista no campo (Carvalho, 2013).

A segunda categoria de análise da realidade, a Reforma Agrária, se coloca como “finalidade” de ação e conquista concreta do MST. A partir desta ação, analisamos quais as reais conquistas que de fato substanciam os acúmulos e avanços nas constituições dos assentamentos do MST no Distrito Federal e Entorno, a partir da organização, da produção e do trabalho.

Para isso, a partir do ponto de vista dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária constituídos na região, quais as determinações que caracterizam seus processos e de que forma mantêm, ou não, a coerência política histórica pautada pelas construções ideológicas inerentes ao curso histórico do MST. Portanto, nesta categoria, foi importante discutir o papel que a Reforma Agrária joga como possibilidade concreta de organização de outra forma de produção e de trabalho no campo, dando oportunidade real para inserção da matriz de produção centrado na agroecologia.

Além disso, uma nova conformação das estruturas de produção e comercialização, a partir da lógica dos assentamentos de Reforma Agrária, ganhou força como elemento definidor de novas políticas de produção agrária no território.

Portanto, para analisar as categorias vinculadas ao processo histórico do debate da questão agrária, partimos de fatos que sintetizaram as múltiplas determinações em direção ao fato concreto. Assim, analisamos os fatos e as categorias emergentes em duas perspectivas: a estrutura do fenômeno e o seu desenvolvimento histórico (identificação e resgate histórico).

A agroecologia surgiu como subcategoria de percepção e compreensão dos processos produtivos dos assentamentos de Reforma Agrária do MST, sendo inserida como possibilidade e alternativa real para a consolidação política e produtiva de uma matriz de produção que possa apontar para a superação do modo de produção hegemônico.

Após visualizarmos os circuitos de compreensão e aprofundamento das categorias que nos ajudarão a entender o curso histórico do MST, enquanto processos de movimento do ser social e da abstração e necessária percepção analítica das determinações que definem suas formas de ser, nos conduzindo a atualidade que se define o MST de hoje, tratamos das experiências de produção agroecológicas como elemento contribuinte para a organização da produção e do trabalho nos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno.

Assim, a partir do que nos traz o método materialista histórico-dialético, nos coube analisar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, integrando-o como instrumento definidor das estratégias de consolidação da luta pela terra e da Reforma Agrária, a partir da organização produtiva dos assentamentos, e assim compreender como ela vem sendo assimilada pelo MST enquanto instrumento político e, sobretudo, de matriz produtiva a partir do atual estágio de consolidação do movimento em relação à questão agrária.

Para subsidiar nossa análise, utilizaremos autores como John Bellamy Foster, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Sebastião Pinheiro, Miguel Altieri, Stephan Gliessman, Manuel Gonzáles de Molina, Eduardo Sevilla Guzmán,

Van der Ploeg, Francisco Roberto Caporal, Enrique Leff, Peter Rosset, Albert Howard, Victor Toledo.

Utilizamos ainda, como subsídios, uma série de documentos da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA e da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, bem como documentos da secretaria da Via Campesina Sudamérica sediada em Brasília e documentos do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO e da FAO.

Para isso, trabalhamos especificamente a partir das relações de produção, organização e trabalho dos assentamentos, para nos ajudar a entender o movimento determinante que ultrapassa sua aparência, analisando-a como indicador de processos.

Assim, buscamos compreendê-la a através de seu papel central para o avanço e consolidação das ações que envolvem a Reforma Agrária constituída a partir da real situação enfrentada pelo MST no DF e Entorno e por seus assentamentos.

O método de coleta de dados utilizado tem no exame da realidade, no registro histórico (fontes documentais históricas) e na confrontação com a realidade elementos fundantes e norteadores.

Contudo, uma organização de instrumentos de coleta de dados se fez necessário para subsidiar esta pesquisa:

Pesquisa bibliográfica: com o intuito de melhorar nossa compreensão dos dados a serem levantados na pesquisa buscamos apoio nos estudos sobre a questão agrária, a luta pela terra, e suas relações com a Reforma Agrária e com a agroecologia, conforme lista de autores clássicos e contemporâneos relacionados anteriormente neste capítulo.

Para tanto, se fez necessário compreender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sua forma de organização, seus objetivos e

significados na atualidade, bem como os processos sócio-históricos que o definem.

Pesquisa documental: realizamos a análise de documentos e materiais históricos do MST, especialmente dos Setores de Formação e Produção, suas produções acerca dos aspectos que envolvem a luta pela terra, caracterização do povo sem terra, compreensão sobre a Reforma Agrária e sobre os elementos que atribuem à agroecologia um campo de disputa produtiva e social de superação de matriz agrária. Também utilizamos como referência elementos históricos sobre a realidade dos assentados e do próprio Movimento.

Os documentos que subsidiaram as análises sobre a questão agrária,⁹ a luta pela terra e a reforma Agrária são fontes da biblioteca da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF; biblioteca digital da questão agrária; documentos internos do MST DF e Entorno e outros documentos que circulam na secretaria geral do MST.

Já os documentos que subsidiaram as análises sobre a agroecologia são fontes da Via Campesina Sudamérica, da FAO, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, além dos relatos provocados a partir do grupo focal.

Grupo de Reflexão: Este instrumento não foi aplicado em sua integralidade, pelo limite claro em termos de número de pessoas a serem abordadas. Portanto, sem a pretensão de seguir rigorosamente as regras e seus procedimentos, sua aplicação serviu como inspiração a ser relacionada com o

⁹ O termo Questão Agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país. Porém, durante muito tempo, o termo foi utilizado principalmente como sinônimo dos problemas agrários existentes e, mais reduzidamente, quando, em determinada sociedade, a concentração da propriedade da terra impedia o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura (Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto (Orgs); Stédile, 2012, p. 639).

levantamento dos dados. A realização de dois encontros de grupo de reflexão forneceu informações primárias de pesquisa analisadas e usadas em complementaridade à análise dos dados documentais e de referenciais teóricos aqui abordados.

As análises apresentadas a partir da coleta de dados no grupo de reflexão foram relacionadas aos referenciais aqui expostos, porém, com ênfase na relação direta apresentada pelos dados observados no estudo sobre o Impacto dos Assentamentos, de 2004, relacionando os números apresentados pelo estudo, em relação à mancha (entorno do DF) e os dados relativos ao impacto dos assentamentos naquele período estudado, com as análises aprofundadas a partir da confrontação com o grupo focal delimitado.

Desta forma, realizamos dois momentos com o grupo de reflexão, constituído por três militantes assentados do MST, das regiões de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Eles são oriundos de momentos distintos durante a história do MST na região, porém pertencem à organização por mais de quinze anos. Utilizamos questões relacionadas às duas principais categorias de análise. Na categoria Luta pela Terra, abordamos nossas questões a partir de cinco indicadores relacionados: as características dos acampamentos; conquistas dos assentamentos na região; organização dos assentamentos; avanços em políticas públicas e qualidade da organização das instâncias e setores do MST na região.

Na categoria Reforma Agrária, abordamos as questões a partir de três principais indicadores relacionados: a estrutura dos assentamentos do MST no Distrito Federal e Entorno; a organização da produção e do trabalho; e as experiências de produção agroecológica nos assentamentos dos MST nas três regiões analisadas.

Critérios de Escolha dos sujeitos que participaram da pesquisa.

Definição das experiências anteriores que contribuíram para o grupo de reflexão:

- 3 dirigentes e ex-dirigentes do MST DF e Entorno que participaram da fundação do movimento no DF em 1994 e continuam atuando organicamente nas ações políticas. Importante ressaltar que os três militantes são assentados da Reforma Agrária em períodos distintos. Temos um assentado há vinte anos, um assentado há sete anos e um assentado há cinco anos. O período de investigação foi de 1994 a 2016.

Questões/Perguntas para os grupos de reflexão

Com o objetivo de refinar as análises, foi necessário construir questões estratégias interligadas a cada uma das duas categorias de análise da realidade, são elas:

Categoria Luta pela Terra

Os objetivos das questões desta categoria foram perceber quais as principais conquistas de assentamentos no território, a partir do quadro de concentração fundiária no período anterior e posterior a 1994 e os principais avanços em relação às políticas públicas e sociais nas áreas de Reforma Agrária no DF e Entorno. *Indicadores: características dos acampamentos; conquistas de assentamento; organização dos assentamentos; avanços em políticas públicas; qualidade da organização das instâncias e setores do movimento na região.*

Categoria Reforma Agrária

Para esta categoria, o objetivo das questões foram entender os tipos de Reforma Agrária até o debate atual, compreendendo como se estruturam os assentamentos do MST na região em termos de organização da produção e do trabalho. Ainda assim, analisar quais assentamentos conseguem responder à

demanda de produção de alimentos e da organização da produção na lógica da agroecologia. *Indicadores: estrutura dos assentamentos do MST, organização da produção e do trabalho, produção de alimentos e agroecologia.*

Capítulo 3 - A questão agrária e os paradigmas em contradição: quais elementos definem as estruturas históricas e as categorias que compõe o debate de políticas fundiárias no país

3.1 Questão Agrária: uma contradição histórica do clássico ao moderno.

Pensar a questão agrária em suas linhas históricas nos remete, fundamentalmente, à compreensão da história do avanço capitalista nas sociedades modernas. A transição do feudalismo ao mercantilismo e, por conseguinte, deste ao modo de produção capitalista industrial gerou sérias transformações na estrutura das sociedades modernas, tendo nas mudanças da produção e organização da agricultura em escala global um dos alicerces de estruturação da organização capitalista.

Na idade média, as famílias camponesas constituíam uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, em si mesma. Constituía-se uma sociedade que não apenas produzia gêneros alimentícios, mas também construía suas casas, os seus móveis e utensílios domésticos, fabricavam a maior parte das ferramentas que utilizavam, preparavam o linho, a lã, confeccionavam suas roupas etc. O camponês desta época certamente ia ao mercado, mas expressamente para vender seus produtos, comprando apenas o supérfluo. Do resultado do mercado poderia depender sua abastança, seu luxo, mas nunca a sua existência.

Kautsky (1980) se referia a sociedade, que se bastava a si mesma, era indestrutível. O pior que poderia lhe acontecer seria uma péssima colheita, um incêndio, ou uma invasão de exércitos inimigos.

Com o nascente desenvolvimento da indústria urbana e do comércio houve um enorme deslocamento das características de produção da indústria

doméstica para o centro urbano, criando neste espaço novas necessidades que a indústria doméstica rural não podia satisfazer (Kautsky, 1980). Desta maneira, novos instrumentos, aperfeiçoados, penetravam no meio agrícola tanto mais rápido e tanto mais irresistível quanto mais ativa se tornavam as relações entre a cidade e o campo. Kautsky lembra que:

As blusas de tela e as peles de animais foram substituídas pelas roupas de lã, os sapatos de cortiça desapareceram diante dos calçados de couro, etc. O militarismo, que arrasta os filhos dos camponeses à cidade e os familiariza com as necessidades urbanas, facilitou prodigiosamente essa evolução. Por fim, a superioridade da indústria urbana se tornou tão grande, em muitos domínios, que deu aos produtos da indústria camponesa o caráter de artigo de luxo, os quais o lavrador parcimonioso não poderia dar-se ao requinte de usar e à elaboração dos quais consequentemente renunciou (Kautsky, 1980, p. 31).

Ao mesmo tempo, o feudalismo clássico se estruturava com domínio absoluto pela nobreza dos imensos latifúndios, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio (Guimarães, [1968] 2005).

No Brasil colônia, por bastante tempo, a propriedade da terra era um cabedal de nobreza. Vale lembrar que o processo de invasão portuguesa em nosso território dá o tom histórico às contradições existentes em todos estes anos, tendo na questão agrária sua centralidade.

Nunca fomos uma sociedade feudal, pelo contrário, o nascente capitalismo se estruturou com bastante força no território brasileiro a partir do século XIV, gerando uma forma nascente de capitalismo a partir do modo de produção escravista colonial (Gorender, 1987). Aqui temos uma origem completamente diferente da europeia. Como colônia de exploração, todos os interesses em nosso território estavam direcionados ao acúmulo de riqueza e poder direcionado a metrópole portuguesa.

Neste tempo, a chamada Ordem de Cristo, parte das missões jesuítas que compunham os processos de exploração e submissão das populações negras e indígenas a coroa portuguesa, vinha acrescentar aos dons da nobreza a origem mística do direito dominial da propriedade das terras.

Porém, como nos lembra Guimarães ([1968] 2005), a exploração agrária exigiria outros recursos que a nobreza não dispunha. Naturalmente, em um mundo já invadido pelo poder da moeda, o domínio da terra, nobre, místico, absoluto como fosse, não se transformaria em fonte de riqueza sem um complemento indispensável: o capital-dinheiro (Guimarães, [1968] 2005, p. 37-38).

Desta forma, Gorender (1987) traz que o propósito da formação do capitalismo no Brasil, sobretudo no campo, traz consigo alguns elementos importantes em suas concepções histórico-sociológico-econômicas.

Primeiro é que o capitalismo no Brasil surge do feudalismo, reproduzindo-se a partir do processo europeu. Haveria até hoje, resquícios feudais e semi-feudais no campo brasileiro, as quais foram, por muito tempo, obstáculos econômicos e institucionais à penetração do capitalismo na agropecuária nacional.

Um segundo elemento deriva da perspectiva dependente, da teoria da dependência, bastante conhecida. Gorender nos ajuda:

Segundo a tese da dependência, tivemos uma economia colonial, até mesmo um modo de produção colonial, como peça do antigo sistema colonial, cujo fim ou sentido – sentido aí tomado na acepção teleológica – seria de servir à acumulação originária de capital na Europa. Com o término desse antigo sistema, nos começos do século XIX, surge o capitalismo nacional, na medida em que se transferem para o Brasil as funções comerciais e estatais que se concentravam em Portugal, monopolizadas pela metrópole portuguesa (Gorender, 1987, p. 21).

Porém, é importante refinarmos este debate. Na perspectiva marxista, que norteia este trabalho, Gunder Frank ([1985] 2005) nos traz que as interpretações da crise agrícola da América latina e do Brasil podem ser resumidas em três teses desenvolvidas a partir das análises dos “marxistas tradicionais”. São elas: a) o feudalismo antecede o capitalismo; b) o feudalismo coexiste com o capitalismo; e c) o capitalismo penetra ou invade o feudalismo.

Estas teses não se excluem mutuamente, complementando-se umas as outras. Importante entendermos cada uma delas para expor nossa linha de análise. A primeira tese onde o feudalismo antecede o capitalismo elabora uma análise onde a classe que então dominava Portugal era a dos nobres feudais, portanto, o regime escravista não surge aqui da desintegração da comunidade primitiva, mas é estabelecido por nobres que antes viviam em um mundo – o mundo metropolitano – em que predominava uma forma mais avançada de produção, a feudal... (Gunder Frank [1985] 2005); (Sodré, [1982] 2005).

Desta forma, Sodré ([1982] 2005, p. 41) defende que quem adere à tese da existência de traços capitalistas na empresa da colonização é levado a isso pela confusão, entre a noção de capital comercial – característico da fase mercantil, e o capitalismo. Assim, ele entendia que o mercantilismo não poderia produzir, no Brasil, capitalismo, nem mesmo escravidão.

Gunder Frank ([1985] 2005) rebate a tese de Sodré afirmando que ele chega a esta tese a partir da aplicação mecânica da tese de Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo na Europa. Como Marx sugere em passagens suas que o mercantilismo (comércio) não era suficiente para criar as bases do capitalismo, mas sim a necessidade da introdução da indústria (a produção), Sodré argumenta que o mercantilismo não poderia produzir, no Brasil, capitalismo, e nem mesmo escravidão.

Para essa questão, Gunder Frank responde:

O mesmo raciocínio infundado e não marxista parece servir de base para sua pretensão de que o mercantilismo não pode ter predominado naquela época em Portugal e que, portanto, deve ter sido o feudalismo a predominar. Sodré não leva em conta a

possibilidade de que o feudalismo reinasse em Portugal e, no entanto, seu setor mercantilista tenha colonizado o Brasil. Tão pouco explica porque seus nobres feudais podiam desejar conquistar um novo continente e não tivessem capacidade para fazê-lo (Gunder Frank. In Stédile, [1985] 2005, p. 41).

Já a segunda tese onde o feudalismo coexiste com o capitalismo, relativo a períodos que extrapolam a colônia, assume muitas formas, porém, apenas algumas serão citadas aqui.

São muitos autores marxistas do Brasil e da América Latina que coadunam com esta tese, que tem uma de suas centralidades o fato de que em certos países subdesenvolvidos, como no caso do Brasil, a produção industrial capitalista ainda se organiza regionalmente, de forma limitada, coexistindo, assim, com um sistema latifundiário semi-feudal.

lanni; In Gunder Frank ([1961] 1985) traz, no entanto, que as diferenças regionais revelam estados de evolução sumariamente em direção à estrutura socioeconômica capitalista. Enquanto em certas regiões predominam formas de trabalho tradicional, como a economia de subsistência, o colonato rural e o processo de arrendamento das terras, em outras regiões encontramos o trabalho assalariado em dinheiro.

Assim, percebemos que em um extremo encontramos uma forma de organização do trabalho rural tradicional, que não necessariamente esteja fora das relações de exploração capitalista, e em outras regiões temos um sistema capitalista em desenvolvimento.

A terceira tese assegura que o capitalismo está entrando, ou invadindo, o campo, sem pressa, porém de forma contínua e com o objetivo de romper com os traços feudais existentes na agricultura brasileira.

Gunder Frank (1985) lembra que este processo traz consigo os “benefícios” da racionalização da agricultura, libertando economicamente o camponês das raízes de exploração feudal tornando-o um agricultor proletário.

Este processo é estimulado pelo crescimento do mercado de consumo tendo dois fatores fundamentais: a propriedade individual da terra e o caráter de mercadoria (Kautsky, 1980). Primeiramente, quando se individualiza a propriedade da terra, necessariamente abre-se uma lacuna de concentração da terra, de exploração do trabalho e de acumulação riqueza, que tem por objetivo ampliar o domínio e poder sobre o território. Neste caso, não existe a noção de desenvolvimento público e social da produção agrícola, e sim de acumulação de riqueza a partir da noção do mercado de terras, ou da exploração da terra a partir do trabalho.

Já o caráter de mercadoria resulta do trabalho humano. A tendência da utilização da terra como mercadoria segue princípios da evolução da produção capitalista de mercadorias, observando a terra como uma delas. Nesta forma, o capitalista, agora, domina os meios e as formas de produção na terra, tornando mercadoria tudo que dela advém, inclusive a força de trabalho empregado nos processos produtivos por trabalhadores rurais, estes, tornando-se agora trabalhadores assalariados, não mais donos nem de sua força de trabalho.

Portanto, o modo de produção capitalista se impôs no Brasil como uma questão social no campo com uma singularidade diferente da Europa. Porém essa singularidade não invalida a perspectiva de totalidade do capital de se expandir como um imperativo condicionador da luta de classes que ultrapassou o regime escravagista de acumulação. Deu-se início assim a relação capitalista condicionando as relações sociais no campo como na cidade, no centro como na periferia.

3.2 Reforma Agrária e Luta pela Terra: uma análise política contra hegemônica.

3.2.1 Luta pela Terra e Reforma Agrária: contextualização do debate político

Como podemos perceber, o quadro político, social e econômico do debate sobre a implementação da Reforma Agrária no Brasil, embora tenha tido alguns avanços nos últimos trinta anos, ainda encontra-se estagnado e longe de garantir reais condições estruturais para os assentados (as) e assentamentos de Reforma Agrária no país.

Desta forma, é necessário buscar como se dava o quadro em torno da Reforma Agrária em momentos importantes da história política brasileira. Este debate, em linhas gerais, não é novo. Uma das primeiras propostas de Reforma Agrária no Brasil surgiu da então bancada do Partido Comunista Brasileiro – PCB na constituinte de 1946 (Stédile, 2005).

Naquele período, o então senador da república pelo PCB, Luiz Carlos Prestes, faz um pronunciamento na assembleia constituinte expondo as relações de monopólio da terra, a partir da propriedade privada e da concentração da propriedade da terra.

Prestes ([1946] 2005) faz seu discurso na assembleia trazendo algumas conclusões extraídas do recenseamento de 1940, que definam, a seu ver, o caráter semicolonial da economia brasileira.

Entre os pontos principais de seu discurso, incluíam dados sobre a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários capitalista num tempo em que 68,39 % da população vivia no campo. Para Prestes, a necessidade da Reforma Agrária já naquele tempo era substanciada por dados como 6,5% da área total das propriedades rurais desenvolviam processos produtivos, ou seja, apenas 1,5% do território brasileiro.

Nesta condição, a maior parte das áreas rurais brasileiras permaneciam inexploradas, constituindo autênticos latifúndios.

No início do ano de 1964, o governo João Goulart apresenta publicamente um projeto de Reforma Agrária, baseado no projeto de lei nº 120, apresentado a câmara dos deputados, durante a sessão plenária de 16 de abril de 1963, pelo deputado Leonel Brizola.

No artigo 2 deste projeto, dos objetivos da Reforma Agrária, em seus incisos I e II, constavam as seguintes propostas: 1) criar meios de acesso à terra própria aos trabalhadores rurais e às pessoas capacitadas a explorá-la, proporcionando a todas as condições materiais e sociais de vida digna e, 2) corrigir os defeitos da atual estrutura agrária eliminando formas antieconômicas e antissociais de propriedade e de uso da terra.

Desta forma, o presidente João Goulart, em comício do dia 13 de março de 1964, faz um amplo discurso anunciando um conjunto de reformas estruturais que alteravam a correlação de forças do cenário político da época.

Neste discurso, o que chamava a atenção, era a coragem do presidente em apresentar reformas que favorecia a classe trabalhadora e o conjunto da população pobre brasileira, maioria esmagadora. Em um país como ampla população rural, a Reforma Agrária era o carro chefe de seu discurso.

Jango apresentava pontos importantes acerca da proposta de Reforma Agrária. Primeiro ponto, não aceitava que uma Reforma Agrária decente partisse de pagamento prévio, por parte do governo, para desapropriar uma terra. Para ele, isso era um negócio agrário, que interessava apenas aos latifundiários.

Em segundo lugar, sem reforma constitucional, não haveria Reforma Agrária autêntica. Jango dizia que sem emendar a constituição, tendo o povo acima dela, poderíamos até ter leis agrárias honestas e bem intencionadas, mas nenhuma delas seria capaz de operar mudanças profundas.

Em terceiro lugar, Jango alertava que a Reforma Agrária era também uma imposição progressista do mercado interno, que necessitava aumentar a sua produção para sobreviver.

Por fim, Jango tinha clareza que a Reforma Agrária era indispensável, não apenas para elevar o nível de vida do homem do campo, mas, sobretudo, para dar mais trabalho às indústrias e melhor qualidade de vida ao trabalhador urbano. Por isso mesmo, ela interessaria também aos industriais e aos comerciantes.

Certa perspectiva de renovação desse quadro surgiu com a redemocratização política no Brasil em 1985, quando os novos paradigmas políticos inscreveram a Reforma Agrária entre suas prioridades. Naquele momento, a proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pautada sobre o estatuto da terra, lançada durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, estabeleceu metas de longo, médio e curtos prazos quanto à extensão de áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas, propondo o estabelecimento de zonas prioritárias de Reforma Agrária (Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2004).

No contexto histórico da redemocratização, não podemos deixar passar elementos importantes em torno do debate da Reforma Agrária. Com a vitória do primeiro candidato civil à presidência da república, em 1985, mesmo que por via indireta, mudanças no cenário em torno do debate agrário eram inevitáveis.

A impossibilidade da posse do novo presidente e a ascensão do vice, José Sarney, ex-presidente da Arena, trouxeram ao ambiente político uma onda de insegurança, ampliada, ainda mais, pela crise econômica que abalava o país desde 1974 (Stédile, 2005).

Desse novo contexto fizeram parte o plano cruzado, do ministro Funaro, e o lançamento do Plano Nacional de reforma Agrária, o PNRA. De acordo com Medeiros (1989), o primeiro visava criar patamares de restabelecimento de horizontes de cálculo razoavelmente previsíveis para a economia e a

sociedade brasileira, incidindo sobre as margens de lucro da grande burguesia em geral, mediante o tabelamento de preço, porém não dos salários.

Já o segundo, que é nosso foco de interesse, visava conter a violência que usurpava o mundo rural brasileiro, vitimando dezenas de trabalhadores abatidos sob a alcunha de “invasores” da propriedade privada, na mesma proporção em que crescia a capacidade de organização e mobilização dos homens do campo (Medeiros, 1989).

Neste contexto, capitaneado por José Gomes da Silva, um dos redatores do antigo Estatuto da Terra e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, cria-se o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário – MIRAD, que tinha o objetivo de esboçar a proposta a proposta do PNRA.

Segundo alguns autores o PNRA estava longe de ser um plano excepcional ou “revolucionário” Bruno (1989). No entanto, procurou resgatar um princípio fundamental do já finado Estatuto da Terra: a preocupação em neutralizar alguns setores de grandes proprietários mediante a penalização da propriedade especulativa, desapropriando o que foi definido como terras improdutivas (Stédile, 2005).

Portanto, como afirma Graziano da Silva (1985, p.10), “talvez este tenha sido o grande susto dos latifundiários: ver o governo Sarney expor publicamente sua proposta de Reforma Agrária num congresso de trabalhadores (no caso, o IV congresso dos trabalhadores rurais, organizado pela CONTAG) eles queriam ser ouvidos antes, para conchavar, mudar o que não lhes interessava”.

Na década de 1990, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 2001, inicia-se um movimento em torno da questão fundiária no país que se dividiria em dois momentos importantes, dada a conjuntura daquele momento: Primeiro, após a forte repercussão nacional e internacional do massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, o governo federal cria, ainda no ano de 1996, o gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF).

Essa nova pasta traz três elementos importantes; a) teve na pressão do MST elemento central para sua criação; b) como foi criado destituído da estrutura operacional comum a um ministério, a criação do MEPF revela, por um lado, o caráter secundário das políticas agrárias do governo FHC e por outro, a necessidade de dar uma resposta imediata às ocupações de terra; c) do ponto de vista institucional, o MEPF incorporou a sua estrutura o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até então subordinado ao Ministério da Agricultura, órgão que representa os interesses dos setores do patronato rural.

A criação do MEPF também teve como intenção, por parte do governo, de retomar o direcionamento político no intuito de imprimir um tratamento às tensões no campo bem como minimizar a ascensão política e a gravitação social do MST (Pereira, 2013, p.25). Já o segundo momento trata da criação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM), tendo como primeiro projeto de orientação a chamada “Reforma Agrária Solidária”, um pequeno projeto implementado inicialmente no estado do Ceará, em 1997, a partir de programas existentes voltado ao “alívio da pobreza” em todo o nordeste brasileiro.

A base para a implementação da “Reforma Agrária Solidária” foi o Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR), sucedâneo de uma longa série de projetos implementados pelo Banco Mundial no nordeste brasileiro desde 1975. Concebidos como ações compensatórias às políticas estruturais do Banco Mundial, os PCPRs foram inseridos, em 1995, dentro do programa Comunidade Solidária, e seus objetivos eram financiar projetos de infraestrutura social e produtiva.

O MRAM foi introduzido no Brasil como uma espécie de “braço agrário” de políticas compensatórias já em curso no meio rural destinada a aliviar seletivamente a deterioração socioeconômica pelas políticas de ajuste estrutural. Mas não só isso: politicamente, o objetivo do Banco Mundial e do Governo Federal era diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terras e a ascensão dos movimentos sociais, introduzindo um mecanismo de

mercado que pudesse disputar, pela base, a adesão de trabalhadores sem terra (Pereira, 2013, p.26-27).

Com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva à presidência da república, em 2003, surge uma boa perspectiva de trabalho em torno da Reforma Agrária no Brasil. Os movimentos sociais do campo tiveram importante papel nas indicações para cargos estratégicos das pastas agrárias, abrindo-se assim possibilidades concretas de avanço junto à pauta da distribuição de terras no Brasil.

Contudo, o apoio de Lula ao agronegócio foi mais expressivo. Este avançou nas terras agricultáveis do país deslocando a fronteira agrícola e solidificando o modelo de desenvolvimento baseado na monocultura, nas grandes extensões terra, nas práticas predatórias dos recursos naturais, na reprodução ampliada do capital no campo (Santos, 2011).

Atualmente, em tempos de século XXI, a luta pela terra e a Reforma Agrária se colocam no contexto do debate sobre a espacialidade e a territorialidade no espaço da modernidade, transformadas pelo processo de globalização. A modernidade, historicamente um conceito relacional identificado com a cidade, produz representações sociais e valores que perpassam os itinerários de vida e influenciam a reconstrução da identidade das pessoas que lutam pelo acesso à terra.

As lutas pela terra e pela Reforma Agrária, desta forma, se inserem em um contexto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da modernidade ocidental. Estas transformações são exacerbadas pelo que, mais recentemente, se tem denominado de globalização. Esta globalização é constituída, basicamente, por rearranjos nos processos de acumulação do capital que atingem todas as dimensões da vida, inclusive o meio rural brasileiro, abrindo espaços para novas interações com os espaços urbanos (Sauer, 2010).

Portanto, percebemos que devido ao fortalecimento dos processos de globalização¹⁰ e de homogeneização social e cultural ocidentalizando e padronizando as relações e espaços, o campo rural perde espaço em detrimento da supervalorização dos espaços urbanos.

Estes, no entanto, se afirmam e reafirmam, sob a tutela do sistema capitalista e da globalização, como centrais para o “desenvolvimento” econômico e social das sociedades, tendo o urbano como modelo a seguir e o rural como campo fundamental de proliferação das matrizes econômicas e produtivas das cidades. Para tanto, podemos observar a ampla mecanização do trabalho no campo e a redefinição de gestão e de manejo das terras.

Há alguns anos o meio rural, sob influência do capital especulativo nacional e estrangeiro, vem sofrendo radicais mudanças de paradigmas produtivos, onde as fazendas se tornam a cada dia grandes conglomerados do agronegócio, tornando-se verdadeiras empresas rurais, centradas em pagamentos de *royalties*¹¹ para empresas estrangeiras como a Monsanto¹² que

¹⁰ Globalização é compreendida aqui como um fenômeno de controle e domínio, estabelecido por nações capitalistas hegemônicas que impõe uma forma padronizada das relações políticas, culturais, econômicas, sociais, alimentares e etc. Importante ressaltar o papel das grandes empresas na internacionalização do capital, mas também os fluxos financeiros e suas implicações nas culturas locais.

¹¹ *Royalties* são valores pagos aos detentores de uma marca, patentes industriais, processos de produção, pelos direitos de sua exploração comercial. No caso da agricultura patronal, as grandes empresas do agronegócio pagam altos valores para empresas estrangeiras que produzem e detêm as patentes sobre pesticidas, agrotóxicos e sementes manipuladas geneticamente (Organismos Geneticamente Manipulados) OGMs, conhecidos como transgênicos, adquirindo o direito de explorar abusivamente seu uso em grandes lavouras e monoculturas de produção, na maioria das vezes sem nenhum tipo de controle e fiscalização por parte de órgãos competentes.

¹² A companhia Monsanto é uma indústria multinacional de agricultura e biotecnologia. É a líder mundial na produção do herbicida Glifosato, vendida sob a marca Roundup. É produtor líder de sementes geneticamente modificadas (transgênicos) respondendo de 70% a 100% da quota de mercado para variadas culturas. Ela foi muitas vezes condenada por suas atividades industriais, por exemplo, o caso do PCB (Bifenil Policlorinado) produto causador de diversos tipos de doenças e que agora está proibido, mas que segue contaminando o planeta. Ela tem práticas comuns em todos os países onde atua. A Monsanto esconde dados sobre seus produtos, mas não só isso. Também mente e falsifica estudos sobre estes produtos. Outra particularidade que se repete é que, cada vez que cientistas independentes tentam fazer seu trabalho a fundo sobre os transgênicos, eles sofrem pressões ou perdem seus trabalhos. Isso também acontece nos organismos dos EUA, como a FDA [Administração de Alimentos e

domina principalmente a tecnologia de produção de sementes transgênicas e de agroquímicos.

Atualmente, a lógica da indústria dos venenos segue o predomínio do monopólio das grandes multinacionais estrangeiras. Este mercado se consolida como um dos mais lucrativos que, além de envenenarem os sistemas de produção, destruindo a fertilidade da terra, contaminando as reservas aquíferas, mananciais de água e os trabalhadores (as) assalariados das zonas de fronteiras agrícolas, aprofunda o lado oculto da concentração de capitais, sob a forma monetária impulsionando as mais variáveis e perversas expropriações (Fontes, 2010).

Assim, os mercados globalizados dos venenos agrícolas¹³ apresentam simultaneamente o eixo estrutural das condições de reprodução do capital, sendo elas; as imposições lógicas da acumulação de capital, às quais está submetido o conjunto do sistema capitalista; e seu sentido histórico, dinâmico, uma vez que esta estrutura existe e se organiza através da luta de classes e da concorrência (conflito intercapitalista) (Fontes, 2010), estimulando e impondo a concentração de diversos tipos de agrotóxicos produzidos mundialmente por um conjunto pequeno de multinacionais do setor.

Esta concentração e monopólio conduzido pela expansão do capitalismo financeiro, internacionalizando capitais de forma a potencializar empresas sediadas em países de capitalismo central, impõem ao mercado agrícola

Medicamentos] ou a EPA [Agência de Proteção Ambiental]. A Monsanto também é sinônimo de corrupção. Dois exemplos claros e provados são, primeiro, a tentativa de suborno no Canadá, que originou uma sessão especial do Senado canadense, quando se buscava a aprovação do hormônio de crescimento leiteiro. O outro caso ocorreu na Indonésia, onde a Monsanto foi condenada porque corrompeu cem altos funcionários para pôr no mercado seu algodão transgênico. Não duvidamos que exista mais casos de corrupção onde a Monsanto é quem corrompe.

¹³ Segundo dados da ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) o Brasil lidera o ranking de mundial de consumo de agrotóxicos desde 2008. A ABRASCO alerta que 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por resíduos e pesticidas. Nos últimos dez anos o mercado mundial do setor de agroquímicos cresceu 93%, já no Brasil, esse crescimento foi de 190%.

mundial processos de dependência que estimulam, no campo da produção de bens agropecuários, incentivos a potencialização do modelo internacional do agronegócio.

Assim, expandir as fronteiras agrícolas sob a égide da concentração e especulação a partir do mercado de terras se torna o grande negócio do capital na agricultura.

Desta forma, as fronteiras agrícolas se expandem com tanta velocidade que milhares de hectares de terras estão sendo convertidos em inúmeros latifúndios e desertos verdes¹⁴, ou seja, os processos de concentração de terras públicas estão sendo convertidas em propriedade privada por políticos brasileiros e especuladores estrangeiros, utilizadas para a produção de monoculturas de grãos, eucaliptos e criação de gado, ocasionando uma extrema derrubada das matas nativas, altos índices de uso de agrotóxicos, quebra dos ciclos harmônicos naturais e da biodiversidade local, que passam a ter apenas um tipo de lavoura, utilizando doses altíssimas de venenos agrícolas, combinadas com mecanização pesada.

Segundo o 10º censo agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o índice de GINI, indicador que mede o nível de concentração de terras e desigualdade no campo, está praticamente inalterado comparado com os últimos levantamentos.

Em 2006, último censo, ele registrava 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 pontos (1995-1996) e 0,857 pontos (1985). Vale lembrar que quanto mais perto de 1 maior a concentração da estrutura fundiária.

No entanto, o próprio censo agropecuário identifica sérios problemas relacionados à concentração de terras. Segundo o relatório, tanto no Nordeste,

¹⁴ Deserto verde é um conceito utilizado para demonstrar a ação e o impacto do agronegócio em biomas naturais. Deve-se ao fato de substituir os biomas nativos pela produção de base monocultura (produção de um só elemento), excluindo a biodiversidade de flora e fauna.

e mais recentemente no Centro Oeste, a desigualdade vem acompanhando o processo de modernização produtiva e inserção ao mercado mundial de *commodities* agrícolas. Esta desigualdade, segundo dados do relatório do censo (2006) é mais elevada no estado de Alagoas, onde o índice de gini atinge 0,871 pontos, seguido por Mato Grosso (0,865) e Maranhão (0,864).

Os maiores aumentos, contudo, ocorreram nos estados de Tocantins (9,1%) índice de GINI variou entre 0,714 (1985) e 0,792 (2006), São Paulo (6,1%) índice de GINI variou entre 0,77 (1985) e 0,804 (2006), e Mato Grosso do Sul (4,1%) índice de GINI variou entre 0,822 (1995) e 0,856 (2006).

De acordo com o relatório da comissão interamericana de direitos humanos, em seu capítulo VII, sobre a propriedade de terras rurais e os direitos humanos dos trabalhadores rurais, somente no estado do Pará, existem cerca de 265 imóveis rurais com área superior a 10.000 hectares, perfazendo um total de 16.547.651 hectares. Destes imóveis, 175 são improdutivos, correspondendo a uma área de 14.552.549 hectares. Neste estado, os imóveis rurais improdutivos abrangem uma extensão quatro vezes e meia maior que a superfície da Bélgica.

Ainda de acordo com o censo agropecuário de 2006 do IBGE, é justamente nas regiões de bioma Cerrado, concentrando-se em áreas a oeste da região sudeste, região centro oeste e sul da região norte, que a produção em grande escala de grãos, milho e soja, além da expansão modernizada do algodão, se potencializa como processo de concentração agrária no Brasil.

Observamos, nestas regiões, que as formas de utilização da mão de obra na agricultura também se alteram, revelando outra faceta das relações de trabalho no campo. Grande parte de agricultores camponeses outrora donos de sua própria força de trabalho e, sobretudo, com autonomia em sua forma de produzir, se transformam em assalariados do campo. Esta condição proletariza os trabalhadores camponeses, que agora, vendem sua força de trabalho aos grandes proprietários e às empresas estrangeiras que arrendam largas porções de terras.

Para Harvey (1998), as relações de vida e de trabalho estabelecidas no seio da relação de exploração e da luta de classes, partem da disciplina da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital. Harvey se refere, de maneira geral, a um tipo de “controle do trabalho”. Este controle envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, como elementos que tem de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo.

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massas, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (Harvey, 1998).

Obviamente, esta configuração das relações que norteiam as condições atuais de relação do trabalho com a terra, consolidada a partir do Estado hegemônico brasileiro, perpassam pelas influências econômicas e sociais mundiais sobre a política agrária em nosso país, demonstrando o quanto complexo torna-se esta discussão e o nível aprofundado de dependência de organizações políticas e financeiras internacionais as quais estamos submetidos.

Desta forma, para que este nível de dependência se consolide e que as políticas agrárias do Estado norteiem os paradigmas centrais da matriz agrícola, ambiental, social e educacional, necessita-se que o sistema político capitalista e hegemônico se faça presente na vida da sociedade, utilizando diversos instrumentos estratégicos que corroborem para a acomodação social

e a “naturalização” dos processos, como as mídias, as igrejas, as escolas, a polícia e etc.

Esse processo de “naturalização” das relações empreendidas pelo modo de produção hegemônico, sobretudo das novas relações estabelecidas com o aprofundamento da modernização conservadora no campo, nos últimos vinte anos, se intensifica com a ascensão da ideologia neoliberal. A partir dos anos 90, inicia-se um deslocamento da centralidade de ação política em relação ao campo brasileiro. Estabelecem-se, portanto, uma nova perspectiva político-econômica de vinculação dos “antigos” setores da burguesia capitalista agrária com o capital internacional. Essa nova conjuntura muda de forma determinante o setor agrário. A entrada do capital especulativo internacional como viés determinante da expansão do setor agrícola patronal, agora como agronegócio, proporciona o acirramento das contradições da relação fundiária no país.

Neste período, o latifúndio deixa de exercer poder político e econômico apenas na esfera local. Ele se internacionaliza, agora sob a alcunha do agronegócio. O avanço do agronegócio, agora estimulado pela ofensiva das políticas neoliberais, causa um grande impacto para a realidade agrária do país. Desta maneira, segue a lógica da intensificação e da internacionalização do capital, tendo como fonte propulsora, as políticas de globalização que amparam a expansão de grandes multinacionais, sediadas nos países do capitalismo central, espalhando-se em filiais pelos países do capitalismo periférico.

Esta estratégia neoliberal atinge, propositalmente, o setor agrário brasileiro. Este setor, para o avanço e consolidação do moderno capitalismo, sempre foi e continua sendo estratégico para aprofundar os níveis de dependência entre os países centrais e periféricos. A estrutura agrária brasileira se estabelece como um campo fértil para o aprofundamento da modernização conservadora no campo e, sobretudo, como espaço propício de geração de *commodities* agrícolas e investimentos nas indústrias de venenos e sementes transgênicas.

Operando a saturação das determinações que consolidam as políticas agrárias sob a égide do agronegócio como centrais ao avanço do neoliberalismo, não podemos deixar de abordar o aprofundamento dos monopólios de controle político, econômico e social, advindos das empresas multinacionais, de setores específicos que contribuem para o domínio da cadeia de produção agrícola verticalizada, em suas relações, quando determinadas pelos países centrais.

Mandel (1985), em suas análises sobre a transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista, esclarece que o surgimento dos monopólios gerou uma tendência a superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas.

Neste caso, a operação dos monopólios agrícolas extrapola apenas o controle econômico da cadeia de produção imposta pelos países imperialistas. O Brasil, sendo a nação sul-americana perfeita para representar os interesses das políticas neoliberais operadas pelas nações industrializadas, garantiria a consolidação política e social deste processo.

Netto (2012) enfatiza que a proposta neoliberal centra-se na inteira despolitização das relações sociais. Qualquer regulação política do mercado (via Estado, via outras instituições) é rechaçada de princípio. Para ele, é precisamente o conteúdo político desta despolitização que permitiu ao neoliberalismo converter-se em concepção ideal do pensamento antidemocrático contemporâneo, projetando uma proposta histórica própria da direita: “libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia (Netto, 2012, p. 88)”.

As grandes burguesias monopolistas e a oligarquia financeira, no caso do campo, a conjunção das burguesias internas nacionais com os especuladores estrangeiros e o capital internacional, em todas as latitudes, apreenderam minimamente as experiências do desenvolvimento capitalista

neste século: nenhum grande burguês (e/ou seus executivos mais responsáveis) tem a menor ilusão acerca do abstencionismo estatal ou do mercado “livre”; nenhum deles imagina que a crise é de invenção marxista; nenhum deles pretende erradicar mecanismos reguladores da economia. O que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital (Netto, 2012, p. 88).

Em termos da caracterização agrária no Brasil, com o advento das políticas chamadas de *neodesenvolvimentistas*, sobretudo com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo, em 2003, não se abandona a concepção neoliberal. Pelo contrário, em determinados setores centrais para a acumulação do capital e manutenção da hegemonia das empresas do agronegócio, o neoliberalismo continua sendo a ideologia dominante, concentrando poder político e econômico e aprofundando as relações de dominação estabelecidas no campo brasileiro.

A agricultura brasileira nunca se viu tão dependente das políticas e dos pacotes tecnológicos da revolução verde¹⁵ e das indústrias de produção de insumos agrícolas, bem como das relações criadas com os bancos, que controlam a inserção e distribuição dos créditos rurais para os pequenos agricultores assentados na Reforma Agrária.

Delgado (2012) lembra que os bancos, sozinhos ou em conexão com o Estado, definem *ex ante* um conjunto de parâmetros financeiros que devem funcionar no ano-safra como balizador da produção rural. Todo esse conjunto de ações bancárias-estatais configura um crescente domínio financeiro e

¹⁵ A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940. Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes geneticamente modificadas, fertilização do solo (incremento de utilização de fertilizantes e venenos agrícolas) e utilização de maquinário pesado no campo que contribuísse para aumentar a produtividade em áreas de monocultivos cada vez maiores. Isso se daria através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas. (Fonte: Revista Brasil Escola).

estatal (no caso brasileiro), regulando as condições de produção e formação da renda no setor agrícola.

A superação da lógica de concentração bancária-estatal de regulação do setor agrícola demanda uma ruptura incisiva da matriz produtiva brasileira. Porém, a superação do processo de integração de capitais, entendida na atualidade como forma de fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugadas ao apoio financeiro de corporações no âmbito da política governamental (Delgado, 2012), se torna um desafio um tanto quanto complexo.

Ao mesmo tempo, aprofundam-se uma dependência de políticas sociais ineficazes como instrumentos de superação das condições de pobreza dos pequenos agricultores camponeses. As políticas de assistência social, embora extremamente importantes para a diminuição das diferenças sociais e econômicas que caracterizam as classes sociais, sofrem uma intensa disputa de concepções e direcionamentos, sendo implementadas pelo atual governo ainda de forma tímida, em termos de ruptura, porém com vultosos investimentos que a tornam prioridade enquanto ação política direta.

3.2.2 Reforma Agrária, Hegemonia e Contra Hegemonia

Quando iniciamos uma reflexão sobre o papel político da reforma agrária e suas estratégias para definir o quadro de atuação do Estado referente às linhas a serem consolidadas em relação ao desenvolvimento agrário no Brasil, não podemos deixar de analisar como são utilizados determinados instrumentos que se tornam ferramentas determinantes nas mãos dos grupos hegemônicos, que fazem com que amplos setores da sociedade, por exemplo, apoie os opressores e se coloque contrária aos oprimidos, como nos casos emblemáticos da luta pela terra em nosso país, os assassinatos dos

trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás¹⁶ e tantos outros que caem no esquecimento e, portanto, na absolvição política dos criminosos.

Isso nos faz perguntar como funcionam os processos de hegemonia política, portanto social e cultural no país, e quais os papéis da política contra hegemônica em tempos de estruturação profunda do “moderno” capitalismo em torno da matriz agrária. Ou seja, como o capitalismo hegemônico se utiliza de instrumentos centrais que compõe a estrutura do Estado para ampliar sua hegemonia e, portanto, aprofundar as contradições da luta de classe na sociedade.

Segundo Coutinho (2011), a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção” intelectual e moral. Sendo assim, um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com força armada, e, portanto, dirige os grupos afins e aliados.

Como exemplo, observamos os casos que envolvem as lutas dos trabalhadores rurais sem terra contra a elite agrária no Brasil. Na maioria dos casos, as hegemonias agrárias, encabeçadas pelos grandes latifundiários, que detém o poder político e econômico, usam da força repressora para legitimar seus atos.

Esta força, portanto, é legitimada pelo Estado, que controla os meios de comunicação, os sistemas de ensino, as religiões, a polícia e a utiliza para

¹⁶ Em 17 de abril de 1996 policiais militares promoveram o Massacre de Eldorado de Carajás, que ganhou repercussão internacional e deixou marca na história do país, ao lado do Massacre do Carandiru (1992) e da Chacina da Candelária (1993), como uma das ações policiais mais violentas do Brasil. Em 2002, o presidente FHC instituiu essa data como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Passados 15 anos do massacre no Pará, permanecem soltos os 155 policiais que mataram 19 trabalhadores rurais, deixaram centenas de feridos e 69 mutilados. Entre os 144 incriminados, apenas dois foram condenados depois de três conturbados julgamentos: o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira. Ambos aguardam em liberdade a análise do recurso da sentença, que está sob avaliação da ministra Laurita Vaz, do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Fonte: www.mst.org.br

referendar seus discursos a partir da “ética” e da “moralidade” social. Coutinho (2011) alerta para tal reflexão:

Observa-se que história ético-política é uma hipóstase arbitrária e mecânica do momento da hegemonia, da direção política, do consenso, na vida, e no desenvolvimento da atividade do Estado e da sociedade civil. O mais importante problema a ser discutido é o seguinte: se a filosofia da práxis exclua a história ético-política, isto é, não reconheça a realidade de um momento de hegemonia, não dê importância à direção cultural e moral, e se julgue realmente os fatos da superestrutura como “aparências”. (Coutinho, 2011, pág. 291).

Assim, todo movimento social que contrapor as determinações condicionadas pelo Estado estará ocasionando uma ruptura com o que é colocado como “padrão” social de “bem estar” e de sociedade “saudável”, a todo tempo tentando ser demonstrada no mundo ilusório e fantasioso do capitalismo globalizado.

Esta ruptura é a centralidade do movimento contra hegemônico. Desta maneira, invertem-se as relações e os pensamentos. Isso é atribuído à outra forma de ver o mundo, a partir da reflexão holística das relações e dos conceitos, como democracia, participação, política, povo, escola.

Estes conceitos, extremamente deturpados pela sociedade burguesa, capitalista e hegemônica, são trabalhados na contra hegemonia em sua essência. Isso implica em questionamentos das formas e conduções impostas pelo sistema político vigente, contribuindo para a organização dos movimentos sociais rurais e urbanos bem como para o fortalecimento das reflexões e dos instrumentos de luta.

Coutinho (2011), a partir do olhar de Gramsci, traz brevemente a reflexão sobre os conceitos de hegemonia e democracia:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na

medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para os grupos dirigentes. Existia no império romano uma democracia imperial-territorial na concessão da cidadania aos povos conquistados. Não podia existir democracia no feudalismo em virtude da constituição de grupos fechados. (Coutinho, 2011, pág. 293).

O poder hegemônico, portanto, foi definido por Gramsci (2004) como uma condição social na qual todos os aspectos da realidade social são dominados ou apoiam uma única classe. Neste sentido, as lutas pela Reforma Agrária, pela Educação do Campo e Educação Popular e pela Agroecologia como matriz produtiva a ser alcançada consolidam-se na contra mão da classe dominante, pois, pautam-se a partir do enfrentamento a matriz agrária, produtiva e educativa hegemônica.

Falar de Reforma Agrária, em sua materialidade de origem, implica em pensar uma reforma do sistema agrário do país. Em suma, o conceito “reforma”, a partir das necessidades históricas de superação do modelo atual, abrange politicamente muito mais do que podemos perceber em um primeiro momento. Significa uma total reestruturação substanciada pela superação do modelo político vigente, portanto hegemônico.

Partindo das construções contra hegemônicas, não se faz Reforma Agrária, em sua essência, dentro do sistema político capitalista. Para que, de fato, possamos avançar nesta disputa, devemos (re) estruturar radicalmente as dimensões políticas e econômicas do Estado de origem capitalista. Junto a essa transformação, os instrumentos essenciais de organização e consolidação estrutural do Estado, como a educação, a comunicação e a cultura, devem vir aliada a outra estratégia de pensamento, teórico e prático.

Assim, toda relação de hegemonia é essencialmente uma relação educativa. Desta forma, os agentes que se engajam nesta relação educativa são as instituições que formam a sociedade civil, a qual constitui o alicerce cultural do poder.

Estas instituições são as leis, a educação, os meios de comunicação de massa, a religião e assim por diante. Os Estados, então, nas sociedades ocidentais, são cercados e amparados por uma rede dessas instituições, as quais são concebidas como “um sistema poderoso de fortalezas e trincheiras” que faz sentir a sua presença quando quer que o Estado “estremeça”.

As instituições como a escola e outras estruturas educacionais não são “neutras”, ao contrário, elas servem para cimentar a hegemonia existente e, portanto, estão ligadas intimamente aos interesses dos grupos sociais mais poderosos, especialmente a burguesia.

O terreno ao qual a hegemonia pode ser contestada é o próprio terreno que a suporta, a saber, o da sociedade civil, o qual é concebido como um lugar de luta. Portanto, ao ser amparado pelas instituições da sociedade civil, o Estado não pode ser confrontado frontalmente por aqueles que aspiram transformá-lo para desenvolver um novo conjunto de relações sociais. Gramsci (2004) chamava esse tipo de confrontação como uma “guerra de movimento”.

Na visão de Gramsci, o processo de transformar o Estado e o seu aparato coercitivo deve preceder, em vez de decorrer, à tomada de poder. As pessoas que trabalham pela transformação social, neste caso, o proletariado procurando transformar o Estado burguês, tinham de se engajar em uma “guerra de posição”, um processo de organização social e influência cultural de amplo alcance.

É por meio desse processo que o grupo cria, junto com outros grupos e setores da sociedade, um bloco histórico, termo que Gramsci (2004) utiliza para descrever a maneira complexa na qual as classes ou suas frações estão relacionadas.

Na mesma linha, a Reforma Agrária se projeta agora, na contemporaneidade, de forma a repensar-se como instrumento de luta e de superação a matriz agrária hegemônica. Entre os trabalhadores rurais organizados no MST, surge a necessidade de pensar uma Reforma Agrária

popular que consolide novos instrumentos contra hegemônicos conectados com um novo projeto de nação, popular e socialista.

Não basta apenas acumular teoricamente estratégias de transformação, operando em setores necessários, para superar estruturas centrais que operacionalizam a hegemonia capitalista.

A estrutura complexa do sistema do capital exige a centralidade do aprofundamento teórico, porém, com ênfase direta na operacionalização prática. Para isso, há dois momentos distintos da estratégia.

Primeiro, a busca da formação de quadros políticos que tenham clareza da necessidade de ocupar espaços estratégicos em setores determinados do Estado, na perspectiva da ruptura com o modelo, entendendo, sobretudo, que as estruturações contra hegemônica destes setores se dão nas esferas sociais, junto aos movimentos populares e sociais organizados. Desta maneira, ter a clareza que a apropriação do Estado é um meio, e não um fim. Sabemos, portanto, que qualquer ruptura política tem sua materialidade na organização popular, de baixo para cima, e não o contrário.

Segundo, a organização política da classe trabalhadora e a constituição de um bloco da base popular preparada para operacionalizar, executar e definir linhas táticas e estratégicas de condução, com firmeza política e ideológica, dos processos determinados pela acumulação e apropriação de setores importantes para superação e ruptura deste “Estado Político” determinado, rompendo seus alicerces centrais.

Assim, a Reforma Agrária popular exige uma compreensão profunda do processo de saturação do modo de produção capitalista e da propriedade privada como linha ideológica que atinge todos os setores que mantém a estrutura hegemônica. Ela deve ser pensada não como um “reformismo” de cunho “passivo”, ou, pelo “alto”, centrado em concessões do Estado (Coutinho, 2008), mas de superação da emancipação política entendida, em termos marxianos, como “enorme progresso” da sociabilidade regida pela propriedade privada (Lessa, 2007).

Esta compreensão profunda do processo de saturação do modo de produção capitalista pressupõe o enorme desafio posto a Reforma Agrária como um dos alicerces fundamentais de (re) estruturação e ruptura do sistema hegemônico pelo capital. Superar a propriedade privada no campo e repensar a estrutura agrária no país é parte essencial para operar o início de profundas mudanças estruturais dos processos da economia capitalista.

Não podemos esquecer que grande parte da sustentação do modo de produção capitalista, atualmente impregnada pela ideologia neoliberal, parte das relações de propriedade, exploração (seja do trabalho ou dos bens naturais, inter-relacionados) e da própria condição do trabalho. Estas três vertentes centrais do moderno capitalismo se solidificam quando operadas concomitantemente, tendo na realidade agrária o campo necessário de reprodução para consolidação das políticas sociais e econômicas do capitalismo, operando, assim, em todo o conjunto da sociedade.

Quando analisamos os elementos da propriedade (privada), da exploração e do trabalho como instrumentos de dominação operados pela burguesia, não podemos deixar de relacionar que por trás desta configuração existem outros dois elementos que são à base de sustentação destas relações: o capital e o mercado.

O predomínio histórico da propriedade privada dos bens de produção nas relações fundiárias do país bem como a exploração do trabalho (seja assalariado ou escravo) nesta condição, define claramente o avanço da industrialização moderna caracterizada predominantemente em direção à realidade urbana. Ao mesmo tempo, que se aprofundam as relações da propriedade privada e da exploração do trabalho, há, na dinâmica de funcionamento do Estado capitalista, a existência de contradições, assim configuradas: a máquina estatal serve amplamente aos interesses da classe dominante, mas a sua própria universalização exige que ele dê atenção à sociedade como um todo (Pereira, 2011, p. 123).

Nesta perspectiva, a classe dominante e a burguesia agrária definem seu eixo de atuação na consolidação das relações privadas de propriedade e de trabalho e, ao mesmo tempo, estrategicamente ocupam setores do Estado que garantem a manutenção do poder político e econômico.

A expansão histórica do capitalismo agrário jamais correspondeu a uma forma plenamente “normalizada”, pois nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto de territórios e, sobretudo, as expropriações primárias. A maior produtividade, ou a intensificação de uma exploração judicializada de força de trabalho do capitalismo central, foi acompanhada de permanente expropriação a par da recriação de formas mais ou menos compulsórias de trabalho nos países periféricos que, não obstante, não podia mais ser considerada como externa ao capital (Fontes, 2010, p 63-64).

Hoje, portanto, se redefinem as estruturas da economia capitalista que vinculam, com mais força, o capital internacionalizado, caracterizando relações transnacionais. E a estrutura fundiária, principalmente brasileira, é central para a manutenção e o aprofundamento destas relações.

A Reforma Agrária popular se (re) insere neste contexto com desafios ainda mais complexos. Operar tática e estrategicamente nas estruturas do sistema hegemônico com o objetivo de romper e apropriar para si mecanismos que moldam as relações sociais, políticas e econômicas, tendo na classe trabalhadora o alicerce político e a base social para superação deste modelo.

3.3 O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: uma análise a partir da perspectiva dos movimentos sociais

Este tópico parte da necessidade de compreender a importância da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO e os processos que envolvem sua consolidação enquanto política para a criação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Desta forma, perceber a criação desta política a partir dos acúmulos de diversos movimentos sociais que, há pelo menos 20 anos, vem debatendo a agroecologia como matriz de produção possível e necessária para o campo brasileiro, é uma tarefa que impõe ao Estado um posicionamento em relação às perspectivas futuras para a produção agrícola no país.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, ao qual iremos nos referir durante este artigo como PNAPO, é uma política instituída pelo decreto nº 7794, de 20 de agosto de 2012. A PNAPO nasce como um compromisso do governo federal em avançar na ampliação e efetivação de ações que devam orientar perspectivas produtivas em direção às práticas agroecológicas visando o desenvolvimento rural sustentável. Nos últimos anos, observamos um intenso avanço da política agroexportadora, consolidando a estratégia do agronegócio¹⁷ como referência de investimentos e matriz produtiva nacional hegemônica.

¹⁷ O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhada pelos professores norte americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados a agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. Para os introdutores do termo, tratava-se de criar uma proposta de análise sistêmica que superassem os limites da abordagem setorial então predominante. No Brasil, o vocábulo *agribusiness* foi traduzido inicialmente pelas expressões *agroindústria e complexo agroindustrial*, que buscavam ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura, que se intensificou nos anos 1970. Outros termos também foram utilizados para destacar o caráter sistêmico e não exclusivamente setorial da produção agrícola: *sistema agroalimentar, cadeia agroindustrial, filière* etc. (Leite, 1990). Desde os anos 1990, o termo *agribusiness* começou a ganhar espaço, mas, já no início dos anos 2000, a palavra *agronegócio* foi se generalizando, tanto na linguagem acadêmica quanto na jornalística, política e no senso comum, para referir-se ao conjunto de atividades que

Porém, em paralelo a efetivação e consolidação do agronegócio, movimentos sociais camponeses e trabalhadores (as) das águas e das florestas vem resgatando e (re) inserindo técnicas de produção tradicionais de alimentos, utilizadas historicamente por populações camponesas e de pequenos agricultores tendo como centralidade o policultivo¹⁸ e a produção consorciada em pequena e média escala. Este tipo de produção responde pelo cultivo e comercialização de cerca de 70% de espécies de hortaliças, batatas e frutas que vão para a mesa do consumidor.

Este resgate de técnicas de produção agrícolas tradicionais, a partir da década dos anos 90, e sua inserção aos estudos teóricos e práticos das ciências agrícolas, (re) elabora uma nova categoria de produção, chamada de agroecologia. Esta nova categoria traz junto a si um viés multidimensional da relação do homem e da mulher com a natureza e seus processos produtivos, demarcando um espaço para além das técnicas de produção, mas, sobretudo, inserindo-se no debate político da questão agrária.

Com o avanço dos estudos práticos e teóricos que abarcam o conhecimento agroecológico como campo da ciência, em consonância com o conhecimento popular, a agroecologia, que enquanto prática tradicional de agricultura perdeu espaço para o capital financeiro a partir da modernização conservadora da agricultura, agora, neste século, se (re) insere ao debate de produção agrícola com um grande desafio: consolidar-se, como matriz de produção alternativa ao modelo de esgotamento do agronegócio.

E mais que isso, ser um dos alicerces centrais do debate de democratização do acesso a terra, pela Reforma Agrária, e apresentar-se como

envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários (Leite; Medeiros, p.79-80, 2012)

¹⁸ Policultivo é uma técnica de produção que envolve duas ou mais espécies cultivadas em harmonia. Tem como referência o consorciamento entre plantas companheiras, levando em consideração seus extratos (baixo, médio e alto), de forma a manter o equilíbrio do agroecossistema. Os policultivos podem envolver combinações de espécies anuais com outras anuais, anuais com perenes ou perenes com perenes. Eles podem apresentar diversos arranjos espaciais, desde uma simples combinação de duas espécies em fileiras alternadas, até consórcios complexos de mais de uma dúzia de espécies misturadas (Altieri, p. 221, 2012).

o único modelo de produção capaz de garantir a soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis para o conjunto da população.

Portanto, é nesta conjuntura que nasce o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, como um dos instrumentos da Política Nacional de Agroecologia – PNAPO, tendo nos movimentos e organizações sociais e sindicais, seu combustível político de pressão para que o Estado brasileiro pudesse inserir na agenda agrária do país, mesmo que timidamente, um plano de agroecologia que ouse tencionar a política fundiária do Brasil com vistas a propor ações que estabeleçam um conjunto de políticas para incentivo de produção de base agroecológica por pequenos agricultores, assentados da Reforma Agrária, populações tradicionais das águas e das florestas.

Nesta perspectiva, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO 2013-2015, elaborado a partir da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO (conforme inciso I do artigo 9 da PNAPO) e no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO, órgão de composição paritária entre governo e sociedade civil, que deverá, além de exercer o controle social do plano, ter ainda como atribuição propor iniciativas e garantir sua efetivação (Torres; Frigo, 2013), trazem como elemento diferencial a inserção de um plano de produção na agenda do governo gerenciado em parceria com diversas organizações sociais e populares e, sobretudo, profundamente antagônicos ao modelo agrícola hegemônico.

Neste cenário, pretendemos entender e aprofundar a leitura sobre os possíveis impactos deste plano, e a contradição ao qual se insere, tendo em vista que surge como possibilidade de “alternativa” ao modelo da agricultura em larga escala encampado pelo Estado. Pretendemos perceber quais são as condições políticas, técnicas e operacionais para execução da estratégia do PLANAPO e como se inserem os movimentos sociais e seu caráter protagonista (Documento Final Planapo, 2013) para o avanço de iniciativas de

produção em conversão agroecológica junto aos pequenos agricultores tradicionais e camponeses.

3.3.1 Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO: características, necessidades históricas e contradições políticas

Tendo em vista a necessidade histórica que impõe à agricultura, em tempos da notável insuficiência gerada pela “modernidade” capitalista, de (re) orientar suas ações e práticas, tanto no campo do conhecimento técnico-científico quanto no campo do resgate do conhecimento popular, torna-se necessário refazer todo o percurso histórico inerente aos modos de produção agrícolas e, necessariamente, rupturas políticas e (re) ordenamentos estruturais que atrelam a agroecologia, como modo de produção, a múltiplas dimensões da vida e da política (Pinheiro Machado, 2009).

Isto posto, pretendemos aqui expor a necessidade histórica de (re) colocar em pauta, agora como política, à agroecologia como modo de produção capaz de, não apenas confrontar-se com o agronegócio, mas de recompor o ambiente, produzir alimentos limpos para a humanidade, disputar políticas e outorgar cidadania, especialmente aos pequenos produtores e agricultores (Pinheiro Machado, 2009).

Desta forma, cabe ressaltar e analisar a importância da consolidação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, como construção paritária entre Estado e sociedade civil, e a importância de inserir na agenda política do país a implementação de ações que tenham na produção de base agroecológica estratégias que visem potencializar projetos estruturais e inter-setoriais, em âmbito do Estado, porém impulsionado pelos movimentos sociais, necessários para impor condições reais de acúmulo e superação do modelo de esgotamento da agricultura, representados pelo agronegócio.

Contudo, torna-se necessário refinar esta análise. E isto passa pela compreensão do papel do Estado brasileiro, de origem capitalista e burguesa, e sua relação com as políticas internacionais e de inserção subordinada e dependente às economias capitalistas centrais, de forma a priorizar estratégias para o setor agrícola do país direcionada ao modelo de produção agroexportador. É neste ambiente de contradição que se insere a PLANAPO. Nosso objetivo aqui será apontar os elementos centrais desta contradição e quais os avanços e limites impostos à PLANAPO de forma a consolidar-se, contra hegemonicamente, como política agrária e alimentar a partir da produção familiar e camponesa.

3.3.2 Caracterizando a política, seus avanços e limites

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO surge atrelado a uma série de programas, projetos e políticas que incentivam a consolidação de práticas da agricultura agroecológica. Somam-se a PLANAPO, programas de conservação, manejo e uso sustentável da agro biodiversidade; programas nacionais de combate à desertificação; programas de assistência técnica e extensão rural – ATER e de assistência técnica, social e ambiental – ATES; programas de fortalecimento da agricultura familiar, de agro industrialização e Reforma Agrária; programa de organização produtiva das mulheres rurais; programa de desenvolvimento da agricultura orgânica; linhas de pesquisa e tecnologia relacionadas à agroecologia, desenvolvidas pela Embrapa, organizações estaduais de pesquisa e universidades; ensino formal com enfoque agroecológico, curso tecnólogo superior em agroecologia, fomentado pelo Ministério da Educação e Institutos Federais de Educação – IFs; programa de compras institucionais, como o programa de aquisição de alimentos – PAA e o programa nacional de alimentação escolar – PNAE dentre outros.

Todos estes programas se inserem nas agendas de dez ministérios, e estão se consolidando a partir das pressões de diversos movimentos sociais e

sindicais do campo. Assim, tornam-se parte integrante do PLANAPO, vinculando sua estratégia norteadora para uma política que vise continuidade, com exercícios sequenciais de planejamento. Segundo o documento final do Planapo (2013), ele vincula suas iniciativas às ações orçamentárias já aprovadas no plano plurianual - PPA de 2012 a 2015 e na Lei Orçamentária Anual – LOA, que darão amplas condições de execução.

Coube a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, com representação de dez ministérios, a tarefa de elaborar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, articulando órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para implementação da PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Documento Final – Planapo, 2013).

Já à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, composta por quatorze representantes da sociedade civil e quatorze representantes de órgãos do Governo Federal, coube à missão de promover a participação da sociedade na elaboração do Planapo, propondo as diretrizes, objetivos e as ações prioritárias a ser desenvolvidas (Documento Final – Planapo, 2013).

A partir de setembro de 2012, estas duas instâncias se debruçaram em um intenso trabalho para a consolidação do PLANAPO, articulando as diversas ações executadas pelos ministérios e elaborando novas ações que respondessem aos desafios colocados.

Por parte dos movimentos sociais e sindicais do campo, alguns merecem amplo destaque, em termos de pressão social, como a Via Campesina, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF e a Marcha das Margaridas, tendo uma ampla participação nas reivindicações, junto ao Executivo, pela implantação e fortalecimento da agroecologia como modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Outros grupos importantes da sociedade civil para a implementação do plano são a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, a Associação

Brasileira de Agroecologia – ABA e a Articulação do Semiárido – ASA, representando o campo da agroecologia, e a rede de Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação – CPOrgs e a Câmara Temática de Agricultura Orgânica – CTAO, representando o campo da agricultura orgânica.

Desta forma, as ações estratégicas articuladas em torno do plano se estruturam em quatro grandes eixos: 1) Produção; 2) Uso e Conservação dos Recursos Naturais; 3) Conhecimento e 4) Comercialização e Consumo.

Analisando, a partir do plano, cada um destes eixos, podemos perceber como se estruturam as estratégias para garantir a execução da proposta, ou sua efetivação como garantia de continuidade para os próximos períodos.

No eixo produção, o PLANAPO apresenta como proposta inicial de seguro e financiamento para as atividades produtivas, uma articulação a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Plano Agrícola e Pecuária, administrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

O PRONAF apresenta uma linha de crédito direcionada a produção agroecológica, o PRONAF agroecologia e duas linhas de crédito voltadas à agricultura orgânica, o PRONAF Floresta e o PRONAF Eco. Além destas linhas, contam também com o PRONAF Mulher, destinados as mulheres produtoras e o PRONAF jovem, destinado aos jovens produtores. Existe também outra linha de crédito a partir do Plano Safra, vinculado ao MAPA, chamado Programa de Agricultura de Baixo Carbono, ou projeto ABC.

São diversas linhas de crédito existentes com o objetivo de impulsionar o PLANAPO, porém, para efetivação e financiamento de ações que contemplem o plano, já de saída, alguns problemas de ordem técnica e política podem devem ser aprofundados.

No caso do PRONAF, devemos lembrar que este programa, que atua de maneira a financiar agricultores familiares, existente desde 1996, encontra-se

em colapso, de ordem político-financeiro e de execução técnica. Isso se dá pela forma de implementação, não conseguindo viabilizar um tipo de financiamento para o fortalecimento dos processos produtivos pelo pequeno agricultor atrelado a um acompanhamento específico pelas agências de assistência técnica e extensão rural. A insuficiência deste acompanhamento técnico, por parte das agências do Estado, ocasionou dois movimentos importantes: 1) a necessidade de terceirização das execuções de projetos de assistência técnica, às empresas, associações e cooperativas de prestação de serviços e 2) o endividamento das famílias de pequenos produtores, assentados de Reforma Agrária e demais agricultores familiares.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014), o valor total da dívida com o PRONAF chega a nada menos que 2,4 bilhões de reais em 233 mil operações de crédito, o que representa um valor médio de dívida por família de 10.300 reais.

No documento final do Planapo (2013) constata-se que o valor disponível para financiamento de atividades relacionadas ao desenvolvimento do plano, voltados a potencialização da produção de base agroecológica junto a estes mesmos pequenos produtores, são de aproximadamente 260 milhões, em 25 mil contratos. Ou seja, o plano se estrutura em políticas de financiamento, como o PRONAF, cujo valor de dívidas estabelece um patamar aproximadamente oito vezes maior que os recursos iniciais de investimento proposto pelo plano. Outro ponto importante, cerca de 76.295 mil famílias assentadas, em cerca de 955 municípios brasileiros, não terão condições de acessar o recurso estimado pelo PLANAPO, pois encontra-se em situação de inadimplência e em processo de renegociação de dívidas com o PRONAF (MDA, 2014) dada às condições em que acessaram os créditos e ausência de acompanhamento técnico pelas agências de ATER vinculadas as estruturas do Estado.

Com relação à linha de crédito denominada Programa de Agricultura de Baixo Carbono – Programa ABC, vinculado ao Plano Safra – MAPA, que também surge como possibilidade de compor o Planapo como linha de

financiamento às atividades de produção orgânica e agroecológica, o próprio documento final do plano (2013) evidencia sérias dificuldades políticas e fiscais de financiamento a um tipo de produção que não utiliza insumos químicos e mecanização pesada, com base no setor da agricultura de estrutura latifundiária. Neste caso, o sistema financeiro articulado pelo Plano Safra ainda não absorveu as particularidades dos sistemas produtivos de base orgânica e agroecológica.

O quadro abaixo, com dados de 2011, evidencia a dinâmica da utilização de agrotóxicos e o alto índice de contaminação em um amplo conjunto de alimentos produzidos no Brasil. Esses números mostram o domínio que a cadeia centrada na utilização de agroquímicos tem em relação ao mercado de produção agrícola.

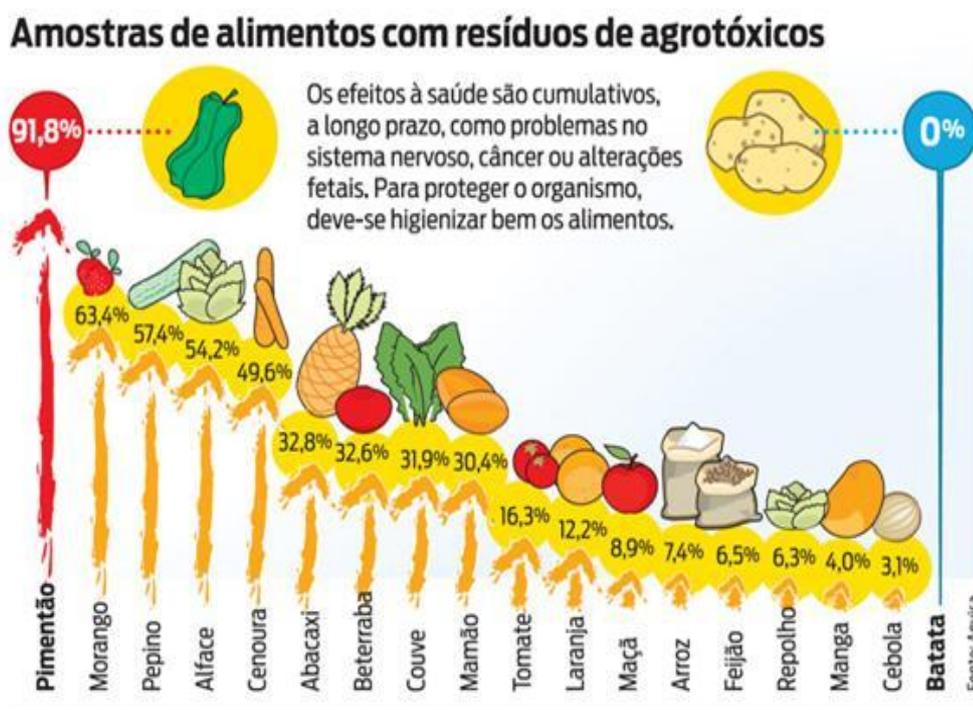


Figura 3: Amostra de alimentos com resíduos de agrotóxicos no Brasil. Fonte – Anvisa (2011).

Isto se dá pelo direcionamento ideológico que o Estado brasileiro estabelece enquanto prioridade de investimentos e qual o modelo de agricultura merece destaque e atenção. Na estrutura de financiamento a projetos de agricultura na atualidade, as formas de custeio e investimentos

continuam a ser elaborados tendo por referência custos e receitas dos pacotes tecnológicos, insumos químicos e maquinários utilizados em monoculturas, e as planilhas definidas pelo sistema financeiro, que determinam a configuração dos projetos, necessitam de adequação para a complexidade dos projetos agroecológicos e orgânicos (Documento Final – Planapo, 2013).

Desta forma, podemos perceber claramente que as estruturas de financiamento à produção na qual se apoia o PLANAPO são extremamente frágeis, do ponto de vista de garantias reais de investimentos e de condução política.

No caso do eixo uso e conservação dos recursos naturais, o Planapo expõe bons elementos sobre a necessidade de valorizar e efetuar políticas que garantam condições aos agricultores camponeses e familiares de, ao mesmo tempo em que necessitam dos recursos naturais, possam ter a possibilidade de gerar renda. Dentre alguns pontos importantes destacados no PLANAPO sobre o uso e conservação dos recursos naturais, merece nossa atenção a vinculação do plano com um prazo maior, em relação às atividades extrativistas, entendendo-a como atividade econômica geradora de inclusão social, integração de diferentes possibilidades de extrativismo, inclusive de produtos madeireiros, buscando garantir a conservação e a qualidade de vida das comunidades (Documento Final – Planapo, 2013).

Outro ponto importante se deve a necessidade de controle do material genético a serviço dos povos e da humanidade, reconhecendo a importância das sementes crioulas como patrimônio dos povos, e não a serviço dos mercados. Assim, atribui-se um incentivo a produção, resgate e conservação de sementes crioulas e variedades locais não protagonizadas pela agricultura familiar, assentados da Reforma Agrária e povos de comunidades tradicionais, destacando-se o trabalho das mulheres.

Por outro lado, observamos alguns entraves e contradições que expõem este eixo a dificuldades operacionais, sobre tudo políticas. A articulação nacional de agroecologia – ANA, que articula diversos movimentos sociais e

populares, associações, ONGs e outras organizações que compõe o campo da agricultura agroecológica, em seu documento intitulado *detalhamento de algumas ações prioritárias para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*, elaborada e encaminhada ao grupo de trabalho interministerial – GTI, contendo propostas de diretrizes, objetivos e um conjunto maior de ações prioritárias, traz importantes elementos que pouco foram explorados no documento final do PLANAPO.

Três pontos chamam a atenção, como propostas de ação prioritária encaminhada pelos movimentos sociais e organizações que compõe a ANA. Primeiro, a necessidade se debater o banimento do uso de transgênicos nas unidades de conservação, assentamentos de Reforma Agrária, terras indígenas, terras de povos e comunidades tradicionais zonas urbanas e periurbanas, bem como estabelecer territórios de proteção da agrobiodiversidade, livres de agrotóxicos e transgênicos.

Segundo ponto, garantir acesso de agricultores familiares, povos tradicionais e indígenas ao banco genético da EMBRAPA, bem como das Universidades e Institutos de Pesquisa Federais e Estaduais, garantindo que eles continuem públicos e que sejam realizadas prestações de contas sobre eles à sociedade.

Um terceiro ponto, que no PLANAPO fosse contemplado o banimento de agrotóxicos já banidos em outros países, a proibição da pulverização aérea, a eliminação da isenção fiscal para a produção e comercialização dos agrotóxicos e alocação da arrecadação em fundo de financiamento para a produção orgânica e em base agroecológica e, por fim, a criação de restrições e proibições de financiamento de agrotóxicos nas políticas públicas de financiamento na agricultura.

Estes três pontos fazem parte de um conjunto de ações prioritárias apresentadas pela ANA, que não foram inseridos no documento final do PLANAPO. Em termos gerais, segundo o próprio documento do PLANAPO, um dos gargalos principais relativo a este segundo eixo, que implicará para sua

execução, trata-se justamente do acesso a financiamento apropriado, já que o extrativismo lida com ciclos longos e em geral os direitos da propriedade da terra não estão definidos, o que impede, por exemplo, as operações de crédito.

No entanto, em termos de estrutura agrária, é necessário perceber quais as prioridades e os direcionamentos políticos e financeiros do Estado. Delgado (2012) lembra que no Brasil, poucas empresas, integradas verticalmente na agricultura e na indústria, desfrutam de condições privilegiadas de planejamento de produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento do crédito rural em geral e do crédito favorecido para a exportação.

Este privilégio de acesso aos financiamentos deve-se a integração do modelo hegemônico de agricultura aos pacotes tecnológicos, que atribuem às regras encampadas pela política agrícola do agronegócio, o comando da cadeia de produção e, sobretudo, uma forma de monopólio do financiamento (Delgado, 2012).

Em relação ao terceiro grande eixo norteador para a execução do PLANAPO, que traz à tona a necessidade de expansão e aprofundamento dos conhecimentos relativos à melhor compreensão dos processos que envolvem a agroecologia e de produção orgânica, três pontos se colocam como centrais, quando analisamos o documento.

Primeiro, a necessidade de repensar radicalmente os processos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES. Um dos maiores gargalos para efetivação de projetos alternativos de agricultura, sobretudo em áreas de Reforma Agrária e comunidades rurais tradicionais, deve-se a lógica de condução e execução das atividades de assistência técnica. De acordo com o documento final do Planapo (2013), o referido plano traz como meta uma estratégia baseada na expansão de um projeto de desenvolvimento local e regional para o rural, integrando, nas ações voltadas para a ATER e ATES, organizações públicas e privadas na

qualificação dos agentes de ATER/ATES aprofundando as práticas da agroecologia.

O plano se apoia também no fortalecimento das redes de assistência técnica criadas em nível nacional. Tais redes se estruturam em parcerias entre organizações governamentais e não governamentais, dialogando práticas de agroecologia e de validação de tecnologias sociais em suas ações.

Contudo, o que observamos em relação às práticas de extensão rural nas áreas de Reforma Agrária e comunidades tradicionais, ainda se vincula a um tipo de extensão convencional. Isto se deve a formação estruturada pelas redes de educação técnica, privadas e estatais e às universidades, que ao longo do tempo estruturam seus currículos vinculados à lógica da agricultura convencional e do pacote da revolução verde¹⁹, desempenhando uma ação técnica estruturada com a modernização conservadora da agricultura em termos globais. Segundo Caporal (2009) um plano de transição agroecológica deve, para que possa ter efetividade, inicialmente, contar com apoio financeiro e técnico específico aos agricultores camponeses e tradicionais. Para isso, o governo federal deve direcionar a liberação de recursos públicos unicamente para o financiamento de atividades de extensão rural que estejam destinadas a apoiar a agricultura camponesa, familiar e tradicional, no processo de conversão agroecológica.

Esta ação, sobretudo, implica diretamente em dois movimentos: 1) consolidar uma política de financiamento desburocratizada e efetiva, garantindo condições reais de acesso ao pequeno agricultor e; 2) estimular a criação de cursos formais e não formais de profissionais dos segmentos técnico, técnico-

¹⁹ A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Este ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização de aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a proeza, e principalmente a fome, como um problema de produção. Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como uma base ideológica de valorização do progresso (Pereira, p. 685, 2012).

superior e superior, na amplitude das áreas das agrárias, humanas e sociais, em parcerias com organizações, institutos, movimentos sociais camponeses e universidades, a fim de inverter a lógica de formação técnica e profissional hegemônica pelo conhecimento convencional voltado apenas ao mercado, inserindo outros elementos e valores políticos pedagógicos às práticas e ações no campo do conhecimento agrário-social.

Outro ponto relevante, vinculado ainda ao terceiro grande eixo do PLANAPO, refere-se ao conhecimento científico, a pesquisa e a inovação. O plano apresenta duas redes de pesquisa articuladas: a primeira dedica-se a realização de pesquisas sobre agricultura orgânica, tendo sido estruturadas por meio dos projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária Sustentável (2002-2006) e Bases Científicas e Tecnológicas para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Brasil (2007-2012). A outra rede de pesquisa apresenta ênfase nas ações de pesquisa voltadas à transição agroecológica, por meio do projeto Transição Agroecológica – Construção Participativa do Conhecimento para a Sustentabilidade (Planapo, 2013).

Em âmbito dos programas citados acima, observamos a direta participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA para consolidação de novas pesquisas na área agroecológica. Embora ainda tímida, a participação da Embrapa, enquanto empresa pública de pesquisa agropecuária, em termos estratégicos, é de suma importância. Historicamente, observamos a Embrapa como uma empresa estatal de pesquisa a serviço da lógica do agronegócio, efetuando diversas pesquisas, com financiamento público, direcionado a potencialização da grande agricultura. Grande parte da pesquisa tecnológica da Embrapa é direcionada aos índices de produtividade da agricultura de exportação, contribuindo para a hegemonia do setor como matriz prioritária do Estado.

A mudança de paradigma em termo de pesquisa, no seio da empresa, ainda é tímida. Porém, pequenas redes de pesquisadores em agricultura vêm se formando iniciando análises que estimulam outro viés em pesquisa

tecnológica, enfatizando a pequena agricultura e a produção agroecológica como necessária para garantia real do abastecimento futuro de alimentos no planeta. Estas redes se consolidam a partir de núcleos de pesquisas e estudos, cátedras, e cursos técnicos, de graduação e pós-graduação em diversos Institutos e Universidades do país que, ao longo do último período, vem ganhando força nos espaços acadêmicos em parcerias com movimentos sociais e sindicais do campo.

Assim, novas agendas de pesquisa em âmbito da Reforma Agrária se articulam com o objetivo de evidenciar a necessidade da democratização do acesso a terra no Brasil para a consolidação de um processo de produção de alimentos saudáveis, e garantias de preservação dos bens naturais para garantir a permanência das populações tradicionais em seus territórios, cumprindo a função de produtores e protetores de recursos que garantam a diversidade de produtos nos mais diversos mercados espalhados pelo país.

Por fim, o quarto grande eixo explorado pelo PLANAPO é o de comercialização e consumo. O plano demonstra certa preocupação com o desenvolvimento das práticas de comercialização e consumo dos produtos agroecológicos. Observa que muitos produtos se concentram em pequenas feiras das quais poucas informações estão organizadas, como a real quantidade de produtores e agricultores envolvidos nas práticas agroecológicas e qual a quantidade e valor da produção comercializada.

Esta insuficiência faz com que a produção orgânica e de base agroecológica sempre se mantenha na informalidade, ou atrelada a um tipo de produção artesanal que não garante condições reais, em termos produtivos e tecnológicos, de abastecer determinados mercados²⁰ de alimentos.

Desta forma, o plano se vincula a dois programas centrais de compra governamental e dois de apoio à produção e comercialização. Para que a

²⁰ Entende-se por determinados mercados de alimentos espaços de comercialização ainda não acessados por pequenos produtores de alimentos de base orgânica e agroecológica, como as grandes redes de comercialização, por exemplo.

comercialização e o consumo, a partir das técnicas de produção agroecológica, tenham efetividade, o plano se vincula diretamente ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que aplicou, entre os anos de 2009 e 2012, cerca de 32,5 milhões de reais na compra de produtos orgânicos e agroecológicos, por meio da Conab, tendo ampla participação de mulheres rurais, das quais representaram 35% dos contratos efetivados, com perspectiva de ampliação no período 2014-2015.

Outro programa importante ao qual o plano se apoia é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que adquiriu cerca de 520 milhões em produtos da agricultura familiar entre 2011 e 2012. Segundo o documento final – Planapo 2013, somente em 2012, foram adquiridos produtos orgânicos e agroecológicos em 1.733 municípios, equivalendo a 31% do total de compras equivalente no ano.

Juntamente aos dois programas se vincula a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM – BIO) que permite a subvenção direta ao extrativista viabilizando o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal.

Além disto, o plano traz em sua política medidas que vinculam o PRONAF Mulher e o Apoio Mulher, como medidas de oferta de créditos, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, com o objetivo de fortalecer a organização produtiva das mulheres com a perspectiva da autonomia econômica, da soberania alimentar e da agroecologia.

Por fim, o plano apóia-se em programas já existentes para a juventude rural, como o Comitê Permanente de Juventude Rural – CPJR, além do PRONAF jovem, o Selo Nossa Primeira Terra e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Contudo, as alternativas do PLANAPO para a consolidação e aprimoramento de ações no campo da comercialização e do consumo de produtos produzidos com base na agroecologia, se tornam frágeis com relação ao incentivo à criação de sistemas de cooperativas e financiamento às ações que contemplem a cadeia produtiva de uma ponta a outra.

Mesmo com ações programadas junto a programas como o Terra Forte, de incentivo a agroindustrialização em assentamentos rurais, poucas propriedades de pequenos agricultores assentados serão beneficiadas. Segundo dados da coordenação do projeto Terra Forte, cerca de 30 entidades, entre cooperativas e associação, serão beneficiadas inicialmente com os 67 milhões previstos para os projetos de agroindustrialização, o que equivale, em números totais, a menos de 30% de assentados (as) da Reforma Agrária no Brasil.

Com isso, outras questões surgem como limitantes. Para ampliar a produção com vistas a potencializar o beneficiamento de alimentos, com finalidade de consumo e comercialização, adequações a legislação referente às agroindústrias familiares deverão ser revistas. Segundo o documento da ANA, onde detalha ações prioritárias referentes à execução do PLANAPO, deve-se adequar a legislação de agroindústrias a realidade da agricultura familiar camponesa, urbana, periurbana e povos e comunidades tradicionais, viabilizando formas de processamento adaptadas a realidade produtiva destes grupos (incluindo as formas artesanais), criando um grupo de trabalho interministerial com participação da sociedade civil.

Ainda assim, devem-se pensar formas de financiamento, ATER/ATES e políticas que trabalhem fortemente, junto aos agricultores camponeses e tradicionais, o aprimoramento de estratégias técnicas para o manejo agroecológico, criando programas de sistemas de policultivo, cultivos de cobertura e cobertura morta, rotação de cultura e cultivos mínimos, ecologia das doenças vegetais e seus manejos, controle biológico e manejo agroecológico da fertilidade dos solos (Altieri, 2012).

Sem uma perspectiva que englobe processos de uma ponta a outra da cadeia de produção e comercialização de base agroecológica, tendo como referencia os assentamentos de Reforma Agrária e os milhares de agricultores camponeses e tradicionais espalhados pelo país, os processos de vinculação de ações de comercialização e consumo terão pouca efetividade real.

3.3.3 A agroecologia como plano: uma necessidade histórica

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO são fruto de uma reivindicação histórica das organizações e demais movimentos sociais do campo que há anos demandam do Poder Público a criação de uma política pública de incentivo à produção orgânica e agroecológica (Torres; Frigo, 2013).

Devemos, no entanto, ressaltar a necessária participação da sociedade civil organizada para que este plano pudesse ser construído, mesmo que ainda no papel, mas com concretas condições de dar passos valorosos em direção à disputa de matrizes agrárias colocadas em pauta no cenário rural brasileiro e mundial.

A cada dia, cresce a possibilidade real do confronto político inerente a essência da agroecologia quando o assunto é matriz de produção agrícola, políticas públicas para a agricultura, soberania alimentar e desenvolvimento rural sustentável. Isso se dá pelo esgotamento, em acelerada ascensão, do modelo agroexportador de commodities agrícolas.

Para tanto, cabe à agricultura camponesa e a produção de base agroecológica demonstrar a necessidade da superação de formas e práticas de produção, tendo em vista o alto grau de dependência que a circulação financeira de capitais agrícolas e o mercado de terras, sob a égide do capitalismo, impõem ao planeta, sobretudo aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

O PLANAPO, em suas diretrizes, observa a necessidade de introduzir a produção orgânica e de base agroecológica na agenda de pesquisa para atualidade. Segundo Altieri (2012) a agroecologia pode e deve proporcionar bases científicas consolidadas para a implantação de agroecossistemas biodiversos capazes de subsidiar o seu próprio funcionamento. Ele ressalta o necessário protagonismo dos agricultores e sua centralidade histórica que impõem a (re) estruturação dos processos produtivos em direção a uma nova perspectiva para as agendas de pesquisa, em âmbito político e institucional:

Os últimos avanços da pesquisa em agroecologia têm sido revistos a fim de melhor definir os elementos que devem fazer parte da agenda de estudos sobre o manejo dos recursos naturais, uma agenda que deverá ser compatível com as necessidades e aspirações dos camponeses. Está claro que, para que assuma um caráter relevante, tais estudos precisam incluir a plena participação dos agricultores, assim como de organizações de assessoria e movimentos sociais. A implementação da agenda de pesquisa também implicará importantes mudanças institucionais e políticas (Altieri, p. 117, 2012).

Desta forma, como propõe Altieri, a inserção de um plano de agroecologia associado a uma agenda de pesquisa, permite que estratégias mais consolidadas no campo das políticas públicas para a agricultura camponesa ganhem espaços antes impossíveis.

Pinheiro Machado (2009) lembra que os cursos de agronomia convencionais hoje ensinados nas universidades, com raras exceções, abandonaram as técnicas de respeito à natureza e, a partir da chamada Revolução Verde, passou a ser um braço das indústrias de agrotóxicos, de fertilizantes de síntese química, de outros insumos e de máquinas, sem qualquer preocupação social e/ou ambiental.

Portanto, debater agroecologia sem, de fato, implicá-la na agenda do Estado com viés necessário de transformação de estruturas em âmbito

produtivo, social, econômico, educacional, cultural e político, é desviar o foco do embate real de modelos antagônicos de produção agrícola.

Nesta perspectiva, porém sem perder de vista a dimensão política e social e o caráter de luta de organizações e movimentos sociais camponeses, o PLANAPO se torna, inicialmente, forte instrumento de luta por um novo modelo de produção. O que está colocado aqui é como fazer que este instrumento supere as contradições às quais ele se insere. No debate da ecologia de Marx, Foster (2011) traz uma categoria que Marx chamava de metabolismo, ou falha metabólica, onde definia dentro do processo de acumulação capitalista e suas relações com a natureza, à implicação da força de trabalho desta relação homem x natureza. Marx se refere ao conceito de metabolismo, sobretudo em seus *Grundrisse*:

Tanto para se referir à real interação metabólica entre a natureza e a sociedade através do trabalho humano (contexto em que o termo era geralmente usado em suas obras) quanto, num sentido mais amplo, para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo, e a questão da liberdade humana suscitada por ele – tudo podendo ser visto como ligado ao modo como o metabolismo humano com a natureza era expresso através da organização concreta do trabalho humano (Foster, p. 222-223, 2011).

Desta forma, tais contradições se relacionam diretamente a forma de organização do Estado. Pensar em políticas contra hegemônicas à organização capitalista de estrutura estatal é uma tarefa um tanto quanto complexa. Esta complexidade, portanto, a contradição instalada, deve-se a lógica de organização do trabalho direcionada a extração de mais valia e qual o papel que a terra desempenha para a acumulação capitalista em escala industrial - urbana.

Foster (2011) lembra que a insistência de Marx em afirmar que a falha metabólica, ou seja, *(a regulação e o controle da relação entre o homem e a natureza a partir do trabalho)*, entre os seres humanos e o solo foi em larga

escala criado pela sociedade capitalista. A afirmação de Marx era que as condições de sustentabilidade impostas pela natureza haviam sido violadas. Ainda assim, observou Marx, a produção capitalista volta-se para a terra só depois que esta foi exaurida pela sua influência e depois que suas qualidades naturais foram por elas devastadas (Foster, 2011).

O que tentamos refletir aqui é esta histórica relação de dependência, já apontada por Marx no século XIX, entre processo de acumulação do capital e o esgotamento dos bens naturais, que definem, numa relação que tangencia a consolidação do sistema capitalista, as estruturas políticas e econômicas dos Estados – Nações capitalistas. Esta relação, por conseguinte, aprimora os instrumentos, em tempos de modernidade capitalista, das estratégias políticas e econômicas desenvolvidas por grande parte de políticas públicas vinculadas a estrutura conservadora de Estado.

No entanto, o PLANAPO não deixa de ser um instrumento importante para avançar em conquistas concretas. Em sua materialidade de origem, surgindo a partir dos acúmulos de diversos movimentos e organizações sociais do campo, cumpre um importante papel de pressionar o Estado e parte de suas estruturas a posicionar-se em relação ao modelo hegemônico de agricultura e a necessidade histórica de superá-lo.

Ao mesmo tempo, as limitações impostas ao desenvolvimento das políticas e planos que estruturam e organizam processos produtivos centrados na efetivação de sistemas cooperativistas de produção e comercialização, tendo como centralidade as práticas agroecológicas, são entraves reais à medida que, (re) estruturar formas, sistemas e princípios de produção, na atualidade, é romper com os interesses de grandes conglomerados internacionais que monopolizam, a partir da superexploração da força de trabalho e da internacionalização de capitais, as cadeias produtivas determinadas como centrais para a manutenção dos interesses econômicos da burguesia agrário-industrial dos países de capitalismo central.

3.3.4 Notas críticas: um plano no seio da contradição política

No decorrer deste texto, buscamos operar uma simples saturação de determinantes expostas pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, que ora nos apresenta como nítido avanço, em termos de criação de uma política, efetiva participação da sociedade civil, e certa robustez dos argumentos metodológicos e de agenda política empregada, e ora demonstra insuficiência executiva, timidez nas disputas econômicas e pouco fôlego ideológico, este, sobretudo pela ausência de propor disputas claras e firmeza em apontar a agroecologia como real alternativa produtiva e alimentar.

É obvio que não é tarefa simples romper as amarras da produção de base agroexportadora e monocultora. E esta dificuldade se dá, todavia, por elementos que rompem as barreiras do Estado brasileiro. Não poderemos propor rupturas sem pressão política e tampouco sem lutas sociais. Para isso, acertar na análise é central para que se possa acertar na ação.

Desta forma, compreender a conjuntura agrária em sua amplitude, desde as relações construídas a partir da economia capitalista dos países centrais em direção ao capitalismo latino americano dependente é de suma importância para consolidarmos o caminhar de nossas análises.

Assim, entendemos que o Brasil, na atualidade, se configura para o capital agrário²¹ e para as empresas agroexportadoras como profundamente estratégico, sobretudo pela manutenção de um subimperialismo²² regional que

²¹ Capital Agrário é aqui entendido como o valor total de recursos disponível e controlado para fazer funcionar a economia agrária centrada na acumulação do capital financeiro na agricultura e na economia do agronegócio. Para aprofundar na discussão destas categorias ver Delgado (2012).

²² O capitalismo dependente tem como características principais a superexploração da força de trabalho e o divórcio gerado por essa condição entre a estrutura produtiva e as necessidades das amplas massas. A gênese do fenômeno subimperialista reside, portanto, na conjunção dessas leis próprias da economia dependente com a nova divisão internacional do trabalho

interessa diretamente às elites dos países de capitalismo avançado, bem como a burguesia interna brasileira. Segundo Bambirra (2012) é necessário observar que em termos de acumulação do capital, é justamente em países subdesenvolvidos, como o Brasil, que se realizam com maior intensidade e, massivamente, nestes casos, ações de setores exportadores que controlam vultosas massas de capitais estrangeiros. Bambirra lembra que este aspecto econômico do problema ganha destaque quando é considerado sob o ponto de vista da expansão capitalista

No entanto, sua magnitude é muito maior quando o mesmo (aspecto econômico) é focado sob um ponto de vista mais amplo, desde uma perspectiva política e social mais geral, na qual a manutenção da estrutura agrária significa a manutenção e o progressivo agravamento das miseráveis condições de existência de vastos setores da população camponesa. São resultados disso a situação de incultura das grandes massas, as precárias condições de saúde, a instabilidade no trabalho e o desemprego, bem como a expulsão do campo para as cidades e a criação destas e dos cinturões de miséria onde vivem setores provenientes dos ex-camponeses (Bambirra, p. 211, 2012).

Portanto, estes elementos são essenciais para compreendermos, a partir de uma perspectiva histórica e dialética, o processo de acumulação capitalista no campo e perceber, do ponto de vista estrutural, o agravamento dos processos de exploração da força de trabalho no campo, e o avanço estratégico do modelo agroexportador atrelado ao surgimento da grande indústria, estabelecendo assim, bases sólidas para a divisão internacional do trabalho (Traspadini; Stédile, 2005).

Esta contradição política na qual se insere o PLANAPO, em termos de (re) estruturação produtiva no campo, deve ser observada a partir da compreensão profunda de como se organiza o mercado de terras no Brasil e

oriunda do movimento de capitais pós-guerra – processo que fora marcado pelo predomínio dos investimentos externos na indústria de bens duráveis, com a presença predominante de capitais norte-americanos (Luce, p.20, 2011). Para a discussão do conceito de subimperialismo ver Carcanholo e Amaral (2009), Martins (2009), Osorio (2004; 2009).

qual o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo. Compreender o agronegócio é essencial para superá-lo.

Neste caso, cabe ao PLANAPO, enquanto plano nacional, propor alternativas concretas de superação, a partir de outra matriz de produção, no caso a agroecológica. Alguns pesquisadores da agricultura orgânica e agroecológica defendem que a agroecologia pode e deve conviver como “alternativa” ao modelo do agronegócio, sem necessitar de uma ruptura da forma de produção hegemônica. Defendem uma agroecologia em convivência “harmônica” no sistema capitalista.

No entanto, estas afirmações impedem a compreensão da real situação fundiária e a criação de mecanismos e formas para superá-la. Não há a mínima possibilidade de convivência “harmônica” entre dois modelos de produção profundamente antagônicos. Isto é claro quando observamos a estrutura de concentração fundiária no país e o volume de recursos destinados aos setores da agricultura de *commodities*.

Segundo dados do plano agrícola 2012/2013 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, somente para a safra 2012/2013 foi destinado 115,25 bilhões para financiamento da agricultura empresarial, representando um aumento de 7,5% referente à safra anterior.

Enquanto isso, Delgado (2012) nos alerta que a questão da terra hoje não se inscreve apenas como uma contradição pré-capitalista, mas, sobretudo, em um problema de instabilidade capitalista. Esta instabilidade gera um alto grau de contradição, pois aprofunda a relação insustentável operada pela agricultura patronal, especialmente no esgotamento dos recursos naturais, e por outro lado, acirra as disputas comerciais, a mercantilização das terras e a concentração fundiária.

À profunda concentração fundiária se agrega (Delgado 2012) os processos que envolvem o chamado capital geral, agrário, industrial, comercial e bancário, penetrando a fundo no negócio de terras, detendo sob a forma de

títulos patrimoniais, os direitos legais sobre vastas extensões de terras ociosas e produtivas.

Assim, com o aprofundamento e a implementação de estruturas a cada dia mais pesadas e insustentáveis pelo setor da agricultura patronal, milhares de hectares de terras hoje no Brasil se encontram em condições precárias, em termos de viabilidade produtiva, desgastadas e improdutivas, agregando-se aos processos de especulação financeira.

Reorganizar a estrutura fundiária no Brasil passa por desapropriar terras improdutivas em poder do agronegócio e concentrado nas mãos de grupos estrangeiros. Estes grupos, que dominam os processos de intensificação do pacote tecnológico voltado à agricultura, controlam e direcionam a maior parte da chamada inovação técnica terra-intensiva atrelando-se a um pacote tecnológico já disseminado há décadas na economia mundial, sob total controle dos ganhos de produtividade de um número muito reduzido de empresas transnacionais do agronegócio (Delgado, 2012).

Portanto, para que haja uma ruptura do modelo de produção da agricultura empresarial, em conversão a um modelo de produção que utilize técnicas de base agroecológica, o passo a ser dado passa, centralmente, pela democratização do acesso e da utilização de terras no Brasil. Para efetivar este processo democrático, faz-se necessário retomar com força o debate e a execução em direção a Reforma Agrária.

É neste contexto, por fim, que o PLANAPO se insere. Não basta, porém é necessário, executar políticas e planos de incentivo a mudança de práticas produtivas, educativas e sociais, sem, no entanto, apresentar uma estratégia clara de projeto para o país onde a produção agrícola passe por mudanças profundas e radicais.

Estruturar o PLANAPO em total consonância com um plano efetivo de Reforma Agrária e Reforma Política se evidencia, ao ponto de (re) estruturar as políticas fiscais e tributárias inserindo na agenda da produção agrícola do país

um profundo (re) ordenamento de ações estatais e uma clara definição de qual será, em curto, médio e longo prazo, o projeto de agricultura a ser evidenciado.

Dois caminhos se abrem a frente: a manutenção de uma agricultura com base no esgotamento natural e nas enfermidades humanas e alimentares, ou uma agricultura conectada com os agricultores tradicionais e camponeses do passado, porém, altamente concentrada em técnicas do futuro, de valorização da terra, do trabalho, do homem e da mulher como agentes de um novo modelo de produção de alimentos, para de fato alimentar a humanidade.

Capítulo 4 - Questão Agrária, Reforma Agrária e Agroecologia: particularidades de uma análise – o MST DF e Entorno

4.1 A luta pela terra e a conquista de assentamentos: como se estruturam as estratégias das políticas públicas e sociais nas áreas de Reforma Agrária?

As análises em torno da questão agrária brasileira trazem diversos condicionantes e perspectivas que perpassam desde o entendimento da história da luta pela terra no Brasil e no mundo como, por conseguinte, na percepção de qual o papel da estrutura fundiária brasileira para a acumulação capitalista e na inserção subordinada de um vasto setor de trabalhadores como força de trabalho própria para contribuir no desenvolvimento das forças produtivas, seja em âmbito dos setores dominantes da agricultura oligárquica, em primeiro lugar, e posteriormente agregados a agricultura moderna, seja integrando-os as grandes indústrias urbanas ou aos setores de serviços e comércios, localizados nas periferias e centros urbanos, de forma, na maioria dos casos, proletarizada.

Desta maneira, analisar, em particular, a história da luta pela terra no Brasil é trazer para a cena um capítulo da história que parte das camadas dominantes, com muito esforço, tenta invisibilizar, pois ela reúne capítulos de resistência, que são frutos das contradições históricas do capitalismo e das formas de organização política, social e econômica do Brasil, em meio ao avanço do colonialismo e das formas mercantis que se impuseram nos marcos da história das sociedades modernas, e, sobretudo, ocidentais.

Portanto, o foco de nossas análises aqui será, inicialmente, a história e os desafios da luta pela terra da Reforma Agrária no Distrito Federal e Entorno, a partir da perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –

MST. Neste capítulo, ainda, se torna necessário perceber como avançam os territórios conquistados a partir da luta do MST na região, em termos de organização política, social e econômica e de conquista de políticas públicas e sociais para as áreas de Reforma Agrária organizadas pelo MST na região.

Para entendermos este primeiro período de investigação, teremos que voltar ao ano de 1992, dois anos antes da criação do MST no Distrito Federal e Entorno.

Para isso, utilizamos dois caminhos essenciais para aprofundar as análises: o método materialista histórico dialético – MHD, que permeia todo o trabalho e, especialmente contribui para definir as categorias centrais de análise da realidade, em perspectiva histórica e dialética; e o instrumental do grupo focal, que se insere como técnica exploratória e vivencial de análise centrado na produção dos conteúdos analíticos a partir das hipóteses centrais do trabalho, tendo na prática o alvo da produção de novas ideias, a identificação das necessidades e expectativas e a descoberta de outros usos para a análise do objeto em questão (Gondim, 2003).

Importante ressaltar que o MST, no ano de 1992, completava oito anos de existência, desde sua fundação, em 1984, que ocorre durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, estado do Paraná.

É a partir do início da década dos anos 90, que o movimento sente a necessidade de nacionalizar-se, expandindo sua organização e aprofundando a leitura política das necessidades da Reforma Agrária, que deixava de ser apenas uma pauta de conquista e distribuição da terra, mas ganhava diversas outras dimensões, em campos como a educação, a saúde, os direitos humanos, a comunicação, a cultura, recolocando a luta pela terra em outro patamar de disputa ideológica.

Aplicamos aqui um grupo focal composto por três militantes históricos do MST na região do Distrito Federal e Entorno, que foram dirigentes da organização em períodos distintos, porém, em determinados momentos da

história, se confrontaram coletivamente com os processos concretos de luta, organização e de desafios a partir das necessidades reais de vida de um movimento social que tem como foco concretizar a Reforma Agrária no Brasil.

Neste capítulo, o foco se desenvolve a partir da categoria *luta pela terra*, primeira categoria central de análise da realidade, conforme estruturado metodologicamente.

Os objetivos de análise desta categoria são perceber quais as principais conquistas de assentamentos no território que compõe o Distrito Federal e sua região integrada economicamente, conhecida como o Entorno do Distrito Federal, composta por municípios do noroeste do estado de Minas Gerais e nordeste do estado de Goiás.

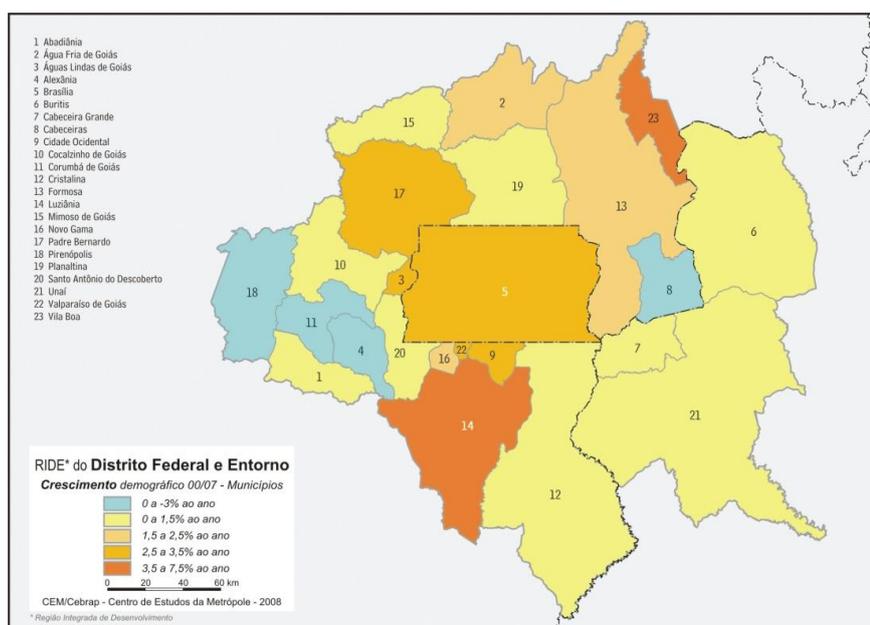


Figura 4: Mapa da região Geoeconômica do Distrito Federal e Entorno.

Cabe aqui também entender o quadro de concentração fundiária no período anterior e posterior ao ano de 1994, ano da criação do MST nesta região, e os principais avanços em relação às políticas públicas e sociais nas áreas de Reforma Agrária organizadas pelo MST na região do DF e seu Entorno. Ainda assim, buscamos entender e analisar indicadores como as características dos acampamentos; conquistas e organização dos

assentamentos; conquistas de políticas públicas e qualidade da organização das instâncias e dos setores do movimento na região.

Mas antes, torna-se necessário conhecermos a história dos sujeitos militantes que compõe estas análises, como forma de compreendermos mais a fundo o lugar de onde estes sujeitos falam, por se tratarem de sujeitos históricos de direito que compõe os processos de luta não apenas pela vontade militante de transformar a estrutura da sociedade, mas, sobretudo por serem sujeitos trabalhadores, e a história recente de exploração da força de trabalho e controle das forças produtivas pelo capital tornam estes sujeitos subordinados a lógica proletarizada das relações humanas capitalistas.

Janderson Barros entrou no MST no Assentamento Vale da Esperança, município de Formosa, estado de Goiás. Ele nasceu na cidade de Ceilândia, maior aglomeração urbana do Distrito Federal, com cerca de 650 mil pessoas. Seu avô veio trabalhar na construção civil em Brasília, segmento que acumulou elevada força de trabalho sub explorada na região, vindos em sua grande maioria da região Nordeste, por conta da mudança da capital federal para Brasília e pela necessidade, posterior, de ocuparem espaços ao redor de Brasília para tentar conquistar trabalho e moradia. Posteriormente, foram viver na cidade de Formosa – GO, Entorno do Distrito Federal.

Em Formosa, sua família teve o primeiro contato com o MST durante a ocupação da fazenda Vale da Esperança, em 1997. Em 1998 ele foi para o ainda acampamento com sua mãe, que foi ser professora na escola da fazenda Água Doce, uma fazenda vizinha, Janderson tinha 11 anos de idade. Naquela época, ele tinha alguns militantes como referencia, no caso, o companheiro Augusto, que também contribui para estas análises, militante que tocava o acampamento na época.

Janderson estudou na escola da fazenda água Doce, posteriormente tornando-se a escola do acampamento Vale da Esperança. Foi aluno de sua mãe, concluiu o ensino fundamental na escola do acampamento. A partir do

ano 2000 iniciou sua militância orgânica²³ no MST, mas um pouco antes, no ano de 1997, sua mãe participou do 1º ENERA (Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária²⁴) e começou a ler os materiais que ela trazia para casa, e assim iniciou um interesse pelo MST e pela militância.

No ano de 2000 começou a fazer atividades e cursos da juventude e alguns cursos de formação política organizados pelo MST, como o curso Realidade Brasileira (CRB) para jovens rurais, o curso de Realidade Brasileira da região sudeste, em Juiz de Fora, Minas Gerais, participou do 1º Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural - PJR e depois do IV Congresso Nacional do MST, realizado no ano 2000.

Durante este congresso, se aproxima de vez da militância e inicia sua vida orgânica no movimento, sendo indicado para ir estudar no Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, conhecido como ITERRA, localizado na cidade de Veranópolis, estado do Rio Grande do Sul, uma escola de formação e capacitação técnica do MST em parceria com a secretaria de educação do estado, oferecendo cursos nas áreas da comunicação e cooperativismo, em nível médio e pós-médio, para jovens filhos e filhas dos trabalhadores (as) rurais e de militantes de todas as regiões do País onde o movimento se organiza.

No ITERRA, concluiu o curso técnico em comunicação, em três anos. Em seu retorno, sai do assentamento e passa a residir na cidade de Formosa. Neste período, lhe é incumbida à tarefa de fazer trabalho de base na cidade

²³ Militância orgânica, neste contexto, refere-se aos militantes e dirigentes inclusos nas instâncias internas à organicidade do MST, em nível estadual, regional ou nacional.

²⁴ O I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores de Reforma Agrária (I ENERA) foi promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em julho de 1997, em Brasília, em parceria com diversas entidades, como a Universidade de Brasília – UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O encontro deu origem a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em 1998, dando origem a uma política nacional de educação do campo e a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que se tornou política pública de estado no ano de 2010.

com o objetivo de massificar as lutas pela terra naquela região. Assim, inicia sua militância como dirigente estadual do MST no DF e Entorno, atuando diretamente no setor de comunicação. Com esta tarefa, ele ajuda a construir o jornal Brasil de Fato, importante veículo de comunicação alternativa da esquerda na atualidade, nos formatos impresso e digital, estabelecendo, há época, relação com os jornalistas do MST em Brasília, ajudando a massificar assinaturas e atuando na secretaria estadual do MST na região organizado processos em torno das relações políticas.

No ano de 2005, a partir do acúmulo e experiência que absorveu nos anos anteriores, contribuiu para a criação de novos acampamentos de luta pela terra no Distrito Federal, região ainda a ser explorada neste quesito da luta.

Os processos de luta pela terra e possibilidades de conquistas de novas áreas para a Reforma Agrária no DF, e a inserção do MST, teve um considerável avanço na região de Brasília, sobretudo durante o governo de Cristovam Buarque, na época do Partido dos Trabalhadores – PT, entre os anos de 1994 e 1998. Neste período, o MST priorizou Brasília, criando vários acampamentos e avançando na visibilidade do MST e da Reforma Agrária, por Brasília se tratar do centro do poder político nacional.

Posteriormente, devido à necessidade de expandir a luta pela terra em uma região geoeconomicamente dependente de Brasília, com muita concentração de terras, muitos latifúndios de todas as espécies e um nível elevado de exploração do trabalho e expulsão de trabalhadores rurais, o centro da luta passa a ser a região do noroeste do estado de Minas Gerais, em específico os municípios de Unaí, Buritit e Arinos, acerca de 150 quilômetros de Brasília, a época conhecido como o Pontal do Paranapanema do Centro Oeste, em alusão a efervescência das lutas pela terra que ocorriam na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, região com maior número de ocupações e acampamentos do Brasil, organizados pelo MST.



Figura 5 – Mapa da região noroeste do estado de Minas Gerais

Neste contexto, ele vai contribuir nas lutas daquela região, período de muitas ocupações de latifúndios, grandes marchas e a famosa ocupação da fazenda do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, em 2001.

Posteriormente, ele contribui com a retomada das lutas e rearticulações no Distrito Federal, a partir da ocupação da fazenda Pípiripau, em Planaltina – DF. Ali se levanta o acampamento Oziel Alves III, com mais de 200 famílias, se tornando um dos maiores acampamentos da Reforma Agrária da região. No mesmo período, fruto do acampamento Oziel Alves III, surgem outras ocupações, como o acampamento Gabriela Monteiro e Graziela Alves, em Brazlândia e o acampamento 8 de Março, ocupação da fazenda Toca da Raposa, na cidade de em Planaltina, também no distrito Federal.

Na conquista do assentamento Gabriela Monteiro, em Brazlândia, ajudou na mística de criação do assentamento, foi à mística da primeira conquista da terra, muito simbólica na luta pela Reforma Agrária na região. A partir deste processo, ajudou a articular o primeiro grupo de teatro político do MST no DF, observando a necessidade de utilizar outras linguagens para

trabalhar formação política e organizações de processos de luta. Esse coletivo, criado no ano de 2004, foi batizado como brigada de teatro Semeadores. Em 2005, durante a famosa marcha do MST que saiu de Goiânia em direção a Brasília, a brigada semeadores tem especial atuação, contribuindo para as diversas intervenções. Janderson, nesta época, atua como militante orgânico da brigada contribuindo ainda como dirigente estadual do setor de comunicação e cultura. Sua militância inicia de fato pela brigada de teatro, que depois se transforma em brigada de agitação e propaganda Semeadores.

Neste processo vai estudar teatro em Cuba, por várias questões ficou apenas sete meses, não conseguiu ingressar no curso superior lá pela dificuldade técnica. Estudar em Cuba requer ampla experiência anterior na área, do ponto de vista da formação escolar anterior.

A ideia era que ele ficasse em Cuba para outras formações, mas com o falecimento de seu irmão, ele retorna ao Brasil e continua atuando pela brigada Semeadores no DF, tendo a tarefa de desenvolver atividades com a cultura, a comunicação e a juventude. Atualmente, é dirigente estadual do MST pelo setor de juventude, atuando organicamente no coletivo estadual de cultura, comunicação, juventude e agitação e propaganda. É assentado no Oziel Alves III, no núcleo rural Pipiripau, região de Planaltina, maior assentamento do MST na região, com 171 famílias. Está concluindo o curso de licenciatura em Educação do Campo – Ledoc, pela Universidade de Brasília, campus Planaltina.

A história de Augusto Targino se confunde com a história do MST no Distrito Federal e Entorno. Augusto nasceu no estado do Mato Grosso do Sul e depois, com oito anos de idade, mudou-se junto a seus pais. Primeiro foram para o estado de Minas Gerais e, posteriormente, vieram para Brasília. Residiram em Brasília por dois anos e mudou-se para a cidade de Luziânia, estado do Goiás, região integrada ao Distrito Federal, pela proximidade geográfica e dependência econômica.

Seus pais eram de origem camponesa, trabalhando em fazendas como meeiros e arrendatários de pequenas parcelas de terra. Eles tiveram dificuldades em se adaptar à cidade, tendo logo decidido ir embora para o interior de Goiás, para tentar arrumar alguma ocupação em fazendas da região. Em 1979 seus pais foram trabalhar tomando conta de chácara, como meeiro. Seu pai falece em 1980 e a família vai seguindo seu rumo.

Na década de 80, com os tempos bem difíceis, seguem buscando possibilidades de sobreviver e, posteriormente, Augusto segue para trabalhar na área da construção civil, setor em expansão por conta da construção de Brasília, aglutinando muitos trabalhadores pobres. Ele não consegue estudar, pois teve que trabalhar, desde muito cedo, para sustentar seus irmãos mais novos e sua mãe. Trabalhou bastante tempo na construção civil, sem estabilidade, indo e voltando. Nos anos de 1982-1983 sai da área rural e vai morar na cidade de Luziânia- GO, em sua zona urbana. Nesse período, trabalhava em Brasília, pegava ônibus às 4 da manhã para chegar ao serviço, todos os dias, e chegava em casa quase meia noite, ganhando pouco, muito sofrimento, pagava aluguel, e não tinha casa própria.

No ano de 1991, a luta pela terra se expandia no Brasil, a partir das contradições políticas impostas por uma nova ideologia econômica que tentava se solidificar naquela época, o neoliberalismo, em tempos de governo Collor. A região do Pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo, se consolidava como o maior foco de luta pela terra do Brasil, com importante presença do MST. Esse processo à época tomava conta de vários noticiários nacionais, por conta das grandes ocupações, onde reunião centenas de famílias. Era notável a quantidade de sem terras, pobres do campo, naquele período. Augusto, que tinha o costume de acompanhar os noticiários políticos, logo pensou em ingressar na luta pela terra para tentar organizar famílias pobres do campo, como ele, baseado nas grandes lutas do pontal.

Ele tinha muitos amigos na cidade, e em conversas foi tratando do tema para juntar pessoas para ocupar terras devolutas, improdutivas ou griladas e, assim, tentar ganhar um pedaço de chão pra sobreviver. Não sabia muito, ou

quase nada de ocupações de terra, entrou de forma aventureira, na vontade de retornar às origens, após falecimento de seus pais e parte de sua vida vendendo sua força de trabalho. Reuniu cerca de 300 pessoas e começaram a fazer ocupações na região, em 1992, saindo de Luziânia e buscando terras nas cidades de Água Fria de Goiás e Mato Seco, também em Goiás.

Segundo Augusto:

Era engraçado, pois íamos ocupar terras de caminhão, só iam homens e saíamos ocupando terras que achávamos que poderiam ser improdutivas, sem muito conhecimento. Isso é antes do MST existir aqui na região, foi, de fato, o embrião do movimento.

Ele participou da primeira ocupação organizada na região, antes da criação do MST na região.

Eu me lembro como hoje, a primeira fazenda ocupada foi no município de Mato Seco, entramos era umas 5 horas da manhã, passamos bem na frente da sede da fazenda, e lá após a sede tinha um córrego e acampamos lá na beira deste córrego. Quando foi 7 da manhã o fazendeiro chegou lá perguntando quem era o líder, e todo mundo apontou para mim, é o Augusto! Fui conversar com o fazendeiro e ele perguntou: vocês tão querendo a fazenda? É, nós estamos querendo a fazenda! E o fazendeiro nos levou na sede pra ligar pro INCRA e nos dizia: vamos ver se nós negociamos que eu passo a fazenda pra vocês. Aquela fazenda só tinha morro e grotas, ele tava doido pra vender pro INCRA, disse o Augusto.

Augusto continua:

Chegamos lá, ligamos pro INCRA e eles disseram: tem que fazer vistoria e protocolar uma solicitação, só tinha INCRA nacional na época, não deu certo. O fazendeiro chamou o capataz e mandou matar uma porca pra dar de comer e ajudar

a gente. Depois do almoço o fazendeiro volta e diz que o INCRA não quer comprar a área por que não valia a pena.

Saímos de lá e fomos ocupar outra fazenda, nós não sabíamos de nada, só saía tentando ocupar fazenda pra ver o que ia dar. O fazendeiro da outra fazenda fez a mesma coisa. Depois de uma semana tentando ocupar e não dando certo, voltamos pra Luziânia.

Meu sogro trabalhava em uma fazenda no município de Formosa, uma fazenda grilada de um tal de Américo de Assis, um coronel de Formosa. Meu sogro trabalhava lá, uma área muito grande, voltamos pra Luziânia, fizemos uma reunião pra continuar ocupando latifúndio. Aí meu sogro deu a ideia de ocupar a fazenda do Américo de Assis, e fomos, ocupamos a área, chegou à polícia e fez o despejo, contrataram os ônibus e levaram todo mundo de volta pra Luziânia.

No início do ano de 1993 ele coordena novamente a ocupação da área de Américo de Assis. Desta vez, com a chegada da polícia, Augusto fica preso três dias, enquadrado como liderança.

Eu fui levado pra delegacia de Formosa, algemado, ficavam andando comigo na Fazenda fazendo pressão psicológica, dizendo que a ordem do fazendeiro era executar. Quando chegamos à delegacia era umas quatro e meia da manhã e aí fiquei detido três dias, quando eu saí da cadeia a TV Rio Vermelho, afiliada a rede globo, identificou onde que estávamos indo e foi bater lá em casa, em Luziânia, para fazer uma entrevista, para saber de qual grupo ou organização éramos. Eu disse que não pertencíamos a nenhum movimento e que nós, como trabalhadores pobres, estávamos em busca de um pedaço de terra para viver, que era nosso direito.

Engraçado que a própria repórter da TV me deu um endereço, um contato de uma sala na época, que o MST tinha uma sala.

Na verdade, essa informação da repórter da Rede Globo para o Augusto, tinha a ver com a recém-chegada, a partir da necessidade do MST nacionalizar-se, de militantes vindos de outras partes do Brasil com a tarefa de abrir um escritório nacional em Brasília, dado que era Brasília a capital federal e espaço central para as futuras negociações. O objetivo era deslocar um militante para coordenar o escritório, fazer relações políticas, sem o objetivo de organizar povo ou fazer lutas na região, pois o foco das lutas se dava nas regiões Sul e Sudeste, em tempos que estas regiões concentravam muitas terras devolutas, improdutivas e de caráter especulativo. A coordenação nacional do MST na época achava que em Brasília, e seus arredores, não tinha terras, portanto, este espaço serviria apenas para relações políticas e negociações.

Augusto lembra que:

Eles (a repórter da Globo) me deram o endereço, era uma salinha em um prédio no centro de Brasília, quando eu cheguei lá tava um companheiro chamado Gilbertinho, tava só ele, uma sala bem pequena, expliquei pra ele que quem tinha dado o endereço era a repórter da TV Rio vermelho, nos dizendo que vocês podiam nos ajudar. Gilbertinho perguntou quantas famílias nós tínhamos e depois deixou o contato, pediu o contato nosso. Com o passar do tempo ele faz o contato com o escritório do MST em São Paulo e, posteriormente, chegam três militantes de São Paulo para ajudar. Nós tínhamos muitas terras aqui, no DF e principalmente no entorno. Vieram, então, três militantes mais permanentes, Itelvina, Aparêncio e Keno, e a Marina dos Santos, que ficou por pouco tempo.

Com a chegada dos militantes vindos para contribuir em Brasília, Augusto ajuda com as articulações e iniciam um processo de cadastramento de famílias que tinham a vontade de lutar por um pedaço de terra. De início, montaram uma banca na rodoviária central do Plano Piloto, em Brasília, e outra em frente a um shopping famoso em Brasília, o Park Shopping, com o objetivo

de realizar uma espécie de cadastramento interno de famílias para organizá-las para a luta pela terra na região.

Em dois dias conseguiram cadastrar mais de cinco mil famílias sem terras. Com essa articulação, descobriram outras pessoas que tinham vários contatos de famílias dispostas a acampar, que se concentravam em regiões próximas as cidades de Brazlândia e Ceilândia, no Distrito Federal. Augusto foi deslocado para fazer contato com essas famílias, através de um companheiro que trabalhava em um clube na região, de servidores do INCRA, sugerindo, assim, que ele fizesse uma primeira ocupação na região do Brazlândia, com as famílias que se concentravam lá. Essa ocupação, a primeira organizada como MST do Distrito Federal, foi da fazenda Dois Irmãos, uma área de tamanho médio, porém já conhecida como propriedade sem função social.

Nesse tempo, nosso grupo continuou a fazer os processos de reuniões, aonde o pessoal que veio do MST pra ajudar aqui ia explicar o que era o movimento, organicidade, a luta pela Reforma Agrária.

Na ocupação da fazenda Dois Irmãos, próximo ao INCRA oito, em Brazlândia, houve alguns problemas de coordenação, fazendo com que o acampamento não durasse muito tempo. Quando se organizou a coordenação do acampamento, por desentendimentos políticos, o coordenador escolhido a época não se centralizou pela organicidade do MST. Em um curto período, ele baixa a bandeira do MST e cria outro movimento, o MBST. Isso sempre foi muito comum do Distrito Federal, uma esquerda fragmentada e com interesses difusos. Neste processo, parte dos trabalhadores e da coordenação do MST sai da área e seguem para outros territórios.

Augusto, que neste período organizava o MST na região e estabelecia a relação com as instâncias nacionais, contribui, após a saída das famílias da região de Brazlândia, para a criação de um novo acampamento, agora na região do Rio Preto, divida do Distrito Federal com o estado do Goiás.

Quando a militância saiu de Brazlândia, abrimos um novo acampamento em Rio Preto, com 1200 famílias, articuladas como MST. Após esta nova ocupação, resolvemos fazer um trabalho de base na Bahia, com alguns militantes. Eles chamaram o sindicato rural de lá e foram pra rádio, dizendo que quem quisesse lutar por um pedaço de terra, tinha muitas áreas no município de Formosa – GO, com grande chance de conquista.

Nestas articulações, foram mais de 15 caminhões de trabalhadores da Bahia, a maioria do município de Barreiras, direto pra lá. Juntamos esses 15 caminhões e cerca de 300 famílias que nós já tínhamos organizado na cidade de Luziânia, em Goiás. Quando chegou na hora da ocupação, 5 horas da manhã, nós já estávamos lá na fazenda, em Formosa. Era uma área na beira da BR, onde tinha água perto. Na hora de cortar o arame pra entrar, os trabalhadores que trouxemos da Bahia, não queriam mais entrar, e perguntavam: cadê os lotes que vocês disseram que já estavam garantidos?

Eu fui de caminhão em caminhão tentar convencer os trabalhadores a entrar, consegui, mas aí chegou muita polícia e cercou o acampamento, tentamos fazer a resistência, mas não teve como, e nesse meio só via gente correndo pra tentar sair, dava de cara com a polícia e voltava pra trás, perdeu o controle, quando eu vi um cara da polícia bateu no meu ombro e perguntou meu nome, aí só me algemaram e me levaram pra viatura na beira da BR. Neste momento, iniciaram a fazer o despejo, mandando o pessoal ir pra pista e entrar nos ônibus, que a própria polícia contratou, para levar o povo de volta pra suas origens.

Já era umas 10 horas e eu fiquei algemado até o fim do despejo, cerca de dezessete horas. Com muito custo, nós conseguimos comunicar em Brasília e passar notícias do despejo. Chegou à imprensa e após eles me levaram como

preso para a cidade de Formosa. Chegando lá, nossos advogados conseguiram me liberar.

Bom, passada a ocupação, voltamos para Luziânia e tempos depois, organizamos a ocupação da fazenda Barriguda, na cidade de Buritis de MG, entorno do DF. Esta ocupação foi feita com os trabalhadores que ficaram da luta do Rio Preto, cerca de 1080 famílias, porém, entramos na fazenda Barriguda com 900 famílias, sendo uma das maiores do MST nesse período.

Esta ocupação foi muito simbólica, pois a polícia, quando teve notícias que trabalhadores sem terra se organizavam na região, tentaram impedir de todas as formas. Para concretizar a ocupação, os trabalhadores passaram literalmente por cima da polícia. Subiram o acampamento depois da ponte do Rio Urucuia, derrubamos a ponte, e a polícia não conseguiu fazer o despejo.

Esse foi um momento de muita tensão, helicóptero sobrevoava o acampamento, a polícia não conseguia passar. Por conta desta ação, todas as outras atividades do movimento foram paralisadas. Quando ameniza a ocupação da fazenda Barriguda, voltamos a organizar outras famílias e fizemos a ocupação da fazenda Naná, em Formosa. Sofremos um novo despejo, na e nesta ocupação, tivemos seis militantes presos, neste momento, recuamos. Optamos, tempos mais tarde, por buscar áreas menos visíveis, e criamos um acampamento mais tranquilo, de luta pela terra, onde tivemos 600 famílias, na fazenda Santa Barbara, município de Cabeceiras de Goiás.

Em meados da década de noventa, com o avanço das lutas pela terra nas regiões sul e sudeste, abrem-se novas fronteiras de lutas ainda não exploradas. A região Centro Oeste, e no caso, o território ao entorno de Brasília, interiores de Goiás e Minas Gerais, consolidavam-se como espaços de muito poder, a partir da acumulação de terras por grandes latifundiários que, há décadas já ocupavam estes estes territórios, e que agora, em tempos de

avanços da “modernidade” e “urbanidade” com a construção de Brasília, viam aquelas terras como estratégia de especulação. Havia muitos trabalhadores e trabalhadoras, lavradores (as), ribeirinhos (as), pescadores (as) que, pra além de serem obrigados a sair de suas terras, por conta da expansão do que viria a ser o agronegócio, eram incorporados, sem ter direito a escolha, como força de trabalho semi-escravizada, na condição de boias frias.

Isso explica a rapidez, naquele período, em que o MST conseguia organizar trabalhadores na condição de sem terras. No Distrito Federal e Entorno, para além das famílias camponesas, que viviam há gerações na região, e que vinham perdendo suas terras, muitos trabalhadores (as) de outras regiões, sobretudo no Nordeste, que vieram tentar a vida na “nova” Brasília, ou que vieram construir esta cidade, eram famílias em elevado potencial para a organização do MST, dado o descontentamento com a realidade sócio econômica da época.

No dia 15 de julho de 1996 fizemos a ocupação da fazenda Boa Vista dos Melos, que viria a se tornar o assentamento Vale da Esperança, na cidade de Formosa – GO. Na época, houve um tensionamento não só com os latifúndios da região, mas também com o sindicato rural de Formosa, ainda ligado aos interesses patronais. Porém, esse fato foi favorável para o MST, pois contribuiu para agregar rapidez os processos de desapropriação de muitos latifúndios da região, conquistando com certa rapidez a emissão de posse da propriedade, ainda no ano de 1996. Portanto, embora a fazenda Barriguda, localizada no município de Buritis de Minas – MG tenha sido a primeira ocupação massiva do MST DFE, a Vale da Esperança foi o primeiro assentamento constituído pelo MST na região.

A partir deste momento, das ocupações das fazendas Barriguda, no noroeste de Minas Gerais, e da conquista do assentamento Vale da Esperança, em Formosa – GO, o MST se expande, e as lutas ganham outra dimensão em Brasília e seu entorno. Mas o fato é que o MST se consolidou mesmo no

Distrito Federal em 1994, de 7 a 11 de dezembro, quando realizado o 1º Encontro Estadual do MST, com 30 delegados, de forma representativa.

Foi neste exato período que Augusto vai para a primeira direção estadual do MST na região. Naquele momento, a direção foi composta por nove militantes. Parte maior da militância que ingressava ao MST na época foi integrada a coordenação estadual.

A partir do primeiro encontro estadual, em 1994, começamos a expandir a organização no Distrito Federal. O primeiro grande acampamento que fizemos foi no grotão em Planaltina, com 1000 famílias. Com este acampamento conseguimos pressionar o então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, no desenrolar de três áreas importantes para o avanço da luta pela terra na região.

A partir deste grande acampamento, conquistamos os assentamentos 26 de setembro, na região de Taguatinga; assentamento Recanto da Conquista, em São Sebastião e o assentamento Três Conquista, na região do Paranoá, todos no Distrito Federal. A área do atual assentamento 26 de setembro, em Taguatinga, tinha sido decretada como Parque Nacional pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Com o avanço da luta pela terra na região, em um período de crise política que vivíamos, fomos chamados pelo governador Cristovam Buarque que tentou, analisando o decreto de FHC, esfriar o processo de conquista daquela área. No entanto, Cristovam se comprometeu a arrumar uma área para assentar nossas famílias, que se organizavam naquele território.

Essa área indicada por ele pertencia à região de Nova Vitória, na cidade de São Sebastião – DF. Porém, quando fomos fazer a discussão para levar as famílias para esta área, um dos dirigentes da época, que coordenava parte das famílias, rompeu com o MST. Parte das famílias seguiu outro caminho, e

a outra parte continuou nas fileiras do MST, que estão assentados em Nova Vitória até os dias atuais. O que era para ser o assentamento 26 de setembro, em Taguatinga, se tornou um condomínio, pela força da especulação imobiliária que vem se instalando em Brasília, e hoje é um dos segmentos mais fortes da economia do DF. Porém, ainda estão irregulares, até os dias atuais, por conta do decreto que enquadra a região como parque nacional de conservação.

Aqui, é importante observar dois elementos que são fundamentais para a análise da luta pela terra no DF naquela época, e que, em boa medida, se aprofunda e se consolida nos dias atuais com uma característica mais moderna.

Primeiro, importante observar como se estruturam as relações de poder e cooptação dos sujeitos trabalhadores, especialmente no Distrito Federal. Existiu, e ainda existe, um movimento muito forte de fragmentação dos trabalhadores organizados, sobre tudo da esquerda organizada. Por se tratar de um território onde as terras não têm nenhum tipo de controle, e a especulação imobiliária, juntamente com a grilagem das terras públicas, torna-se uma forma rentável de ganhar dinheiro. Para isso, trabalhadores pobres, com um baixo nível de consciência coletiva e ideológica, enquadram-se com facilidade neste ramo de atuação, sempre de forma subordinada, onde os interesses que prevalecem são da elite hegemônica.

Por outro lado, há uma imensa dificuldade de formação de trabalhadores pobres na região. Inicialmente, há limites das organizações populares no acúmulo de conhecimento político, econômico, social e ambiental do território, o que dificulta qualquer organização. Isso se deve as características dos trabalhadores (as) que vivem no Distrito Federal, em sua imensa maioria de outras regiões do país. A necessidade real de sobrevivência sempre esteve em primeiro lugar para os trabalhadores pobres que vieram tentar a vida em Brasília.

Outra questão importante é compreender como se organiza a rede de ocupações irregulares de terras na região, encabeçadas por políticos tradicionais da região, membros das oligarquias que há tempos controlam os territórios ao entorno de Brasília. Essa rede estimulou uma ação desenfreada de ocupações irregulares, e em seu alicerce de sustentação sempre estiveram as barganhas políticas, uma forma duradoura de cooptação e silenciamento de muitos trabalhadores pobres.

Por outro lado, é importante ressaltar como se estruturam o pacto da oligarquia tradicional, esta de controle primário das terras públicas do Distrito Federal, com os setores financeiros que dão sustentação à especulação imobiliária, também controlada por determinados setores da política local, no entanto, seu direcionamento ideológico é neoliberal, em parcerias profundas com os bancos (controle financeiro a partir dos créditos), com parcelas do agronegócio (controle territorial para expansão de fronteiras agrícolas, porém de interesse rural/urbano, como o caso dos grandes empreendimentos de moradias para a classe alta, como os Alphavilles, bem como as parcerias de instalações, em áreas da grande agricultura, próximas a Brasília, de megas empreendimentos comerciais e agroindustriais, com o objetivo de servir a cidade).

Nesta estrutura, os trabalhadores rurais, camponeses e familiares, servem apenas como força de trabalho a ser incorporada de forma subserviente aos interesses dos grandes proprietários. É neste contexto que o MST se consolida no território, tendo como desafio formar trabalhadores para lutar pelo direito de continuar na terra e, ao mesmo tempo, elevar o nível de consciência dos trabalhadores para perceberem a luta de classes e terem as condições de alterar as correlações de forças políticas.

Augusto, na construção de sua memória, relembra que foi a partir deste contexto que se expande as lutas no DF.

O MST no DF viu que tinha potencial para avançar na luta pela Reforma Agrária, muitas terras públicas griladas, e a direção

nacional, ao perceber a necessidade, construiu o aval para isso, tem que fazer luta.

Das três que mencionamos anteriormente, foi com o acampamento Três Conquistas que nós conseguimos reunir um conjunto significativo de trabalhadores rurais para seguir para outras duas áreas na região de Luziânia: as ocupações das fazendas Cunha e Lider.

A partir destas duas ocupações que conseguimos mobilizar trabalhadores rurais e proletarizados das cidades ao redor de Brasília, e expandir as lutas para as muitas fazendas improdutivas do município de Padre Bernardo, em Goiás, região a cerca de cinquenta quilômetros do Distrito Federal. Ali, conquistamos quatro assentamentos, com total aproximado de quinhentas famílias, no ano de 1998. São os assentamentos Vereda I, Vereda II, Boa Vista e Água Quente.



Figura 6: Mapa do município de Padre Bernardo, estado de Goiás. Região geoeconômica de Brasília, com amplo número de assentamentos de Reforma Agrária e um amplo território rural (Fonte: IBGE).

Até este período, nós estávamos tensionados com a luta da fazenda Barriguda, em Buritis de Minas, pois não saía o decreto de desapropriação da fazenda e os trabalhadores estavam desgastados. Ali foram oito anos de luta até se tornar assentamento, e desse processo, acumulou-se o trabalho de base no município expandindo o raio de influência do MST na região do noroeste mineiro. Especificamente ali, quando se conquista a fazenda Barriguda, o excedente de trabalhadores rurais ocupam outras áreas da região. Deste processo conquistam-se os assentamentos Chico Mendes, Carlos Lamarca, Barriguda dois e Carro Quebrado, com muitos trabalhadores vindos da região do Distrito Federal, atrás do sonho da conquista da terra.

Portanto, em meados de 1999 para o ano 2000, fomos criando os assentamentos nesta região do entorno de Brasília e também no Distrito Federal e as negociações tornavam-se mais frequentes. Nesta época, para negociar e concretizar qualquer área em disputa tínhamos que nos deslocar para Goiânia, pois a superintendência regional do INCRA nesta região funcionava apenas em Goiânia, em Brasília concentrava apenas a sede nacional e apenas uma unidade avançada local que entregava cesta básica, tinha apenas esta função, não fazia outra coisa, sendo que todos os processos relacionados à Reforma Agrária eram deslocados para Goiânia, para conseguir qualquer documento básico, como homologar uma RB (Registro de Beneficiários), era muita dificuldade.

E foi nesse período que nós conseguimos fazer uma discussão dentro do MST para colocar em pauta a necessidade de criar uma Superintendência Regional que contemplasse o DF e seu entorno.

Fizemos várias conversas, porém o INCRA sede não avançava. Até que um dia, pela necessidade de caminhar com este ponto, para o MST, fundamental, nós fizemos uma ocupação do prédio do INCRA, em Brasília, ficando 45 dias lá

dentro, e dessa ocupação saiu a criação da Superintendência Regional do INCRA 28, responsável por executar as políticas de Reforma Agrária no Distrito Federal e nos municípios no entorno de Brasília, territórios geopolíticos mais próximos e que certa dependência econômica do Distrito Federal, isso ainda em tempos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Esse processo facilitou muito a questão das negociações, andamento de processos, homologações, facilitou o acesso, ficou mais próximo. A partir disso, com a ocupação da fazenda Barriguda em evidência, pelo tamanho do acampamento e pelo conflito instalado, ficou mais fácil, do ponto de vista político, que conseguíssemos aprofundar mais as lutas em áreas próximas de Brasília, como a conquista do assentamento Vale da Esperança, em Formosa e administrar os processos de luta e trabalho de base na região de Buritis de Minas, expandindo para os municípios de Arinos e Unaí, ambos no noroeste do estado de Minas Gerais.

Augusto se lembra da luta para criar a superintendência do INCRA no DF, uma semana de fome, fome mesmo, foram 45 dias de ocupação. Não deixavam ninguém subir nem descer. Muitos militantes sindicais da Reforma Agrária na época, servidores do INCRA e deputados distritais, muito contribuíram para o processo.

De fato, este ponto da história resgatada pelo Augusto, traz elementos importantes, em termos de conquistas e garantias de políticas públicas na região para o mínimo avanço dos assentamentos de Reforma Agrária.

Como o Distrito Federal, em comparação com os outros estados da federação, ainda organizada seu espaço como estado burocrático, muito do que se estruturou aqui, em termos de instituições públicas, foram conquistados a partir da movimentação de segmentos populares organizados. O conflito entre o que são esferas federais e estaduais ainda está muito presente. Quando se trata de terras públicas, o conflito se aprofunda, pois há um sério

conflito, do ponto de vista institucional, do que são terras públicas federais e o que são estaduais.

A criação de uma superintendência para tratar das políticas locais de Reforma Agrária, por um lado, descentralizaram do INCRA nacional as políticas menores, que garantem mínimas condições para as famílias viverem nos assentamentos. Processos como aplicação de créditos de instalação, de construção, acessar documentos básicos que comprovem que as famílias são beneficiadas da Reforma Agrária, bem como processos que correm em relação às vistorias de terras improdutivas, aptas a serem entregues para assentamentos de famílias, foram alguns dos pequenos avanços em termos desta descentralização.

Por outro lado, as SRs (como conhecidas), sofreram, e ainda sofrem, com a falta de profissionais e servidores para dar conta de todas as tarefas, que devem ser desenvolvidas em campo, sobretudo. Acaba-se, portanto, se burocratizando em excesso, pois, para além de não ter quadro suficiente, a disposição orçamentária, do governo federal, em relação ao INCRA, é diminuta, demonstrando que a Reforma Agrária não é prioridade dos governos que se sucedem.

O Lobby do agronegócio se consolida de tal força, que não é interessante para a grande agricultura, que a Reforma Agrária se estruture, sobretudo em territórios estratégicos para o agronegócio. A disposição de recursos federais para o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento – MAPA, responsável pelo setor, chega a ser seis vezes maior que o disponibilizado para a agricultura familiar e camponesa.²⁵

Janderson pede a palavra e diz que é muito importante, neste contexto, pensar mais a fundo a luta pela terra no Distrito Federal.

²⁵ Segundo o Plano Orçamentário Anual (PLOA) do Governo Federal para 2017, o orçamento previsto para o Ministério da Agricultura – MAPA gira em torno de vinte e dois bilhões de reais. Já o orçamento previsto pela PLOA para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para o ano de 2017, gira em torno de quatro bilhões de reais.

Tivemos vários momentos de conquistas e momentos de sérias dificuldades. Esse primeiro momento, por exemplo, que o Augusto coloca, entre 1994 e 1998, com o governo Cristovam Buarque, e também após esse governo. Saímos deste processo da ocupação da fazenda Barriguda, onde o movimento ganha corpo, com novos militantes do noroeste de Minas Gerais e do nordeste de Goiás, conseguindo avançar para o Distrito Federal. Porém, em um determinado momento, neste mesmo período, por conta de problemas organizativos internos, tivemos uma baixa organizativa no DF, dando ênfase na organicidade em MG e GO.

No noroeste de Minas Gerais, tivemos grandes lutas. Todo mês tinha uma atividade. Naquela época, passamos pela fazenda do Fernando Henrique Cardoso, do embaixador Flecha de Lima, onde realizamos uma grande marcha, tempos onde a luta gerava conflitos bem acentuados. Augusto retoma a palavra e lembra que, como dirigente estadual na época, passou por momentos de bastante dificuldade. Era jornada de luta, nós íamos ocupar a fazenda do embaixador Flecha de Lima, fizemos uma grande marcha, perto de Uruana de Minas. Quando chegamos para ocupar a fazenda, em ônibus e caminhões, em frente da ponte do Rio São Miguel, a polícia tava do outro lado, a tropa de choque. O nosso povo do outro lado: e agora como que a gente entra? Esse era o contexto de acirramento da luta na época.

Após a ocupação da fazenda do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciamos um novo trabalho de base em Formosa, entre os anos de 2002 e 2003. Era um período bom da luta e do avanço dos processos organizativos. Organizávamos nossas entidades que trabalhavam com convenio da ATES (Assistência técnica, Social e Ambiental), tínhamos recursos proveniente do acompanhamento técnico que fazíamos aos assentamentos vinculados ao convenio do INCRA, uma secretaria operativa organizada.

Esse processo organizativo nos ajudava muito para realização de um bom trabalho de base. Na época, conseguíamos dividir as inserções nas comunidades, parte da militância se deslocava para Formosa, para conversar com os trabalhadores, outra parte em Planaltina de Goiás e outro grupo atuava na cidade de Santa Maria, Distrito Federal.

Esse trabalho, que durou cerca de dois meses, acumulou para fazer a maior ocupação do MST no Distrito federal até o momento, da fazenda Pipiripau I, que se localiza na região de Planaltina, Distrito Federal, a beira da BR 020, saída norte que liga Brasília aos estados do norte e nordeste.

Vieram famílias pobres de trabalhadores rurais e urbanos de todas as regiões anteriormente citadas, porém, a maior parte dos trabalhadores era oriunda das cidades de Formosa e Água Fria de Goiás, municípios do entorno de Brasília. Essa ocupação, com cerca de mil famílias, em 2003, ajudou a consolidar o MST na região do Distrito Federal. As famílias ficaram acampadas ali, a espera de resoluções por parte do INCRA, durante onze anos. Foram onze anos debaixo da lona, sem ter acesso a nenhuma política pública. No ano de 2013 ele finalmente se torna assentamento de Reforma Agrária Oziel Alves III, com 170 famílias beneficiadas. Esse momento foi o início de uma série de mobilizações e lutas mais massivas no território do Distrito federal, gerando ocupações emblemáticas, como a conquista do assentamento Gabriela Monteiro, em Brazlândia e as ocupação da fazenda Toca da Raposa, na região de Planaltina, onde existe atualmente o acampamento oito de março, e segue em processo de disputa judicial.

O MST chega à vida de Adriana Fernandes em 1997, quando ela se depara com a conhecida marcha dos cem mil, que chegava a Brasília com o objetivo de pressionar o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pela morosidade das políticas de Reforma Agrária e contra o modelo da

Reforma Agrária de mercado que aquele governo estruturava suas ações acerca das políticas fundiárias no Brasil.

Eu trabalhava como diarista e morava em Valparaíso de Goiás, vi aquele mar de gente chegando, parou Brasília. Eles estavam chegando pelo aeroporto, e a gente estava em cima do viaduto. Aquilo pra mim era um impacto, por que eu sabia, mas não entendia o que era o movimento, pensei comigo: todo esse povo vindo de São Paulo, lutando pro seus direitos, é isso que eu quero pra mim, quero fazer parte disso daí, isso foi em 1997.

Eu sempre me achei não pertencente a esse mundo, sempre achei as pessoas sem coragem de lutar, e mesmo não tendo uma compreensão política das coisas, sempre entendi que tudo tava muito errado, a exploração do trabalho que eu vivenciei vendo minha mãe sendo explorada como doméstica, analfabeta, então eu achava tudo errado, e quando eu vi um povo que lutava pelos seus direitos com coragem eu disse: isso eu quero para mim! Em 1998 eu estava ajudando em um trabalho de base para uma ocupação que ocorreria em Arinos, noroeste de Minas Gerais, atualmente área do assentamento Chico Mendes. Nós começamos a se organizar e alguns trabalhadores que moravam na ocupação da fazenda Barriguda dois, disseram que iria ter uma reunião do MST para pautar a necessidade de se organizar e para discutir sobre uma ocupação em Arinos, queriam fazer uma reunião de mobilização de trabalhadores (as) para irem para as terras, como não tinham ainda onde realizar a reunião, de imediato eu cedi meu barraco, pode fazer aqui, e vamos organizar esses trabalhadores para irem para lá.

Esse fato foi determinante para minha entrada orgânica no MST. Dessa reunião, surgiu a luta de ocupação em Arinos, no ano de 1998, que consolida o que é hoje o assentamento Chico Mendes. A partir de 1999 fomos fazendo outras ocupações naquele território, essas lutas geravam muitas famílias

excedentes, e deste processo foram surgindo outras ocupações de fazendas improdutivas no município de Arinos, criando os assentamento Carlos Lamarca e Carro Quebrado. Neste período de organização, praticamente toda a direção do MST no DF e Entorno residia no noroeste do estado de Minas Gerais, e a maior parte das ações se dava neste território.

Entre os anos de 1999 e 2000, sai às primeiras portarias de criação de assentamentos naquele território. Eu estava em um grupo de excedentes de 80 famílias, eu poderia ter sido assentada lá, mas não achei justo, por que a maioria que não ia ser assentada lá não era diretamente ligada à militância direta do movimento. Durante uma reunião para definir isso eu disse, fico fora! Por que o que nós queremos é um assentamento coletivo, outra forma de organização, não é? Mas na verdade, tirei meu nome como possível assentada por que das 120 famílias acampadas naquela região, seriam assentadas somente 80 famílias lá, por conta do tamanho da fazenda e do módulo rural da região. 60 famílias ficariam fora neste primeiro momento, e eu quis me solidarizar com essas famílias. Não achava justo eu ser beneficiada por que fazia parte da militância mais orgânica do MST.

Destes excedentes, saímos com um grupo de trabalhadores organizados e fizemos a ocupação de uma fazenda chamada Marcela, também na região de Arinos, esta bem isolada.

Todo esse processo fez o movimento entra na minha vida, e não o contrário. Minha primeira participação em espaços organizativos e formativos mais amplos do MST foi no encontro da regional do noroeste mineiro, com muitos processos de estudo e formação, por isso entendo a formação política como fundamental em qualquer processo de organização da classe trabalhadora para lutar com consciência. Sempre acho que é imprescindível, sobretudo nos dias atuais da luta de classe, começar por essa parte, porque foi isso que me pegou, sabe.

Quando fui vendo o processo da luta pela terra e quando compreendi a história do MST, a estrutura organizativa, seus setores, os princípios organizativos, as linhas políticas, percebi que era ali, nesta organização, que eu deveria seguir, é o complemento da minha forma de pensar, de agir, de ser, daquilo que eu acredito.

Então, nesse processo de construção de minha luta, nunca fui uma militante direta, porque naquela época não tínhamos as condições que hoje são dadas, um acampamento hoje é outra realidade. Nossos acampamentos naquela época eram quase todos em áreas isoladas, os nossos primeiros assentamentos, criados naquele período, são bem distantes e isolados. A realidade da luta pela terra na regional do noroeste de MG naquele período era bem diferente da realidade vivida na regional do DF. A característica dos trabalhadores que vivem nos municípios pequenos do noroeste de Minas Gerais é de trabalhadores camponeses, boia frias, com forte ligação com a terra, bem diferente da característica dos trabalhadores do Distrito Federal, com características de proletários urbanos periferizados.

Aqui é importante destacar que a forma de organização do MST no Distrito Federal e Entorno tem alguns elementos que tornam complexas a condução das linhas políticas e os métodos de direção.

Anteriormente, na fala do Augusto, observamos algumas características que definem e caracterizam os trabalhadores organizados pelo MST no Distrito Federal. Por outro lado, como a composição do MST nesta região se dá pela organização de três regionais, com características, em muitos casos, bem distintas, devemos observar com quais perfis de trabalhadores nos deparamos e suas dificuldades de organização para lutar com consciência de classe, e mais, com identidade camponesa.

Enquanto os trabalhadores do Distrito Federal organizados pelo MST tem uma característica urbana e proletária, as regionais do nordeste do estado

de Goiás e noroeste do estado de Minas Gerais, também organizados pelo MST do DF e Entorno, se caracterizam pela forte presença da identidade rural e camponesa. Nestes territórios, o primeiro objetivo é ter terra para nela plantar, e poder cuidar de suas famílias.

A pertença com a terra tem muito destaque, parte representativa dos trabalhadores (as) destas regiões vem de origem camponesa, é com a terra que sabem lidar. Porém, vem sofrendo historicamente com o avanço da grande agricultura e seu viés oligárquico. Muitos foram forçados a sair de suas pequenas terras e foram incorporados como mão de obra semi-escravizada na condição de boia frias. Essa característica forçou muitos a venderem sua força de trabalho, também, em pequenos centros urbanos.

Portanto, organizar trabalhadores com essas duas características eleva o nível de complexidade, pois as políticas de Reforma Agrária não são efetivas, tendo muitos limites em consolidar-se, tanto do ponto de vista da criação de assentamentos quanto do acesso às políticas públicas e sociais. Ao mesmo tempo a classe dominante deste país, ao controlar os meios essenciais que conduzem o estado brasileiro, não aceita que movimentos sociais e populares se organizem, eleve o nível de consciência do povo, utilizando todos os meios de repressão possíveis, seja assassinando trabalhadores pelo controle dos aparelhos repressores do Estado, seja criminalizando através da judicialização das lutas populares.

Essa combinação, juntamente a outros elementos, eleva, e muito, a complexidade por que passam as organizações populares em conseguir manter o povo organizado com definições claras do por que e para quê devemos nos organizar para avançar com nossos direitos.

Meu companheiro foi para a direção estadual do MST pelo setor frente de massa, lá no assentamento Chico Mendes, em Arinos. Eu lembro que todo material que ele pegava do movimento, ele nunca estudava, quem estudava era eu. Ele chegava, largava lá em casa a pasta cheia de material e eu lia todo aquele material de formação do MST. Assim, fui ajudando

ele a organizar sua militância dentro da direção. Lembro que tinha materiais sobre os princípios organizativos do MST, e nele tinha a parte das instâncias de direção do movimento, ensinando como organizar núcleos de base nos acampamentos. Eu tava na teoria e ele lá na prática. Eu tinha uma máquina de datilografia e ia organizando as famílias no papel para facilitar a visualização do processo que ele organizava na prática. Minha militância, neste sentido, era indireta. Não era uma militância totalmente vinculada a uma base concreta e real. Mas, quando eu tive que vir para Brasília foi diferente, todas as atividades que ocorriam do movimento eu estava envolvida. Reunião da direção? Eu ia sem ser chamada mesmo, participava (risos). Sabe, porque se dizia que era aberto, eu sabia onde que ia acontecer, eu ia...

Naquele período, eu prestava bastante atenção nos dirigentes que vinham de outros estados, com mais acumulo, para ajudar a construir o MST aqui. Quando tinha as manifestações, eu geralmente estava lá, durante as reuniões, eu participava e dava o suporte para meu companheiro. Eu incentivava o tempo todo o processo de luta, pois entendia que é só através de luta, como entendo hoje, que nós conquistamos nossos direitos e por onde nós revertemos os quadros conjunturais da política.

Após o quarto congresso nacional do MST, no ano 2000, fizemos a primeira tentativa de ocupação da fazenda do Fernando Henrique Cardoso. Tínhamos feito duas tentativas e a terceira em março de 2002, foi a que deu certo.

Em 2002, quando fui assentada na fazenda Barriguda, em maio de 2002, decidi também a mudar definitivamente para o assentamento, pois até então eu não morava nas áreas de assentamento. Já contribuía como militante e dirigente, ajudando a construir o coletivo de cultura, pois neste período minha ligação direta era com o coletivo de comunicação e cultura, período que fui para o noroeste de Minas Gerais, em 2002. Em 2003 eu tive a oportunidade de ir, elo MST, para o

Fórum social Mundial, em Porto Alegre. Meus processos de formação política eram mínimos. Quando eu retornei do Fórum Social Mundial, tive a oportunidade de ir para Goiânia fazer um curso de formação sobre a realidade brasileira. Foi o primeiro acesso a um curso de formação do MST que eu tive.

Foi nessa época, entre 2002 e 2003, que as orientações políticas do MST ficaram mais claras e definiram melhor minha militância. Fui deslocada para o setor de formação. Antes disso, no ano de 1999, durante um encontro estadual do MST, foi que eu compreendi a função estratégica e a necessidade da formação política para o MST. A partir de então fui para o setor de formação.

Eu sempre tive muito vinculada, indiretamente, nas discussões na instância de direção, compreendendo todo esse processo pela conjuntura que era dada. Apenas fui participar mais internamente quando fui assentada. Participei ativamente da recém-criada brigada estadual de formação, atuando bastante com formação política junto aos agricultores dos nossos acampamentos.

Neste período, eu ainda não tinha participado de uma luta mais direta. Quando eu fui à primeira luta pela terra, eu falei: “isso falta no meu currículo, luta. Luta falta no meu currículo”. Porque eu tinha todo um conhecimento teórico do que era o movimento, como se organizava, mas eu não tinha a prática concreta, de vida de acampamento. Sempre fui carregando essa angústia comigo até 2005, quando soprei de meu companheiro e resolvi sair do noroeste de Minas. Minha vontade real nunca foi, diretamente, ser assentada. Isso era secundário. Queria mesmo era contribuir com a luta política maior do movimento, ajudar na transformação social.

4.1.1 Uma análise sobre as características dos acampamentos do MST na região

A questão agrária brasileira, por suas condicionantes históricas que resultaram, e ainda resultam, em profunda contradição, gerando ampla exploração, em todos os níveis, desde a concentração do poder político, da exploração de elementos da natureza e do controle do trabalho, fazem com que nossas análises, do ponto de vista concreto, estabeleçam uma relação entre o capital e o trabalho que permeie um entendimento no qual surgem atores sociais construídos exclusivamente como fruto desta contradição.

O pensamento pós-moderno, que tende a desconsiderar a contradição como elemento central da análise política de um fenômeno, descaracterizando as relações históricas e dialéticas, desvinculando-as, tende a apontar suas análises das relações e das contradições como fruto de uma determinada conjuntura, ou desejo, forçadamente criada a partir de determinada ação específica. Esse movimento, muito presente no pensamento político moderno, desconsidera, em muitos casos, uma análise acerca de questões estruturais, e suas diversas relações.

Compreender que, do ponto de vista político e social, como nas demais dimensões, os aspectos estruturais são determinantes para consolidação de modos e meios que definem padrões de sociedade, a partir de interesses de classes, é fundamental para aprofundarmos reflexões e ações que visem

entender, e superar, determinados e variados problemas de ordem política e social.

Portanto, para analisarmos o objeto em questão neste capítulo, como categoria da realidade, partimos, inicialmente, do pressuposto, que a condição dos acampamentos de Reforma Agrária, e os sujeitos que o compõe, não podem ser considerados frutos de uma determinada conjuntura, mas sim, de profundos problemas e contradições de ordem estrutural.

No caso específico desta análise, é importante notar que a necessidade de apresentar à sociedade as características dos acampamentos de luta pela terra resulta em (re) estabelecer processos de lutas que, em grande dimensão, negam a subserviência a um modo de produção previamente estabelecido e determinado, onde a retirada de direitos sociais e a negação da contradição, como fruto de controle social, tendem a estabelecer quais as políticas são, ou não, fundamentais para garantias de direitos, e quais setores da sociedade devem, ou não, ter acesso a isso, do ponto de vista das garantias imediatas e do controle técnico/político.

Desta forma, cabe aqui analisarmos as características, em um período histórico de vinte anos, como se estruturam os acampamentos do MST na região do Distrito Federal e Entorno, para que possamos compreender seus limites e avanços em perspectiva da luta de classes e das contradições estruturais impostas pelo modelo hegemônico de produção agrícola.

O fio condutor desta análise pode resultar em um melhor entendimento do papel que as políticas sociais, ou a ausência delas, contribuem para garantir que essa condição, de sujeitos acampados em luta pela Reforma Agrária, tenham condições de estruturar suas relações sociais, de organização do trabalho, de produção de alimentos, de cultura, moradia, que não sigam determinadas relações capitalistas estabelecidas.

Entre os anos de 1994 e 2015, período desta investigação, podemos observar, a partir do aprofundamento da luta do MST no Distrito Federal e seu Entorno, a caracterização de três realidades de territórios onde se constituem os acampamentos de Reforma Agrária organizados pelo MST. Primeiro, analisamos do ponto de vista dos sujeitos que o compõe, e, posteriormente, de suas características políticas e geográficas, dado os aspectos culturais que permeiam as formas de organização de trabalhadores rurais em cada território.

Augusto Targino nos apresenta essas três características, que obviamente serão objeto de análises aqui.

Temos três realidades territoriais que compõe a criação e organização de acampamentos organizados pelo MST nesta região. Primeiro, as formas de organização de acampamentos na região específica do Distrito Federal. Segundo, a organização de trabalhadores rurais e, posteriormente criação de territórios de acampamentos na região específica do nordeste do estado de Goiás. Neste caso, devemos observar essa região com suas peculiaridades bem definidas, em relação ao conjunto do estado de Goiás. E terceiro, as formas de organização do trabalho e perspectivas produtivas e sociais da região do noroeste do estado de Minas Gerais, também compreendendo este território, sobre tudo do ponto de vista geográfico, em relação à totalidade do estado de Minas Gerais.

Vale entender que esta apresentação inicial feita por Augusto tem um sentido que merece ser aprofundado. Como mencionamos no capítulo 1.4, que traz uma breve análise sobre as condicionantes políticas, econômicas e sociais da região do DF e Entorno, com a construção de Brasília e a consolidação do perímetro hoje conhecido como Distrito Federal, sutilmente inserido em um território mais a nordeste do estado de Goiás, com uma de suas pontas ligadas a fronteira noroeste de Minas Gerais, gera uma nova organização política e geoeconômica influenciada diretamente pela mudança da capital federal para aquele território, tendo em vista o fluxo de migração, de capital e a estruturação do poder político, que viria a influenciar toda a região, em um raio de mais de 500 quilômetros.

Essa forma complexa de organização deve-se a natureza do acompanhamento orientado pelas políticas públicas e sociais em relação à Reforma Agrária na região. Pela profunda influência de Brasília, como recente polo político, em amplos territórios ao seu entorno, parte considerável das terras públicas e em disputas judiciais ali envolvidas, passaram a ser acompanhadas pela superintendência regional do INCRA sediado no Distrito Federal. Isso ocorreu pela posição geográfica. Territórios ao nordeste de Goiás e noroeste de Minas Gerais, se localizam muito próximos de Brasília, em relação às capitais de seus respectivos estados.

A forma de organização do MST na região segue a lógica de acompanhamento do Estado referente às políticas de Reforma Agrária para esta região. A centralidade no Distrito Federal da ação política em relação à Reforma Agrária tenciona o MST a organizar-se a partir da complexidade social, política e cultural do conjunto do território do DF e seu Entorno.

Augusto aprofunda o olhar sobre o território.

A forma de organização dos trabalhadores no Distrito Federal segue um perfil que atrela o urbano (periferizado) ao rural, por não ter bem definidos estes limites.

Os trabalhadores da periferia do DF que vieram, e ainda vem se organizar junto ao MST trazem consigo certos vícios intrínsecos à realidade urbana. Isso contribui para definir centralmente a forma de organização dos acampamentos e das perspectivas dos trabalhadores, que muitas vezes não se resume a conquista da terra, mas do teto, e de políticas específicas para o público urbano.

No início, segue Augusto, achávamos que nossa perspectiva central de trabalho e organização no DF seria com trabalhadores rurais pobres e camponeses oriundos de outras regiões. Observamos, em um curto espaço, que este público de trabalhadores estava pouco presente no DF. Esses trabalhadores do DF também queriam terra, mas não tinham ideia do que era a luta pela terra, tampouco a luta a partir da organização popular.

Já na região do nordeste de Goiás e noroeste de Minas Gerais, territórios de organização e luta pela democratização da terra, nós encontrávamos pouco o camponês clássico, que vivia integralmente do trabalho na pequena agricultura. Nesta região, tinha muito presente a figura do trabalhador rural de características temporárias, ou seja, aquele trabalhador que teve que sair do campo, por conta da dificuldade de manter-se na terra e sustentar sua família com o trabalho em seu próprio

lote, e viu-se forçado a ir morar nos pequenos municípios da região. Com a escassez de empregos destes pequenos municípios, vendia sua força de trabalho para os médios e grandes proprietários de terras da região trabalhando, pelo dia, como empregado das grandes lavouras, e retornando a noite para a cidade.

Os dados do gráfico abaixo justificam as observações de Augusto. Segundo estudo organizado pelo Nead (2004), grande parte dos trabalhadores (as) assentados na região do entorno do DF desenvolvem suas atividades de trabalho fora do assentamento. Cerca de 3/4 trabalham fora eventualmente ou temporariamente, conforme sugere Augusto, e apenas 1/4 dos trabalhadores, segundo o estudo, trabalham permanentemente em seus locais de moradia.

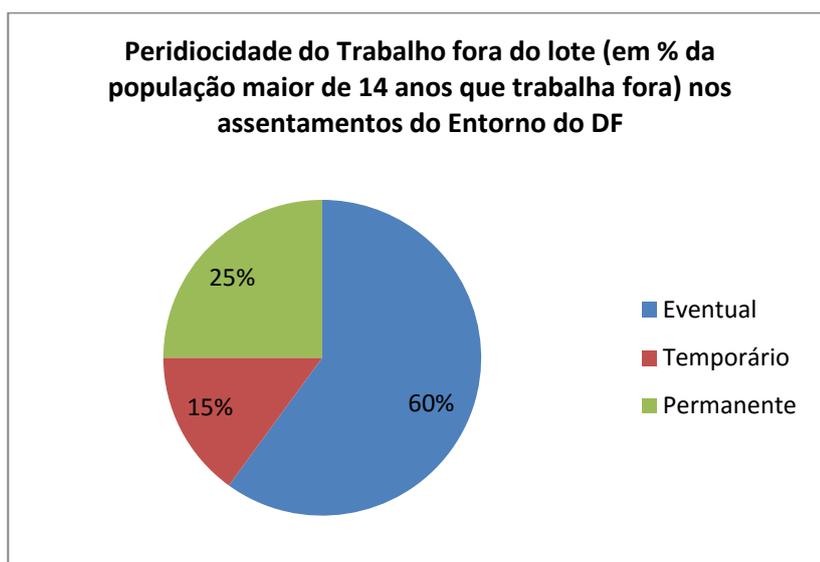


Figura 7: Estudo do NEAD relativo a mancha dos assentamentos do Entorno do DF, com ênfase nas regiões do nordeste de GO e noroeste de MG (2004).

Para perceber essas características, durante a construção dos primeiros acampamentos do MST na região, levou certo tempo. Construir uma organização de massa com trabalhadores de diversas origens e com histórias de vida bem distintas, em relação a sua cultura e trabalho, continua sendo um desafio.

Muitos trabalhadores da cidade que vieram para os acampamentos do MST nos primeiros anos na região, e que foram assentados, acabaram vendendo suas parcelas. Em muitos casos por não conseguirem estabelecer uma dinâmica de vida com o trabalho rural, e em outros casos, vender a parcela era a forma mais rápida de ganhar dinheiro, em uma relação muitas vezes oportunista.

Este cenário resulta de uma série de combinações que impactam diretamente o pequeno trabalhador rural e seu território de cultura. O avanço e a influência da economia moderna, e seus viés agrícola, sobre os territórios camponeses aprofundam a estratégia do agronegócio de incorporação da força de trabalho no campo às suas estruturas, em maior escala vinculadas as grandes multinacionais que se instalam na região. Por outro lado, parte considerável dos trabalhadores rurais continuam saindo do campo, buscando alternativas de vida, nos pequenos municípios, nas periferias dos grandes centros urbanos próximos, neste caso, no entorno de Brasília, ou cedendo a condição de trabalhador super explorado nas grandes lavouras.

Os que resistem nestes territórios estão organizados em acampamentos e assentamentos de luta pela Reforma Agrária, ou ainda resistindo em seus territórios tradicionais, sob forte influência especulativa. Esta influência, no entanto, atinge diretamente os trabalhadores dos assentamentos e acampamentos, pois lhes é colocado, a todo instante, as dificuldades de se viver na terra a partir da relação imposta pela grande agricultura. Vender se torna mais fácil, pelo menos em curto prazo.

Kautsky (1980) dizia que à medida que a agricultura se racionaliza, que a concorrência aumenta entre a exploração científica do solo e a pequena cultura rotineira, os camponeses são forçados a lançar mão do trabalho das crianças, que passam a fazer parte do ciclo de exploração, ao invés de se dedicarem aos estudos, e passam a se restringir, todavia, a instrução de influência externa que lhes é ministrada.

Essa relação atinge centralmente o núcleo de trabalho e sustentação dos camponeses e pequenos agricultores. A negação da possibilidade de que jovens possam estudar e se capacitar para gerenciar seus núcleos de trabalho, seja familiar, ou coletivo, no caso de comunidades rurais e assentamentos de Reforma Agrária, de forma soberana, mutila parte da base futura de organização da produção e do trabalho, forçando e apresentando uma única saída para a juventude do campo: a cidade.

Desta forma, a população do campo envelhece, e a noção de modernidade, se apresenta nos centros urbanos. Na agricultura, o moderno se organiza, com sustentação de uma forte narrativa, na alternativa da tecnificação científica imposta pelo agronegócio.

Janderson analisa que o MST na região se depara com essa alta contradição e complexidade.

São nos processos concretos que aprendemos a perceber os caminhos. Quando observamos estados como o Rio Grande do Sul, e suas formas de migração, organização do trabalho, compreendemos melhor as diferenças. O povo aprende a se organizar, desenvolve formas de trabalho, a partir das suas formas de cultura. Os acampamentos e os assentamentos no sul do Brasil são organizados a partir da forma desenvolvida pela relação com a produção e o trabalho trazido pelos imigrantes camponeses vindos da Europa, pela forma de organização dos colonos.

Em parte da região Nordeste também é assim. Existem formas de organização do trabalho e de produção que foram sendo desenvolvidos pelos sertanejos, e pela forte influência indígena e quilombola, que se vinculam a percepção histórica, pela vivência, de novas técnicas de produção que levam em consideração o conhecimento empírico da geologia, geografia, clima, solo e diversas condições antrópicas, que se enraízam e geram novas formas de saber apegada a uma cultura própria, que define, em parte, os meios e modos de produção dos agricultores camponeses da região, no entanto, ameaçados

também pela hegemonia capitalista da agricultura, que contribui nas mudanças culturais, a partir da imposição de sua lógica.

Janderson conclui que não há uma cultura definida na região, onde os agricultores possam se apegar.

É uma mescla de saberes, povos, vindos de muitos cantos do país, mas que ainda não encontrou uma forma definida de cultura onde os trabalhadores do campo possam se apegar. Cada um vem com parte da história de seu lugar.

Na avaliação dele, essa condição é determinante para a forma de organização dos trabalhadores camponeses, dos acampamentos e assentamentos no Distrito Federal e Entorno. Apontar o rumo em um acampamento com uma ampla diversidade de entendimentos, porém nunca materializados coletivamente, a partir da organização da cultura da região ao qual estão vinculados, faz com que seja mais difícil traçar objetivos que não sejam apenas os individuais.

Esse aspecto trazido por Janderson revela algumas dimensões sobre o debate em torno das diferenças entre o agricultor familiar e o agricultor camponês. Segundo Alves, Lindner e Rodrigues (2016) o debate sobre a pluriatividade e a multifuncionalidade na agricultura, que se aprofundou no fim da década de 90, trazem algumas reflexões sobre os rumos das unidades familiares agrícolas. Depois de não desaparecer, conforme tendência apontada por muitas teorias, os camponeses se recriam ou se reproduzem com a inserção do capitalismo na agricultura.

As formas e possibilidades que apontam a partir da organização do trabalho nas unidades familiares de produção agrícola, em parte nos assentamentos da Reforma Agrária, estabelecem mecanismos que evidenciam a renda da produção através do trabalho agrícola e não agrícola.

A característica do trabalhador rural brasileiro, e especificamente do DF, que luta por um pedaço de terra, que já é assentado ou que é pequeno

agricultor familiar, não se desenvolve apenas pelo trabalho com renda específica de atividade agrícola, mas na maioria das vezes com renda do trabalho não agrícola, se diferencia bastante o perfil do trabalhador rural nesta região.

Mas vejamos, para clarear nossa ideia, o que é viver da renda do trabalho agrícola? É quando a renda total da família, da cooperativa de assentados ou de um acampado em luta por um pedaço de terra, advém da atividade agrícola direta, seja com a produção de hortaliças, produção animal, insumos agrícolas, ou seja, quando a atividade de produção agrícola direta é a principal forma de renda e sobrevivência dos trabalhadores do campo.

No caso da renda advinda de atividades não agrícolas, incorporada com mais força a partir do avanço do capital no campo, nas distintas esferas, que vão desde o agronegócio ao controle pelo capitalismo da pequena agricultura, é a forma de geração de renda entendido também através da multifuncionalidade dos espaços do campo, onde várias dimensões possam tomar conta do espaço rural, que não apenas as atividades agrícolas.

Como exemplo de um espaço rural multifuncional, é quando se insere a habitação, a construção de casas, as agroindústrias, o turismo, a infraestrutura (transporte, água, energia, educação, comunicação, saúde), ou seja, quando se amplia a complexidade, que é inerente ao processo histórico recente nas áreas rurais, tendo como foco de trabalho e renda, outras dimensões que não apenas as atividades agrícolas, que na atual conjuntura não conseguem, sozinhas, dar respostas ao agricultor, seja familiar, ou camponês.

Em regiões onde o nível de organização do trabalhador assentado do MST se evidencia mais, como no sul do país, a renda combinada entre o trabalho agrícola e não agrícola se evidencia a partir da própria cultura de organização, seja através das raízes camponesas históricas, e também pelo nível de organização política, técnica, profissional dos assentados e dos assentamentos, que conseguem, ainda que com certa dificuldade, ter o mínimo

controle dos meios de produção, e impor disputa local com o modo de produção capitalista hegemônico.

Em regiões como o Distrito Federal e Entorno, com um baixo nível de organização política dos assentados, lidar com a complexidade que o campo exige, sem cair nos riscos de se incorporar à lógica individual da agricultura familiar capitalista, se torna tarefa de amplo desafio, sobretudo para o MST.

A renda principal da maioria dos assentados e acampados do MST na região, atualmente, advém de atividades subproletárias nas periferias dos centros urbanos próximos. Assim, ainda não se vinculam a possibilidade de renda a partir de atividade agrícola ou não agrícola, muito menos em combinação das duas.

Adriana Fernandes traz a reflexão incorporando o sentido da formação política, ou da elevação do nível de consciência do trabalhador camponês, para avançar e superar os desafios dos acampamentos e sua transição para um assentamento de Reforma Agrária que responda aos anseios dos trabalhadores.

Há quinze, dezesseis anos atrás, nos tempos das grandes ocupações do MST do Distrito Federal e Entorno aqui na região do entorno de Brasília, trabalhávamos muito os processos de formação política, já no início da ocupação do latifúndio. Inclusive, em todos os espaços de luta que lá estavam nossos trabalhadores, seja nas ocupações de INCRA, nas marchas, nossos processos de formação de consciência de classe estavam presentes.

A formação era permanente, então isso faz com que mantenha as pessoas firmes e conscientes no processo que elas tão inseridas. Isso faz um diferencial muito grande na condução dos processos posteriores que surgirão em tempos de conquista da terra. O MST tem que ter formação permanente. É um processo de formação que não tem fim, é na convivência, na forma de organizar o acampamento, e depois o

assentamento, nas reuniões dos núcleos de base, ou núcleos de família, as formas de debater temas da organicidade dos acampamentos, dos diversos olhares para ajudar a identificar e resolver determinados problemas internos, isso é fundamental em um acampamento de luta pela terra.

Olha, na minha época de acampada, que começou com as ocupações desde o ano 2000, o diferencial para minha qualificação como agricultora foram os processos de formação política e agrária. Vejo que existem duas formas de se inserir na luta pela terra, ou de tentar a vida a partir de um acampamento: ou pela necessidade imediata (neste caso os trabalhadores vão tentar algo, pois não há mais o que fazer, e se colocam na condição, ou não, de durante o processo ir incorporando vários elementos que podem fazer a diferença para sua vida ali na frente, como a formação, capacitação técnica e etc...), ou se insere primeiramente por sua consciência, o que não faz com que ela tenha mais ou menos necessidade, mas a linha fundamental de sua inserção parte da tomada de consciência, de compreender sua condição, de exigir seus direitos, políticas públicas e sociais e etc...

A partir da abordagem da Adriana, Janderson recupera as diferenças de organização dos acampamentos do DF e Entorno a partir da geografia econômica e cultural. Observa que o processo de tomada de consciência a partir da formação é essencial, mas que isso tem de levar em conta o processo de formação social a partir dos elementos culturais, políticos e sociais de seu território. Diferencia, de forma coerente, o que é um acampamento do MST no Distrito Federal e o que são eles nas regionais do nordeste do estado de Goiás e noroeste do estado de Minas Gerais.

Os acampamentos do MST organizados por nós nas regiões de MG e do GO são diferentes. Os trabalhadores que lá estão são, em grande maioria, oriundos daquelas regiões. Foram criados a partir da cultura e dos costumes de origem camponesa intrínsecos àquela região. Aprenderam, de pai para

filho, a viver de uma forma que a confluência, e as contradições, dos elementos da política, da cultura, do trabalho, de forma histórica, delinearão a vida das famílias que ali vivem.

Importante ressaltar que os acampamentos organizados pelo MST em parte específica das regiões de MG e GO, por serem territórios de característica camponesa, tem mais facilidade de organizar sua vida a partir do trabalho agrícola concreto. Enquanto os acampamentos do DF sofrem com os problemas advindos das periferias dos grandes centros urbanos, em MG e GO, os problemas maiores são de ordem de reordenação fundiária, ou seja, terras controladas pelos latifúndios e incorporação da força de trabalho a essa lógica. No entanto, a partir dos momentos que se rompe, mesmo que minimamente, a partir da conquista de um assentamento, a facilidade do trabalhador de origem camponesa, sem ainda ter sido totalmente influenciado pelos vícios dos grandes centros urbanos, em organizar seu trabalho, de forma consciente e soberana, é maior, pois ele sabe como fazer, aprender na vivência a trabalhar a terra, compreende o que necessita para garantir seus meios de produção. Isso, portanto, o faz ter um nível de consciência um pouco mais elevado.

Um trabalhador camponês que sabe como viver de sua terra, tem compreensão que necessita de subsídios do Estado, que tem direito às políticas públicas e sociais que garantam sua permanência na terra, mesmo com as contradições do modo de produção, que não os favorecem, mas sabem disso por que esse é seu trabalho, essa é a história da sua vida.

Ao contrário, um acampamento do MST no Distrito Federal, que tem em sua composição trabalhadores de muitas regiões diferentes, com culturas distintas, que vieram tentar a vida em trabalhos super explorados, como pedreiros, trabalhadores informais, ajudantes de obra, empregados domésticos, e também agricultores que foram obrigados a sair de suas terras e tentar outro ofício na cidade, trazem consigo a necessidade primeira de ter uma casa, não importa o tamanho do lote, mas tem que morar. Seu trabalho, não necessariamente será fundamentado a partir da renda agrícola, ou não

agrícola. Será, na maior parte dos casos, organizados a partir da lógica do trabalho urbano e subproletarizado.

Esse trabalhador sabe o que lhe falta, Tem clareza, mesmo que pouca, de parte de seus direitos. Sabe que lhe falta quase tudo. Porém, a vida proletária, onde a venda da força de trabalho se torna elemento central para sua sobrevivência, faz com que seu espaço no acampamento, seja de produção, de organização, de formação, de vida, seja secundarizado, e se torne apenas o espaço que tenho que estar, em algum momento, para garantir a conquista de seu teto, nada mais.

Por que isso ocorre? Pela dinâmica imposta pela hegemonia do trabalho sob organização capitalista, e pela necessidade de manter a mais valia ainda em vigor. Portanto, não cabe para este trabalhador que se organiza em acampamentos próximos aos grandes centros urbanos, o direito há ter seu tempo útil, para fazer mais nada a não ser trabalhar, para viver. E não lhes é dado o direito a ter um mínimo tempo de ociosidade. Neste espaço é que se naturaliza a ausência das políticas sociais.

Janderson observa que é necessário, quando se pensa a organização de um acampamento do DF e Entorno, que tenhamos a percepção da garantia do trabalho interno. É tarefa do MST ajudar a apontar, e também qualificar, técnica e politicamente, os trabalhadores a tirar o máximo de seu sustento de suas relações de vida e trabalho interno, mesmo em tempos de acampamento.

Eu não me lembro de uma luta pela terra onde, a partir da ocupação do latifúndio, o tempo de acampamento foi curto, com possibilidade de ganhar a terra imediatamente. Todos os processos são longos, uns um pouco mais que os outros. Os trabalhadores rurais, quando ocupam um pedaço de terra para tentar ganhar a vida, tem que internalizar as dimensões do trabalho. E essas dimensões são para além de viver a organização coletiva. É necessário criarem espaços concretos de organização da produção, para subsistência e, posterior comercialização. Isso dá o sentido da luta. Produzir, com

organização coletiva, do trabalho, da escola, da formação política.

Tínhamos um período que os acampamentos do MST aqui no DF, mais especialmente no Entorno, não recebiam cestas básicas. Portanto, tinha dois caminhos para sobreviver internamente: ou se estimulava a produção interna de alimentos básicos, isso era mais fácil em acampamentos cujas características dos trabalhadores eram mais agrícolas, pela necessidade tinha que plantar, pois o trabalhador acampado, neste caso, não tinha outra condição de trabalhar se não fosse à roça. Ou saia todos os dias do acampamento para trabalhar na cidade, comum em acampamentos mais próximos aos centros urbanos, porém não tinha garantia de emprego, nem informais, a renda mínima da terra se fazia necessária.

As políticas públicas e sociais para este público, ou sujeitos, acampados em luta pela Reforma Agrária, eram praticamente nulas. Houve, e ainda há, um movimento de negação deste sujeito, como sujeito de direito, construído historicamente fruto de amplas contradições, do ponto de vista das relações fundiárias. O sujeito acampado não surgiu por decreto de alguns movimentos organizados à época. Surge como necessidade, e os movimentos sociais são seus espaços de organização, de consciência, de direitos, onde se elevam, minimamente, a condição de sujeitos de direitos.

Somente assim, em luta organizada, pela força, como classe, foram exigindo respeito e garantias do Estado. Junior (2014) em um debate em âmbito da ABRA, sobre a função social da terra como reação a propriedade individual absoluta, e a apropriação privada dos recursos naturais como direito individual absoluto, nos lembra de que, capitaneada pelo filósofo francês Leon Duguit (1859-1928), surge a ideia de funcionalização da propriedade, segundo a qual, a propriedade não seria um direito, mas uma função. Ou seja, somente a detenção para utilização do bem a serviço da coletividade seria legítima (Apud, JUNIOR, 2014, p. 59).

Portanto, o debate da função social da terra é central para garantir, como sujeito de direitos, todos os trabalhadores em condição de exploração da força de trabalho na agricultura, bem como garantidores da democratização dos espaços rurais para o desenvolvimento político, econômico e social. Mas na inversão de valores, apoiado pela hegemonia da lógica privada, onde a concepção de direito, se vincula a concepção de poder, conduz o apoio das políticas públicas e sociais a garantia, por parte do trabalhador, como proprietário “legítimo”, caso contrário, evidencia-se a condição de invasor.

Com o passar dos anos, sobretudo durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu-se a entrega de cestas básicas para trabalhadores em condições de acampados, como forma de complementação de sua renda. Mas isso não surge para legitimar o sujeito acampado. Surge como política de complementação de renda. Como parte dos trabalhadores rurais são pobres de baixa renda, tiveram acesso à cesta básica.

Em casos de acampamentos eminentemente agrícolas, as cestas eram complementos que não substituíam a necessidade, social e cultural, de produção de alimentos. Em acampamentos onde os trabalhadores dependiam do trabalho sem relação com a agricultura, mesmo estando em espaços de acampamentos rurais, a centralidade da cesta era total, sendo a principal fonte de alimentação e subsistência alimentar. A pequena renda com o trabalho fora do acampamento era destinada para outros objetivos, como melhorar o barraco, arrumar um carro velho e etc..

Na transição de um acampamento de luta pela terra para a condição de assentado da Reforma Agrária, parte do que definirá a linha política do assentamento deve-se a organização interna. Logicamente que não podemos colocar todo o peso do processo de consolidação apenas na organização e atuação do MST, tampouco nas condições internas, sem antes entender as correlações de forças amplas da luta de classe. O modo de produção capitalista e hegemônico na agricultura é o entrave principal. Para minimizar os impactos, cabe ao MST consolidar espaços de disputas onde possa, com os

acampamentos e assentamentos, criar territórios livres do impacto generalizados do agronegócio.

Desta forma, acumular estratégias que tenham como centralidade entender a complexidade da agricultura, e criar espaços onde a disputa por modelos antagônicos se tornem concretos é de suma importância. O modo de produção é elemento central. O MST defende a agroecologia como matriz produtiva, de trabalho e organização, como plataforma para agricultura brasileira. E entende que isso é possível a partir de um conjunto de medidas de cunho político, principalmente. Dentre elas, e a principal, a democratização do acesso a terra, ou seja, a Reforma Agrária de cunho popular.

Em tempos de retomada de ideologia econômica neoliberal, como ideologia hegemônica, a Reforma Agrária jamais será viabilizada por decreto, ou por boa vontade de governos. Os espaços de luta, que demonstrem as contradições em determinados setores, como a criação de acampamentos de luta pela terra, são mais que necessários. Para além disso, os espaços dos acampamentos e, posteriormente dos assentamentos, devem vir apoiadas em programas que sejam criados para disputar a hegemonia, neste momento a serviço do capital.

Por isso, propor uma matriz de produção agrícola que dispute com o agronegócio deve vir permeado por uma série de elementos que dialoguem para mudar a estrutura social.

A escola do campo deve trazer outros elementos pedagógicos, que rompam com a imposição da escola urbana. A cultura camponesa não deve ser tragada pela indústria cultural hegemônica, e deve ser livre para criar e recriar espaços e linguagens onde os trabalhadores se reconheçam. A comunicação não pode ficar a cargo das emissoras de rádio e televisão de capital privado, tendo o camponês e o trabalhador a garantia de fazer comunicação, da maneira que seja de melhor entendimento e transmita informações realmente importantes, que agregue a cultura, as artes e a música à vida cotidiana de forma a melhorar a democratização da informação. A saúde não pode ser

controlada por planos de saúde, nem se restringir fisicamente aos espaços urbanos, deve sim, ser descentralizada, pública, de qualidade, com garantia de políticas que valorizem o saber popular, que invistam em escolas públicas de saúde, que criem espaços de formação e atuação médica espalhados pelos interiores do Brasil.

Esse conjunto de fatores são imbricados fortemente na proposta de Reforma Agrária e de Agroecologia defendida pelo MST. E quando cria-se espaços de acampamentos, com vistas a tornarem-se assentamentos, estes elementos sempre estarão na ordem do dia.

Adriana relata sobre os desafios da transição de um acampamento para um assentamento, especificamente na região do DF.

Especialmente nos acampamentos do MST na região do noroeste de Minas Gerais, onde o tempo de acampamento é mais curto, por conta da quantidade de terras devolutas e improdutivas, eu sempre temia pela transição de acampamento para o assentamento, quando o processo político e organizativo do MST estava fragilizado. Por quê? Criar um assentamento frágil de consciência e organização é individualizar e privatizar a terra. O Estado não vai dar o suporte necessário. Em muitos casos, depender apenas do Estado na criação de um assentamento é inviabilizar a Reforma Agrária. A chance de dar errado é muito grande. O papel do MST e dos diversos movimentos sociais do campo é central para cobrir demandas centrais, que apenas terão apoio do Estado com pressão social organizada.

Quando os trabalhadores alcançam sua terra, conquistam o assentamento, depois de tanto lutar, já estão bastante vulneráveis socialmente e economicamente. Tudo que o trabalhador rural adquiriu antes de entrar neste processo vai se deteriorando. Para se manter em um acampamento não é fácil, muita coisa fica para trás. Quando chega a conquista do assentamento, muito já se foi.

Na maioria das vezes, a transição do acampamento para o assentamento é o momento de maior dificuldade, pois chega a hora de se replanejar. Agora, uma das questões que favorecem muito é a possibilidade de uma espécie de abertura, para que as pessoas possam entender qual é o papel de cada coisa, pois em muitos casos, em tempos de acampamento, não tínhamos nenhum diálogo com a EMATER, com a EMBRAPA, não tinha ideia de como poderíamos nos apropriar das estruturas do Estado para avançar os processos, pois acampado, teoricamente, não tinha direito a nenhum acesso as estruturas do Estado, mesmo com intervenção direta do MST.

Em tempos atrás, quando ficávamos em nossos acampamentos aqui na região, nossa condição era mais difícil, pois para além de não poder acessar nenhuma política do Estado, o MST não dava conta de garantir o acompanhamento mais técnico das famílias.

Hoje mudou bastante esse quadro, pois as definições nacionais do setor de educação do MST, que desde lá de trás, definia que todo militante, seja acampado, assentado ou em tarefa de direção, tinha que estudar, se capacitar, como linha política, para garantir nossa soberania técnica e produtiva, formar nossos profissionais, em parcerias com as Universidades públicas, para garantir a qualidade de acompanhamento de nossos assentamentos e acampamentos.

Isso foi e continua sendo fundamental para que hoje a realidade seja diferente. Hoje nós temos técnicos e profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento dentro de nossos acampamento e assentamentos.

Augusto Targino coloca alguns elementos sobre como encara historicamente os desafios da organização dos acampamentos e a transição para assentamentos na região.

Organizar acampamentos em toda nossa região foi e é algo muito difícil. Nós tínhamos uma espécie de parâmetro nacional de organização, muito focado nas experiências dos acampamentos e assentamentos do Rio Grande do Sul, ou seja, nossa ideia era implementar aqui o mesmo modelo organizativo de lá. Uma coisa era garantir a organicidade, os princípios organizativos, as normas de convivência, que eram definições nacionais, isso é tranquilo, mas com relação a organização do trabalho, da produção, gerava uma espécie de contradição, conflito, pelas diferenças culturais, que tínhamos e ainda temos dificuldade, enquanto conjunto do MST DF e Entorno, de entender.

As formas de organização são distintas, implementar aqui um processo de cooperação, do ponto de vista do trabalho e da produção, como no Sul, é algo muito difícil, não tem cultura para isso. Parte da constituição política do trabalhador (a) que se integra aos acampamentos do MST aqui na região, vem com a cultura e o pensamento do latifúndio. O olhar dos trabalhadores se constrói a partir do agronegócio, do individualismo, da resolução dos problemas pessoais. Onde temos dificuldade na construção do pertencimento, da identidade, enquanto sujeitos de cultura, o hegemônico preenche. Assim, a cultura do agronegócio ocupa o espaço real e o imaginário da pequena agricultura.

Esse processo se acentua, como pontuou a Adriana, quando não conseguimos acumular com os processos internos de formação política, de construir uma nova cultura que não seja hegemônica pelo capital. A militância que toca a direção do MST, ainda tem dificuldade em acumular de forma a elaborar análises que tenham como foco a prática coletiva construída nos trinta anos de movimento, ou seja, estabelecer as linhas gerais da organização, anticapitalista, coletiva, cooperativa, como linha a ser construída. Ainda se atua conforme o

interesse de determinado dirigente, não que isso seja regra, mas em parte é assim.

Isso se evidencia quando observamos o conjunto de nossos acampamentos. Não conseguimos consolidar a mesma forma organizativa para todos, que tenha como princípio as linhas nacionais do movimento. Os acampamentos, em parte, são organizados a partir do perfil e interesse de quem está lá coordenando. Não que seja por maldade, mas são os próprios limites da formação, da cultura, e das dificuldades em consolidar territórios que se pensam contra hegemônicos. As bases do capital, e, sobretudo do agronegócio, são muito bem consolidadas, e se impõe com força sobre os trabalhadores (as) rurais pobres.

Portanto, creio que é o momento que vivemos como MST, em um período de complexidade política e de aprofundamento do modo de produção capitalista centrado no agronegócio. Isso transforma também a lógica interna de nossas organizações, pois trabalhamos com pessoas, trabalhadores, que sofrem influencia por todos os lados.

Janderson continua:

Temos que aguçar nosso olhar, em relação a isso que Augusto coloca, pela análise marxista. A consciência é formada a partir do meio de convivência. Parte dos trabalhadores rurais que organizamos em nossos acampamentos viveram um bom tempo trabalhando para fazendeiros, vivendo essa lógica. Diferente dos colonos do sul, que aprenderam a trabalhar em pequenos empreendimentos rurais cooperativos, familiares, locais, na região do DF e Entorno, pelo histórico de ocupação do espaço rural ainda coronelista, cultura de grandes fazendas, foi ali que os trabalhadores encontraram sua forma de trabalho.

No Distrito Federal, especificamente, é mais complexo ainda, pois os trabalhadores que vem para os acampamentos são

urbanos, periféricos, tendo ênfase no trabalho informal superexplorado das cidades. Em suma, cada um por si, e todos contra todos. Organizar isso não é fácil, e o MST ainda consegue, com seus limites, é claro.

Então, parte da realidade dos acampamentos da região do DF, são realidades de periferia, de miséria, barracos de madeirite substituindo as clássicas lonas pretas, que são símbolos da luta pela terra, essa realidade muda apenas quando conseguimos elevar o nível de consciência coletiva e imprimir certo sentido de pertença a terra, de luta pelos direitos, de estudo e formação.

Compreender o que significa e representa a constituição de um acampamento de Reforma Agrária do MST na atual conjuntura política e agrária, em específico, no Distrito Federal e Entorno, é central para refinarmos nossa análise sobre a necessidade desta forma de organização, seus limites internos, mas, sobretudo, que são frutos e instrumentos da contradição do modo de produção capitalista. Buscar formas de superar isso é a todo instante recriar espaços que tenham como centralidade a busca de saídas, e recuperar aquilo que é de direito.

Se propor a organizar a classe trabalhadora do campo para superar essa lógica, é enfrentar todas as formas de opressão, nas relações burguesia x trabalhador e trabalhador x trabalhador.

4.1.2 A organização dos Assentamentos do MST do Distrito Federal e Entorno

A transição entre um acampamento de Reforma Agrária, que é ainda um espaço de luta a ser conquistado, retomado, e que tem um simbolismo muito importante como elemento tático, para um assentamento, não é algo simples. Esse movimento é a face do rompimento da estrutura hegemônica. Cada

latifúndio improdutivo, ou terras públicas griladas, que são convertidas em assentamentos de Reforma Agrária, é mais um passo para a democratização da terra, e de rompimento da lógica agrícola hegemônica imposta ao trabalhador rural.

Assim, para o agronegócio, cada assentamento que se cria, fere os interesses de exploração e controle de determinados territórios. A depender da forma de organização e consolidação do assentamento, este pode se tornar um território livre, de resistência ao modelo econômico, político e social da região. Quando este assentamento é organizado pelo MST, o sentido de perda do controle pelos setores patronais da agricultura se aprofunda, pois sabem que estes assentamentos, para além de serem territórios que trazem outra perspectiva de agricultura, trazem também outra formulação política, com consciência de classe.

Para o agronegócio, não é interessante que assentamentos de Reforma Agrária se constituam, sobretudo em regiões onde tenham bastante interesse político e econômico. A grande questão é: assentamentos do MST em região de interesse do agronegócio podem causar sérias contradições, e trazer a tona as diferenças de modelo de produção, seja do ponto de vista dos meios de produção, das formas de se produzir, da organização do trabalho, de renda, de relação com os recursos naturais, e, por fim, pela elevação do nível de consciência, este, talvez, o mais assustador para os interesses da grande agricultura.

O mapa abaixo é um recorte dos territórios de concentração rural estipulado por pesquisas do IBGE (2015). Foram detalhadas 104 região de alta concentração rural, compostas pelo somatório de municípios contíguos identificados segundo códigos e numeração obedientes a padrões estabelecidos pelo IBGE. Importante destacar que os códigos e as cidades não são coincidentes uma vez que os primeiros obedecem ao critério de pertencimento ao estado que possui maior extensão territorial na composição da região rural.

Portanto, observando o mapa, podemos perceber quatro pontos de alta concentração rural, em maior escala espaços de grande produção agrícola. As regiões 5204 (da metrópole nacional de Brasília), 5205 (do centro de zona de Unaí), 5202 (do centro sub-regional de Anápolis) e 5203 (do centro da zona de Campos Belos). Nestas grandes regiões de concentração rural convive, em escalas diferentes, parte dos assentamentos do MST aqui estudados com grandes empresas do agronegócio. Em especial as regiões de Unaí (5205), noroeste do estado de Minas Gerais, e a região do nordeste do estado de Goiás (5203), que embora tenha como referencia a cidade de Campos Belos, se espalham por muitos municípios ao longo da região, iniciando na cidade de Formosa, na fronteira nordeste do Distrito Federal com o Goiás.

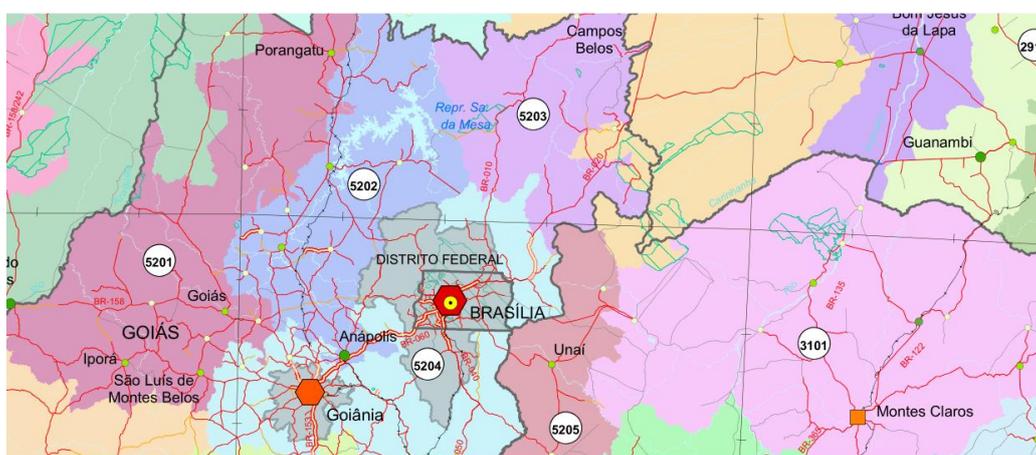


Figura 8: Mapa da região de concentração rural no entorno do DF (IBGE, 2016).

O sentido do agronegócio é atuar soberano, com total controle do conjunto da cadeia produtiva. Qualquer espaço consolidado ou organização que venha disputar, no sentido de apresentar alternativa ao modelo, será considerado inimigo, pois atinge os interesses centrais.

Portanto, é importante entendermos como se organizam e caracterizam os assentamentos do MST na região do Distrito Federal e Entorno, pois criar assentamentos neste território é enfrentar interesses de um modelo de agricultura que encontrou neste espaço geográfico, até certo ponto, um livre caminho para consolidar suas bases, tendo em vista a construção de Brasília e o importante polo geoeconômico no qual se tornou.

Adriana Fernandes analisa esta questão. Ela pontua que um assentamento se define como território agrário alternativo ao modo produção hegemônico a partir do momento que alguns elementos são internalizados, seja na transição do tempo de acampamento, seja na forma de constituição política e social do assentamento, compreendendo a conjuntura e a estrutura local.

Retomo aqui uma questão. Faz muita diferença quando os trabalhadores que ousam dedicar sua vida na luta pela terra, seja no período de acampamento, seja quando se torna assentado, e o fazem a partir de sua consciência, e não apenas por sua necessidade. Quando ela vem apenas pela necessidade, a tendência é ela se preocupar apenas com sua subsistência, com seus problemas. Pois ela já passou tanta dificuldade na vida, seja no campo ou na cidade, que a centralidade de sua ação é conquistar algo para si, e assim, viver minimamente tranquila. Se o outro vai melhorar também, ela não quer saber. Se vai mudar o sistema, também não. Se alguém fizer algo por ela, ótimo, caso contrário, tem sua casa e seu pedaço de terra.

A lógica é um pouco essa quando não se consegue imprimir um processo de formação que contribua na tomada de consciência mais ampla. Quando a pessoa vem pela consciência, ela sabe que os desafios apenas começaram dentro do assentamento. Neste tempo histórico, onde o MST aqui na região, tendo conquistado muitos assentamentos, mas grande parte se perdeu, em termos de organicidade, de planejamento, de estratégia política, de organização do trabalho, observo que os limites impostos foram exatamente pela falta de acompanhamento político, falta de estratégia de consolidação.

A consolidação de um assentamento depende de um conjunto de fatores. Além de uma boa relação interna, que se constrói a partir da formação e organização anterior, é necessário o

aprofundamento da ação direta de um conjunto de militantes e dirigentes. Ação direta é aquela articulação importante de um conjunto de situações, que dialogam com a vida interna dos assentamentos. Não adianta achar que depois de conquistar o assentamento, as coisas vão se resolver naturalmente. Na disputa do modelo de produção, se não se ocupa o espaço, e o transforma em um instrumento, outro ocupa.

É importante que a direção do MST estabeleça o elo de integração com o assentamento para garantir as diretrizes do programa agrário e, a partir disso, consiga criar dinâmicas, pela organicidade, de avançar com as políticas necessárias para consolidar outro modelo de assentamento de Reforma Agrária. E isso se faz através de articulação, nas mais diversas áreas, que dialogam com a pluriatividade de um espaço dessa natureza.

Por isso que temos que aprofundar nos processos de formação, não apenas do ponto de vista político, mas na formação técnica e acadêmica nas mais diversas áreas. Garantir políticas públicas e sociais para as áreas de Reforma Agrária demanda o acúmulo de conhecimentos. É necessário compreender por dentro o conjunto de políticas do Estado que devem ser potencializadas em benefício dos trabalhadores rurais. Profissionalizar o trabalho interno também é central. Não basta construir uma cooperativa de produção, tem que internalizá-la por completo, desde a garantia de uma boa administração, gestão, estudo de mercado, captação de recurso, planejamento, divisão do trabalho.

A divisão de tarefas é fundamental para o bom desenvolvimento de um assentamento. Desde os núcleos de base, ou núcleos de família, das coordenações gerais internas, até a boa relação com a direção política do movimento, que está em constante articulação de políticas para o desenvolvimento dos assentamentos, é central para uma boa consolidação.

E isso depende muito do nosso potencial militante, temos que articular em todos os lugares. Augusto completa: uma questão

importante para pensarmos é por que lutamos pela Reforma Agrária? Qual o sentido de conquistar e consolidar um assentamento, pela organicidade do MST, na região do Distrito Federal e seu Entorno? Reflito sobre isso por conta que, nos últimos anos, muito esforço político, social, ambiental, econômico, foi feito durante as lutas, através dos acampamentos, para se chegar ao sonho da terra. Mas pela história do MST, esse esforço, esse sonho, não se limita às garantias individuais, a transformação das estruturas estão no horizonte.

Eis nossa maior dificuldade. Consolidar um assentamento que seja o espaço principal de trabalho, de educação, de cultura, de produção. Para isso, tem que ter firmeza de principio, organização e planejamento. Conquistamos muitos assentamentos nesta região, ao entorno de Brasília, com grande potencial político e econômico. Parte considerável destes assentamentos não teve um acompanhamento que pudesse dar seguimento na estratégia de consolidação. E isso é resultado dos limites do conjunto dos dirigentes políticos do MST DFE, que não souberam, por diversos fatores, apontar os caminhos para dar sequencia com o desenvolvimento dos assentamentos da região.

Quando um trabalhador é assentado, depois de passar por todo processo de luta anterior, ele pensa o seguinte: “agora vou resolver meu problema, por em prática meu sonho, vou abrir um pasto, vou comprar uma vaca, desmatar aquela parte ali e plantar uma roça, milho, mandioca, feijão”. Nesse momento, no meu entendimento, é onde entra a direção do MST, para ajudar a apontar o melhor caminho. Contribuir para que o conjunto dos assentados possam concretizar os passos produtivos e a garantia de vida interna, em outra lógica, fora da hegemonia do agronegócio, mas sem deixar perder o foco da luta, da contribuição política que os assentados podem dar

para ajudar a consolidar um projeto de Reforma Agrária, que vai para além do seu assentamento.

Se não conseguimos imprimir essa lógica, a tendência é que cada trabalhador assentado vá para dentro do seu lote, e ali se individualize. Mesmo tendo se organizado, e conseguido a conquista da terra, em luta com o MST, pela característica do trabalhador rural desta região, que se organiza a partir do que enxerga, ele vai buscar outras alternativas, ou individuais, ou em pequenos grupos, de substituir a coordenação do movimento, e muitas destas estratégias se configuram em criar associações internas, com o foco de ser a entidade que vai resolver o problema, um grande equívoco.

Nos assentamentos rurais do Distrito Federal e Entorno, organizados ou não pelo MST, há um conjunto de fatores que nos ajudam a entender como eles se organizam, do ponto de vista produtivo, sobretudo, e seus limites de consolidação como espaços que deem uma resposta a curto e médio prazos ao mercado, à economia. Entendendo que não são esses apenas os fatores que definem um assentamento, mas inicialmente, vamos por eles.

Primeiro, é importante destacar que um conjunto amplo de assentamentos desta região se consolidou em regiões geograficamente isoladas, com muita dificuldade de circulação. Isso se dá pela forma de atuação dos movimentos à época e pela quantidade de terras devolutas, griladas e improdutivas, que existiam nos interiores dos municípios do nordeste de Goiás e noroeste de Minas Gerais. Partes destas terras eram de qualidade ruim, cerrados ruprestes, com muita rocha, terras muito ácidas, pobre em minerais e compactadas. Outra questão é a dificuldade de acesso à água, existem assentamentos com cerca de vinte anos de idade, que ainda tem problemas com água.

Essa característica permeou por anos a geografia dos assentamentos da região. Vários deles, os mais antigos, são áreas isoladas, e sofrem com uma série de dificuldades. Em segundo lugar, essa região concentra uma história

política onde o coronelismo se consolidou como prática. Os grandes proprietários de terras da região controlavam a vida política dos municípios. Eram eles que davam o tom da economia, do trabalho, da vida pública. Controlavam os cartórios, assim, dominavam as terras. Observa-se essa característica ainda hoje em determinadas regiões, como nos municípios de Unaí – MG e Formosa – GO, com forte dominação do agronegócio, no entanto, forte presença de setores da oligarquia agrária tradicional.

Em terceiro lugar, por serem territórios isolados, e em grande parte ocupando áreas ruins para atividades agrícolas, torna-se difícil, sem um projeto político em nível de Estado, de investimento na cadeia produtiva ao qual se insere os assentamentos de Reforma Agrária, que trabalhadores rurais pobres consigam sobreviver muito tempo em condições adversas. Enquanto o agronegócio tem vultosos investimentos e subsídios estatais, e ocupam a maior parte e as melhores terras, do ponto de vista geográfico e produtivo, os assentamentos, em geral, sobrevivem com a luta dos trabalhadores e com o apoio dos movimentos sociais e sindicais do campo.

Porém, essa característica não retrai a economia dos assentamentos, que conseguem responder com parte da comercialização dos pequenos mercados municipais, dando ênfase em produtos como hortaliças, vegetais, pequenos animais, produção de mel, farinha de mandioca, milho, algumas e variedades de feijão.

O problema ainda é a organização da produção. O modelo de cooperação agrícola ainda é um entrave para os assentamentos do DF e Entorno. A profissionalização da produção e a comercialização são aspectos centrais, que necessitam investimento e acesso a técnicas que ajudem a organizar o trabalho e a produção.

Janderson traz outro olhar em relação aos limites dos assentamentos da região.

Tem duas vertentes importantes que precisamos analisar em relação aos assentamentos do MST aqui na região. Primeiro é

essa questão que o Augusto coloca, sobre o problema da transição do acampamento para o assentamento, e os desafios que são colocados para garantirmos os assentamentos como espaços concretos, importantes para a organização produtiva e social do território ao qual se vincula.

Segundo é a reafirmação das condições do MST, e de sua militância, em dar conta de acompanhar, em todas as dimensões, a consolidação de nossos assentamentos. Esse ponto é fundamental, pois se integra a proposta de Reforma Agrária Popular defendida pelo MST e concretiza aspectos centrais de nosso programa agrário.

Hoje existe um limite, sobretudo na região específica do Distrito Federal. Viemos aprendendo, durante os últimos anos, a consolidar nossos processos de ocupação, criação de acampamentos, e organização destes, a fim de acumular para a luta política geral. Este processo nos ajuda a colocar as contradições da questão agrária brasileira, quando conquistamos territórios e comprovamos, pelos estudos e avaliações, que o modelo do agronegócio não é o responsável agrícola pela oferta da alimentação. Porém, quando saímos da condição de acampados para a de assentados, observamos as dificuldades em organizar os processos de vida coletiva, comunitária, do assentamento.

Esse limite tem interface também com a ausência de acesso a educação básica, técnica e superior. Segundo dados do INCRA (2016), por meio do PRONERA, entre os anos de 1998 e 2011, foram realizados 320 cursos para beneficiários da Reforma Agrária, por meio de 82 instituições de ensino de todo o país, sendo 167 de educação de jovens e adultos, 99 de nível médio e 54 de nível superior. Estes cursos tiveram abrangência nacional, atingindo mais de 880 municípios de todo o Brasil. Mais de 164 mil assentados da Reforma Agrária foram atendidos por cursos do PRONERA até 2015.

Mesmo demonstrando a eficiência do PRONERA e a necessidade de continuidade e aumento de investimentos, necessita-se ampliá-lo, ofertando mais cursos, nas áreas do ensino fundamental, médio e técnico, assim

preparando um contingente maior de trabalhadores rurais, acampados e assentados, para acessarem os cursos superiores, e elevar o nível de qualificação política e profissional.

Janderson observa ainda que a criação de associações nos assentamentos, sem vínculo direto com a organicidade e com os princípios e plataformas do MST, pode se tornar um instrumento de desgaste e desorganização interna.

A criação de uma associação do assentamento não pode vir como forma de substituir o MST. Ela é importante para a organização interna, desde que seja atrelada como um instrumento da organização, com princípios, planejamento e estrutura que siga a estratégia do MST. É importante que as associações que se estruturaram em assentamentos que o MST organizou internalizem a estratégia de Reforma Agrária Popular e do programa agrário do movimento. Importante que retomem as reuniões com as coordenações dos núcleos de famílias. Muito importante que o MST atualmente aproxime dos assentamentos antigos e de suas associações e potencialize essa estratégia. É muito importante incorporar a associação na vida orgânica do assentamento, construir uma linha de captação de recursos, organização de projetos, estudo, como ferramenta do MST para acompanhar as famílias de perto.

Augusto concorda:

É importante potencializar isso. O MST, sempre que não dava conta de acompanhar a organização do assentamento, e não se apresentava mais como alternativa de representação política, abria margem para que os assentados buscassem outros instrumentos, ferramentas.

Em muitos casos, por não ter alternativa. Mas na maioria das vezes, a criação de uma associação partia da atitude isolada ou individual de uma pessoa. Muitas vezes, pela formação capitalista, não se permitem que uma organização, que se

ousa pensar socialista e utiliza métodos coletivos de organização, avance com sua proposta. Esse pensamento, de certa forma, reflete e reforça os impactos da estrutura social capitalista na formação dos sujeitos. E isso não é diferente nos assentamentos do MST. O fato de consolidar uma associação, com estrutura organizativa presidencialista, reforça a estratégia individual de poder. Isso é muito comum nos assentamentos que não se consolidam.

Em uma visão mais geral, se não consolidamos nossos assentamentos como territórios livres, com soberania alimentar, cooperação e organização do trabalho, a associação, que se transforma em um potencial instrumento, surge com o objetivo de cumprir o papel de tentar resolver o problema. Porém, é importante ressaltar que a associação, por ela mesma, sem planejamento, sem objetivos, se torna apenas um instrumento sem fertilidade, de baixa ou nenhuma eficácia e eficiência.

Adriana compreende, nesta análise, que um dos elementos que contribuem para que o MST na região não tenha conseguido avançar na organização dos assentamentos, de forma a criar espaços com soberania e autonomia produtiva, é exatamente a falta de formação dos quadros políticos para tocar tarefas mais complexas.

Por que ainda não conseguimos fazer que nossas cooperativas funcionem dentro dos princípios construídos pelo MST? Sobretudo aqui na região? Entendo, resgatando a história, que isso ocorre pela limitação da militância que deveria ser preparada para acompanhar isso. Ou seja, do quadro técnico/político que não era formado. De forma geral, nossos militantes que acompanhavam as tarefas com maior complexidade, como os convênios de ATES e ATER, não tinham formação suficiente para construir algo que acumulasse em curto, médio e longo prazo para os assentamentos. Assim, as ações se constituíam de pouco fôlego, somente enquanto durasse o convênio. Os mesmo militantes que dirigiam o

movimento, coordenavam a ocupação, negociavam no INCRA, organizavam as mobilizações, eram os que acompanhavam as questões técnicas, dos convênios e projetos para organização produtiva dos assentamentos. É óbvio que isso não daria certo.

Quando fui indicada para fazer o curso em Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília, em parceria com o MST, fui na tarefa de qualificar minha formação para contribuir na direção política do movimento, mas sobretudo para acumular formação técnico/política de forma a tocar processos, nos acampamentos e assentamentos, ligados a escola do campo, uma demanda muito grande, até os dias de hoje. Essa concepção de formação é importante. Tu começa a criar quadros que desenvolvem as condições necessárias de se deparar com determinado problema, ou demanda, que tem totais condições de pensar, planejar e executar a proposta.

Há 10 anos, sair para estudar era compreendido, por alguns militantes aqui da região, como se estivéssemos nos desvinculando dos processos orgânicos do MST. Pois não estudar era naturalizado, como se pobre, trabalhador, não tivesse que estudar. Na atualidade, pela construção histórica do MST, estudar é uma tarefa de todos, e é parte central da vida orgânica do MST, dos acampamentos e assentamentos. Esse elemento é definidor para a qualidade de organização, de avanço, de trabalho, que a Reforma Agrária exige.

Essa confluência de fatores, expostos por Adriana e Augusto, determinam as formas organizativas dos assentamentos. A formação política da militância que é assentada em áreas da Reforma Agrária, atrelada a possibilidade de formação técnica e profissional, sem prejuízo de nenhuma delas, é essencial para a qualidade de vida de um assentamento. A perspectiva histórica, de compreender o trabalhador rural como alguém que não precisa estudar, se qualificar, ainda hoje é hegemônica no conjunto da sociedade.

Isso ocorre a partir de três elementos principais, pela nossa análise: primeiro, pela lógica construída onde o estudo, a ciência, a pesquisa, são relacionados ao discurso da modernidade, tendo o espaço urbano como o ambiente construído para isso. Segundo, pela atuação do agronegócio como modo de produção hegemônico. Não há, por essa lógica, espaço para formação técnica qualificada onde os trabalhadores rurais, a partir de sua condição de construir espaços soberanos, possam ser donos de sua própria força de trabalho, construir seu próprio negócio, em uma perspectiva que não necessariamente se vincule ao controle do agronegócio.

Em terceiro lugar, pela necessidade de invisibilização da Reforma Agrária e a desconstrução dos espaços tradicionais de cultura, economia, produção, relacionado a valorização do conhecimento popular. Não é aceitável, por exemplo, que um trabalhador jovem, sem terra, se forme médico, ou advogado. É inaceitável, que trabalhadores rurais se formem em cursos superiores, com o carimbo da Reforma Agrária, e retornem seu conhecimento para a comunidade, resgatem valores que a sociedade capitalista, urbana, se esforça em desconstruir, invisibilizar.

A combinação destes elementos, se colocados adiantes, com projetos, políticas públicas, e organização, podem atribuir às áreas de Reforma Agrária condições de manter a juventude no campo, de criar conhecimento, pesquisa, de fazer ciência e, o mais importante, aprofundar a pertença, a cultura, os valores, que a tomada de consciência política pode contribuir para concretizar.

A negação forçada destes elementos, claro, geram contradições. Essas contradições, se não enfrentadas internamente, podem ocasionar problemas de ordem política, social, econômica, que impactam na estrutura, nesse sentido, a lógica sempre será a da administração de problemas. Assim, é importante entender que os problemas, em torno dos assentamentos, não têm como ponto de partida os limites do MST, ou dos trabalhadores rurais assentados, mas a própria lógica de dominação, de controle.

4.1.3 O papel das instâncias do MST para a construção das Políticas Públicas e Sociais na Reforma Agrária.

É importante ressaltar a importância da garantia das políticas sociais para fortalecimento do meio rural brasileiro. Em tempos de concentração de poder econômico, crise aguda do sistema capitalista mundial e crise ética e moral da política, em grande parte capitaneada pela falência do sistema político e eleitoral, a disputa social pela concepção de Estado se acirra. Há um amplo movimento do capital de tentar sair da crise, na atualidade, implementando medidas impopulares de controle do Estado e dos gastos públicos.

A carga tributária brasileira, conceito que envolve todos os entes federativos, encontra-se hoje em torno de 37% do PIB, enquanto em 1994 representava 29%. Contudo, quando verificamos a dinâmica dessa carga tributária, cerca de 68% dela estão concentrados na União; 28%, nos estados e 4% nos municípios (Behring; Boschetti, 2011).

Após as transferências constitucionais, por meio dos fundos de participação dos Estados e Municípios e fundos setoriais, essa correlação melhora um pouco, mas ainda assim mais de 60% da carga tributária permanecem como receita do Governo Federal (Behring; Boschetti, 2011).²⁶

Essas medidas, em suma, tem o objetivo de cortar gastos em setores essenciais para o conjunto da maioria dos trabalhadores brasileiros, como gastos em educação e saúde públicas, salário mínimo, previdência, reforma trabalhista etc. Com isso, abre-se um amplo processo de disputas por recursos públicos, ou seja, setores empresariais da iniciativa privada (aqui entram os bancos, empreiteiras, grandes empresas dos setores imobiliários, agropecuários, por exemplo) que sempre mantiveram sua taxa de lucro através de subsídios do Estado e da exploração do trabalho, agora, pretendem ter o controle total do direcionamento dos recursos públicos e das políticas públicas.

²⁶ Esses dados são publicados anualmente no relatório de análise das contas do governo Federal, elaborado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Nos últimos 14 anos, observamos um alto investimento público em políticas sociais, beneficiando, do ponto de vista econômico, um conjunto amplo de trabalhadores urbanos e rurais. Segundo dados do Dieese (2016), cerca de 40 milhões de trabalhadores saíram da linha de risco da pobreza, tornando-se consumidores e contribuintes ativos para a economia brasileira.

A taxa de desemprego, no Distrito Federal, como exemplo, segundo estudos anuais feitos pelo Dieese entre os anos de 2003 e 2012, demonstram uma queda acentuada, de um total de 22,9% de desempregados em 2003 para 12,3 em 2012, uma diminuição de 53,7% de desempregados totais, em 10 anos.

Esse cenário é positivo, do ponto de vista da distribuição de riqueza e diminuição do abismo social. Porém, não resulta, em médio e longo prazo, em um ganho real, pois setores do topo da pirâmide social continuam acumulando capital e poder, dominando os meios e o modo de produção. Esse elemento foi um dos geradores da crise econômica do início do ano de 2015, quando os gastos públicos com políticas públicas e sociais sofreram um grave corte, pelo equívoco da política econômica do governo no período, e pela insuficiência econômica, pois a relação gastos com políticas sociais X Altos subsídios aos setores do primeiro escalão da burguesia interna brasileira, não se sustentou, do ponto de vista das contas públicas, ocasionando um período de crise do modelo neodesenvolvimentista²⁷.

Agora, para tentar equilibrar as contas, porém sem mexer nos altos investimentos direcionados a setores médios e altos da econômica brasileira, os cortes de financiamento se dão em setores e em políticas que antes eram destinados a base da pirâmide social, tendo ênfase, no caso do nosso estudo, nas políticas públicas e sociais da Reforma Agrária.

²⁷ O neodesenvolvimentismo é um modelo político, econômico e social que pode ser entendido como o desenvolvimentismo da era do capitalismo neoliberal. Ele estabelece características como menor importância aos mercados internos; apresenta importância menor ao desenvolvimento industrial local e tem menor capacidade distributiva de renda. Para ver mais sobre esta categoria tem destaque as leituras de Boito (2012); Reinaldo Gonçalves (2012) e Bresser-Pereira (2012).

Quando o assunto são as políticas públicas e sua relação com as políticas de Reforma Agrária, Augusto pontua seu entendimento sobre esta relação.

Esse é um dos maiores entraves que temos. Inicialmente, as políticas públicas do Estado chegam de forma fragmentada em nossos assentamentos do DF e Entorno. Os programas pouco dialogam. A ausência de uma plataforma ampla, clara e objetiva de Reforma Agrária, que tenham o conjunto das políticas estruturadas com um planejamento intersetorial, faz com que as políticas existentes cheguem de maneira isolada, desarticulada.

O MST, sobretudo aqui, não consegue organizar essa demanda de forma articulada também, pelos diversos limites que já citamos anteriormente. Se não tivermos quadros que consigam atuar em dois movimentos diferentes, porém que se ligam, como articular as políticas públicas em uma ponta, e fazer chegar aos assentamentos, e em outra ponta, garantir a implementação dela concretamente, teremos sempre um problema ao menos. Ou não chega a política, ou quando chega, não implementamos, causando problemas jurídicos futuros, seja para a pessoa física, seja para as entidades jurídicas organizadas internamente.

Existem políticas como o crédito reforma, direcionado a reforma das casas dos assentamentos, ou o apoio mulher, direcionado para as mulheres assentadas para investir em pequenos empreendimentos coordenados e conduzidos por elas, que dificilmente chegam, não houver uma interlocução entre a representação dos trabalhadores rurais e os órgãos públicos gestores das políticas.

É nesse sentido que a instância de direção do MST, quando bem articulada com as instâncias de base, a partir do mesmo projeto político e organizativo, é de suma importância, não apenas para garantir o acesso e a qualidade da política

pública, mas para fortalecer a estratégia de consolidação da Reforma Agrária, como política de Estado.

Janderson emenda:

Compreendo que hoje, pelo percurso histórico de conquistas do MST, tendo garantido uma série de políticas públicas como fruto da luta organizada, inclusive com considerável acesso, por sua base, a cursos de diversas naturezas, percebo ainda um limite na execução da tarefa, não, muitas vezes por falta de condições técnicas, mas em muitos casos por falta de compromisso com seu setor, com o movimento.

As políticas públicas existem. Faltam, talvez, articuladores para elas. Tem muitos assentamentos do MST aqui na região que não acessaram políticas pelo simples fato de ninguém tomar a frente. Não adianta esperar que o Estado vá e faça tudo. Não vai fazer. A necessidade dos assentamentos aprimorarem seus vínculos, neste caso com o MST, como forma de ampliar a organização e o acesso às políticas fundamentais, que estão aí, é central.

O MST se organiza em setores exatamente para disputar os espaços centrais do Estado, espaços estes que setores da classe dominante controlam em todos os níveis. Quando nos organizamos como setor de produção, é por que temos responsáveis por colocar em prática, as linhas gerais da produção do MST para os acampamentos e assentamentos. Quando organizamos nosso setor de educação, é por que temos militantes com formação pedagógica para ajudar a consolidar as bases educativas do movimento, sejam as escolas, em todos seus níveis, seja a articulação com as políticas do PRONERA, com as Universidades, Institutos Federais, secretarias de educação dos estados e municípios e etc.

E isso se torna mais complexo quando observamos a estrutura política ao qual o MST DF e Entorno tem que articular. Aqui, em termos de garantia de políticas, as negociações são feitas em três realidades distintas, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. São governos de atitudes diferentes. Veja, o estado de Goiás é conduzido há anos pelo PSDB. As políticas de Reforma Agrária no estado de Goiás são praticamente inexistentes. Não há linha de intermediação, pois a linha do PSDB se conduz pelas políticas agrárias de mercado, titularização e regularização fundiária (assentamentos financiados pela estratégia do banco da terra, criado nos governos Fernando Henrique Cardoso), que fracassaram.

As linhas gerais de investimento no estado de Goiás se destinam ao agronegócio. A região nordeste deste estado é hoje um dos corredores do milho e da soja em direção ao norte e nordeste. Um conjunto de multinacionais estrangeiras se instala com intensa velocidade.

Os assentamentos dessa região, em muitos casos, por não conseguirem manter um nível de organização, pela ausência de políticas públicas, de articulação política, acabam acompanhando a lógica da organização produtiva do agronegócio. Arrendam suas parcelas para que médios e grandes produtores possam cultivar, especialmente, soja. Essa estratégia de entrada do agronegócio nos assentamentos do nordeste de Goiás se dá, em grande medida, pela possibilidade de controle a partir da matriz produtiva. Em curto espaço, a cultura política do agronegócio toma conta do conjunto da região, expandindo controle de mercados, insumos, meios de produção.

A ausência da estratégia produtiva do MST, a partir do setor de produção, abre precedentes para que os agricultores assentados experimentem outras formas de produção. Sair dessa lógica, depois, se torna muito difícil. Criar estratégias de retomada das linhas produtivas vinculadas ao processo da Reforma Agrária Popular é fundamental. Agora, apenas se faz isso com presença política e organizativa. Criar espaços concretos de

organização, com presença constante da militância do setor de produção, e de outros setores do MST, é imprescindível.

Apresentar alternativas concretas, conciliando espaços de produção, criação de cooperativas, formação técnica e profissional, e acesso às políticas públicas, pode (re) definir e (re) orientar a condução de produção de alimentos e organização soberana do trabalho.

Adriana observa que hoje, mesmo com o avanço do modo de produção do agronegócio, e sua especialização, exercendo influência nos assentamentos de Reforma Agrária, temos muitos militantes dentro dos assentamentos, na maioria jovens, que passaram por cursos técnicos do MST e acumularam certa experiência em relação ao conjunto de elementos necessários para potencializar as políticas.

Hoje existe um diferencial em relação ao desenvolvimento das políticas públicas em parte de nossos assentamentos, pois existe uma militância formada lá dentro. Hoje, muitos filhos e filhas de assentados, que estudaram em curso técnicos ou superiores organizados pelo MST, compreendem e sabem aproveitar, de alguma forma, as políticas públicas que surgem para os assentamentos.

Um exemplo concreto é que hoje, na cidade de Planaltina, no DF, temos um curso da Universidade de Brasília, organizado inicialmente pelo MST, de Licenciatura em Educação do Campo. Esse curso existe desde 2008, está na décima turma, já deve ter passado cerca de mil jovens e adultos oriundos de assentamentos, comunidades quilombolas, que atuam, durante o próprio curso, com atividades e ações pedagógicas nos espaços da universidade e das comunidades. Muitos se formaram e retornaram para seus assentamentos, suas comunidades, e hoje são estes profissionais que, em parte, puxam a organização e ajudam a construir as políticas gerais para os assentamentos, e para a região.

A questão central, que eu percebo, são duas: política e geográfica. Temos que entender como o MST se movimenta neste amplo território, de três estados em um só, com militantes jovens, a maioria com a mesma base de formação política, porém, com diferentes aspectos em sua constituição cultural e familiar.

São eles que acabam compondo a organicidade do MST, acompanhando as diretrizes de seus respectivos setores, e dando materialidade nos seus assentamentos. Seus pais, na maioria dos casos, foram quem iniciaram a militância no MST, em tempos de acampamento, e com o passar dos anos, pela conjuntura territorial, política, juntamente com seus assentamentos, foram se afastando da organicidade do MST. Muitos assentamentos pararam no tempo. Se não tem vida orgânica, política, dificilmente avança com acesso às políticas públicas, ou conseguem consolidar territórios com soberania produtiva e alimentar.

Veja, uma coisa é a organização de um assentamento ao redor de Brasília, dentro do DF, com uma militância ativa, outra é um assentamento no noroeste do estado de Minas Gerais, mais distante, sem um processo orgânico de acompanhamento.

Aqui é importante destacar a influência geográfica e a forma de acompanhamento de determinados assentamentos da região. Como analisado em capítulo anterior, se comparado dois assentamentos, um com característica mais agrária, porém em região geográfica mais afastada de centros de comercialização, e outro com característica mais urbana, mas inserido em uma região potencialmente mais próxima a centros de comercialização, e ambos com certa organicidade, ou melhor, acompanhamento técnico, a tendência é que o assentamento de característica urbana se consolide mais rapidamente, mesmo tendo uma presença forte de trabalhadores com uma característica não agrícola.

Pois aqui, o fato definidor não é necessariamente pela experiência e sua relação de trabalho. Mas pelas condições objetivas dadas, potencialmente relacionadas aos meios gerais de produção.

Observamos experiências concretas em relação aos assentamentos do MST em parte destes territórios que definem de maneira imediata estas diferenças. Torna-se muito mais fácil acessar mercados consumidores e políticas públicas quando criamos assentamentos em regiões de fácil acesso, e perto de centro de consumo.

Adriana continua:

Veja só, vamos pegar o exemplo de dois assentamentos, o Pequeno William, em Planaltina – DF e o Barreirinho, em Buritis de Minas. Ambos foram criados na mesma época, organizados pelo MST, com presença de jovens militantes em cursos organizados pelo MST, seja técnico ou superior.

O Pequeno William é um assentamento pequeno, 28 família, com parcelas muito próximas uma das outras, a cerca de 40 km do centro de Brasília, e a menos de 10 km de Planaltina. O nível de mobilização, organização, eventos, acompanhamento, facilidade em escoar produção, em acessar políticas públicas, acessar escolas, é muito grande. Mesmo com uma área potencialmente agricultável menor, e com uma constituição de trabalhadores não necessariamente com relação histórica com a terra, a chance de garantir a soberania produtiva, organizativa e alimentar é maior. As condições objetivas e do trabalho estão dadas.

Veja o assentamento Barreirinho, uma área de dez mil hectares de terra, com parcelas com tamanho superior a quinze hectares e uma quantidade maior de famílias. Parte daquelas famílias são de origem camponesa, sabem lidar com a terra, com a produção. Porém, a distancia para o município mais próximo, Buritis, é quase de 100 km, a distancia entre a casa

de uma parcela para a de outra, dentro do próprio assentamento, é de quase 25 km. As condições objetivas para o plantio, para a produção, são boas, Porém, a garantia de escoamento, de comercialização, e os meios para isso, são de difícil acesso, assim como a garantia de consolidação das políticas públicas.

A estratégia de consolidação e ocupação de espaço geográfico do MST nessa região evidenciou os limites, em médio e longo prazo, a partir do momento que determinados assentamentos foram saindo. No início, conforme a condição objetiva que era dada para cada luta, para cada acampamento que era aberto, sobrava como estratégia ocupar áreas improdutivas a longas distâncias, pouco interessantes, inclusive, para o agronegócio. Com o passar dos anos, o MST iniciou um caminho de abrir territórios próximos aos centros urbanos, na beira das estradas, de fácil acesso. Muitas áreas, com estas duas características, foram tornando-se assentamentos. Em grande parte, as áreas que o MST conseguiu acompanhar, mesmo que de forma insuficiente, tiveram certo avanço na consolidação.

A maior parte destas áreas era, e ainda são, assentamentos de melhor acesso. Pois a dinâmica de acesso às políticas, seja de acompanhamento interno pelo MST, ou pela facilidade de articulação através do Estado e de outras estruturas, são mais bem aproveitada. As pequenas conquistas, que atribuem qualidade a organização do assentamento, eram consolidadas com mais agilidade.

Segundo pesquisa do ano 2000, publicada em 2004, organizado por pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, que traz um estudo sobre o meio rural brasileiro e o impacto dos assentamentos, observa-se, de forma clara, a precariedade dos lotes de Reforma Agrária no início dos projetos de assentamentos, evidenciando, pelo estudo, que cerca de 10% dos lotes dos assentamentos do entorno do DF já tinham algum tipo de instalação construída.

O estudo revela ainda que cerca de 50% dos recursos investidos para financiamento de instalações básicas de moradia, nos assentamentos do entorno do DF, vinham dos próprios assentados. Somente 20% do financiamento foi atribuído ao acesso a créditos rurais subsidiados pelo Estado, como o PROCERA (Programa de Crédito Espacial para Assentamentos de Reforma Agrária) ou outros tipos de crédito (Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2014, p. 197).

O mesmo cenário foi observado acerca do financiamento e acesso a máquinas e equipamentos agrícolas. Nos assentamentos do DF e Entorno, 65% dos recursos de aquisição vieram de recursos dos próprios assentados. Isso evidencia um baixo acesso a este tipo de equipamento, pois os valores são altos, e neste caso, dependem de empréstimos em instituições financeiras privadas. Somente 25% foram da aquisição destes equipamentos foram feitos por créditos ou subsídios federais e/ou estaduais (Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2014, p. 200).

Isso se agrava quando observamos a questão da geografia dos assentamentos. Assentamentos mais próximos, com um acompanhamento político e organizativo maior, tendem a ter mais facilidade ao acesso às políticas públicas.

Augusto aponta que a aproximação concreta do MST, através de seus setores, junto aos assentamentos, pode (re) criar dinâmicas importantes, do ponto de vista da organização social e produtiva, da articulação política e do acesso às políticas públicas e sociais.

Acredito que a (re) inserção orgânica do MST em assentamentos importantes para consolidação da Reforma Agrária na região, deve ser para além da discussão inicial. Temos que planejar, porém sinalizar concretamente algo. Setores como produção, saúde e educação, são centrais na organicidade dos assentamentos. Pois eles podem ajudar a materializar ação políticas concretas, tanto de organização juntos aos núcleos de família, em relação a determinadas

demandas, e, a partir disso, buscar alternativas e articulações fora, federais, estaduais ou municipais.

Esses avanços são resgates das relações de pertença dos assentados junto ao movimento. Planejar encontros setoriais, dinâmicas, ouvir a comunidade e buscar soluções são essenciais para resgatar a linha política do MST e da Reforma Agrária Popular. A condição de alcançar determinadas políticas públicas aumenta.

Adriana emenda refletindo que os assentamentos devem ser compreendidos como a vitrine principal da Reforma Agrária. São eles que tem a tarefa de comprovar que é necessária a Reforma Agrária no Brasil. Porém, não são eles sozinhos que darão conta disso, e nem por “bondade” do Estado.

Consolidar assentamentos de alta complexidade produtiva é tarefa central, que respalde e reforce a Reforma Agrária. Por muito tempo tivemos dirigentes que só conseguiam pensar a estratégia política com enfoque específico, a penas onde o pé pisava. Se criava o acampamento, e ali, internamente, jogava todas as forças, se prendia por demais na tentativa apenas de resolver determinado problema, local, específico.

Tínhamos poucas experiências aqui no DF e Entorno de assentamentos, que pudessem elevar nossa consciência a um patamar que nos ajudasse a pensar modelo de produção, de organização, de Reforma Agrária. Acredito que a Reforma Agrária, os assentamentos e acampamentos, devem ter uma função com maior complexidade, e não apenas serem instrumentos das denúncias ao modelo do agronegócio, a concentração de terras, isso, a meu ver, tá implícito.

É imprescindível, desde muito cedo, pensar a qualidade de vida das pessoas que vão ficar no assentamento. Tem algumas áreas que os trabalhadores são assentados, que não reúne as mínimas condições de produção. Temos que elaborar sobre isso. A tendência é arrendar, vender, ir embora. Tem

assentamentos com extrema dificuldade de alcance de políticas públicas, com ou sem acompanhamento do MST. Claro que se tem alguém buscando consolidar políticas, as chances crescem.

Acredito que o MST DF e Entorno está iniciando ainda sua consolidação como organização que tenha condições de propor e planejar ações para os assentamentos, de alto grau de complexidade técnica e política, a partir de sua organicidade, de seus setores. Por outro lado, estamos vivendo um processo de transição de militância, de direção, com certa dificuldade de trabalhar, na prática, a organicidade, sobretudo quando se torna assentamento.

Pois veja, a base assentada organizada, com foco organizativo, é central para que o assentamento busque melhorias, políticas, alternativas. Só que a organização do assentado é reflexo da organização da instância de direção do movimento. Se tiver limites ali, vai ter limites na relação concreta com as famílias assentadas. A construção de pontes das relações entre direção e base, que nós chamamos de organicidade, é central para qualificar a busca por projetos, políticas públicas. Mais que isso, quando formamos quadros internos que vivem nos assentamentos, e possam fazer a ligação entre as demandas internas, e a garantia das linhas políticas internas, com as articulações externas, com os militantes que tem a tarefa de buscar políticas, de fazer relações com as estruturas do estado, a chance de consolidar a totalidade das dimensões que são atribuídas à vida dentro de um assentamento, se elevam.

Ao pensar a luta pela terra, como categoria de análise da realidade, nos deparamos com a profundidade das múltiplas dimensões que estão imbricadas nela. Luta pela terra, como categoria marxista de análise, reflete um processo de contradição, que somente conseguiremos percebê-la, ao todo, quando estabelecemos a dialética como ponto central para a saturação das determinações geradas por ela.

Isso quer dizer que, não há possibilidade de compreendê-la, a fundo, pelo debate da hegemonia. É necessário estimular o que a dimensionalidade das relações concretas, de ação, de políticas, de vida, de organização, traz como elementos que devem ser problematizados, para além da superfície, do imediato.

A ausência, ou a dificuldade em tornar assentamentos como realidade, e com perspectiva de espaços importantes para a política, para a economia, para a cultura, comunicação, alimentação, trabalho, qualidade de vida, deve ser analisada a partir da presença de conflitos, na origem, na raiz da estrutura agrária brasileira.

Até o ano 2000, segundo pesquisa de campo sobre o perfil dos assentamentos, na região do DF e Entorno, somente na região do Entorno, em parte de Goiás e Minas Gerais, foram criados quatorze assentamentos de Reforma Agrária. Destes, 12 foram criados com conflitos de alguma natureza, e 2 sem nenhum tipo de conflito. Se ampliarmos para as zonas importantes de criação de assentamentos espalhados pelo Brasil, em especial, Sul da Bahia, sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste de Santa Catarina e a zona canavieira do Nordeste, observamos que foram criados, até o ano 2000, um total de 92 projetos de assentamentos, sendo 88 com algum tipo de conflito e 4 sem nenhum conflito (Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2004, p. 40).

Esses dados evidenciam que o impacto da luta pela e da Reforma Agrária no Brasil é grande, do ponto de vista da disputa política e da luta de classes. A cada projeto de assentamento criado é uma perda para a lógica hegemônica da agricultura, mesmo que pequena, ao observar o impacto econômico e político. Porém, para a acumulação do capital, qualquer perda é considerada, em graus distintos, como ameaça a hegemonia. O aumento pela disputa dos recursos públicos, e pela função e direcionamento, se evidencia quando observamos o grau dos conflitos fundiários.

Na região foco desta pesquisa, 85% dos projetos de assentamento criados até o ano de 2000, grande parte concentrada na região do entorno do DF, são propriedade com mais de mil hectares. Em relação ao tamanho total da área conhecida como RIDE (Região Integrada do Distrito Federal e Entorno), que gira em torno 55 mil Km², não é um impacto relativamente grande para a estrutura fundiária.

No entanto, quando os assentamentos reafirmam a lógica de disputa, para além da consolidação de territórios físicos, geográficos, mas constituem territórios políticos de disputa, os setores da grande agricultura aperfeiçoam seus mecanismos de controle e afirmação. Assentamentos que exibem ampla qualidade de formação e organização política tendem a causar impactos maiores, em relação ao avanço da Reforma Agrária. O nível de organicidade e qualificação das instâncias, conforme citado por Adriana, Janderson e Augusto, transforma o assentamento, e sua influência geopolítica, em ferramenta para disputar diversas políticas, a partir das dimensionalidades que compõe a organização interna.

Muito comum, nas áreas rurais do DF e Entorno onde o MST se organiza, observarmos sérias dificuldades em relação à organização da produção, que dê conta de impactar na economia local e na geração de renda das famílias. No entanto, é fácil perceber que em muitos assentamentos, ou ao redor deles, tem uma ou outra escola que foi organizada pelos trabalhadores, e hoje, são escolas públicas municipais que servem à comunidade, e parte de seu corpo docente tem origem no assentamento.

É comum também observar a influência da cultura popular tradicional e o papel dos assentamentos. Em grande parte, são os assentamentos que resgatam e asseguram a cultura popular, as festas populares de cunho religioso, as músicas, a culinária, o trabalho. Esses elementos são formas de disputa em relação às narrativas e a um projeto de campo, que a todo instante vem sofrendo com investidas do agronegócio.

Portanto, lutar pela terra implica enfrentar a hegemonia, que se organiza de forma a controlar as variadas dimensões da vida no campo, alterando as relações e padronizando a cultura, influenciada pelo modo capitalista de produção.

4.2 Reforma Agrária é mais que terra: condicionantes políticos que definem a (re) organização produtiva, econômica e social – uma outra matriz é possível!

A análise da categoria da Reforma Agrária parte da relação concreta de impacto que este projeto, central para o MST, impõe ao modo de produção. Na atualidade, é difícil pensar a Reforma Agrária apenas como categoria para debater terra, produção. É mais que necessário, sobretudo em tempos atuais, onde a lógica da pós-modernidade tenta separar tudo em especialidades, relacionarmos os mais variados elementos políticos que compõe uma sociedade. Não se trata de apresentar a Reforma Agrária do ponto de vista idealista, surreal.

Cabe aqui, apresentar as dimensionalidades da Reforma Agrária a partir do aprofundamento de suas principais determinações. Estas determinações surgem a partir da contradição política e fundiária, e se consolidam como tal quando afetam a realidade concreta dos trabalhadores. Não se trata de inventar questões para defender a política de Reforma Agrária, Trata-se de analisar, sob a perspectiva da realidade concreta, dialética, como se estrutura o modo de produção do agronegócio, e por que este é contraditório, por essência.

Para isso, torna-se importante compreendermos as dimensões que circundam a Reforma Agrária, sob o olhar geopolítico da região do Distrito Federal e Entorno onde o MST organiza seus territórios de assentamentos e suas lutas políticas. Assim, compreender as dimensões não é coloca-las aqui ao calor da conjuntura, mas, sobretudo, analisá-las a partir dos problemas concretos observados pelos trabalhadores e militantes da Reforma Agrária na região.

Vivenciar o problema, a contradição, condiciona possibilidades diversas para enfrentá-los. Porém, demandam clareza da conjuntura política, social, econômica e ambiental, e firmeza ao analisar a natureza estrutural do fenômeno, dedicando sua percepção para além da hegemonia.

Portanto, neste capítulo, surgiram indicadores importantes a serem analisados, a partir do debate produzido e aprofundado pelo grupo focal. Em primeiro lugar, analisaremos a estrutura dos assentamentos do MST na região, aprofundando com dados concretos a partir de outros estudos sobre os assentamentos na região.

Em segundo lugar, iremos aprofundar sobre a organização da produção e do trabalho nos assentamentos do MST na região, observando os avanços e limites da organização produtiva em contra ponto ao agronegócio, e como a organização do trabalho, e suas relações, são determinantes para a qualidade político-organizativo dos assentamentos e sua influência no território.

Em terceiro lugar, como se estruturam os mecanismos da produção de alimentos. Aqui, debatemos matriz de produção agrícola relacionada às dimensões da soberania alimentar e dos meios de produção necessários para vincular os assentamentos como espaços determinantes na produção de alimentos de base ecológica e agroecológica.

E por fim, a agroecologia como alternativa produtiva dos assentamentos. Seus limites atuais e os desafios que se apresentam em termos de acesso, técnicas e políticas públicas.

4.2.1 A Estrutura dos Assentamentos do MST no Distrito Federal e Entorno – Abordagens contextualizadas.

Os assentamentos de Reforma Agrária, do ponto de vista de suas condições de infraestrutura, segundo uma análise mais geral (Bruno e Medeiros, 2001) acompanha o padrão de precariedade das propriedades rurais brasileiras, em especial das áreas de predomínio de agricultores familiares e camponeses pauperizados.

No entanto, não significa dizer que os assentamentos não cumprem um papel importante para a agricultura brasileira, já que em muitos casos, os assentamentos e suas formas de organização e estruturação cumprem um papel que pode contribuir para a mudança deste panorama, já que as expectativas que os cercam, a partir de sua criação, acabam por dar origem a uma série de reivindicações (Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2004).

De forma mais direta, os efeitos da criação dos assentamentos refletem na ampliação de demandas de infraestrutura, que na maioria dos casos, beneficia o conjunto do território onde este assentamento se localiza (criação de estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, créditos) contribuindo para o surgimento de uma maior pressão sobre os poderes públicos locais e estaduais responsáveis pela prestação destes serviços.

Os assentados se tornam os principais demandantes das políticas públicas para estes territórios, se constituindo, muitas vezes, como os principais atores do cenário político local, podendo ajudar a despertar um conjunto de reivindicações de outras comunidades rurais da região, que até então viviam em condições políticas e sociais precárias.

No caso do DF e Entorno, constata-se que a criação dos assentamentos, em especial do MST, se deu com mais ênfase em regiões onde as contradições eram mais profundas. Neste caso, observa-se um bom número de assentamentos criados nos territórios do noroeste de Minas Gerais e nordeste de Goiás, em regiões onde a cultura política do agronegócio se consolidou com mais força, gerando sérios impactos para as populações tradicionais que ali viviam. A criação de assentamentos nestes espaços expuseram as contradições e acirraram as disputas políticas locais, seja pelos conflitos de ordem direta, seja pela entrada de militantes e assentados nos processos políticos eleitorais, estaduais e municipais, seja pelo aumento da pressão e demanda direcionada ao estado para resoluções de problemas concretos que afetavam, e ainda afetam, as populações camponesas na região, em grande medida causada pelo agronegócio.

Augusto, que é assentado na região de Formosa – GO há vinte anos, explica que a condição estrutural dos assentamentos do MST no DF e Entorno ainda se encontra em fase inicial, mesmo grande parte tendo acessado os créditos iniciais e algumas políticas públicas.

Eu percebo que por mais dificuldades que ainda temos, do ponto de vista estrutural, estando muito longe do que sonhamos, os assentamentos do MST na região são os que ainda têm uma melhor estrutura. Se observarmos comparativamente assentamentos criados nos mesmos municípios, os assentamentos do MST estão um pouco mais avançados. Isso se dá, a meu ver, pela forma como estes assentamentos foram implementados. Em geral, os assentamentos do MST apresentam um grau de organicidade, nas mais diversas dimensões, que ajudam a atribuir maior qualidade aos processos internos, seja do ponto de vista do trabalho, da produção e do acesso às políticas de garantias estruturais.

A identidade sem terra, muito trabalhada pela organização do MST, estimula as famílias a aprofundarem seu grau de pertença, não somente com a terra e com a cultura camponesas, mas como sujeitos políticos, de transformação. A elevação do nível de consciência da militância do MST, trabalhada durante os processos de formação política, agrega valores importantes ao conjunto do assentamento e dos assentados. Por isso uma área do MST é tão mal vista por setores da agricultura patronal, pois sabem do preparo político dos agricultores(as) e do projeto contra hegemônico do MST para o território, indo de encontro aos interesses dos setores da velha e nova oligarquia agrária.

Adriana emenda:

Eu vejo poucas mudanças no decorrer dos anos. Quando ando por assentamentos que passei de cinco a oito anos sem visitar, e depois desse tempo, retorno e vejo que as coisas, do ponto

de vista estrutural, estão estáticas, sobretudo em assentamentos grandes, algo falhou. Acredito que a falta de acompanhamento político é determinante para o avanço, ou não, da infraestrutura dos assentamentos. Mesmo sabendo que os assentamentos do MST são diferenciados, pela lógica orgânica do movimento, que tem na formação política interna, de seus militantes, um dos alicerces centrais, mas se não tiver conexão com o conjunto das instâncias, das direções, que tem a tarefa de acompanhar e pressionar o estado para que certas políticas caminhem, a tendência é que os assentamentos fiquem reféns à estratégia hegemônica da agricultura.

Outra questão importante que influi na estruturação dos assentamentos aqui da região é o tamanho. Tem dois elementos sobre isso. Primeiro, se o MST garante o acompanhamento, a formação política, a organização, as articulações, o tamanho deixa de ser um problema. Questão é como garantir o acompanhamento de um assentamento de 170 famílias, próximo a cidade, com dupla característica de público beneficiário, urbano e rural?

Segundo, quando a organização política responsável não consegue garantir o acompanhamento, desde a época de acampamento, a tendência é, depois de criado, que o assentamento se depare com as mesmas dificuldades encontradas pelas periferias dos centros urbanos. Em relação aos assentamentos próximos a cidade, especialmente no DF, que geograficamente são regiões limites com as grandes periferias, pode perceber que parte considerável dos problemas se assemelha aos observados nas periferias.

Augusto lembra que durante a criação dos assentamentos no DF e Entorno, praticamente todas as famílias tiveram acesso ao crédito habitação, para construção das casas.

Não vejo problema, na criação dos assentamentos, relativos a construção das casas. Observo um problema anterior, das

áreas destinadas para criar assentamentos, sendo grande parte delas sem nenhuma benfeitoria. O recém-assentado, que já é pobre e teve um alto gasto para se manter no acampamento, quando vai para a terra, tem que praticamente construir tudo, do zero, desde o lugar onde vai ser sua casa, sua roça, estradas etc. Após o acesso ao primeiro crédito, a maioria consegue construir uma casa até certo ponto estruturada.

Essa constatação do Augusto vai de acordo aos dados apresentados em pesquisa dos professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sobre a infraestrutura dos assentamentos do DF e Entorno.

Embora o crédito habitação seja o mais demorado a sair, observa-se nos assentamentos do DF e Entorno uma ampla cobertura para a construção de casas.

Em relação às três modalidades de créditos de instalação: crédito fomento, crédito alimentação e crédito habitação, este último, viabilizados na maior parte dos casos, apresenta menor incidência entre os três, maior demora na liberação, a contar da data de entrada das famílias na área e maior demora na liberação em relação a data oficial de criação do assentamento.

Em relação ao percentual médio de famílias atendidas nos assentamentos, cerca de 55% dos assentados, até o ano de 2010, foram atendidos pelo crédito habitação. Enquanto que cerca de 70% acessaram outras modalidades, como crédito alimentação e fomento (Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2004). Vale ressaltar que nessa região, o fato de ter acessado o crédito habitação não corresponde à totalidade das casas construídas nos assentamentos. Cerca de 40% construíram a partir de outras fontes de recursos.

Com relação ao tempo médio de demora na liberação dos créditos instalação, em relação a data de entrada das famílias na área, observa-se, nos assentamentos do DF e Entorno criados até 2010, que a liberação do crédito

habitação demora em média 36 meses para ser liberado. Enquanto que o crédito fomento demora cerca de 18 meses e o crédito alimentação cerca de 24 meses.

Já o tempo médio de liberação dos créditos instalação em relação a data oficial e criação do assentamento, observamos que o crédito habitação demora cerca de 36 meses para ser liberado, enquanto que o crédito fomento e alimentação demoram cerca de 12 meses.

Esses números ressaltam as dificuldades em acessar políticas ara moradia em áreas de assentamento, porém, na atualidade, praticamente 100% dos assentamentos do MST no DF e Entorno tem casas construídas.

Porém, em comparação a outras regiões do Brasil com características de assentamentos, a região do DF e Entorno é a que apresenta os índices mais significativos de famílias em condição precária de moradia, pois é uma das regiões com os menores percentuais de acesso ao crédito habitação.

Janderson avalia que as condições estruturais dos assentamentos da região tem direta relação com a forma de organização e formação. Acredita que esse é um dos diferenciais dos assentamentos formados pelo MST em relação aos formados por organizações sindicais rurais.

Quando observamos o conjunto total dos assentamentos de Reforma Agrária no Distrito Federal e Entorno, e percebemos suas formas de construção e organização, fica evidente a diferença estrutural em relação à atuação política de cada organização. Podemos observar que os assentamentos do MST concentram o maior numero de escolas organizadas a partir da luta interna dos assentados, com uma pedagogia diferenciada. Isso se dá pelo acúmulo histórico do MST em debater a escola do campo, a pedagogia socialista, a educação do campo, e ter isso como linha central no últimos 25 anos.

Muitos militantes que passaram pelas instância do MST aqui na região, nos últimos 20 anos, e que ajudaram a consolidar

vários assentamentos, são militantes que acumularam, em sua trajetória, os estudos e processos relacionados a construção da educação do campo. Isso é um diferencial na criação do assentamento, pois a escola entra como elemento central, pois faz parte da concepção do assentamento.

Em relação ao território que o MST DFE acompanha, a ênfase maior desta conquista, que também é relevante do ponto de vista da estrutura, é nas regiões de GO e MG. Precisamos avançar mais na região do DF.

Com relação à estrutura de forma geral, existem assentamentos do MST, mas em menor parte, que consolidaram suas concepções espaciais de forma interessante. Veja o assentamento Oziel Alves III, na região de Planaltina – DF. Ali, embora tenha muitas dificuldades estruturais, conseguiu pensar a organização dos lotes de forma mais coletiva. A própria questão da distribuição da água do assentamento seguir o projeto original, discutido e encaminhado pelos próprios assentados, com contribuição dos setores do MST.

A grande questão é que no assentamento Oziel Alves, assim como em outras áreas, embora tenham tido um projeto pensado e elaborado pelas famílias, a dependência de políticas do estado para concretizar a estrutura dos assentamentos é grande.

Importante pensarmos a Reforma Agrária para além de um conjunto de políticas que devem ser estruturadas e garantidas a partir Estado. Mas é necessário pensar a Reforma Agrária como função social. A garantia de que o Estado implemente às políticas de Reforma Agrária é mais que uma necessidade histórica. É dever constitucional de reparação ao aprofundamento da crise ambiental, social e cultural que a concentração fundiária, ao longo do processo histórico, gerou em relação à constituição e formação do povo brasileiro.

No Brasil, em resultado do poder gerado pela propriedade da terra, os direitos dos trabalhadores do campo foram sempre vistos como a extensão dos direitos dos fazendeiros, como concessão, mostrando-se a cultura da dívida como um dos mais fortes traços de continuidade da cultura política brasileira.

No campo, essa cultura da dívida se consolidou a partir do domínio. Esse domínio se dá em várias dimensões: desde o econômico, pela sobreposição cultural, da cor da pele, das origens familiares. A tudo isso atribui-se a condição da dívida, retirando do imediato, na aparência, qualquer possibilidade de que o real problema fosse causado pela exploração, pelo controle social, pela sobreposição de classe.

Esse discurso sustenta a condição hegemônica da agricultura, relegando qualquer outra forma de organização produtiva e cultural a meras fábulas, sem relação com a realidade vinculada ao moderno, à ordem ou ao progresso. O hiato camponês (Maestri, 2016) é um exemplo importante dessa relação. Durante anos, em meados do século XVIII, a coroa portuguesa tentou inutilmente formar um segmento camponês no país. O projeto de formação do extrato social camponês foi retomado após a transferência do aparato político-administrativo para o Rio de Janeiro, em 1808, com a ideia de imigrar camponeses de outros países para promover uma agricultura policultora que abastecesse as capitais e os latifúndios em gêneros alimentícios, caros e escassos.

O objetivo não era a soberania produtiva e econômica, mas incorporar os imigrantes camponeses as bases sociais controladas pelo latifúndio e pela coroa portuguesa, onde pudessem fazer um falso contraponto aos trabalhadores escravizados.

Essa lógica de aniquilamento dos povos tradicionais que viviam no território brasileiro, aliado a imigração de populações de camponeses oriundas de outras colônias portuguesas, porém na perspectiva de incorporação à condição hegemônica, se torna o fio condutor da construção das raízes latifundiárias até os dias atuais, porém, à luz das mudanças políticas e sociais

impostas pela construção de novas bases de controle do capital, que moderniza e aprofunda suas técnicas e controle.

Portanto, o Estado brasileiro sempre foi, e continua sendo, o fiador “legal” do latifúndio brasileiro e sua produção monocultora. Cabe às populações camponesas, nesta lógica, seguirem sendo incorporadas sem algum tipo de consenso, ao modo de produção agrícola hegemônico, hoje sob controle ideológico do agronegócio.

Augusto ressalta que nas regiões onde o agronegócio se estrutura, e com grande presença de assentamentos, a tendência é que a hegemonia do agronegócio influencie toda a região. Neste sentido, a dinâmica de vida local fica permeada pelos interesses destes setores, investindo com mais força em melhoria das rodovias para escoamento de produção. As outras dimensões que demandam estruturas ficam prejudicadas.

Hoje, em áreas de assentamentos mais isolados, que para chegar tem de percorrer um longo caminho em estradas de terra, e que sofrem influência do agronegócio, observamos muitos problemas de ordem estrutural. Em assentamentos com 40, 50 km de estradas de terras, a dificuldade inicial é para chegar, pois existem muitos rios e córregos, com muitas pontes. Se uma delas está em condições ruins, bloqueia a chegada e saída a partir de veículos maiores.

Isso ocasiona sérios problemas, pois em determinadas épocas do ano, as estradas são os principais problemas, ocasionando transtornos para circulação de pessoas e de produtos. Por outro lado, não temos, na região do DF e Entorno, um assentamento que tenha uma agroindústria estruturada. Assim, além das estradas, que em épocas específicas ficam intransitáveis, também não estamos conseguindo viabilizar agroindústrias de produção e comercialização. Com relação às estradas, um dos nossos grandes problemas, foram os assentados, com recursos próprios, que a fizeram. O INCRA,

responsável pelo acompanhamento, não consegue viabilizar estas estruturas.

Importante analisarmos aqui o papel que o INCRA cumpre na relação com os assentamentos. Neste caso, a análise deve vir para além das aparências, torna-se necessário compreender a essência deste fenômeno.

Inicialmente, quando analisamos as políticas de Reforma Agrária devemos perceber dois movimentos importantes, que são históricos, mas se consolidam nos últimos 13 anos no Brasil. Primeiro, é importante entender que a economia do agronegócio, como se estrutura hoje, em seu alto grau de complexidade e hegemonia, ganha novas dimensões a partir do início dos anos 2000. É exatamente neste período que conceitos como *Commodities*, *Royalties*, e mais recentemente fenômenos como as *Land Grabbing*²⁸ tomam espaço como conceitos centrais para estimular processos de globalização e hegemonia do grande setor agrícola internacional.

O Brasil se consolida duplamente neste processo. Em primeiro lugar, como um dos países mais cobiçados do mundo por multinacionais e corporações estrangeiras, que há anos operam o controle de terras a fim de aprofundar o domínio do setor do agronegócio na América latina. A estratégia de estrangeirização das terras brasileiras segue um fluxo rápido e contínuo, pela importância econômica do Brasil na região e por suas dimensões territoriais.

Em segundo lugar, o Brasil, a partir da consolidação de grandes empresas nacionais, com capital estrangeiro, passa a operar Land Grabbing, em países de economia menor, como exemplo de Congo e Sudão, dois grandes países do continente africano. Hoje, segundo dados da Grain, o Brasil

²⁸ Land Grabbing, tradução em português para “Terra Solta” é o nome dado ao processo de aquisição de terras em larga escala por grandes empresas, fundos, corporações ou governos estrangeiros. Os alvos centrais destas operações são países em desenvolvimento, como o Brasil. Dados recentes fornecidos pela ONG Grain (www.grain.org), constatam que o total de terras controladas no Brasil, por 20 grandes empresas estrangeiras, somam 2,74 milhões de hectares, um Haiti inteiro ou metade da Croácia. www.mst.org.br – Acessado em 05/01/2017.

controla cerca de 200 mil hectares de terras nestes países, com ênfase na produção de gado de corte.

Portanto, a economia do agronegócio deve ser entendida em escala mundial, controlada por fundos privados e por grandes bancos, que são um dos tentáculos de financiamento das grandes empresas. Essa perspectiva de controle ganha uma dimensão maior quando observamos suas relações com os estados nacionais e governos. As formas que utilizam para consolidar suas operações em países que estão em processo de desenvolvimento tem pela via do financiamento de campanhas eleitorais seu maior trunfo. Por esta via, garantem influência política em assuntos internos, garantidas por subsídios federais e relação estruturada com os parlamentos, a partir de ampla representatividade política das bancadas do agronegócio.

Estes elementos direcionam as políticas centrais e criam impactos na estrutura agrária dos países, criando e naturalizando narrativas que condicionam o agronegócio como modelo de agricultura. Esse impacto, de forma geral, recai sobre políticas contra hegemônicas em relação ao modo de produção. A Reforma Agrária, que tem natureza antagônica ao agronegócio, se não bem amparado nas relações entre movimentos sociais e estado, sofrerá os maiores impactos, pois a médio e longo prazo, é a política que pode desestabilizar as bases da agricultura hegemônica.

Um segundo fator, que dialoga com a estratégia de consolidação do agronegócio a partir dos anos 2000 é a de contribuir na desestruturação de órgãos e setores da Reforma Agrária ligada às esferas federais, estaduais e municipais. Para isto, a estratégia principal é pressionar os governos, a partir do controle político e econômico, a cortar os gastos públicos com políticas de Reforma Agrária. No caso do Brasil, o corte de recursos e o enfraquecimento político do INCRA, e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tornando-o uma pequena secretaria ligada a casa civil da presidência da república, é a maior manifestação de ataque às políticas que beneficiam os pequenos trabalhadores camponeses e familiares.

Os dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017 – PLOA, do governo federal, demonstram com clareza a prioridade orçamentária do governo para as políticas agrícolas brasileiras, e seus órgão de administração e controle.

Segundo a PLOA (2017), o orçamento previsto para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que tem como atribuição subsidiar as políticas para a agricultura familiar e camponesa, vinculado a presidência da república, foi estipulado em 1.030.424.318, para todas as ações da secretaria. Já o orçamento previsto para o INCRA em 2017 gira em torno de 2.890.380.880, incluindo os gastos com políticas vinculadas a todas as diretorias e ao pagamento de pessoal. Especificamente para a política de Reforma Agrária, o orçamento previsto é de 470.407.781, incluso no orçamento total do órgão. Em geral, o plano orçamentário total previsto para 2017 em relação às políticas para a agricultura familiar e camponesa, é de 3.920.805.198.

Por outro lado, o plano orçamentário previsto em 2017 para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA atinge valores bem superiores. Segundo a PLOA (2017), os recursos previstos para todas as ações do MAPA, com exceção de órgão como a administração direta, a CONAB e a EMBRAPA, que são ligados ao ministério, mas tem destinações específicas de recursos, são de 11.134.068.604. O valor previsto para a administração direta gira em torno de 4.844.925.767.

Já o orçamento previsto para a EMBRAPA, empresa brasileira de pesquisa agropecuária, que concentra cerca de 95% das pesquisas voltadas para os setores do agronegócio, é de 3.293.176.924. Para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB o valor previsto para 2017 é de 2.951.814.492. E por fim, para o fundo de defesa da economia cafeeira, outra autarquia descentralizada financeiramente do MAPA, porém sob controle político, o orçamento é de 44.151.421.

O total do orçamento previsto para toda a estrutura política e financeira do MAPA, incluindo suas autarquias, é de 22.268.137.208. Ou seja,

comparando o orçamento destinado a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e ao INCRA com os previstos para o Ministério da Agricultura, a diferença é de 18.347.332.010 reais. Esses dados, inclusos no Programa de Lei Orçamentária Anual do Governo Federal para 2017, demonstram como se direcionam as linhas de orçamento e financiamento públicos para os setores agrícolas em geral. Somando o valor do orçamento previsto para o MAPA e para o INCRA/SDA, tem um montante de 25.561.314.132, ou seja, 87% do orçamento total disponível para a agricultura brasileira são direcionados às atividades do agronegócio. Apenas 13% do orçamento total são direcionados as atividades da agricultura familiar, camponesa e Reforma Agrária.

Adriana analisa que outro fator importante que contribui para que a Reforma Agrária e a estruturação dos assentamentos não avancem, especialmente no Distrito Federal, é a centralidade na política de regularização fundiária e suas formas de operação.

Vejo que não estamos conseguindo enfrentar o avanço das políticas de regularização fundiária. Este modelo de reordenação das terras no DF é o modelo que deva ser adotado nacionalmente. A regularização dá ao assentado outra perspectiva de relação com a terra. Primeiro, torna a terra como mercadoria, dando-lhe um significado especulativo, privatista. Por esta política, a compra e venda da terra será a principal forma de relação. Não há possibilidade de ter um projeto de campo por esta via.

Em relação à estrutura dos assentamentos, penso que parte do problema é interno nosso, a partir das áreas que escolhemos para tentar conquistar. A escolha das áreas para desapropriação deve ser precedida de uma boa análise. Não podemos atingir áreas sem antes realizar um bom estudo do território, das condições políticas, de acesso e infraestrutura. Isso é determinante para o avanço da democratização do acesso a terra e da qualidade posterior do assentamento, e, sobretudo, da Reforma Agrária. Em tempos anteriores, não

observávamos as condições geográficas das áreas, apenas as condições políticas. Temos que rever o conjunto de nossos objetivos. Se é enfrentamento político apenas, ou se para, além disso, é determinante a conquista com qualidade.

Atualmente é determinante que para qualquer ação de criação, ou luta para conquista de assentamentos, que as áreas tenham condições mínimas de estrutura, para que reduza, posteriormente, a demanda de instalação inicial das famílias. O agronegócio hoje ocupa as melhores terras, e parte considerável delas ocupadas irregularmente. É este o foco da Reforma Agrária, exigir terras para criação de assentamentos em boas áreas, com fácil acesso, mínima infraestrutura. Parte das condições desfavoráveis de estrutura dos assentamentos é relativa às áreas destinadas a Reforma Agrária, em grande parte terras ruins, isolada, sem as mínimas condições de moradia.

Augusto completa:

Em relação à estrutura dos assentamentos do MST no DF e Entorno, ainda falta muita coisa a ser feita. Para além do que foi colocado pela Adriana, no concreto, falta um pouco de tudo. As estradas estão ruins, as pontes em condições precárias, no caso de assentamentos mais distantes, temos uma ampla dificuldade de criar e organizar agroindústrias para beneficiamento de alimentos. Em muitos assentamentos, falta água ainda, por conta das condições geográficas. Em outros, quando existe um potencial hídrico, falta um projeto de distribuição. Muitos assentados são obrigados a furar poços artesanais, quando tem condições financeiras.

Com relação à maioria das casas feitas a partir do acesso ao crédito instalação, observamos as deficiências dos projetos. São casas mal elaboradas, muito pequenas, e com materiais de péssima qualidade. É insuficiente a destinação do crédito habitação para resolver o problema da moradia rural. Hoje,

com a questão do programa Minha Casa, Minha Vida rural, há perspectiva de melhora, porém, com a crise institucional e política por qual passa o governo, com chance de golpe parlamentar, a tendência é de cortes nos financiamentos para a habitação rural.

Os principais desafios hoje nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária da região, do ponto de vista estrutural, são as infraestruturas de uso coletivo, com especial atenção a questão hídrica e ao acesso direto aos assentamentos, e às infraestruturas coletivas para produção. A questão da habitação particular continua sendo um problema, porém menor, pois parte das famílias conseguiram acessar o crédito habitação, em valores baixos. No entanto, por serem espaços individuais, os assentados conseguem melhorar, aos poucos, seus espaços de moradia.

4.2.2 A organização da produção e do trabalho nos assentamentos de Reforma Agrária – as particularidades no DF e Entorno.

Os processos produtivos dos assentamentos de Reforma Agrária são instrumentos essenciais para dar materialidade ao trabalho camponês, suprir as necessidades internas dos assentados e garantir um maior vínculo político e econômico com o território. Esse vínculo se consolida a partir da influência produtiva dos assentamentos em relação ao conjunto do território ao qual ele se insere, pois a produção oriunda da Reforma Agrária, em seus aspectos gerais, atribui outra lógica de trabalho, organização e qualidade.

No entanto, é importante perceber que as atividades dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no DF e Entorno não passam apenas pelas atividades produtivas (agrícolas ou não agrícolas), mas estabelecem relações em outras dimensões dentro dos assentamentos. Essas outras dimensões do trabalho na Reforma Agrária, embora não relacionados diretamente às

atividades agrícolas, são essenciais para que a organização da produção e do trabalho seja viabilizada.

Quando se organiza o trabalho em frentes não agrícolas, como a construção de estruturas comunitárias, por exemplo, percebemos que estas ações pesam substancialmente sobre as estratégias adotadas pelo conjunto dos assentamentos. Apesar disso, a dimensão produtiva agropecuária acaba sendo decisiva para a inserção dos assentados como produtores no universo regional, transformando-o. É bastante ampla a gama de produtos agropecuários oriundos dos assentamentos de Reforma Agrária, no caso dos assentamentos do MST na região, destacamos a produção de pequenos animais, hortaliças, tubérculos, e alguns grãos.

Observamos também a variedade da produção extrativista. Há um amplo conhecimento dos alimentos oferecidos pelo bioma local, o cerrado, e suas formas de utilização, sejam por beneficiamento ou consumo *in natura*. No conjunto das ações, todos estes produtos irão contribuir diretamente na geração de renda e na organização do trabalho, em alguma dimensão. No entanto, a organização dos processos produtivos, a partir da organização do trabalho, é o diferencial.

Observamos que cerca de 80% dos assentados que vivem em seus assentamentos dependem da renda agrícola. Porém, as formas de organização destas atividades ainda são um entrave para garantir a soberania produtiva e econômica. Parte da produção é desenvolvida de forma individualizada, sem uma organização que garanta determinados fluxos de comercialização, por exemplo. As famílias não conseguem responder às demandas externas, pois ainda dependem de uma inserção mais profissionalizada no mercado agrícola. A ausência da organização do trabalho implica prejuízo a organização da produção, pois limita que os assentados respondam às demandas de comercialização externa prejudicando a organização da oferta.

Augusto comenta sobre a produção dos assentamentos do MST na região.

Temos bastante produção nos assentamentos com ampla variedade de produtos. Um ou outro assentamento, com condições mais precárias, tem dificuldade em produzir, tendo que gerar renda a partir do trabalho não agrícola. Nos assentamentos do MST do nordeste de Goiás, onde eu vivo, quando os assentamentos saiam, e ainda é assim, parte dos trabalhadores que ali vivem, já chegam ao assentamento com a visão atrelado a tecnologia do agronegócio, de como se trabalha nas fazendas. Grandes partes dos assentados, antes de o serem, trabalhavam nas fazendas da região, e é dessa forma que aprenderam a produzir e enxergar o trabalho na agricultura.

Era comum ver os assentados da região iniciarem sua produção com a criação de gado. A maior parte do gado criado é para leite. Poucos criavam gado para corte, pois como não tinham condições de ter muitas cabeças, o retorno econômico seria baixo. Muitos, então, viviam da produção de leite, não resolvendo os problemas, pois demandava alto investimento em estrutura, construção de um laticínio e etc.

Já na região do noroeste de Minas Gerais, a criação de gado leiteiro é muito comum em meio aos assentamentos do MST, pois há uma cultura da produção do leite. Porém, essa cultura é hegemônica pelo agronegócio, que controla a cadeia de produção do leite. As grandes cooperativas de laticínios da região são as que compram o leite do assentado, a um valor mais baixo. Isso se deve ao baixo investimento em tecnologias de beneficiamento do leite para os assentamentos. Por não conseguirem financiamento adequado, a maior parte da produção do leite oriundo dos assentamentos da região não se enquadra no sistema de inspeção federal – SIF, fazendo com que o pequeno agricultor tenha que vender seu leite para médias e grandes cooperativas, que atuam como atravessadoras, a um preço muito abaixo do valor de mercado.

Em estudos comparativos entre grandes regiões com alta concentração de assentamentos, a região do entorno do DF, especialmente o noroeste do

estado de Minas Gerais, aparece, juntamente com o sudeste do Pará, com elevado nível de produção animal, com ênfase na criação de gado. Essas regiões apresentam algumas semelhanças: ambas tem um forte acento na criação de gado bovino, com rebatimento na participação entre os produtos vendidos, assim como também no caso das aves. No entorno do Distrito Federal destaca-se a produção de gado leiteiro, principal atividade pecuária regional, e a produção de suínos para consumo (Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2004, p. 154).

No noroeste de MG, 57% dos lotes e áreas utilizadas em assentamentos são para cultivo de pastagens. No entanto, mesmo com grande influência na economia dos assentamentos, a dependência ao grande mercado controlador é evidente. O grande desafio é captar recursos e políticas públicas de incentivo para construção de laticínios internos, profissionalização dos agricultores, criação de cooperativas regionais dos assentamentos, programas de créditos especiais á Reforma Agrária e investimentos na comercialização.

Janderson avalia que o grande gargalo está na organização da produção interna dos assentamentos.

É necessário pensar em alternativas concretas para organizar a produção, tendo na comercialização o foco central. Os assentamentos do MST em nossa região produzem muito, e, ampla diversidade. Todo assentado tem uma roça de milho, feijão, mandioca, ao redor de casa. Tem um galinheiro, um chiqueiro, uns canteiros de hortaliça e etc. Em MG, nos assentamentos do MST lá, da produção de leite vem o queijo, o requeijão, a questão está em como organizar isso de forma que o assentamento tenha uma lógica que dê conta de suprir o mercado e ser alternativa ao modelo do agronegócio.

Grande parte deste problema está na organização do trabalho interno. Veja a quantidade de leite que é produzida nos assentamentos do MST no noroeste de MG. Se juntar todos que produzem leite de forma cooperada, comercializando

coletivamente, a oferta aumenta consideravelmente, acessando mais amplamente o mercado consumidor. Tem muita produção nos assentamentos, muitas famílias produzem farinha, tem suas pequenas casas de farinha, mas atuam sozinhas, por que não coopera essa farinha? A questão é organização, condição de pensar esse processo, que não é fácil dentro de um assentamento onde as famílias não tiveram, em grande maioria, acesso às condições de estudo e trabalho coletivo prático para pensar o todo do processo produtivo.

Adriana concorda e reafirma a necessidade da organização do trabalho.

A questão da organização do trabalho é fundamental e deveria já em tempos de acampamento, nos processos de formação para a produção, ser consolidada com experiências concretas. Essa questão tem de ser internalizada logo no início dos processos de luta pela terra, não podemos esperar o assentamento sair para discutir organização da produção e do trabalho. O pensar teórico e prático sobre os desafios de construir pequenos coletivos de afinidade nos assentamentos é fundamental para a estratégia produtiva futura.

No assentamento Pequeno William, em Planaltina – DF, desde o tempo de acampamento, quando discutíamos as estratégias de produção, a partir dos espaços de formação, a organização dos processos produtivos sempre estavam entre as maiores preocupações. Era evidente que não havia possibilidade de viver do trabalho e da produção interna se não houvesse um debate em torno de como organizar isso. E não havia nenhuma condição de organizar a produção, o trabalho, se não houvesse acesso a tecnologia, informação, políticas públicas e financiamento, aliado a cooperação, a formação política e a organicidade interna, a partir dos acúmulos do MST.

A necessidade de acessar um trator, de uso coletivo, era central. Trabalhar na roça não pode ser sinônimo de sofrimento. A pequena agricultura também demanda

tecnologia. A agroecologia demanda tecnologia. Quando conseguimos manter atrelada a estratégia produtiva do assentamento com a política, tendo o MST como catalisador desse processo, as articulações em torno das conquistas ganham materialidade concreta. Conseguimos trazer para o assentamento projetos em parceria com a fundação Banco do Brasil, em torno dos PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável), uma técnica integrada de criação de pequenos animais com produção de hortaliça, sem utilização de venenos agrícolas e demanda de insumos externos, já que a própria matéria orgânica produzida pelas fezes animais é revertida como adubação para os canteiros de hortaliças.

Observando a realidade dos assentamentos de Reforma Agrária do MST na região, fica evidente que assentamentos que incluíram em suas estratégias anteriores as discussões sobre como organizar sua produção a partir da organização do trabalho avançaram em duas perspectivas: a primeira, em relação à quantidade e qualidade da produção, seja individual (maioria dos casos), seja coletiva, pois tinham no horizonte perspectiva de comercialização e condições reais de captação de recursos, por editais de projetos ou via parceria com o estado. Geralmente, esses assentamentos que conseguiram organizar seus processos produtivos, mesmo que minimamente, são pequenos, de 20 a 50 famílias no máximo.

Segundo, em relação ao acesso a benfeitorias e garantia de comercialização. Esse ponto é fundamental, e só ocorre com um determinado nível de maturidade organizativa. Quando a necessidade interna ao assentamento e externa existe e é diagnosticada, a tendência à cooperação aumenta, pois há nesse processo uma via de mão dupla, necessidade da oferta e garantia da demanda. Esse fator, combinado a questões organizativas, políticas e ambientais, produzem o ambiente perfeito para o desenvolvimento da cadeia produtiva local.

Nos assentamentos do MST no DF e Entorno, comparado com outras grandes regiões com ampla presença de assentamentos de Reforma Agrária,

segundo pesquisa do núcleo de estudos agrários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2004), cerca de 75% dos assentamentos possuem algum tipo de instalação produtiva, 85% dos assentados utilizam algum tipo de máquina ou equipamento para qualificar a produção e 80% utilizam algum implemento agrícola.

Porém, grande parte do financiamento das instalações existentes nos assentamentos nesta região, cerca de 80%, são oriundos de recursos articulados pelos próprios assentados. Os outros 20% se dividem em recursos de outros créditos, PROCERA ou instalações que já existiam. Quanto ao uso de máquinas, cerca de 86% dos lotes dos assentamentos do MST da região utilizaram algum tipo de máquina ou equipamento agrícola, demonstrando o alto índice de acesso orientado pela necessidade de organização do trabalho interno.

Outro ponto importante para nossa análise é a condição real de concentrar a força de trabalho dentro dos assentamentos do MST na região. Há uma grande dificuldade, de forma geral, em garantir as condições de vida dos assentados a partir do trabalho interno, agrícola. Em área mais próximas aos centros urbanos, grande parte dos agricultores tem na atividade agrícola apenas seu complemento na renda. A atividade principal é desenvolvida na cidade, ou em grandes fazendas. Janderson analisa que este tipo de agricultor assentado em áreas do MST somente dará conta de ter a atividade agrícola como sua fonte de renda principal a partir do momento que esses agricultores tiverem amplo acesso á políticas públicas.

Se tivermos uma proposta séria de acesso ás políticas públicas para a Reforma Agrária, onde o trabalhador tenha condições de acessar, de forma desburocratizada, com intencionalidade na implementação e garantia de retorno a curto, médio e longo prazos, a tendência é que em curto espaço de tempo este agricultor organize suas relações de trabalho e organização de sua produção, seja individual ou coletiva, passando para níveis mais complexos de cooperação agrícola. Porém, isso deve vir de uma série de combinações de Políticas Públicas, desde

cursos de formação profissional, acesso a máquinas e implementos, acesso a terra, acesso aos mercados consumidores e garantias de financiamento.

Sem esses elementos dificilmente o trabalhador rural assentado conseguirá romper com a dependência do trabalho externo, como principal fonte de renda. Tem casos no DF que a mãe é assentada e o filho foi embora, trabalhar em uma fábrica de automóveis. Ficou anos trabalhando ali, juntou um recurso, pediu demissão do emprego e voltou para morar com a mão no assentamento. Chegando lá, o problema central do assentamento era a falta da água. Mandou furar um poço artesiano, a mãe dele acessou um crédito para comprar um kit irrigação e iniciaram a produzir hortaliça, de forma convencional. Mesmo sendo uma solução individual, fez o caminho inverso. Acumulou recurso trabalhando fora para voltar ao assentamento e arriscar investir ali. Hoje eles comercializam toda a semana com o CEASA e vivem da produção de hortaliças. Através de políticas públicas de incentivo a produção, conseguiu comprar um caminhão de pequeno porte para escoar sua produção.

Existem assentamentos do MST na região que os agricultores organizam tudo, sem acesso a política pública. Organizam sua força de trabalho voltado para o lote. Ainda com dificuldade de cooperar, pois há um elemento da individualização que é muito comum na transição de acampamento para assentamento.

Quanto mais tempo as famílias ficam acampadas, a espera da terra, mais tempo são necessários para o trabalho, a organização coletiva. Isso pode ocasionar dois movimentos: primeiro, se o MST conseguir operar a direção coletiva e a organicidade, aprofundando as relações orgânicas, a tendência é que quando o assentamento sair, as famílias estejam mais preparadas para criar espaços coletivos diversos, desde escolas, organização da produção, do trabalho, comercialização coletiva, grupos de afinidade, acesso às políticas públicas e etc.

Segundo, caso haja algum processo de rompimento político, os núcleos de famílias deixem de funcionar, os conflitos de sobreponham às resoluções coletivas, a tendência é ao conquistar o assentamento, as famílias se individualizem. Esse segundo movimento é mais comum, pois existe outras variáveis pouco controláveis que o fazem ser assim.

Uma variável importante que estimula o processo de individualização, para além dos problemas internos e orgânicos aos movimentos sociais, é a imposição da lógica capitalista das relações, os vícios e desvios da sociedade que permeiam todos os espaços. A lógica da competição nas relações de trabalho, as formas de como o mercado externo, o controle social e cultural e o modo de produção hegemônico operam suas relações envolvem todo o conjunto da sociedade. Os trabalhadores rurais, se não organizados e com nível de consciência política formado, tendem a ser absorvidos facilmente ao processo de integração subordinada ao modo de produção dominante, a partir das necessidades básicas de sobrevivência e das poucas opções apresentadas, tendo a venda de sua força de trabalho à primeira opção.

Outra variável importante é a própria natureza do Estado, em sua essência burguês, patriarcal, homofóbica, de característica urbana e capitalista. Estas variáveis são estruturais, portanto, rompe-las se torna tarefa muito complexa. A estrutura dos poderes que constituem o Estado burguês direcionam os governos a caminhos conservadores, conciliadores de classe, ou antipopulares, pois privilegiam os interesses de uma classe sobre a outra. No caso da Reforma Agrária e do alcance de suas políticas, as dificuldades que se constituem são de natureza de projeto.

Não há um projeto nacional, de Estado ou de Governo, que visualize a Reforma Agrária, os assentamentos, a produção camponesa, como estratégia produtiva, social e econômica, em níveis municipais, estaduais ou nacionais. Isso torna mais complexo o acesso á políticas públicas ou sociais que contribuam para a organização da produção camponesa nos assentamentos, ou que ajude na estruturação de espaços de trabalho interno, de modo a estruturar os assentamentos como espaços de referência de produtiva e social

em seus territórios. Quando isso acontece, em grande parte, é por esforço do conjunto da organização, em parte do MST, dos assentados, pelas lutas e mobilizações.

Delgado (2012) nos lembra de que os empreendimentos capitalistas no setor rural já estão plenamente configurados, seja no que concerne às relações técnicas, seja no que diz respeito às relações sociais de produção. Afirmo ainda que a organização das empresas rurais, assim como suas ligações com o setor industrial, comercial, bancário e de serviços em geral, ampliou-se em muito o grau de inserção do capital agrário, indicando desde a década dos anos 80 um elevado grau de concentração da produção.

No bojo deste processo de “modernização conservadora” convivem uma agricultura tradicional, camponesa, não industrializada. Esse conjunto de agricultores ou de agriculturas encontra-se fora da estratégia produtiva nacional, e encontra nas articulações políticas, nas mobilizações sociais, nas ocupações de terra, suas formas de articulação política a partir dos aparatos do gigante setor público agrícola, gestado desde os anos 30, e sucessivamente ampliado ou restringido nas fases de relativa abundância ou completa escassez de recursos fiscais e financeiros (Delgado, 2012).

Adriana não consegue ver outra saída para os assentamentos do MST se não aliar processos de acompanhamento orgânico das direções do movimento aos processos de articulações políticas e com a sociedade.

Muito importante que a partir de nosso trabalho produtivo, social, que o assentamento seja o espelho da sociedade que queremos. As relações com a sociedade são necessárias. O conhecer das experiências fundamental. Não podemos nos fechar para nós mesmos. A questão da organização da produção é fundamental, é estratégica. Aprofundar pela teoria-práxis as concepções de trabalho, o trabalho coletivo, demanda necessidade de formação, de compreensão das relações de trabalho no capitalismo, do lugar do camponês, do trabalhador rural, nesta sociedade.

O esforço de inserir as mulheres como protagonistas dos processos produtivos, técnicos, de trabalho coletivo, também é fundamental. Quando conseguimos organizar o trabalho, a produção, em grupos maiores, a condição de concretizar processos internos é maior. Inserir as trabalhadoras e os trabalhadores nos espaço educativos eleva a condição de vida concreta. Temos hoje trabalhadoras que estão inseridas nos cursos de alfabetização, em parceria com o PRONERA, em cursos de nível fundamental, médio e técnico, e até em cursos superiores e de pós-graduação.

Muitos assentados voltaram a estudar por que compreenderam que a relação estudo-trabalho é necessário para construirmos com mais qualidade as condições de sobrevivência, não apenas do saber fazer, mas do saber organizar, se relacionar, planejar, cooperar. No assentamento Pequeno William, em Planaltina DF, por exemplo, constituímos um grupo de mulheres para cooperar na produção e no trabalho com fibra de bananeira. Porém, esse processo só vem dando certo por que aliado a isso, organizamos espaços de estudo, formação, que nos ajudam nas articulações com parceiros externos, na comercialização e etc.

Hoje, tem-se uma ampla parceria com a EMATER DF e com o Instituto Federal de Educação – IFB de Planaltina, em torno deste projeto. Isso só vem dando certo por dois motivos: primeiro, pela pertença com o MST e pelo reconhecimento de toda essa construção a partir das lutas do movimento e, segundo, a partir disso, pela tomada de consciência coletiva que parte da necessidade concreta, real, ou nos organizamos em grupos ou estaríamos fadados a estabelecer pura e simples relação de venda da força de trabalho e, em último caso, optando pela venda da parcela para sobreviver.

Janderson observa que outro elemento relevante, que contribui para a melhoria das condições de produção, organização e trabalho, é a localização do assentamento.

No primeiro plano de Reforma Agrária a estratégia central, e defendida pelo MST, era se criar assentamentos próximos as estradas. A concepção de ocupar as beiras de BRs, entre a BR e a fazenda ao qual se tinha interesse era isso, desapropriar a fazenda e constituir assentamentos próximos as grandes rodovias, com ampla condição de circulação e escoamento de produtos.

Criamos muitos assentamentos distantes, com muita dificuldade de acesso aos centros de comercialização. Esse modelo desanima às famílias em organizar amplos processos produtivos, pois há muita dificuldade em acessar recursos para construção de estruturas agroindustriais, que consigam acumular para produzir e comercializar em maior escala, e por outro lado, sem esses recursos, parte das famílias prende-se a produzir o básico para subsistência, pois demanda menos recurso e não se materializa como produção em cadeia interna maior, mais complexa.

Augusto completa:

Mesmo em assentamentos distantes, observamos que parte dos trabalhadores consegue produzir, hortaliças, por exemplo, e sair para vender, de forma individualizada. Quem teve condições de trazer recurso de fora, oriundo de outras fontes de trabalho e renda, que conseguiu investir em um transporte, em sua produção individual interna, esse consegue viver sem precisar trabalhar fora do assentamento. Existem áreas distantes do MST no nordeste do estado de Goiás que 90% dos trabalhadores que se enquadram nestas condições não necessitam sair de seus assentamentos para trabalhar.

Nestes casos, tem várias culturas que podem ser produzidas e comercializadas, mesmo em assentamentos distantes. Com abobora, quaibo, batata, pimenta, cenoura, que tem maior durabilidade.

A questão que pesa aqui é justamente que parte considerável deste trabalho é individualizado. O trabalhador que não reúne condições de trazer recurso de fora, a partir de outras atividades, fica na dependência total das políticas públicas de Estado. E neste caso, se o assentamento não tem uma representação política, como o MST, a tendência é que as políticas não cheguem, ou, cheguem, porém de maneira desarticulada, podendo causar transtornos futuros aos trabalhadores.

Uma questão importante para a análise é o acesso aos meios de produção necessários para os agricultores assentados. Em suma, há uma ampla dificuldade em acessar os materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho e da produção nos assentamentos do MST no DF e Entorno. Mesmo que o acesso às máquinas e implementos, na região do entorno do DF seja um dos mais elevados, em comparação a outras regiões com concentração de assentamentos, ainda é baixo em termos gerais, quando comparado com a pequena e média agricultura capitalista.

Segundo Augusto:

Aqui tem de se pensar por territórios. Os assentamentos do noroeste do estado de Minas Gerais por terem alta demanda e oferta de leite, criaram condições diferenciadas, acessando, em algum grau, implementos que os ajudaram a organizar a produção. Porém, a luta do MST naquela região foi por anos a principal luta neste território. Boa parte dos assentamentos lá são bem localizados. Por outro lado, nossos assentamentos ali se tornaram subordinados, do ponto de vista da comercialização, às médias e grandes cooperativas, que tem interesse em controlar a produção dos assentamentos e

ajudam a garantir os meios de produção necessários para que continuem subordinados a esta lógica de controle. Não há ali relação saudável, há interesses.

Já nos assentamentos do MST no nordeste do estado de Goiás, dada às características geográficas, sócio ambientais e produtivas dos assentamentos, torna-se mais complexa o acesso aos meios de produção necessários para o desenvolvimento do trabalho e da produção agrícola interna.

Nesta região, a produção hegemônica é a de grãos, em larga escala, com necessidade de uma estratégia ampla de irrigação e controle a partir da utilização de diversos tipos de agrotóxicos. Muitos assentamentos são ilhas em meio ao latifúndio. Na região, a forma de integração subordinada dos modelos de agricultura não se dá por relações comerciais, como no noroeste de Minas Gerais. Aqui, não há convivência produtiva, pois a maioria dos assentamentos não produzem grãos, os que produzem são para subsistência, ou seja, não há competição. O nível de controle do trabalho e da produção é profundo. O assentado que não consegue viver de seu trabalho interno ao assentamento tem como possibilidade integrar-se como força de trabalho nas grandes fazendas de produção de grãos.

Por outro lado, as condições naturais neste território são mais complexas. As terras são muito ácidas, mais secas, rochosas, demandando considerável investimento para prepará-la. As condições hídricas são constantemente ameaçadas pela forma e controle de irrigação operado pelos grandes latifúndios. Portanto, as condições reais de produção e garantia dos meios de produção dos assentamentos nesta região passam pelo controle do modo e dos meios de produção hegemônicos.

Em relação ao Distrito Federal, os poucos assentamentos do MST consolidados são frutos da lei de regularização fundiária. Não há lei de Reforma Agrária do DF, os assentamentos são conquistas que não se enquadram na legislação de Reforma Agrária. As terras no DF passam por conflitos de origem dominial, tendo grande disputa sobre o que é terra federal e

o que é de posse distrital, mais precisamente sob domínio da TERRACAP, agência de terras local.

Pela lei de regularização fundiária, é dada uma concessão de uso da terra ao trabalhador pelo período de 10 anos, tempo que o trabalhador tem para pagar a terra. Após isso, ele adquire o título permanente da terra, se consolidando proprietário privado da terra. A partir daí, o estado não tem mais responsabilidade sobre este assentamento e os assentados não tem direito a acessar qualquer política relacionada á Reforma Agrária, como créditos, fomentos etc.

Esse processo é a forma mais sutil de integração subordinada da agricultura familiar e camponesa á média e grande agricultura capitalista, que passa a ter o controle da cadeia produtiva local, com reserva de capital, controle de financiamento e dos mercados consumidores. Grande parte dos assentamentos que não se impõe a esta lógica são territórios aptos a imposição desta lógica. Três a quatro empresários da agricultura controlam os preços, os créditos, os mercados, os selos de inspeção e ditam as regras de oferta e demanda.

Augusto conclui:

O problema é que muitos trabalhadores que foram acampados por anos e nunca tiveram condições de ajustar suas vidas a partir do trabalho, que ficaram anos debaixo de lona, que pagava aluguel na cidade, pois lá trabalhava, e dividia seus dias entre o acampamento e a cidade, estes trabalhadores, quando assentados, assim foram em condições de extrema dificuldade.

Quando se conquista os assentamentos e desapropria as fazendas, grande parte dos lotes teve que ser aberto, criado. Não tínhamos nenhuma infraestrutura pronta, o trabalhador teve que fazer tudo. Grande parte dos trabalhadores nesta condição, quando acessaram créditos como o PRONAF, tiveram que investir este recurso em estrutura morta, inicial, de

modo a dar as mínimas condições de moradia. Muitos não conseguiram investir em processos produtivos, ou acesso á equipamentos e implementos. Esse fato gerou alto índice de dividas, e muitos foram forçados a trabalhar nas fazendas ao redor.

Importante perceber que a lógica de instalação das famílias em assentamentos segue os processos do controle dos meios de produção e estabelecidos pelo modo de produção dominante. Há um movimento de setores do agronegócio que dificultam qualquer avanço de assentamentos ou territórios de natureza contra hegemônica, em áreas de relevante interesse político e econômico. Estes territórios onde o MST DF e Entorno vem tensionando para criação de novos assentamentos e consolidação de antigas áreas conquistadas são de irrestrito interesse econômico, político e social pelos setores da velha oligarquia agrária em aliança com o moderno agronegócio.

As condições de autonomia e controle dos meios de produção por parte dos assentamentos são mínimas, e isso se evidencia pelo viés do controle político e financeiro, e pela necessidade de controle da força de trabalho nestes territórios.

4.2.3 As políticas de produção agroecologica: reforma ou ruptura?

As dificuldades em organizar a produção e o trabalho nos assentamentos do MST na região do Distrito Federal e Entorno, como vimos, não exclui experiências em andamento no que tange a própria organização do trabalho e a novas formas de produzir alimentos. Embora as experiências de produção agroecológica nos assentamentos ainda seja algo que precisa avançar, nas diversas dimensões, há um esforço concentrado para que as políticas de produção agroecologica sejam processos que acumulem para romper com a matriz do agronegócio.

Do ponto de vista nacional, há muito por fazer. A agroecologia ainda não se consolidou como instrumento, ou matriz, de superação do modo de produção hegemônico. Quando observamos experiências mais isoladas, percebemos que se multiplicam processos práticos em torno da produção agroecológica, porém sem condição concreta de dar uma resposta produtiva, como estratégia de superação ao modelo conservador.

Parte das linhas teóricas e práticas da agroecologia ainda são vinculadas a uma estrutura pós-moderna de relações. A internalização da agroecologia como matriz produtiva com viés de classe ainda é um desafio. E somente quando esse viés for estruturado é que ela poderá ganhar força interna para chegar como necessidade concreta à vida de trabalhadoras e trabalhadores do campo e das cidades.

A agroecologia não deve ser encarada como uma matriz de produção de alimentos desvinculada de um debate amplo de alimentação, oferta, demanda, consumo, preço, qualidade, e é necessário que as populações urbanas tenham total e irrestrito conhecimento sobre o que isso significa.

De outra parte, é central entendê-la em consonância com um conjunto de variáveis políticas, econômicas, sociais, ambientais, educativas e culturais. Ao conceber a agroecologia como instrumento que possa desafiar e superar o modo de produção do agronegócio e consolidar-se como alternativa a esse modelo, algumas dimensões da luta devem ser percebidas como fundamentais para apontar caminhos concretos.

O primeiro é compreender a necessidade de democratização das terras no Brasil. Lutar pela Reforma Agrária e concretizá-la é o primeiro passo para inserir a matriz de produção agroecológica como instrumento concreto. Não há condições de disputar narrativas, implementar processos produtivos, disputar o ideário social e alimentar, se não tiver terra para produzir, em uma lógica que tenha condições de não depender do agronegócio.

Antes de compreendê-la como matriz nacional de produção, é importante ter clareza de qual é a matriz hegemônica de produção nos próprios

assentamentos de Reforma Agrária do MST. Nos assentamentos do MST no DF e Entorno há uma ampla dificuldade em concretizar a agroecologia como matriz de produção que determine a organização alimentar, produtivo e do trabalho. Como vimos anteriormente, há uma lacuna no processo de organização simples da produção. Superar isso é o primeiro desafio, ter produção organizada, trabalho organizado.

A lógica dos trabalhadores rurais organizados nos assentamentos perpassa pelas formas do fazer do agronegócio. Embora haja uma forte ideologia que vise superar o agronegócio pela Reforma Agrária, a partir da luta pela terra, o fazer produtivo do dia a dia é atrelado as linhas do agronegócio. Muitos assentados organizam seus processos produtivos em conformidade com o as linhas hegemônicas, a base de utilização de agrotóxicos, derrubada de vegetação nativa, queimadas, adubação química, pois assim aprenderam fazer, em tempos de trabalho nas fazendas ou mesmo pelo viés da assistência técnica, que utilizam desse princípio como direcionador na pequena agricultura.

Em segundo, é importante criar novas política públicas de apoio a outras formas de agricultura e garantir efetividade às políticas já existentes, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. É necessário garantir que o Estado brasileiro assuma a agroecologia como política de produção, através de financiamento e estruturação de setores ligados a agricultura familiar, camponesa e á Reforma Agrária, como estratégia não apenas de manutenção dos mercados locais, mas como ação programática que vise alterar as formas de produzir, com menos impacto socioambiental e com garantias da soberania alimentar.

Uma terceira variável é inserir a agroecologia na lei de diretrizes e bases da educação – LDB e no Plano Nacional de Educação – PNE, garantindo assim que os currículos escolares, no campo e na cidade, garantam a agroecologia como disciplina transversal a outras áreas do conhecimento, estimulando a pesquisa e a ciência, a partir de um olhar que considere a junção da agroecologia como ciência e conhecimento popular.

Esse processo estimularia que os cursos superiores em agrárias, ciências sociais e humanas pudessem criar núcleos de pesquisa em agroecologia por demanda concreta, já que parte deste debate viria qualificado desde a entrada dos estudantes em cursos superiores. A quantidade e a qualidade de pesquisas nesta área estimularia núcleos de agroecologia na EMBRAPA e em agências estaduais de ATES e ATER e exigia um viés mais pesado de financiamento para garantia da produção de base agroecológica.

Porém, estas e outras variáveis dependem de políticas de governo, estratégia clara, alto financiamento e pressão popular. O controle imposto por setores do agronegócio inicia a partir do controle político local. O controle do capital por setores do agronegócio em determinados territórios se materializam em controle político. A garantia disso direciona grande parte deste segmento aos parlamentos, atuando como bancada, controlando e disseminando decretos e leis a favor das garantias do agronegócio.

Os desafios da transição agroecológica como forma de superar o modo de produção dominante tem nos movimentos populares camponeses sua maior força. Não há possibilidade no contexto atual de superar o modo de produção se não garantir ação e visibilidade concreta. Os assentamentos de Reforma Agrária do MST no DF e seu Entorno são espaços com condições de garantir esta transição. Porém, dependem da conjuntura política, de ações mais consolidadas que garantam políticas oriundas do Estado e fortalecimento da Reforma Agrária.

Na região do DF e Entorno existem experiências, como muitos limites, mas que sinalizam possibilidades concretas de avanço na produção e organização da agroecologia.

Janderson avalia que a maioria dos assentamentos da região do DF tem amplo potencial de produção de base agroecológica, considerando seus devidos limites, já citados anteriormente.

Os assentamentos do MST na regional do DF tem muito potencial de produção de base agroecológica. É uma região

com potencial consumidor para produtos desta natureza. O desafio aqui é popularizar isso, garantir preço que os trabalhadores possam consumir. Geralmente, os consumidores de produtos agroecológicos dos assentamentos são vinculados a classe média e alta, com poder de consumo. As bancas com este tipo de alimento nos mercados hegemônicos são controlados por poucos agricultores empresariais do segmento de orgânicos, com preços inacessíveis aos trabalhadores pobres.

No entanto, temos experiências como do assentamento Pequeno William, em Planaltina, DF, que consegue produzir, por núcleo de famílias com afinidade, alimentos em transição agroecológica. A ênfase ali são horti-fruti-granjeiros e artesanato com fibra de bananeira, produzido pelo grupo de mulheres do assentamento.

A criação do assentamento Pequeno William, em 2015, teve como linha em seu plano de desenvolvimento – PDA a produção sustentável. Essa prática foi muito estimulada pelo MST desde os tempos de acampamento, por ser uma área rica em espécies nativas do cerrado, com água em abundância e solo com alta qualidade. A região é um polo de recarga aquífera e de fauna e flora intacta. As parcerias com o Instituto Federal de Educação – IFB, a partir do curso superior em Agroecologia e com a regional da EMATER DF, estimularam este tipo de produção, pois ajudaram a apontar e criar espaços concretos de comercialização e acesso direto ao público. O MST conseguiu uma pedra de comercialização na Ceasa DF para que os assentados possam, assim que tiverem produtos, *in natura* ou beneficiados, inserir a produção para comercialização direta.

Porém, o assentamento demanda projeto que crie espaços agroindustriais, de beneficiamento da produção. Esse fator é determinante para o assentamento possa organizar e profissionalizar o trabalho interno e se inserir em mercados regionais e estaduais, de forma perene. Outra grande lacuna é a organização do trabalho coletivo, que contribua para que parte

considerável da produção de alimentos interna seja comercializada em maior quantidade, atingindo mercados consumidores mais amplos. A forma de organização do trabalho e da produção ainda é individualizada, ou por núcleo de família.

Adriana retrata as dificuldades em relação a produção organizada de alimentos:

O trabalho ainda não é organizado de forma a garantir determinada quantidade de produtos dos assentamentos a partir da demanda concreta. Não temos condições de garantir o abastecimento semanal demandado por certos mercados, pois nossa escala de produção é mais lenta, pela força de trabalho disponível, pelo acesso a recursos e investimentos e pela forma de produzir, em transição agroecológica.

Um dos poucos assentamentos do MST na região do DF que consegue, em parte, organizar o trabalho a partir da produção agroecológica é o assentamento Cunha, região próxima a cidade de Luziânia. Só que ali não envolve o assentamento todo, mas parte das famílias.

O assentamento Cunha foi criado no início dos anos 2000, pelo MST. A característica ambiental é muito forte, tendo uma ampla área de preservação de espécies nativas do bioma cerrado. A organização do trabalho e da produção se organizou por núcleos coletivos de famílias, tendo destaque para o núcleo coletivo e familiar de seu Ivo, um agricultor colono gaúcho que largou a dependência e o impacto da soja no Rio Grande do Sul para tentar a vida no Centro Oeste.

Inicialmente organizou um grupo amplo de famílias para trabalhar em torno da produção de frutas e hortaliças, sem utilização de agrotóxicos. Algumas famílias foram se individualizando, buscando outras formas de produção e comercialização. Ficou um núcleo coletivo de onze famílias, que além de manter a produção de frutas e hortaliças, iniciaram a produção de mel e de sementes agroecológicas. Todos os sábados tem pontos de

comercialização em feiras de rua no Plano Piloto, em Brasília, e vincularam-se a AGE, uma associação de agricultores ecológicos, que reúne um conjunto de pequenos agricultores que não utilizam agrotóxicos e adubação química.

Porém, a quantidade de produção é baixa. Embora dominem parte das técnicas de produção agroecológica, do ponto de vista da organização do trabalho e da produção, não conseguem responder às demandas para além das feiras.

Janderson lembra as experiências do Goiás, dos assentamentos Silvio Rodrigues, no município de Alto Paraíso e Terra Conquistada, no município de Água Fria de Goiás.

No assentamento Silvio Rodrigues há experiências interessantes de produção agroecológica de hortaliças em consórcio com pequenos animais, a partir da parceria com o curso de especialização Residência Agrária da UnB. Existe também o potencial de ecoturismo como geração de renda, integrando visita as cachoeiras da região integrando com a culinária local.

Já o assentamento Terra Conquistada, embora a produção de base agroecológica seja um desafio, temos experiências familiares de produção de gado para leite e pequenas produções orgânicas de hortaliças. Esse assentamento é muito bem localizado, na beira da BR que liga Brasília á Alto Paraíso, como muita circulação de turistas do Brasil todo. Importante perceber que ali tem uma escola criada a partir do assentamento, tendo amplo potencial pedagógico para integrar o estudo e formação da juventude assentada e residente em áreas rurais próximas com o resgate e valorização da produção camponesa, agroecológica, a partir de outra relação de trabalho e cultura.

Os dois assentamentos citados por Janderson tem em comum o tempo histórico de origem, ambos criados entre os anos 2000 e 2002. Sua localização

geográfica é muito privilegiada, ambos se localizam em uma região turística, a Chapada dos Veadeiros, tendo exuberante riqueza em fauna, flora, recursos hídrico e, sobretudo, próximo á principal rodovia da região, facilitando o deslocamento e os processos de comercialização.

O assentamento Silvio Rodrigues, embora tenha favoráveis condições de produção agroecológica, não consegue responder a esse tipo de demanda, pois sofre muita influência dos sojicultores instalados nas fazendas ao redor. Por ser uma região de chapada, plana, prevalece as grandes fazendas de produção de soja que abastecem, para além dos mercados internacionais, parte do mercado de Brasília e do estado do Tocantins, primeira fronteira ao norte.

Essa lógica de produção se hegemonizou entre as famílias assentadas, que passaram a arrendar seus lotes para sojicultores que demandam mais espaços de terras, ou a investir, com apoio do agronegócio local, em produção interna de soja com garantia de venda, mediado pelas fazendas que dominam o setor agrícola.

A ausência de políticas públicas para a agricultura familiar e a privatização em percurso de parte do parque nacional da chapada dos veadeiros são elementos políticos que (re) definem a cultura produtiva local.

O assentamento Terra Conquistada, embora não tenha uma experiência concreta de produção agroecológica a partir da organização do trabalho em cooperativa ou agroindústria, tem um amplo potencial para tal. Além de ser uma área muito bem localizada, bem próxima de Brasília, tem na produção convencional de gado de leite sua estratégia central. Inicialmente, a ausência de políticas públicas de incentivo á produção é determinante para que parte das famílias não consiga estabelecer linhas definidas de produção, beneficiamento e comercialização.

A escola localizada no assentamento, ao mesmo tempo que é uma referência para os assentados, é um espaço pedagógico que internaliza em seu currículo a realidade urbana. Uma parceria com a Universidade de Brasília

e com a EMBRAPA, ao ponto de estabelecer um suporte científico de investimento nos processos de transição agroecológica seriam necessários para fazer com que a escola se tornasse um polo de difusão tecnológica com o objetivo de aprimorar e acelerar esforços de pesquisa e disponibilização de tecnologias e processos que ajudassem a organizar o trabalho, o assentamento e a produção agroecológica.

Augusto resgata as experiências de dois assentamentos organizados pelo MST no noroeste de Minas Gerais.

Quando criamos os assentamentos Eldorado dos Carajás e Florestan Fernandes, ambos pertencentes ao município de Unaí – MG, tendo em vista a cultura de produção local, observávamos duas linhas de produção aptas a se estruturarem em transição agroecológica. A primeira era a produção de leite e derivados. Para isso, dois movimentos eram necessários: 1) investimentos e tecnologia para criação de gado de forma rotacionada e, 2) investimento em formação profissional e organização do trabalho para romper com a dependência comercial controlada pelas grandes cooperativas de comercialização de leite e de laticínios ligados ao agronegócio.

O caso dos assentamentos Eldorado dos Carajás e Florestan Fernandes demonstram a necessidade de conceber e organizar a produção em transição agroecológica de forma a romper com os métodos de controle produtivo local. Não há condições de encarar as formas de produção em transição agroecológica se não criar possibilidades produtivas, de organização do trabalho, que apresentem alternativas para além dos mercados controlados tradicionalmente.



Figura 9: Atividade de formação em produção agroecológica. Assentamento Eldorado dos Carajás, Unaí – MG (2016).

O assentamento Eldorado dos Carajás, por alguns anos, foi referência em produção de horti-fruti-granjeiros, em relação aos assentamentos de Reforma Agrária da região. Muitos projetos em parceria com a Universidade de Brasília e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário foram desenvolvidos ali. O nível de engajamento produtivo das famílias era elevado, havia uma necessidade real, do ponto de vista da sobrevivência, em trabalhar e conduzir a organização da produção de forma coletiva e agroecológica.

A região de Unaí, por ser um dos polos do agronegócio, e por ter uma das maiores concentrações de assentamentos do Brasil, respondia bem a processos produtivos alternativos, que se desenvolviam na contra mão da produção hegemônica por alimentos produzidos a base de agroquímicos.

No entanto, com o término dos projetos, às famílias assentadas não conseguiram manter a organização e a busca por investimentos. O retorno ao processo dependente, em relação a cadeia hegemônica da produção leiteira, se reconfigurou e contribuiu na individualização da produção no núcleo da família.

No assentamento Florestan Fernandes, que desde sua criação, em meados dos anos 2000, tem na produção de leite e derivados sua principal fonte de renda e de trabalho, as famílias sofrem forte influência dos grandes negócios controlados pelos laticínios e cooperativas ligadas às fazendas produtoras de leite.

Porém, nos últimos três anos, há um esforço de parte das famílias assentadas em implementar técnicas agroecológicas e rotacionadas de criação de gado, em especial gado leiteiro. Esta técnica chama-se Pastoreio Racional Voisin (PRV) e consiste na bovinocultura de bem estar e no manejo correto de pastagens, obedecendo suas características fisiológicas, respeitando os tempos, seja de repouso, de ocupação, ou mesmo o tempo da natureza. Esta técnica consiste no aproveitamento de insumos orgânicos, proveniente do animal e no cuidado do solo, aumento a fertilidade e diminuindo os custos de investimento e trabalho.



Figura 10: Atividade de manejo de pastagens organizada pela equipe de ATER da Associação Rural de Assistência à Reforma Agrária, no assentamento Florestan Fernandes – Unaí - MG (2016).

No entanto, o PRV não se popularizou, pois depende de conhecimento técnico e razoável investimento (mínimos quando comparado aos custos de produção da bovinocultura convencional).



Figura 11: Compotas produzidas no assentamento Florestan Fernandes, Unaí – MG (2016).

Observamos, portanto, que nas três regionais onde o MST tem assentamentos organizados, existem experiências de produção agroecológica em diversas dimensões, mas se consolidam como transitórias, na maioria das vezes.

Parte disso refere-se ao momento anterior, ou seja, em superar o desafio de organizar a produção e o trabalho, e nas condições objetivas as quais passam os projetos de assentamentos, com muita dificuldade política e econômica. Há muita dificuldade, em territórios rurais de profunda contradição nas relações entre o capital e o trabalho, que assentamentos de Reforma Agrária se instalem. A Reforma Agrária, a agroecologia, o MST, incorporam em suas raízes o questionamento das relações duras, de imobilidade, que a hegemonia política que controla o capital, o trabalho, os sujeitos, a cultura, impõe á lógica complexa dos territórios.

Ao mesmo tempo em que não houve possibilidade concreta de dar uma resposta, a luta pela terra e a Reforma Agrária nos ajuda a compreender, na relação teoria-prática, que elementos vivos da organização, do trabalho e da produção estão presentes em experiências verdadeiras, e os assentamentos, os trabalhadores e trabalhadoras são o que há de mais verdadeiro.

Considerações Finais

A trajetória do MST no Distrito Federal e Entorno, de seus acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, de suas formas de organização política e produtiva, evidenciam o papel preponderante que a luta pela terra na região vem desenvolvendo nos últimos vinte anos.

Fica claro, a partir desta análise, que o MST na região preenche uma lacuna importante na luta pela (re) organização produtiva e do trabalho, tendo inicialmente em seus acampamentos espaços determinantes de organização política, educativa e cultural, de um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que perdem direitos fundamentais, ao tempo em que setores dominantes avançam seu controle, seja impondo seu modo de produção, seja controlando os meios de produção necessários com vistas a acumular capital político, cultural e financeiro.

Esses conjuntos de trabalhadores rurais e urbanos veem nos acampamentos do MST na região, espaço onde a busca por direitos fundamentais mínimos ganham conotação de luta de classe. Existem possibilidades limitadas, na estrutura capitalista hegemônica, para que trabalhadores camponeses disputem políticas públicas que qualifiquem seus processos produtivos de forma a disputar mercados consumidores. Assim como há espaço limitado para que trabalhadores urbanos, de origem rural, possam retornar aos espaços agrícolas, pelo viés da luta pela terra, e ali consolidem sua autonomia econômica e social, através do trabalho em atividades agrícolas ou não agrícolas, dentro de seus assentamentos, sem depender da venda de sua força de trabalho e de políticas públicas de estado.

Fica evidente que os acampamentos do MST são frutos de uma contradição histórica. Eles não existiriam se não fosse o impacto da lógica de produção a partir dos latifúndios, que tentam incorporar cultural, social e economicamente trabalhadores de origem camponesa à condição de empregados rurais, em empreendimentos das grandes fazendas, ou incorpora-

los às indústrias (caso das décadas de 70 e 80) ou como subproletários em atividades formais e informais nos grandes centros urbanos.

O ponto de partida deste estudo pressupõe que os acampamentos do MST do Distrito Federal e Entorno cumprem um papel importante na percepção das contradições da agricultura na região. A presença de um acampamento do MST em um território onde avança o agronegócio cria condições para que os trabalhadores tenham uma percepção diferenciada das contradições ali expostas.

É muito comum que trabalhadores rurais não organizados, em regiões como o PAD DF, ou em áreas de grande produção de feijão em Minas Gerais, ou em territórios de controle da soja, em Goiás, naturalizem sua condição de trabalhador explorado tendo como única alternativa vender sua força de trabalho ou incorporar-se àquela estrutura produtiva e social, a partir das ofertas de remuneração e acesso a direitos trabalhistas em condições de superexploração.

Por outro lado, evidencia-se pela pesquisa, que o conjunto de trabalhadores que passam a se organizar em acampamentos do MST percebem, em maior escala, as contradições e as relações que impactam a vida e o trabalho na agricultura. Primeiro, a possibilidade de organizar-se junto ao MST (re) coloca o sentido de pertença e identidade às raízes, seja camponesas, seja de trabalhadores com origens urbanas, porém em busca de consolidar-se como um trabalhador rural e criar novas referências.

A primeira parte da análise nos permite compreender, mesmo com limites, a natureza sócio-histórica, pelo viés do resgate da memória, dos trabalhadores e militantes que participaram das análises. Importante perceber que ao resgatar sua origem, sua história, mais clara fica a percepção das relações estruturais e conjunturais da luta pela terra, do papel do MST, do entendimento sobre a relação entre o trabalho, a produção, a política, na intermediação entre os impactos dos acampamentos e a consolidação dos assentamentos.

Compreender a trajetória dos sujeitos do MST envolvidos na pesquisa agregou às análises à qualidade de parte dos dados investigados, pois permitiu percorrermos parte da história do MST do Distrito Federal e Entorno com mais proximidade da realidade concreta, no período de vinte anos. Por outro lado, o universo restrito a três militantes restringiu o olhar mais amplo do universo das categorias e seus indicadores de análise.

As análises realizadas no capítulo 1 retratam os desafios dos acampamentos de Reforma Agrária em uma região de características sociais, culturais e econômicas puramente distintas. Fica evidente que estratégia da luta pela terra ainda é a forma mais eficaz de organizar trabalhadores rurais e urbanos em direção às conquistas de direitos, seja pela democratização da terra, seja para visualizar as contradições da questão agrária ou para iniciar um espaço coletivo que contribua para que o conjunto de trabalhadores invisibilizados na sociedade possam se organizar e assim tornarem-se sujeitos de direitos coletivos.

Importante ressaltar que as formas de organizações de acampamentos, mesmo os organizados pelo MST, variam conforme as características das regiões analisadas. O perfil do trabalhador também define o tipo e a forma de organização, bem como sua condição real de incidir politicamente nos territórios, do ponto de vista produtivo, econômico e social. Há diversas contradições internas que colaboram para que certos acampamentos de luta pela terra não consigam cumprir seu papel como territórios que elevem o grau de contradição exposto pelo agronegócio. Por outro lado, é evidente que a estrutura política e social sob controle da oligarquia agrária em pacto com o moderno agronegócio, comum em algumas regiões analisadas, impacta diretamente na vida dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais, ocasionando dificuldades que recaem nas formas de produção e trabalho.

Ainda nas análises acerca da categoria Luta pela Terra, consideramos que as conquistas dos assentamentos, bem como sua organização, estabelecem relações diretas com ao menos três dimensões da realidade: primeiro, a partir do nível de controle social político, econômico e produtivo que

operam os setores da classe dominante rural. Quanto mais poder concentrado, a partir do controle político e econômico do agronegócio, mais dificuldade em criar assentamentos de Reforma Agrária nas três regiões estudadas. Percebemos que o controle do trabalho e dos meios de produção pelo agronegócio influencia diretamente na criação dos assentamentos na região. Esse controle também se estabelece hegemônico nas relações com os assentamentos já constituídos, pois impactam nas relações de trabalho e produção.

A segunda dimensão é o nível de organização anterior estabelecido pelos acampamentos. Ou seja, quanto mais organizados os acampamentos, do ponto de vista político, maior a pressão sob o latifúndio. A qualidade das instâncias de direção do MST e de seus setores é fundamental para garantir a conquista do assentamento e organizar seus processos posteriores, em relação à organização das atividades agrícolas e não agrícolas, assim como contribuir na profissionalização das atividades produtivas e do trabalho e na qualificação da busca por políticas públicas.

A terceira dimensão nos mostra que, mesmo com limites claros na análise, a característica do trabalhador organizado pelo MST na região ajuda a definir a organização do acampamento e sua força de disputa no território. O perfil desse trabalhador também impacta nas relações de trabalho e produção em tempos de assentamento, definindo a qualidade de execução de políticas públicas e sociais, a organização do trabalho, a renda interna e as formas de organização produtiva.

A categoria da Reforma Agrária, a partir de suas determinações concretas à pesquisa, nos ofereceu três indicadores de análise. O primeiro indicador nos mostrou que estruturar um assentamento do MST em meio a luta concreta de dois modelos antagônicos depende de uma ampla correlação de forças. Dentre elas, as mais importantes e determinantes são a relação com Estado, o nível de organização e influência do assentamento na conjuntura política e as condições de trabalho e produção frente ao controle do capital organizado no território.

As análises nos mostram que a relação com o Estado é um elemento importante na estruturação dos assentamentos da região. A pressão política organizada, por parte do MST, e a habilidade em buscar políticas públicas pode contribuir para a elevação da estrutura dos assentamentos, porém, não é somente esta relação que define consolidação das áreas de assentamentos. Assim, Ribeiro (2010) nos lembra de que não faz sentido para a libertação dos pobres do campo que uma Reforma Agrária distributiva resolva os problemas dos trabalhadores somente a partir do viés econômico.

Para a autora, a libertação enquanto tarefa histórica não se resolve através de um contrato em um escritório imobiliário, mesmo mediado pelo Estado. Para ela, o acesso a terra contém o gérmen da libertação apenas quando coloca em xeque e rompe com o monopólio da propriedade privada burguesa, que se apoiou politicamente na apropriação da renda da terra através de uma atuação iníqua, retrógrada e antidemocrática, nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e no congresso nacional, que acumula riquezas e, em escala maior, acumula misérias de toda a ordem.

Desta forma, observamos que se aprofundam, nos últimos anos, o controle a partir do monopólio da propriedade privada no território do Distrito Federal e Entorno. Este controle influencia nas relações de trabalho de toda a região, obrigando os camponeses a se integrarem subordinadamente à lógica de trabalho e da produção controlada pelo setor agrícola hegemônico.

As análises evidenciam a grande dependência econômica na região, no entanto, essa dependência não é suficiente para incorporar os assentados do MST na região na totalidade das dimensões de produção e do trabalho. Paralelo a isso, observamos uma ampla diversidade de produção individual interna e a capacidade de parte considerável dos trabalhadores de garantirem uma renda mínima a partir de seus processos produtivos, mesmo com ausência de grandes estruturas produtivas e sendo uma das regiões, conforme os dados analisados, onde o acesso ao crédito habitação e instalação é o mais baixo dentre as regiões que concentram o maior número de assentamentos. Importante ressaltar que, além de baixo acesso, o tempo de execução destes

créditos, que ajudam a definir as estruturas iniciais dos assentamentos do MST na região, demoram cerca de 36 meses.

Os dados mostram que os trabalhadores rurais dependentes destes fomentos são prejudicados centralmente em seus processos de organização interna de trabalho e produção, prejudicando, assim, o conjunto dos assentamentos.

Em relação aos indicadores que envolvem a organização do trabalho e da produção dos assentamentos do MST na região, as análises nos mostram que os assentamentos que conseguiram organizar suas estratégias anteriores, principalmente em tempos de acampamento, mantendo profunda relação orgânica com o MST, ou ainda organizando espaços coletivos de trabalho e produção, conseguiram avançar com mais segurança e qualidade na organização produtiva futura.

Ainda assim, há muita dependência produtiva e econômica de alguns assentamentos, a exemplo das áreas do noroeste de Minas Gerais, em que a cultura produtiva principal local é controlada pelas grandes cooperativas de produção e comercialização. Nestes casos, embora a produção e o trabalho sejam desenvolvidos, precariamente, dentro dos assentamentos, a cadeia produtiva e o preço da produção, do trabalho e as relações com os mercados, são controlados pelo capital agrícola local.

As condições de trabalho nos assentamentos são determinadas, em maior escala, pelo acesso aos meios de produção. Em regiões onde os meios de produção sofrem amplo controle privado, parte da força de trabalho dos trabalhadores rurais assentados é subordinada às relações hegemônicas de produção, seja do ponto de vista das condições internas de trabalho, ou das possibilidades de organização da produção, individual ou coletiva.

O indicador da produção de base agroecológica, e sua relação com a luta pela terra e a Reforma Agrária, foi o principal limite desta pesquisa. Neste caso, a ausência de dados concretos sobre os caminhos da produção agroecológica e seus impactos nos assentamentos do MST na região, refletem

as poucas experiências concretas, do ponto de vista da qualificação desta matriz como alternativa de superação do modo de produção do agronegócio. As análises nos mostraram que os maiores desafios partem da necessidade de democratizar a terra a partir dos acampamentos e suas possibilidades de organização, em diversas dimensões, inclusive a produtiva. Os limites reais que se impõem à agroecologia, em relação aos assentamentos de Reforma Agrária do MST, se manifestam também a partir da necessidade de estruturar os assentamentos e organizar seus processos produtivos, a partir da organização do trabalho, da organização política, da profissionalização dos trabalhadores e das condições de acessar políticas públicas.

Esses elementos são processos fundamentais, em primeira ordem, para que se internalize a agroecologia como matriz de produção dos assentamentos de Reforma Agrária com condições de disputar políticas, modelos e mercados, mas antes, o desafio é consolidar os assentamentos, a Reforma Agrária, e superar problemas estruturais de base social, influenciada pela luta de classe.

No entanto, tratamos de analisar algumas poucas experiências em assentamentos do MST na região que trazem elementos da base de produção, e do trabalho, da agroecologia. Estas experiências não influenciam no conjunto da organização produtiva dos assentamentos. São ainda experiências isoladas, que demandam apoio técnico, políticas públicas, financiamento e pesquisa. Não há possibilidade de pensar a produção de alimentos em transição agroecológica, de forma a influenciar os territórios, senão incluí-la em um conjunto de dimensões necessárias para consolidá-la como matriz de caráter determinante.

Por outro lado, esta pesquisa aponta a necessidade de qualificar a pesquisa da agroecologia como política fundamental para pensar uma nova matriz produtiva, com grande impacto nas relações produtivas, alimentares, educativas e culturais. Existem muitas pesquisas e análises sobre a agroecologia, desde sua relação como campo do conhecimento tradicional até sua relação com o conhecimento científico e acadêmico. Nosso apontamento segue as diretrizes de uma agroecologia que estabeleça seus princípios com a

luta de classes, e que tenha na Reforma Agrária seu ponto de partida, estabelecendo ampla relação entre o campo e a cidade.

Referencias Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro – RJ: Expressão Popular, 2012.

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen De Leal. **Formas de (re) produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade**. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre camponês e o campesinato**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2016.

ANDRIOLI, Antonio Inácio; FUCHS, Richard. **Transgênicos: as sementes do mal**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2008.

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. **Detalhamento de algumas ações prioritárias para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**, 2013.

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO**, 2012.

BAMBIRRA, Vania. **O Capitalismo Dependente Latino Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo – SP: Editora Cortez, 2011.

BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: trabalho apresentado no fórum de economia da FGV, 2012.

BRUNO, Regina. **A UDR e o processo eleitoral**. RJ: S/ed., 1989.

CALDART, Roseli Saleta; ALENTEJANO, Paulo (Orgs). **MST Universidade e Pesquisa**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2014.

CALDART, Roseli Saleta; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO**. Brasília – DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2013.

CARVALHO, Horácio Martins. **Uma Resignificação para a Reforma Agrária no Brasil**. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil – Debate sobre a situação e perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2013.

Censo Agropecuário – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2006.

Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal – CODEPLAN. **Agricultura familiar no Distrito Federal: dimensões e desafios.** Brasília – DF: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Editora Cortez, 2008.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura á Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: Editora EPSIV-UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GONDIM, Sonia Maria Guedes. **Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Paideia, 2003, p. 149 – 161.

GORENDER, Jacob. **Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo brasileiro.** Porto Alegre – RS: Mercado Aberto, 1987.

GORGEN, Frei Sérgio Antonio. **Agricultura Camponesa.** In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato.** São Paulo – SP: Expressão Popular, 2016.

GORGEN, Frei Sérgio Antonio. **Religiosidade e Fé na luta pela Terra.** In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Reforma Agrária e a Luta do MST.** Petropolis – RJ: Editora Vozes, 1997.

Governo Federal. **Projeto de lei Orçamentária Anual - PLOA.** Brasília – DF: Presidência da República, 2017.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista.** Campinas – SP: Tese de Doutorado – Unicamp, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** SP: Braziliense, 1985.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio (1963).** In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária – o debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005.

GUNDER FRANK, André. **O Capitalismo e o Desenvolvimento na América Latina (1985).** In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária – O debate na Esquerda:1960-1980.** São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **A condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

HOWARD, Albert. **Um Testamento Agrícola**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2007.

IANNI, Octávio. **A Formação do Proletariado Rural no Brasil (1971)**. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária – O debate na esquerda; 1960-1980**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005.

IANNI, Octávio. **A Utopia Camponesa**. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2016.

JUNIOR, Fideles. **Função Social da Terra na Constituição de 1988: a interpretação que mata o direito**. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. **Questão Agrária e Desigualdades no Brasil**. Brasília – DF: ano 35, volume 01, nº 2, outubro de 2014.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo – SP: Proposta Editorial LTDA, 1980.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Monica Castagna. **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília – DF: Fundação Universidade de Brasília – FUB, 1999.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 11º Edição, atualizada até 19 de março de 2015.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo – SP: Editora Unesp, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sergio. **A Emancipação Política e a Defesa de Direitos** In: Serviço Social e Sociedade nº 90. SP, Cortez, junho de 2007.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. Porto Alegre – RS: Tese de Doutorado, UFRGS, 2011.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **As Necessidades Humanas, os Saberes, a Utopia: a Agroecologia, os Cerrados e sua Proteção**. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés V. (Orgs.). **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2009.

MAESTRI, Mário. **A Formação do Campesinato no Brasil**. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2016.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Para a questão Judaica**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais do campo**. RJ: Fase, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de; STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990**. SP: Expressão Popular, 2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Plano Agrícola e pecuário 2012/2013**.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela Terra e o MST**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2001.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A luta política em torno da implementação do modelo de Reforma Agrária de mercado durante o governo Cardoso**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil – debate sobre a situação e perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2013.

PEREIRA, Potyara, A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O Materialismo Histórico Dialético e a Educação**. São Paulo: Unesp, 1996.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **O que teve de Reforma Agrária no governo Lula**. Campo Território: Revista Geografia Agrária, v.6, n.12, p.63-78, ago, 2011.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2010.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés. V. **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Marco Antonio Baratto Ribeiro. **Educação do Campo e Agroecologia: continuidades e rupturas na história do assentamento Vereda II – Padre**

Bernardo – GO. Dissertação de Mestrado em Programa de Pós Graduação em Educação. Brasília – DF: Universidade de Brasília – UnB, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil (1962).** In: **A Questão Agrária – o debate tradicional: 1500-1960.** In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST.** Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1997.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil – programas de Reforma Agrária: 1946 – 2003.** São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005.

TARDIN, José Maria; GUHUR, Dominique Michele Periotto; Rezende, Simone Aparecida. **Diálogo de Saberes no Encontro de Culturas – Contribuição à Formação do Militante Técnico Pedagogo – Educador em Agroecologia nas Escolas Técnicas do MST e CLOC – Via campestre no Paraná.** Cascavel – PR: setembro, 2015.

TORRES, Katya Isaguirre; FRIGO, Darcy. **Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Direito dos Agricultores, Agricultoras, Povos e Comunidades Tradicionais.** Curitiba: Série Cadernos da Agrobiodiversidade – Volume 2, Terra de Direitos, 2013.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo – SP: Expressão Popular, 2005.

www.abrasco.org.br – acessado em 20/02/2017

www.df.gov.br – acessado em 05/11/2016 e em 05/01/2017

www.dieese.org.br – acessado em 05/11/2016 e em 17/11/2016

www.ibge.gov.br – acessado em 22/03/2015 e em 15/04/2016

www.incra.gov.br – acessado em 10/11/2016 e em 11/11/2016

www.mda.gov.br – acessado em 16/06/2014 e em 20/06/2014

www.mst.org.br – acessado em 07/01/2017

www.reformaagrariaemdados.org.br – acessado em 02/07/2015 e em 03/01/2017

www.sudeco.gov.br – acessado em 20/10/2016 e 05/01/2017

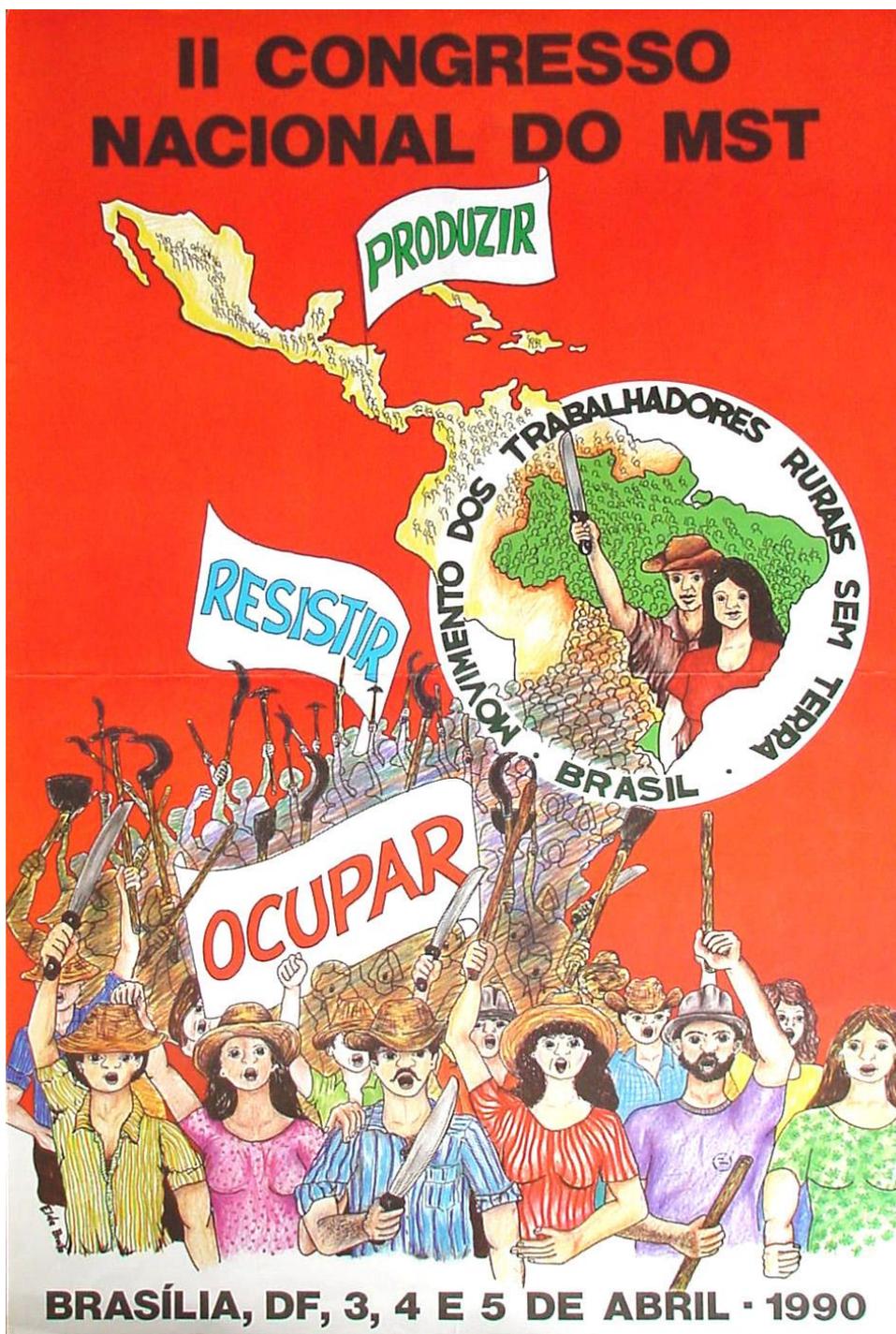
Anexos

Anexo I - Cartazes dos congressos do MST entre 1985 e 2000.

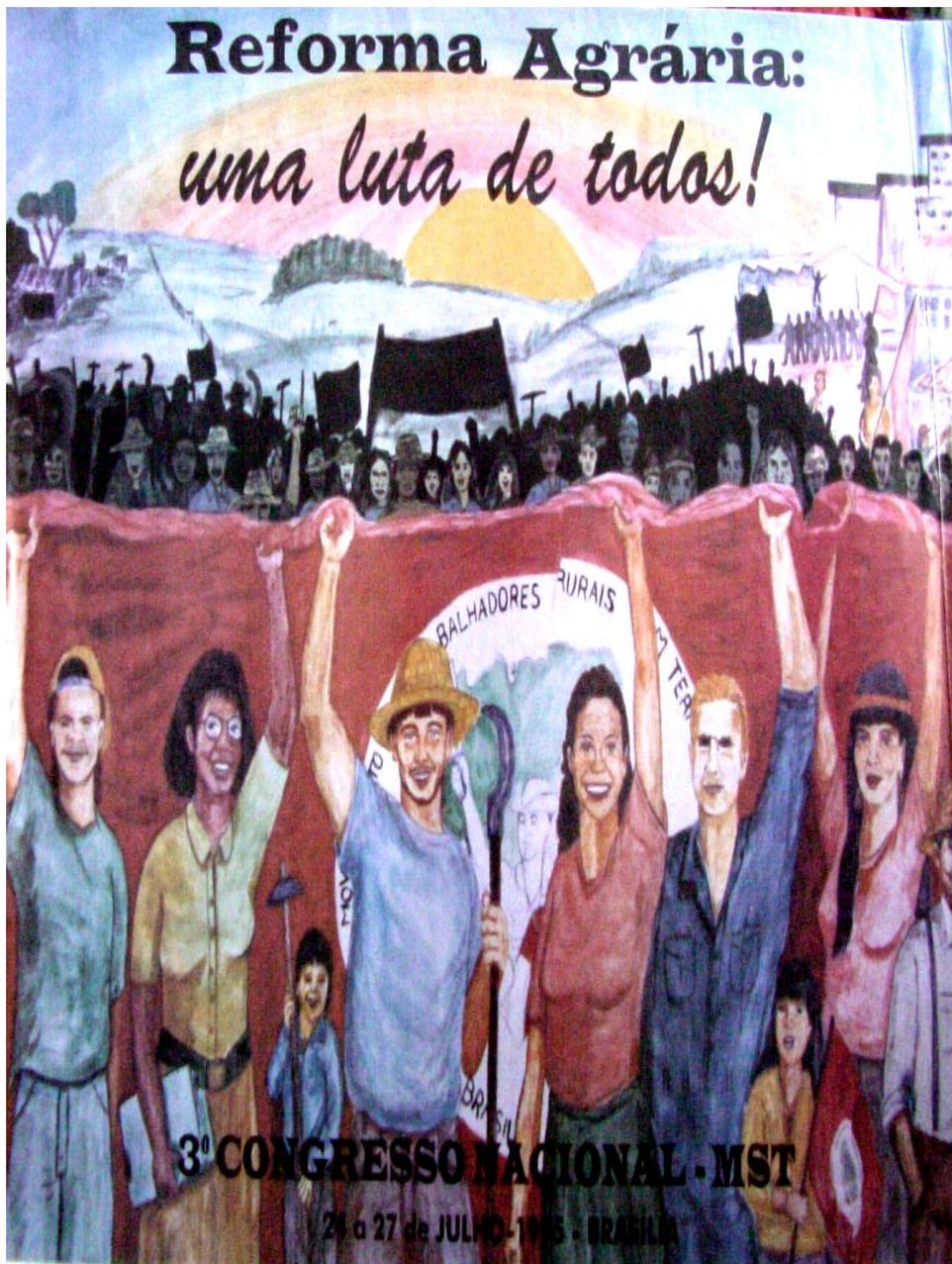
1º Congresso Nacional do MST



2º Congresso Nacional do MST



3º Congresso Nacional do MST



4º Congresso Nacional do MST

Reforma Agrária: POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO!



4º Congresso Nacional - MST
Brasília (DF), 7 a 11 de agosto de 2000

Anexo II - Documento Final do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1985





CONSELHO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

SECRETARIA REGIONAL SUL

Caixa Postal 1918
Rua São Manoel, 25 -- Rio Branco
CEP 19.000 -- Porto Alegre -- Brasil

DOCUMENTO FINAL DO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL

DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Os 1.500 delegados, representando todos os estados do Brasil, reunidos em Curitiba-PR, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, EXIGEM:

01 - Em relação à Distribuição e Uso das Terras

- 1.1 - Que a terra seja para quem nela trabalha.
- 1.2 - Que a Reforma Agrária seja feita sob controle dos trabalhadores.
- 1.3 - Que os trabalhadores rurais tenham o poder de decidir - como se vai dividir as terras, como se vai cultivar e também sobre a forma de titulação.
- 1.4 - Que o governo legalize todas as terras que forem ocupadas.
- 1.5 - Que o tamanho máximo das propriedades seja fixado de acordo com as regiões, não devendo ultrapassar a 500 hectares.
- 1.6 - Que o governo desaproprie todas as propriedades acima de 500 ha.
- 1.7 - Que na distribuição das terras se respeitem as necessidades de cada família, de acordo com cada região.
- 1.8 - Que o Estado garanta todas as condições de produção e de assistência nas terras distribuídas.
- 1.9 - Que o governo estimule a produção para o atendimento das necessidades de todo o povo.
- 1.10 - Que o governo garanta que a produção respeite a preservação do meio ambiente.
- 1.11 - Que o governo aplique, no mínimo, 3% do orçamento da União para a reforma agrária.
- 1.12 - Que o governo distribua imediatamente todas as terras nas mãos dos governos Federal e Estadual.



GOVERNAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA UNIDAS

SECRETARIA REGIONAL SUL

Caixa Postal 1018
Washington, DC - Rio Branco
CEP 13.128 - Porto Alegre - Brasil

1.13 - Que os assentamentos sejam nos Estados e regiões de origem dos trabalhadores.

1.14 - Que os governos estaduais possam realizar desapropriação para a Reforma Agrária.

2 - Sobre as Multinacionais

2.1 - Expropriação de todas as terras das multinacionais e proibição de estrangeiros terem terra daqui para a frente aqui no Brasil.

3 - Colonização

3.1 - Fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativas.

3.2 - Assistência adequada, em todos os níveis, nos projetos de colonização já existentes.

4 - Sobre os Órgãos Governamentais

O que queremos em relação ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), INCRA, e aos Institos de Terra de cada Estado (GETAT, SUDAM, CODEVASF, JICA):

4.1 - Extinção do MEAF, GETAT, SUDAM, CODEVASF e SUDENE e os Institutos de Terra dos Estados.

4.2 - Criação de novos organismos com a participação dos trabalhadores na criação e administração.

4.3 - Os trabalhadores, ao ocuparem as terras, devem ir criando suas próprias leis e organismos.

4.4 - Criação de organismos estaduais com a participação dos trabalhadores tendo autonomia em relação ao Governo Federal.

4.5 - Criação de um fórum de Justiça Agrária dentro do poder Judiciário, com a participação dos trabalhadores

5 - Estatuto da Terra

5.1 - O Estatuto da Terra não pressa. Existimos com seia extinto.



COMISSÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SECRETARIA REGIONAL SUL
Rua Pedro 1918
Rua São Manoel, 98 - Rio Branco
CEP 58.408 - Porto Alegre - Brasil

5.2 - Exigimos que sejam criadas novas leis, com a participação dos trabalhadores a partir da prática e da luta dos mesmos.

6 - EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA NO CAMPO

- 6.1 - Que o Governo implante a Reforma Agrária com a participação dos trabalhadores como única forma de acabar com a violência no meio rural.
- 6.2 - Exigimos segurança para a nossa luta de organização do Movimento Sem Terra.
- 6.3 - Exigimos que o Governo Federal assuma a apuração de todos os assassinatos e punição dos mandantes e executores dos crimes.
- 6.4 - Exigimos que acabe a violência nas ocupações de terra.
- 6.5 - Confisco dos bens dos mandantes dos crimes em favor das vítimas e dos trabalhadores.
- 6.6 - Que se resolvam os problemas da terra sem o uso da polícia.
- 6.7 - Que o governo respeite os direitos do trabalhador rural.
- 6.8 - Que o Governo apoie a luta e os organismos dos trabalhadores.
- 6.9 - Que a Justiça seja igual para todos.
- 6.10 - Que o Governo faça controle dos cartórios de registro de imóveis para evitar a falsificação de registros.
- 6.11 - Que a repressão policial seja utilizada contra a criminalidade e não contra os trabalhadores.
- 6.12 - Exigimos o desmantelamento de todos os organismos de repressão, inclusive os paramilitares.
- 6.13 - Exigimos autonomia do Poder Judiciário e a criação de uma Justiça Agrária.
- 6.14 - Consideramos os Governos Estadual e Federal os responsáveis por todos os atos de violência e assassinatos de trabalhadores e exigimos que o governo acabe com as ameaças e pressões contra os trabalhadores.

Curitiba, 31 de janeiro de 1985.

1.ª COMISSÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS
CURITIBA em 01 de fevereiro de 1985

Anexo III - Documento Histórico, de 1985, produzido a partir da secretaria da regional sul, relativo a um breve relato da história do MST até aquele período.



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

SECRETARIA REGIONAL SUL

Caixa Postal 1898
Rua São Manoel, 25 - Rio Branco
CEP 96.000 - Porto Alegre - Brasil

Centro de Pastoral Operária
No *MST*
BIBLIOTECA

HISTÓRICO DO MOVIMENTO SEM TERRA

- 1978** O Movimento Sem Terra nasceu a partir das lutas concretas que os trabalhadores rurais sem terra foram desenvolvendo de forma isolada nos estados da região sul. Tais lutas surgiram com o processo de abertura política, com a maior mobilização popular existente em todos os setores da sociedade brasileira e a grande concentração da terra.
- 1979** Em 1979, houveram as lutas das Fazendas Macali e Brilhante, relacionadas com a Reserva Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul. No Paraná, se desenvolvia uma intensa luta dos agricultores que perderam a terra com a construção da Barragem de Itaipu, mais tarde Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná - MASTRO. Em 1980, em Santa Catarina, mais de 300 famílias ocuparam a Fazenda Burro Branco, no município de Campo Eré. Em São Paulo, cerca de 400 famílias ocuparam a Fazenda Primavera, em Andradina. E no Mato Grosso do Sul, se desenvolvia uma intensa luta pela resistência na terra por parte de milhares de famílias que trabalhavam como arrendatários nas fazendas dos municípios de Maraf, Glória de Dourados e todo o sul do Estado.
- 1981** Posteriormente, em 1981, surgiu o acampamento de Encruzilhada Natalino, transformada mais tarde em Nova Ronda Alta, que catalizou as atenções de toda a opinião pública nacional, servindo de estimulante a todos os trabalhadores rurais sem terra da região sul do país.
- Dessas lutas, vitórias e conquistas, que apesar de isoladas representavam a existência de milhares de famílias sem terra e refletiam a disposição muito grande de lutar e conquistar os seus direitos, nasceu a necessidade dos trabalhadores se encontrarem, se encontrarem e discutirem suas experiências concretas. Passaram, assim, a organizar dentro, dentro do Sindicalismo Rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- 1982** A CPT e os Sindicatos Autôneos passaram a estimular o intercâmbio e o contato entre os trabalhadores rurais envolvidos nas lutas concretas. Foram realizadas diversas reuniões como experiências e aos poucos foram crescendo com a participação, cada vez maior das pessoas de tal forma que em julho de 1982, realizou-se, no município de Medianeira, no Paraná, o primeiro grande encontro de trabalhadores sem terra da região sul do país - SP, MS, PR, SC e RS.
- Em seguida, setembro de 1982, aconteceu o primeiro encontro de caráter nacional, onde participaram cerca de 16 Estados do país, na cidade de Goiânia, com o objetivo de trocar experiências.
- Esses dois primeiros encontros reuniram apenas trabalhadores envolvidos em lutas concretas.
- 1983** A partir de janeiro de 1983 foi realizada uma ampla reunião

ção em Chapecó, Santa Catarina, onde os trabalhadores decidiram formalizar mais essa nascente articulação, criando a **Comissão Regional Provisória**. Da Comissão passaram a fazer parte dois lavradores representantes dos movimentos de sem terra de cada Estado e tendo por função a articulação das lutas e o estímulo a que mais lavradores se organizassem na base pela conquista de seus direitos sagrados da terra, garantidos pela Constituição brasileira.

Durante todo o ano de 1983, a organização dos sem terra avançou e se expandiu de forma orgânica. Nas bases surgiram núcleos de sem terra e, a partir deles, Comissões Municipais. Reuniram-se assembleias municipais, concentrações, surgindo novas ocupações de terra. A nível de articulação a Comissão Regional passou a se reunir periodicamente a cada 3 meses.

1984

A medida que foram avançando os movimentos de base, foram surgindo novas formas de articulação a nível estadual. Alguns Estados fizeram encontros e congressos estaduais. Em janeiro passado, foi organizado o **Encontro Nacional dos Sem Terra** que teve por missão continuar articulando os sem terra do sul do país e aumentar a vinculação com as lutas do norte.

Atualmente, o Movimento Sem Terra está praticamente consolidado em todos os estados do sul e está se articulando com os demais Estados que possuem características diferentes e aos poucos estão se integrando, como é o caso dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.

Em cada Estado, o Movimento Sem Terra tem uma estrutura de organização própria, sem ser rígida, imposta de cima para baixo, mas surgida de acordo com as necessidades e características da luta desenvolvida.

A estrutura básica, no entanto, do Movimento é possuir núcleos de agricultores a nível da comunidade rural (capela, linha distrito, etc.). Depois, a nível municipal, uma Comissão de representantes, eleitos em assembleia e depois, Comissões Regionais ou Estaduais. De cada Estado, por fim, dois lavradores são escolhidos para participarem na Comissão Regional Sul, que é a articulação maior.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Augusto Targino

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno”, de responsabilidade de Marco Antonio Baratto Ribeiro da Silva, aluno (a) de Doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender as dimensões da questão agrária e da luta pela terra no Distrito Federal e Entorno a partir da organização política, produtiva e do trabalho nos assentamentos do MST na região. Assim, gostaria de consultá-los (as) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas gravadas em áudio e degravadas posteriormente em texto. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa perceber o avanço e os limites dos assentamentos de Reforma Agrária na região e assim contribuir para a consolidação dos processos organizativos, produtivos e do trabalho dos assentamentos do MST no Distrito Federal e Entorno.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

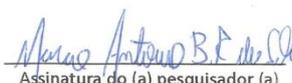
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 999769975 ou pelo e-mail marcosilva.educ@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da tese impressa e da exposição oral, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).


Assinatura do (a) participante


Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 10 de Abril de 2016

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Adriana Fernandes

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno", de responsabilidade de Marco Antonio Baratto Ribeiro da Silva, aluno (a) de Doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender as dimensões da questão agrária e da luta pela terra no Distrito Federal e Entorno a partir da organização política, produtiva e do trabalho nos assentamentos do MST na região. Assim, gostaria de consultá-los (as) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas gravadas em áudio e degravadas posteriormente em texto. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa perceber o avanço e os limites dos assentamentos de Reforma Agrária na região e assim contribuir para a consolidação dos processos organizativos, produtivos e do trabalho dos assentamentos do MST no Distrito Federal e Entorno.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

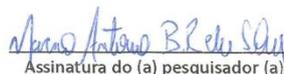
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 999769975 ou pelo e-mail marcosilva.educ@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da tese impressa e da exposição oral, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).


Assinatura do (a) participante


Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 10 de Abril de 2016

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Janderson Barros

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno”, de responsabilidade de Marco Antonio Baratto Ribeiro da Silva, aluno (a) de Doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender as dimensões da questão agrária e da luta pela terra no Distrito Federal e Entorno a partir da organização política, produtiva e do trabalho nos assentamentos do MST na região. Assim, gostaria de consultá-los (as) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas gravadas em áudio e degravadas posteriormente em texto. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa perceber o avanço e os limites dos assentamentos de Reforma Agrária na região e assim contribuir para a consolidação dos processos organizativos, produtivos e do trabalho dos assentamentos do MST no Distrito Federal e Entorno.

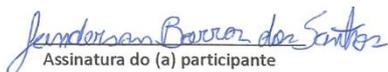
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

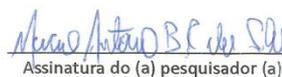
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 999769975 ou pelo e-mail marcosilva.educ@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da tese impressa e da exposição oral, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).


Assinatura do (a) participante


Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 10 de maio de 2016.